

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

O PRONAF E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR

FERNANDO RODRIGO FARIAS

FRANCISCO BELTRÃO 2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

O PRONAF E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR

Fernando Rodrigo Farias

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Francisco Beltrão, como requisito para obtenção do título de Mestre em geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Zanella

FRANCISCO BELTRÃO 2010

Farias, Fernando Rodrigo

F224 O PRONAF e o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul Pr. / Fernando Rodrigo Farias. – Francisco Beltrão, 2010.  
205 f.

Orientador: Prof. Ds. José Luiz Zanella.

Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar – Brasil 2. Agricultura Familiar 3. Política Financeira – Pequenas Propriedades. 4. Crédito Rural. - Sudoeste do Paraná. 5. PRONAF – Flor da Serra I. Zanella, José Luiz. II. Título.

CDD – 338.188162

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Unioeste (Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PRONAF E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR

**Autor:** Fernando Rodrigo Farias

**Orientador:** Prof. Dr. José Luiz Zanella

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Fernando Rodrigo Farias e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 03/10/2010

Assinatura:

Fernando Rodrigo Farias

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. José Luiz Zanella (UNIOESTE – F.B)

Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE – F.B)

Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE – F.B)

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi (UTFPR)

Francisco Beltrão - PR

2010

Dedico esse trabalho aos meus pais José Anselmo Farias e Lydia da Ros Farias, exemplo de seres humanos, pessoas que amo muito e que tenho maior orgulho.

## AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa não se constrói apenas, com atitudes individuais, mas sim com várias pessoas interagindo e compartilhando sua sabedoria. Agradeço de modo especial a todos que serão citados a seguir.

Ao professor José Luiz Zanella (orientador dessa pesquisa), brilhante profissional e intelectual acadêmico, com sua sinceridade, competência e franqueza, ao expor suas críticas perante o conteúdo dessa pesquisa, sem dúvida nenhuma foi um elemento crucial para a conclusão da presente Dissertação.

Ao professor Fernando dos Santos Sampaio, pelo auxílio constante, com sua admirável sabedoria, e sua amizade, sempre esteve a disposição para orientar nas eventuais dúvidas relacionadas a pesquisa.

Ao Marlon Clovis Medeiros (Unioeste), que não poderia deixar de agradecer a sua contribuição, foi quem me orientou na montagem do projeto para seleção do Mestrado, sem sua ajuda com certeza não estaria aqui hoje. No entanto, sou muito grato pela sua contribuição atuando também de certa forma também como coorientador, inúmeras conversas no grupo de estudos e nos bastidores, esclarecendo dúvidas, emprestando e indicando livros.

Ao professor Carlos José Espindola (**UFSC** – Florianópolis), com certeza foi muito importante, suas aulas na Disciplina, as aulas de campo pelo qual tive a oportunidade de participar no Estado do Mato Grosso do Sul, onde percorremos praticamente todo o Estado, conversando com várias pessoas, empresas e departamentos de pesquisas, além de fazer a mediação de uma entrevista on-line com José Sidnei Gonçalves (**IEA**), ai vai meus sinceros agradecimentos.

Ao professor Miguel Ângelo Perondi (**UTPR**) de Pato Branco, por sua contribuição no exame de qualificação e por aceitar participar na apresentação final dessa dissertação, onde não há dúvida nenhuma, que sem suas críticas, a presente pesquisa não teria a mesma qualidade, portanto sou muito grato pela sua contribuição.

Aos professores que fizeram parte do processo, pelo qual frequentei suas disciplinas, refiro-me a Marcos Aurélio Saquet e Marli.

Ao meu amigo Marcos Leandro Mondardo (**UFBA**), por sua luta e pelo apoio e incentivo que tem dado ao longo de minha vivência na Universidade.

A Minha namorada Sandra Mombach, pelo seu amor, pelo seu carinho, por sua ajuda, lendo boa parte do texto da presente Dissertação, fazendo correções. Pelo seu caráter,

seu companheirismo, pessoa que tenho imensa admiração, obrigado por tudo que tem feito por mim. A Gessica Mombach pela admiração que tem por minha pessoa.

Não poderia deixar de agradecer, ao Sidemar Nunes Prezotto professor do (**UTPR**) de Dois Vizinhos, através de uma conversa que tive com vossa pessoa (intermediada pelo orientador Zé Luiz), acabou esclarecendo muitas dúvidas em relação ao **PRONAF**, tendo em vista sua atuação por muitos anos junto ao **DESER**, através do Sidemar, foi possível intermediar outras entrevistas cruciais para o desenvolvimento da pesquisa, e a análise das contradições do programa enquanto política pública, nesse sentido vai meus sinceros agradecimentos.

Ao Reni Antonio Denardi, Delegado Federal do **MDA** no Estado do Paraná, por aceitar a fazer uma entrevista qualitativa, importante também para o desenvolvimento e análise da pesquisa enquanto integrante da esfera governamental.

Ao Marcos Antonio de Oliveira, (**DESER**), por sua brilhante entrevista que concedeu em Curitiba, além de outros contatos via email pelo qual tenho constantemente realizado com o mesmo, a disponibilidade de materiais. Agradeço muito sua contribuição.

Agradeço ao Christophe Gabriel de Lannoy (Cooperiguaçu), por aceitar a fazer uma entrevista, pelo qual teve aspectos esclarecedores a respeito das políticas públicas que ocorreram na região Sudoeste a partir da década de 1980.

Além de outras pessoas e lideranças da região, que concederam entrevistas que se tornaram importantes na disponibilidade de material qualitativo, utilizado enquanto categorias do método científico, onde através dessas entrevistas, podemos analisar a interpretação de diversas esferas de mediadores das políticas públicas que atuam na agricultura, refiro-me a Vanderlei Ziger (Presidente da Baser Cresol), Vilmar Vandresen (Presidente da Cresol de Francisco Beltrão), Noveraldo Oliboni (Fetraf Sul), José Sidnei Gonçalves (Instituto de Economia Agrícola de São Paulo).

Aos meus amigos, Jairo Hansen pela amizade, pelo seu companheirismo, pela ajuda proporcionada, ao Agnaldo Barros, Marcelo Uliana, Evandro da Silva, Professor Luiz Carlos Flávio. Ao meu amigo Rosalino Alba (Baser Cresol) pela amizade e apoio.

Aos meus amigos colegas de mestrado Luiz Carlos Braga, Antonio Picinatto, pelo apoio e amizade, sou grato a eles. Aos meus colegas e amigos do Grupo Dinâmica Econômica e formação Sócio Espacial pela amizade e pelo apoio, refiro-me a: Marinês pela amizade, seu apoio e ajuda no decorrer da pesquisa, Loiva pelo seu apoio e contribuição em fazer algumas correções no texto, Silvia Limberger, pela amizade e apoio, por me ajudar na construção dos mapas, Marcelo Butner, Edson Flores, Wilian Padilha. Ao Gilmar Fiorese

pelas produtivas conversas que tivemos no espaço do grupo, onde o mesmo tem esclarecido muitas dúvidas de cunho teórico.

Agradeço a professora Marga pela amizade, Andreia secretária do Mestrado pessoa merecedora de um agradecimento especial, pela organização e eficiência de seu trabalho.

Agradeço aos meus pais Jose Anselmo e Lydia, pessoas especiais que muito me orgulham e com certeza estão felizes com minha conquista, onde sempre estiveram de meu lado, me auxiliado emocionalmente, financeiramente.

Aos meus irmãos Maria Isabel pessoa muito amada por todos, Sergio André pelo seu apóio e admiração, José Carlos por suas atitudes desafiadoras, Ana Heloisa por tudo que tem feito por mim, Ofélia Maria a irmã protetora, Regina Beatriz por seu apoio, Lurdes Helena pela admiração que tem por mim, Claudia pelo apoio e companheirismo. Aos meus sobrinhos Daniela Maria por proporcionar momentos felizes de nossa convivência por ser uma pessoa muito querida, espontânea e por ter me apoiado em certos momentos de dificuldades, Heloisa, Thiago, Estevam (Aline), Lucas, Gabriela, Leonardo, aos pequenos Arthur, Isadora, Vitor e Joana pelo amor que tem por mim, e que tenho por eles.

As minhas cunhadas Regina Michelin e Elizabete Tonetto Farias pela amizade e apoio. Não poderia deixar de agradecer ao meu cunhado Aldemar Pazzetti, pessoa muito importante para mim e para minha família, no sentido de ter sido ele que emprestou um computador de sua casa para que eu pudesse escrever o projeto de Mestrado após a rotina de trabalho na empresa em que trabalhava. Ao meu cunhado Darli Cavalli pessoa muito importante para minha família toda, serei grato por toda minha vida, pelo fato de ter sido ele quem quitou as parcelas das mensalidades do Colégio Agrícola que se encontravam atrasadas em 1997, onde estava prestes a ter que deixar o colégio por dificuldades financeiras de minha família, se não fosse ele talvez não estivesse defendendo a presente Dissertação de Mestrado.

Agradeço também a todas as pessoas que indiretamente contribuíram de alguma forma para que essa pesquisa pudesse ser concluída, posso dizer com toda a certeza que o período de 31/06/2008 a 03/08/2010, foi o período em que fui mais feliz em toda a minha vida. Além de estudar e desenvolver uma dissertação fiz grandes amigos. Espero poder dar continuidade a esse novo ciclo em que estou passando em minha vida, com apoio de todos os responsáveis pelo sucesso dessa caminhada, espero atingir meu grande objetivo (ser um bom professor) para ensinar geografia e fazer pesquisa com competência.

## RESUMO

Título – O PRONAF e o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul Pr.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem proporcionado uma nova dinâmica econômica para a agricultura familiar brasileira. Esta política de financeirização constituiu um momento importante na história da estrutura agrária brasileira, principalmente em relação as pequenas propriedades, pois representou a possibilidade de superação da falta de crédito, vivida durante a crise financeira da década de 1980 e que em meados da década de 1990, expandiu-se o crédito à esta nova clientela. Nesse sentido, o presente estudo buscou analisar a importância do programa para o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul/PR, no período de 2000 a 2009. Procuramos demonstrar quais novas perspectivas que surgiram com o PRONAF quanto ao crescimento econômico, possibilidades de alterações estruturais no sistema produtivo, suas bases políticas e as alterações na qualidade de vida dos agricultores beneficiados. Além disso, foram identificadas e analisadas contradições que impedem uma ação mais abrangente e eficiente dos recursos do programa, com indicativo para a necessidade de um trabalho cuja abrangência atingisse a fase pós-acesso aos financiamentos.

Palavras chaves: PRONAF; Agricultura; Financeirização; Crédito.

## ABSTRACT

Title –PRONAF and the development of the family Farm of the city of Flor da Serra do Sul/Pr.

The National Program to Strengthen Family Farm (**PRONAF**) has provided a new economic dynamic for the Brazilian family farming. This policy of financialization was an important moment in the history of Brazilian agrarian structure, especially regarding small farms, as it represented the possibility of overcoming the lack of credit, lived during the financial crisis of the 1980s and the 1990s, expanded the credit to this new clientele. In that sense, this study investigates the importance of the development of family farming in the city of Flor da Serra do Sul / PR, in the period 2000 to 2009. We try to show them new perspectives that have arisen with the **PRONAF** about economic growth, possibility of structural changes in the productive system, their political bases and changes in quality of life of farmers benefited. Furthermore, we identified and analyzed contradictions that prevent a more comprehensive and efficient action of program resources, with an indication for the need of a job whose scope to reach the post-access to finance.

Keywords: PRONAF; Agriculture; Financialization; Credit.

## LISTA DE QUADROS

Quadro número 1- Tarifas sobre o Valor das Mercadorias Importadas dos Países do Mercosul.....	21
Quadro número 2- Organização Funcional do PRONAF.....	45
Quadro número 3- Principais Insumos Utilizados pelos Produtores para as Culturas de Milho e Soja.....	83
Quadro número 4- Produção de Leite nas Comunidades de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira.....	137 - 138
Quadro número 5- Resultado de Análise da Qualidade de Leite.....	140
Quadro número 6- Planos de investimentos.....	146
Quadro número 7- Alterações no Sistema de Funcionamento do PRONAF.....	169

## LISTA DE MAPAS

Mapa número 1 – Mesorregião geográfica Sudoeste do Paraná e Municípios.....	5
Mapa número 2 – Movimentação financeira dos recursos do PRONAF no Sudoeste do Paraná.....	53
Mapa número 3 – Movimentação financeira e número de contratos oficializados do PRONAF nos municípios do Sudoeste do Paraná.....	58
Mapa número 4 – Localização da pesquisa de campo.....	74
Mapa número 5 – Fluxos migratórios dos filhos dos agricultores para fora do Sudoeste paranaense.....	119

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico número 1- Dados Financeiros do PRONAF do Município de Flor da Serra do Sul/ PR (2000-2009).....	49
Gráfico número 2- Dados Financeiros do PRONAF do Sudoeste do Paraná (2000 a 2009).....	54
Gráfico número 3- Dados Financeiros do PRONAF de 2000 a 2009 do Estado do Paraná.....	59
Gráfico número 4- Dados Financeiros do PRONAF do Estado de Santa Catarina (2000 a 2009).....	61
Gráfico número 5- Dados Financeiros do PRONAF no Estado do Rio Grande do Sul (2000 a 2009) .....	63
Gráfico número 6- Dados Financeiros do PRONAF no Brasil (2000 a 2009).....	65
Gráfico número 7- População Residente do Município de Flor da Serra do Sul/PR.....	71
Gráfico número 8- Perfil Fundiário dos Estabelecimentos Agropecuários de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira (2009).....	78
Gráfico número 9- Perfil Fundiário dos Estabelecimentos Agropecuários de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira Ano de 1996.....	78
Gráfico número 10- Perfil Fundiário dos Estabelecimentos Agropecuários de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira Ano de 2006.....	78
Gráfico número 11- Principal Atividade.....	81
Gráfico número 12- Segunda Atividade.....	81
Gráfico número 13- Terceira Atividade.....	81
Gráfico número 14- Quarta Atividade.....	81
Gráfico número 15- Renda Financeira Mensal Aproximada por Família de Agricultores Familiares Entrevistadas.....	87
Gráfico número 16- Percentual de Famílias que possuem complementação da renda proveniente de fontes não agrícolas.....	90
Gráfico número 17- Remuneração média por família proveniente de outras fontes de renda, além da agropecuária.....	93

Gráfico número 18- Renda familiar mensal proveniente de <u>fontes</u> não agrícola e agrícolas.....	95
Gráfico número 19- Rrenda mensal das famílias com receitas provenientes de <u>atividades</u> não agrícolas (agrícola + renda da PEA) e apenas com atividades agropecuárias.....	96
Gráfico número 20- Renda mensal per capita das famílias entrevistadas.....	97
Gráfico número 21 Grau de aceitação das políticas de crédito do PRONAF.....	115
Gráfico número 22- Migração dos filhos acima de 15 anos dos agricultores família..	117
Gráfico número 23- Faixa etária dos filhos dos agricultores familiares acima de 15 anos que residem nas propriedades rurais.....	121
Gráfico número 24- Sucessão familiar.....	123
Gráfico número 25- Estrutura tecnológica das propriedades rurais de Rio Verde, Altaneira e Pedra Lisa.....	130
Gráfico número 26- Principais países produtores de leite.....	134
Gráfico número 27- Produção leiteira de Flor da Serra do Sul.....	135
Gráfico número 28- Média de produção leiteira diária por cabeça – de Flor da Serra do Sul/PR.....	136
Gráfico número 29- Perfil da assistência técnica em Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira.....	142
Gráfico número 30- Perfil da assistência técnica (por comunidade e família).....	144

## LISTA DE TABELA

Tabela número 1- Importações brasileiras (1987 - 1997).....	20
Tabela número 2- Dados do Pronaf no Município de Flor da Serra do Sul/ PR (2000 - 2009).....	50
Tabela número 3- Dados do Pronaf no Sudoeste do Paraná.....	56
Tabela número 4- Dados do Pronaf no Estado do Paraná.....	60
Tabela número 5- Dados do Pronaf no Estado de Santa Catarina.....	62
Tabela número 6- Dados do Pronaf no Rio Grande do Sul.....	64
Tabela número 7- Dados do Pronaf no Brasil (2000 a 2009).....	66
Tabela número 8- Dados populacionais do Município de Flor da Serra do Sul/PR.....	72
Tabela número 9- Área dos Estabelecimentos Agropecuários das Comunidades de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira.....	77
Tabela número 10- População Rural Ocupada, Segundo o Setor de Atividade Principal que exerce Brasil e Regiões em 1995.....	88
Tabela número 11- Complementação Financeira Proveniente de Fontes não agrícolas.....	91
Tabela número 12- Salários Recebidos Proveniente de outras Fontes de Renda além da Agropecuária.....	94
Tabela número 13- Renda Financeira Mensal per capita.....	98
Tabela número 14- Acesso ao Pronaf e sua Utilização.....	100
Tabela número 15- Destino da Migração dos Filhos dos Agricultores Familiares Flor da Serra do Sul.....	118
Tabela número 16- Faixa Etária da População Residente nas Comunidades Entrevistadas.....	125
Tabela número 17- Estrutura Tecnológica das Propriedades Rurais.....	128
Tabela número 18- Ano de Fabricação dos Veículos de Passeio e Máquinas agrícolas.....	131
tabela número 19- Infra-estrutura Produtiva das Famílias que Trabalham na Atividade Leiteira.....	132
Tabela número 20- Média Produtiva Diária de Leite por Cabeça Principais Países Produtores de Leite .....	135

**LISTA DE SIGLA**

- ASSESSOAR** – Associação de Estudos de Orientação e Assistência Técnica
- ATER** – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- BACEN** – Banco Central do Brasil
- BASER** – Base de Serviço
- BB** – Banco do Brasil
- BIRD** – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BNDES** – Banco Nacional do Desenvolvimento
- BNT** – Bônus do Tesouro Nacional
- CADE** – Coordenação de Administração e Defesa Econômica
- CAI** – Complexo Agroindustrial
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONTRAF** – Confederação Nacional dos trabalhadores do ramo financeiro
- COOPAFI** – Cooperativa de Comercialização da Agricultura familiar Integrada
- COOPERIGUAÇU** – Cooperativa de Prestação de Serviço
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRAPA** – Coordenação Regional de Associação de pequenos Agricultores
- CRESOL** – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
- DAP** – Declaração a Aptidão ao Pronaf
- DESER** – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
- DFDA** – Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
- EMATER** – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FCO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
- FETRAF-SUL** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do Brasil
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FNE** – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- FNO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IE/UNICAMP** – Instituto de Economia / Universidade Estadual de Campinas
- IEA** – Instituto de Economia Agrícola
- IGP** – Índice Geral de Preços
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
**MAPA** – Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento  
**MCR** – Manual de Crédito Rural  
**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MDIC** – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio  
**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**OGU** – Orçamento Geral da União  
**ONG** – Organização não governamental  
**PEA** – População Economicamente Ativa  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PNADS** – Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares  
**PNCF** – Programa Nacional de Crédito Fundiário  
**PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento  
**PNDA** – Plano Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial  
**PNDR** – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural  
**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária  
**PROAGRO** – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
**PROCERA** – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária  
**PROGER** – Programa de Geração de Emprego e Renda  
**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PROVAP** – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural  
**RB** – Renda Bruta  
**SAF** – Secretaria da Agricultura Familiar  
**SECEX** – Serviço de Comércio Exterior  
**SEDRAF** – Secretaria Estadual de desenvolvimento rural e agricultura familiar  
**SI** – Substituição de Importações  
**SNC** - Sistema Nacional de Crédito  
**SNCR** – Sistema Nacional de Crédito Rural  
**TEC** – Tarifa Externa Comum  
**TN** – Tesouro Nacional  
**TR** - Taxa Referencial **USDA** – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos  
**UTE/UTR** – Unidade Técnica Estadual ou Regional

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE QUADROS .....	viii
LISTA DE MAPAS.....	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE SIGLAS.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - O SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL, A CRISE FINANCEIRA DOS ANOS 80 DO SÉCULO XX E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRONAF.....	6
1.1 Mudanças na base técnica e o papel do sistema nacional de crédito rural no desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro.....	6
1.2 A financeirização da agricultura.....	11
1.3 Modelo econômico e crise financeira do crédito na década de 1980.....	13
1.4 O modelo econômico e a agricultura dos anos 90.....	17
1.4.1 Plano nacional de desenvolvimento rural.....	25
1.4.2 Plano nacional de desenvolvimento agroindustrial.....	30
1.5 Mudanças técnicas na agropecuária da agricultura familiar.....	33
Conclusão do capítulo I.....	45
CAPÍTULO II - SISTEMA DE FUNCIONAMENTO DO PRONAF E SUA DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA.....	36
2.1 O funcionamento burocrático do PRONAF.....	36
2.2 Dinâmica financeira do PRONAF no município de Flor da Serra do Sul.....	48
2.3 Dinâmica Financeira do PRONAF no Sudoeste do Paraná.....	52
2.4 Dinâmica Financeira do PRONAF no Estado do Paraná.....	59
2.5 Dinâmica financeira do PRONAF no Estado de Santa Catarina.....	61
2.6 Dinâmica financeira do PRONAF no Estado do Rio Grande do Sul.....	63
2.7 Dinâmica financeira do PRONAF no Brasil.....	65
Conclusão do Capítulo II.....	67
CAPÍTULO III - DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL Pr.....	69
3.1 Caracterização socioeconômica do Município de Flor da Serra do Sul/PR.....	69
3.2 Perfil fundiário dos estabelecimentos agropecuários, das comunidades rurais pesquisadas (2009) e do município de Flor da Serra do Sul/ PR e da base IBGE (1996 e 2006).....	76

3.3 Divisão produtiva das propriedades rurais e a participação das atividades agropecuárias, que representam: (principal, secundária, terciária e quaternária) atividade econômica das propriedades rurais das comunidades de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira.....	81
3.4 Formação da renda financeira dos agricultores familiares das comunidades de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira.....	85
3.5 O Pronaf e sua representatividade junto à agricultura familiar.....	100
3.6 Ação do PRONAF: alterações socioeconômicas ocorridas na agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul/ PR.....	102
3.7 Fluxos migratórios dos filhos dos agricultores familiares no município de FLOR DA SERRA DO SUL/ PR.....	116
3.8 Perfil dos filhos dos agricultores familiares residentes nas propriedades rurais faixa etária e escolaridade.....	120
3.9 Infra-estrutura das propriedades rurais.....	128
3.9.1 Atividade leiteira em Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira.....	132
3.9.2 Assistência técnica.....	141
3.9.3 Planos de investimento nas propriedades rurais.....	145
Conclusão do III capítulo.....	147
CAPÍTULO IV - O PAPEL DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS CONTRADIÇÕES .....	149
4.1 Agricultura familiar e suas bases políticas no acesso ao crédito.....	149
4.2 O cooperativismo de crédito e sua relação com o PRONAF.....	157
4.3 O PRONAF e seu poder de mudanças estruturais na agricultura familiar.....	160
4.4 O potencial de expansão do PRONAF e seu poder político em relação à agricultura familiar.....	165
Conclusão do IV capítulo.....	184
Considerações finais.....	186
Referências.....	192

## INTRODUÇÃO

No Brasil, principalmente a partir de meados da década de 1990, surgiu um longo debate em relação ao processo de desenvolvimento da agricultura familiar, em torno da institucionalização do **PRONAF**. O fato é que, com o surgimento do programa, desenvolveu-se uma nova dinâmica econômica na agricultura.

Mas o **PRONAF** apresenta algumas contradições que impedem o programa de se tornar ainda mais abrangente. Portanto há necessidade de uma pesquisa de campo detalhada para se analisar a materialização do **PRONAF**, avaliando seus avanços e limites; uma análise concreta, baseada em uma situação concreta, fornece elementos empíricos importantes para uma leitura mais aproximada do objeto de estudo em sua totalidade.

O objetivo principal desta dissertação é analisar o papel do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar<sup>1</sup> no desenvolvimento da agricultura familiar no município de Flor da Serra do Sul/Pr em três comunidades no período de 2000 a 2009.

Especialmente se objetiva verificar a relação do **PRONAF** com as possibilidades de viabilização econômica da agricultura familiar; sua influencia na migração, principalmente dos jovens, e de forma mais ampla, perceber se o programa atende os anseios dos agricultores familiares; verificar se o **PRONAF** foi fruto da luta política dos agricultores familiares ou apenas um dos agentes do capital para a geração de novas oportunidades de acumulação capitalista; enfim, analisar as possíveis tendências do **PRONAF** baseado em documentos oficiais do Banco Central do Brasil e na fala dos mediadores das políticas públicas ligadas a agricultura, levando em consideração suas contradições, inerentes ao Modo de Produção Capitalista.

Justificamos o tema da pesquisa pelo fato de no município, assim como a região Sudoeste, predominarem as pequenas propriedades rurais enquadradas na política de crédito do **PRONAF**. Portanto, a ação dessa política de crédito possui relevância no desenvolvimento econômico regional. Também pelo fato de não possuir no município,

---

<sup>1</sup> Há uma discussão conceitual em relação ao termo agricultura familiar, queremos deixar claro que não estamos utilizando o termo agricultura familiar como oposição a outros conceitos de agricultura que normalmente são discutidos. Pois o maior interesse está em estudar a política de crédito do **PRONAF** no desenvolvimento das propriedades rurais do município de Flor da Serra do Sul. Existem algumas leituras importantes que poderão ser feitas para quem tem interesse em aprofundar essa discussão polêmica. Podemos citar: “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” de Ricardo Abramovay (1998); “A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola” de Claus Germer (2002); “Questionando o Questionamento aos Clássicos do Marxismo sobre a Agricultura” de Paulo de Tarso Soares (1998).

nenhum trabalho referente ao tema e por entender que o desenvolvimento da agricultura familiar possui relevância para o município, tendo em vista que a maior parte da população, de acordo com o **IBGE** (2009), localiza-se no meio rural.

Portanto, uma análise concreta da realidade empírica apontará algumas contradições existentes assim como problemas e potencialidades. Esse estudo poderá ser útil para os departamentos públicos do município caso queiram analisar para desenvolver a agricultura local.

O principal enfoque teórico da pesquisa diz respeito à localização da política de crédito a partir da crise financeira da década de 1980, com base na obra de Guilherme da Costa Delgado, “Capital Financeiro e Agricultura no Brasil” (1985) e nos escritos de Ignácio Rangel, em decorrência do estudo dos ciclos econômicos e divisão do trabalho e desenvolvimento econômico, que possui ligação direta com o **SNCR** na década de 1960.

Em se tratando do processo financeirização da agricultura e dos programas **PNDR** e **PNDA**, ambos antecederam a institucionalização do **PRONAF**, foram importantes para a formação da chamada nova fronteira agrícola. Será utilizado como embasamento teórico, Gonçalves (1995 – 1998 – 2005 - 2008); Paulillo (1998); Santiago (1999).

No que tange a análise do modelo econômico adotado durante a década de 1990, o autor base é Homem de Melo (2001). Em se tratando da questão da renda financeira e a nova dinâmica social na relação campo e cidade (Pluriatividade) serão utilizados: Graziano da Silva (2002); Schneider (2003).

O método a ser utilizado nesta pesquisa é o materialismo histórico, por entendermos que para compreendermos uma realidade em sua totalidade, deve haver uma análise envolvendo sujeito e objeto de estudo feito dialeticamente com base na “práxis”. Pois:

São Marx e Engels que dão suporte a esta conclusão, quando afirmam ser a práxis o fundamento do conhecimento, posto que o homem só conhece aquilo que é objeto ou produto de sua atividade e porque atua praticamente, o que conferirá materialidade ao pensamento. A verdade objetiva, dizem os autores, enquanto concordância entre pensamento e realidade, não é um problema que se possa resolver teoricamente pelo confronto entre diferentes pensamentos; a verdade só se constituirá a partir da relação entre pensamento e realidade, e só assim será práxica. (Kuenzer, 1998, P. 58)

Acreditamos ser importante a utilização do método materialismo histórico, para atingirmos os objetivos desta pesquisa, ou seja, a sistematização das informações empíricas permite entender a realidade através das condições materiais dos agricultores familiares

tornando-se relevante para o desenvolvimento da própria política pública em questão (**PRONAF**) assim como para o desenvolvimento de outras políticas que venham auxiliar para a superação de fatores contraditórios que impedem o desenvolvimento socioeconômico da agricultura. O desafio é o de superar explicações centradas na antinomia – **PRONAF**: pura positividade ou pura negatividade - para buscar, no movimento concreto do real, as mediações e contradições.

Para analisar o objeto de estudo, utilizaremos como metodologia para o levantamento dos dados e informações, entrevista com agricultores familiares de três comunidades, de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira, totalizando 84 famílias através de aplicação de questionário para posterior sistematização das informações.

Também serão efetuadas entrevistas com mediadores das políticas públicas ligadas a agricultura de diferentes esferas de análise, quais sejam:

Christophe de Lannoy (Superintendente da Cooperiguaçu); Vilmar Vandresen (Presidente da **CRESOL** do município de Francisco Beltrão); Neveraldo Oliboni (Coordenador da **FETRAF** Sul no Estado do Paraná); Reni Antonio Denardi (**DFDA-PR/MDA**); Vanderlei Ziger (Presidente da **BASER/CRESOL** de Francisco Beltrão/PR); Marcos Antonio de Oliveira (Pesquisador do **DESER** de Curitiba/PR); José Sidnei Gonçalves (Instituto de Economia Agrícola de São Paulo); Sergio Luiz Carniel (Técnico Regional da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, núcleo de Francisco Beltrão/PR); Helio Joao Arsego (Técnico em Agropecuária da **EMATER** do município de Flor da Serra do Sul/PR).

Servirão de apoio os dados junto a EMATER; MDA; BACEN; MAPA; IBGE; BNDES; CRESOL; Cooperativa Agroindustrial Alfa.

Com base nos recursos supracitados, a pesquisa está estruturada da seguinte forma:

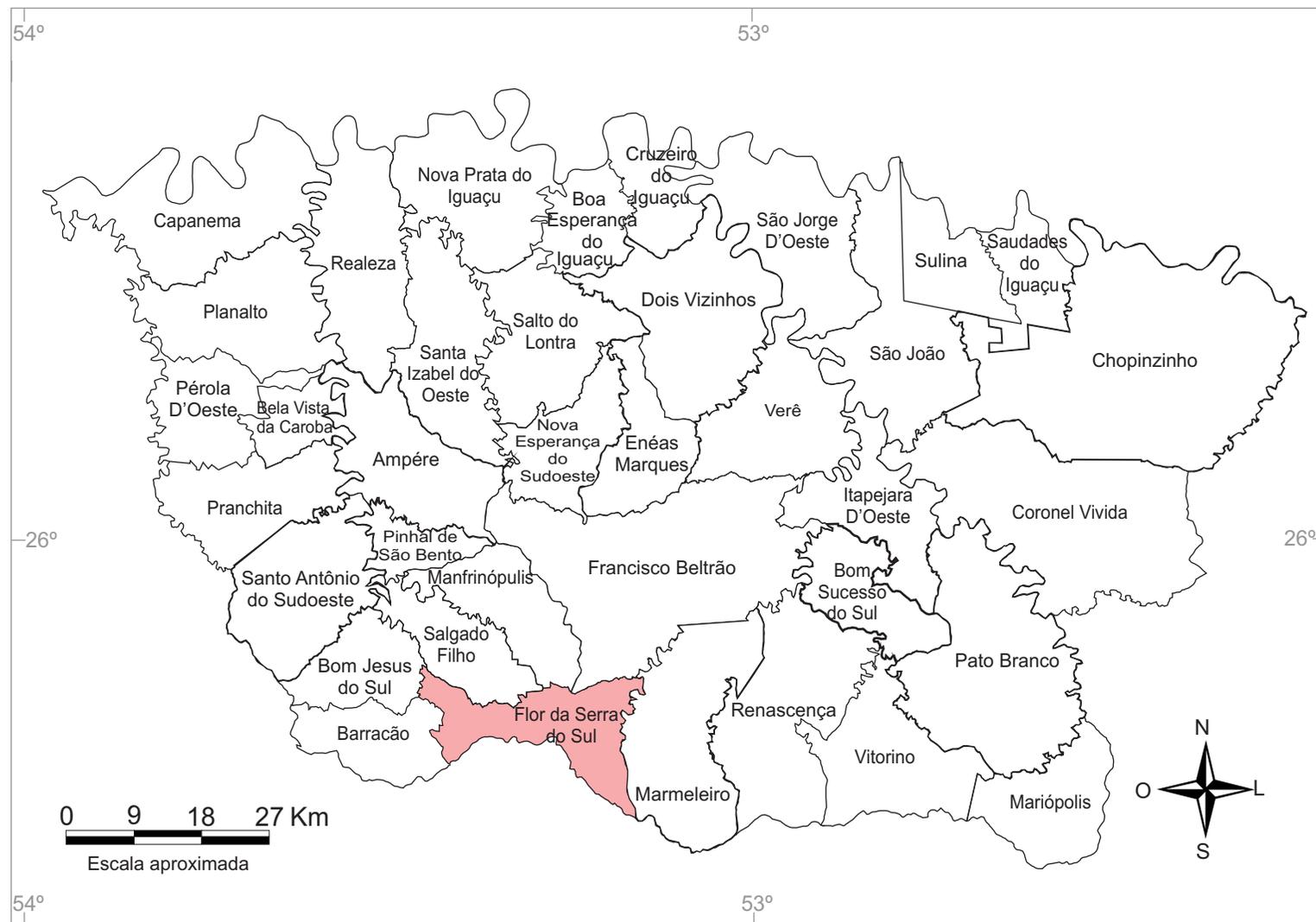
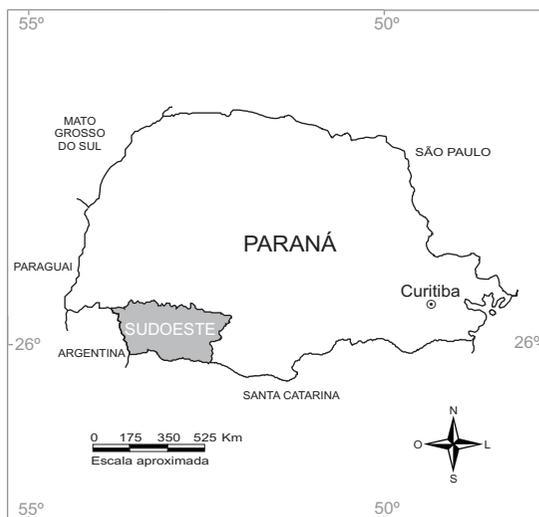
Primeiro capítulo trata da crise financeira do Crédito, da década de 1980 até o surgimento do **PRONAF**; período este marcado por um processo de escassez de crédito em decorrência da crise. Ao contrário da década de 1970, em que vivemos um período de crescimento econômico e grande oferta de crédito; o período é importante devido ao fato de, na transição anos 1980/1990, ocorrem movimentos importantes na economia e nos movimentos sociais que condicionaram a institucionalização do **PRONAF**.

O segundo capítulo trata do funcionamento burocrático do programa e sua distribuição quantitativa nas esferas local, regional, estadual e nacional. O desenvolvimento funcional do programa facilita a abrangência em relação à dinâmica financeira, ou seja, proporciona desenvolvimento econômico, ao expandir as possibilidades de crédito para outros

segmentos ligados à agricultura familiar (cooperativas e associações). No entanto, essa expansão pode virar problema em caso de saturação da clientela; e as instituições financeiras passam a não ter mais interesse em inserir novos agricultores familiares que necessitam de crédito.

O terceiro capítulo faz-se uma análise empírica dos dados coletados na pesquisa de campo, na tentativa de identificar a materialização do **PRONAF**. Neste capítulo procuramos analisar o papel do programa no desenvolvimento da agricultura familiar, se o acesso ao crédito está realmente proporcionando alterações na estrutura produtiva.

No quarto capítulo faz-se a análise crítica do programa. Para isso analisamos o conteúdo de entrevistas com os mediadores das políticas públicas ligadas à agricultura, em diferentes esferas. Temos por objetivo, neste capítulo, analisar as contradições do **PRONAF**, a estruturação política e financeira desenvolvida em decorrência do desenvolvimento do programa como o cooperativismo de crédito, e quais as possíveis tendências considerando o processo de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. O MAPA 1 indica a localização do município em estudo.



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de base cartográfica do IBGE.

MAPA 01 - MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDOESTE DO PARANÁ E MUNICÍPIOS

## CAPÍTULO I

### O SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL, A CRISE FINANCEIRA DOS ANOS 80 DO SÉCULO XX E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRONAF

#### 1.1 MUDANÇAS NA BASE TÉCNICA E O PAPEL DO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO

O objetivo do presente capítulo consiste historicizar brevemente o processo de formação do Sistema Nacional de Crédito Rural (**SNCR**) e seu papel no desenvolvimento do Complexo Agroindustrial ligado à agricultura, este considerado importante no desenvolvimento do processo de financeirização da agricultura brasileira no qual se encontra inserida.

Analisaremos alguns fatores do crédito rural durante a transição da década de 1970 para a década de 1980 e na década de 1990, a crise do crédito rural o modelo econômico adotado, alguns investimentos ocorridos na agricultura com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (**PNDR**) e o Plano Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (**PNDA**), estes programas surgiram em decorrência da crise do crédito da década de 1980, e acabaram por encontrar novas formas de financiar as forças produtivas da agricultura. São processos que antecedem a inserção da agricultura familiar no sistema de crédito nacional, graças ao surgimento do **PRONAF**, em meados da década de 1990.

Segundo Delgado (1985), o setor agrícola brasileiro no final dos anos 1960 iniciava com vigor um processo de mudança em sua base técnica. Essa alteração proporcionou uma consolidação integrada do **CAI** (Complexo Agroindustrial) e através desse processo, deu-se início a um novo cenário de desenvolvimento na agricultura brasileira.

Delgado (1985) afirma que a modernização da agricultura, no país somente criou dinamismo e adquiriu abrangência significativa, de meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970, com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (**SNCR**), mas foram os efeitos do **II PND**<sup>1</sup> que proporcionaram nova fase de importações de meios de produção, proporcionando novas possibilidades de prosperidade econômica, lembrando que em período anterior a esse plano o Brasil viveu a fase do chamado “milagre brasileiro”.

---

<sup>1</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento, implantado entre 1974 – 1978, através do grande volume de investimentos na ampliação da capacidade das indústrias de bens de capital e de consumo.

Segundo Rangel (1985), houve, durante a fase do milagre brasileiro, a coincidência, no período de 1967 –1973, de uma conjuntura extremamente favorável, da existência de uma fase “a” do ciclo endógeno com a etapa final do ciclo “a” longo de Kondratieff.<sup>2</sup> Esse período foi importante no sentido de criar condições reais para a economia brasileira reagir diante dos movimentos cíclicos de descendência e crise geral do modo de produção capitalista que viveríamos no futuro.

De um país basicamente dependente de algumas mercadorias produzidas pela monocultura - como o café na década de 1930 - passamos, a partir da década de 1960, com o estímulo da financeirização da agricultura e em decorrência dos investimentos do **SNCR**, a intensificar o desenvolvimento do mercado interno, tornando-o mais complexo, dinâmico e diversificado.

O desenvolvimento mais intenso vivido pela agricultura ocorreu principalmente a partir da década de 1970, devido aos incentivos fiscais e crédito farto. Tal cenário criou um ambiente econômico favorável, em que, através dos incentivos fiscais e crédito abundante e a juros negativos, o complexo agroindustrial ligado a agricultura teve um forte desenvolvimento econômico, graças aos incentivos e direcionamento do uso de fertilizantes e agroquímicos, que foram largamente utilizados em novas fronteiras agrícolas que iniciavam no período de ascendência, como é o caso da região do Brasil Central.

Essa ação governamental de baratear os insumos teve o sentido não apenas de concretizar a ampla utilização dos fertilizantes e outros insumos por todas as atividades e perfis de agropecuaristas, mas também de criar demanda para as agroindústrias de produção desses produtos, em ampliação da capacidade produtiva à época. (GONÇALVES; SOUZA; FERREIRA, 2008, p.14)

---

<sup>2</sup> De acordo com Mamigonian (2005), “a Revolução Industrial dos fins do século XVIII inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclos longos, de cinquenta anos (Kondratieff), cada ciclo com fase expansiva “a” fase depressiva “b”. Marx e Engels constataram os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estaticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada longa depressão do século XIX e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita entre 1918-1921 por N. Kondratieff (1926). Como Marx assinalou, as crises decenais são basicamente de superprodução ou inter-setoriais, o que vem a dar no mesmo, enquanto as crises do ciclo longo parecem estar ligadas à tendência à queda da taxa de lucro de longo prazo, com o esgotamento do uso das invenções revolucionárias ligadas a cada revolução industrial. Note-se que cada revolução industrial tem ocorrido de dois em dois Kondratieff ( a 1 em fins do século XVIII, a 2 em fins do século XIX e a 3 está para se iniciar), sob a liderança sucessivamente da Inglaterra (1), dos EUA e Alemanha (2) e com acréscimo do Japão (3), num movimento geográfico profeticamente assinalado por Hegel, em direção ao Oriente. Segundo Rangel (1982.p, 18), a numerologia básica dos ciclos de Kondratieff consiste em: 1 Ciclo Longo tendo a fase “a” entre 1790 – 1815 e fase “b” no período de 1815 -1847. 2 Ciclo Longo fase “a” 1847 – 1873 e fase “b” entre 1873 – 1896. 3 Ciclo Longo fase “a” 1896 – 1920 fase “b” 1920 – 1948. 4 Ciclo longo fase “a” 1948 -1973 fase “b”1973.

É preciso considerar que o forte crescimento econômico brasileiro, no período do “milagre” (1969 – 1973), em que a economia se expandiu aceleradamente, é parte de um processo evolutivo que veio ocorrendo em etapas, de acordo com o desenvolvimento brasileiro. Um fator importante é quanto à estruturação industrial do mercado interno, necessário para diminuir a forte dependência da importação de tecnologias pura dos países do Centro Dinâmico mundial.

De certa forma, essa dependência prejudicava o processo evolutivo ramificador do complexo agroindustrial que acabava de nascer com a substituição das importações, que unificaram os setores da agricultura e indústria.

Segundo Rangel (1982), a superação das flutuações dos ciclos médios e curtos, através do planejamento, parece ser uma conquista já assegurada. Já as flutuações de longo prazo do ciclo de Kondratieff, somente poderiam ser superadas por uma rigorosa disciplina nos processos de introdução de novas técnicas.

Havia uma preocupação grande em relação a como o Brasil iria comportar-se diante das longas depressões dos ciclos econômicos, afinal, iniciávamos o processo de industrialização (3º Kondratieff), justamente na fase depressiva do ciclo longo.

O Brasil acabou crescendo tanto na fase recessiva quanto na fase ascendente, por possuir vantagens próprias como o poder energético, essencial para o amadurecimento de uma economia e por ter implantado um modelo substitutivo de importações, para atuar no enfrentamento dos processos flutuantes da economia capitalista, por possuir o complexo agroindustrial base com tendências a ramificações amadurecidas, com capacidade de expandir suas técnicas para outros ramos da economia.

Nesse sentido, o país era possuidor de recursos ociosos para expandir o crescimento econômico. Com o desenvolvimento industrial, houve aproveitamento do grande número de trabalhadores, transferidos do meio rural para o urbano, pois grandes avanços tecnológicos passaram a ser utilizados na agricultura.

Esse processo de divisão social do trabalho é um dos fatores importantes que proporcionaram o crescimento econômico tanto nas fases recessivas quanto nas fases de ascensão.

Precisamente por não estarmos na dependência da solução prévia de tais problemas é que podemos conceber um ambicioso projeto nacional de desenvolvimento, que importe na transposição para o nosso país de uma tecnologia já amadurecida e, em parte, já aplicada, e isso, em economia capitalista, ou seja, não planejada ou só acessoriamente planejada. Como ficou dito antes (“O Brasil e o Kondratieff”), temos encontrado meios de

crescer espontaneamente, intencionalmente ou preter-intencionalmente, vale dizer, sem planejamento, tanto nas fases “a” como nas fases “b” dos ciclos longos. (RANGEL, 1982, p. 25)

Segundo Rangel (1982), com o processo de desenvolvimento industrial, o Brasil passou a desenvolver uma ponderável capacidade de produzir os bens de capital necessários e não somente trabalhar produzindo cópia artesanal e servil de bens de capital importados, com a utilização de estrutura humana e física com muitas limitações. Com os avanços tecnológicos passamos a nos impor diante das adversidades do mundo contemporâneo; a agricultura brasileira, através do processo evolutivo do **CAI**, foi alavancada no sentido de se adequar à nova realidade imposta pela economia globalizada.

Isso fez com que diminuísse a dependência brasileira em relação às tecnologias dos países de centro; nesse sentido, passo a passo, a industrialização brasileira foi traçando sua trajetória de forma que a criação do complexo agroindustrial formalizasse a existência de um mercado consumidor interno alavancado sob o processo da divisão social do trabalho.

Ora não são todos os países do chamado terceiro mundo que podem fixar essa meta. Para nós, isso significa que uma importante etapa do nosso desenvolvimento foi vencida: significa que nossa industrialização substituidora de importações de degrau em degrau, a partir dos produtos finais, seguindo uma trajetória historicamente marcada e da qual teria sido ingenuidade pretender fugir, acabou por criar importantíssimos elementos modernos ou industriais do chamado setor A ou Departamento I da economia. Ou seja, no que depende da capacidade física de produzir, já estamos em condições de engendrar uma sustentada oferta dos bens de produção necessários ao desenvolvimento do país. (RANGEL, 1982, p. 97)

Para Delgado (1985), com a institucionalização e abrangência do **SNCR**, a partir de meados dos anos 1960, tenta-se adquirir certa generalidade em termos de desenvolvimento, no sentido de contemplar a mercadoria agrícola em geral, e não apenas alguns setores específicos da monocultura como o Instituto Brasileiro do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool criados após a década de 1930.

O novo sistema é montado para a agropecuária em seu conjunto. Seu sentido modernizador é claramente estipulado. Seus mecanismos indutores de organização da produção são refletidos nas condições favorecidas de financiamento, em termos de taxas de juros, prazos e carência de pagamento. Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das transações interindustriais do **CAI**. (DELGADO, 1985, p. 45)

Durante o processo expansivo do **SNCR**, convivemos com um crescimento desproporcional em relação ao crescimento do produto agrícola em geral; segundo Delgado (1985), no período de 1969 a 1976, os empréstimos bancários tiveram em média de 23,8% ao ano de crescimento real, que segundo o autor foi muito superior ao crescimento real do produto agrícola. Esse processo tinha ligação direta com a expansão do Complexo Agroindustrial, que crescia a um ritmo muito superior ao da agricultura. Durante esse período de expansão dos empréstimos bancários, o Banco do Brasil e demais bancos oficiais foram as instituições bancárias que, praticamente financiaram todo esse processo, sendo a participação do sistema bancário privado pouco expressivo.

O crescimento do **SNCR** acabou acelerando a integração técnica à montante, pela qual afirma Delgado (1985) teria iniciado mediante a importação dos meios de produção. O resultado de sua evolução deu origem à formação articulada do chamado **D1** (Departamento de meios de produção industriais para a agricultura); esse processo, segundo o autor, tem origem a partir de duas importantes estratégias de política econômica.

Primeiro cria-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, servindo como forma específica de captar os excedentes financeiros, permitindo ao Estado financiar e estimular a expansão do crédito rural. Sob juros reais negativos alcançou-se rápida expansão na década de 1970 e moderada expansão e depois queda durante a década de 1980.

Devemos deixar claro que o **SNCR**, segundo Delgado (1985), estava vinculado ao financiamento de meios de produção produzidos pelo setor industrial; o **SNCR** apresentava uma situação atrativa para os agricultores e bastante vantajosa para a indústria. O setor agrícola, além de se beneficiar com todo o aparato industrial proporcionado pelo **D1** industrial, recebeu, em 1973, mais uma complementação, ou seja, a reorganização pública do Sistema Nacional de Pesquisa e Extensão Rural (Embrapa) e Embrater, que passou a receber investimentos para desenvolver pesquisa agropecuária.

Segundo, após receber meios de produção, via substituição de importações e ter criado a base do mercado interno através da implantação da estrutura industrial do **D1**, ocorre o processo de expansão do **D1** da agricultura, sob o tripé: Estado – Multinacionais - Grande Empresa Nacional. Portanto, esse processo de expansão aconteceu com a implantação de um programa mais geral de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos, que é representado pelo **II PND**.

Essa sequência histórica de processos evolutivos de organização agroindustrial, no Brasil, permitiu que a agricultura se desenvolvesse e aprofundasse as relações capitalistas no campo, ou seja, a agricultura passou a ser inserida no dinamismo do Complexo

Agroindustrial, passando a depender de capital financeiro para dar continuidade ao desenvolvimento do setor produtivo; conforme argumenta Gonçalves (2005), o desenvolvimento da agricultura, “sob a égide do capital financeiro”, permitiu ao longo das décadas, desenvolver de forma profunda, a estrutura de mercado. Esse processo rompeu com o fato de haver desenvolvimento apenas nos “estáticos limites setoriais” como em períodos anteriores agricultura.

O capital financeiro passou a ser fundamental para esse desenvolvimento, alavancando o processo agroindustrial, garantido por investimentos financeiros do **SNCR**. Este, por sua vez, criou dinamismo para a expansão do mercado diante da economia globalizada.

## 1.2 A FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Para Gonçalves (2005), é equivocado contemplar o desenvolvimento agrícola, dando ênfase “unicamente” à relação entre agricultura e indústria com a intersecção produtiva crescente implementada pelo processo de industrialização derivado da Segunda Revolução Industrial. Segundo o autor, numa economia continental como a do Brasil, uma economia exigente quanto à erradicação de processos de “estáticos limites setoriais” para o desenvolvimento de largo espaço geográfico, essa transformação conforma-se como um autêntico processo de agroindustrialização da agricultura brasileira, comandada pelo processo de financeirização da agricultura.

A agropecuária consolida-se como um elo da produção de riqueza multiplicada por segmentos emancipados do antigo complexo rural para formar os estratégicos segmentos das agroindústrias processadoras de alimentos e vestuários. Os mecanismos de certificação de qualidade e de rastreabilidade típicos do novo padrão produtivo concedem lastro à necessidade de uma visão integrada e integradora da cadeia de produção, que é absolutamente fundamental para a inserção competitiva da nova ordem dos agromercados globalizados. (GONÇALVES, 2005, p. 07)

Tal integração no mercado globalizado em que se encontra inserida a agricultura, representa um novo momento da realidade agrícola.

Gonçalves (2005) argumenta que, para entender a transformação ocorrida nos últimos 50 anos, faz-se necessária uma leitura “produtivista ampliada”, ou seja, a leitura baseada na produção simples de capital **M – D – M**, que consiste no processo anterior da agricultura do “antigo complexo rural” presente na realidade antes do surgimento vigoroso do

processo de transformação ocorrido no mundo, desde o final do século XIX, e que consolidado, no Brasil, na década de 1980 do século XX, passou a se caracterizar como produção ampliada de capital, que consiste na fórmula **D – M – D**, em decorrência do processo de financeirização da agricultura.

Esse processo, segundo Gonçalves (2005), faz parte de processos de mudanças na base estrutural da agricultura brasileira ocorrida durante o século XX; sua diferenciação entre uma e outra consiste na reprodução simples, o principal objetivo é produzir para seu consumo e efetuar a venda apenas do excedente. Na reprodução ampliada, que faz parte da nova condição imposta a agricultura, o dinheiro necessário para produzir mercadorias tem o objetivo de ampliar seu poder financeiro, o lucro.

Essa nova condição é a única compatível com a ação de produção especializada em produtos e processos, o que por si só já implica numa interdependência do agente econômico com outras instâncias dos mercados. Mais ainda, cada vez mais o capital assume a sua condição de capital em geral, deixando submersas adjetivações, tais como: capital produtivo, capital agrário e capital industrial, para assumir a sua forma desenvolvida de capital financeiro. (GONÇALVES, 2005, p. 08)

A presença do crédito no desenvolvimento da agricultura representou um fator crucial para alavancar a integração entre agricultura e indústria através do **CAI**. Sem a presença do crédito, a expansão do setor agropecuário brasileiro não teria tido o mesmo desenvolvimento. O **SNCR** representou um fator de caráter indutor do crescimento econômico a partir da década de 1960. Na atualidade, temos outras políticas públicas como, por exemplo, a do **PRONAF**, que possui caráter financiador das atividades agropecuárias da agricultura familiar.

Considerado por Gonçalves (2009) como um “apêndice” do próprio **SNCR**, o **PRONAF** representa, na atualidade, um fator importante, tanto no sentido de garantir a liquidez financeira a uma importante parcela do setor agroindustrial e para o sistema financeiro como um todo quanto para a obtenção de crédito necessário para custear o cultivo de culturas anuais existentes na diversidade da agricultura familiar.

As culturas anuais (produção de grãos) formam a base produtiva de todo um conjunto que envolve desde a indústria produtora de fertilizantes, defensivos, combustíveis,

setor terciário (serviços), produção de carnes, até a formação de capital ocioso<sup>3</sup> proporcionado pelas linhas de crédito especiais para investimentos, que gerará em momento oportuno, novas oportunidades de produção.

Nesse momento, explicita-se a presença do crédito como elemento indispensável do processo de desenvolvimento capitalista e a solidez do padrão de financiamento como axioma da alavancagem do investimento para a realização e expansão da produção. Noutros termos, a reprodução ampliada do capital inseriu de forma plena a agricultura na lógica da financeirização da riqueza num universo globalizado. Nesse sentido, os movimentos setoriais de desenvolvimento da agricultura se dão nesse contexto e com base nessa lógica é que devem ser pensadas as estratégias para o novo ciclo de expansão setorial. (GONÇAVES, 2005, p. 08)

O crédito utilizado como estratégia de desenvolvimento setorial do sistema agrícola, inserido no processo global do desenvolvimento capitalista, não depende apenas do poder de abrangência e generalização de uma política pública, depende também de uma série de acontecimentos do cenário mundial das economias globalizadas assim como o modelo econômico adotado no condicionamento de uma economia interna. Tivemos, ao longo de diferentes décadas desafios; os pontos de transição para futuras décadas exigiram mudanças na política econômica, com que convivemos nas décadas de 1970, 1980 e 1990 com diferentes caracterizações em relação ao crédito agrícola, responsáveis por inúmeras transformações e consequências para a agricultura brasileira.

### 1.3 MODELO ECONÔMICO E CRISE FINANCEIRA DO CRÉDITO NA DÉCADA DE 1980

O período de ascendência do Crédito Rural no Brasil começa a mudar, passa a sofrer com os cortes, na medida em que a economia brasileira não mais comporta movimentos ascendentes de disponibilidade de recursos financeiros para financiar o setor agrícola.

De acordo com Delgado (1985), a partir de 1978, o Estado começa a se desvencilhar dessa política financeira, adotando uma política de elevação dos juros reduzindo subsídios financeiros e apontando, de forma crescente, para a tendência de uma nova forma de inserção ao mercado financeiro na agropecuária, com direcionamento para a iniciativa privada do sistema bancário.

---

<sup>3</sup> Para entender a dinâmica do capital ocioso, gerado em décadas passadas e sua dinâmica cíclica ver Medeiros, 2009, “A Geografia Econômica do Setor Agroalimentar Brasileiro: Investimentos, Recursos Ociosos e Dinâmica Cíclica (1990 – 2007)”. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

Em entrevista José Sidnei Gonçalves<sup>4</sup>, argumenta que a crise do crédito da década de 1980 não pode ser interpretada como uma crise por excesso de demanda por crédito, dificultando o poder de liquidez da economia brasileira ao financiar o setor agrícola, mas;

Foi sim a enorme crise fiscal encarnada no astronômico déficit público derivado entre outras coisas da operação do crédito rural com base na famosa “conta movimento” existente entre o Banco do Brasil (operador do crédito rural) e o Tesouro Nacional permitindo saques a descoberto que impulsionavam a dívida pública. A crise dos anos 1980 correspondeu ao esgotamento do padrão de financiamento lastreado na dívida pública, que atendeu não apenas a agricultura, mas de toda a classe média. (Dados da entrevista com José Sidnei Gonçalves, Dezembro de 2009)

Em 1983, houve uma intervenção do **FMI** na política econômica financeira brasileira, período este, apontado por Delgado, “de maior embaraço e crise do projeto de modernização conservadora sob a égide financeira estatal”, início de uma crise do Estado, pelo seu caráter de intervenção, vivida pela economia durante a década de 1980 e especificamente na de 1990.

Esse período de cortes dos subsídios agrícolas, situados em meados da década de 1980, de acordo com Medeiros (2009), ocorreram principalmente aos subsídios à modalidade de investimentos. Nesse sentido, a política de preços mínimos ganha importância, para garantir aos produtores o estabelecimento dos índices de preços dos produtos já que vivíamos um período de alta inflação.

A luta para controlar o processo inflacionário da economia brasileira sempre foi apontada como um dos grandes dilemas. Para Rangel (2005), a inflação foi necessária no passado para o controle do fluxo de investimento e consumo, ou seja, não se combate a inflação apenas com retração do consumo, alterando a oscilação da oferta e da procura dando uma idéia de equilíbrio, mas com o próprio crescimento econômico. Segundo Helfand e Rezende (2001), nos anos 1980, foram utilizadas políticas de estímulo à produção doméstica, motivadas pelo “desejo de combater a inflação”, problema este que se agravou ainda durante a década de 1990.

De acordo com Rangel (1985), o início da década de 80 foi marcado por coincidências de fases recessivas, tanto na economia interna como na internacional. Segundo o autor:

---

<sup>4</sup> Entrevista de Jose Sidnei Gonçalves efetuada no dia 10.12.2009 (on -line), o conteúdo completo da entrevista estará no capítulo IV da presente dissertação.

A situação mudaria radicalmente a partir de 1980 quando coincidiu com a fase recessiva do nosso Ciclo Breve, a do ciclo longo mundial que, provavelmente, continuará em fase recessiva por muitos anos ainda. (RANGEL, 1985, P. 49)

Segundo Medeiros (2009), o programa de redução dos subsídios agrícolas, tendo em vista a sucessão de choques externos, consistia em reduzir os gastos governamentais com custeio e investimento assim como com o aumento da carga tributária, restringindo-se o crédito para a agricultura.

No entanto, segundo Paulillo e Alves (1998), apesar de a década de 80 ter sido considerada com a “alcunha de década perdida”, os mecanismos específicos de exportações proporcionados pelo modelo econômico de elevação dos juros e desvalorização cambial - implantado na política econômica brasileira - proporcionaram a alguns setores da economia taxas positivas de crescimento.

Conforme Paulillo e Alves (1998), alguns setores da agricultura conseguiram elevadas taxas de crescimento, assim ocorreu com o setor cítrico, o suco-alcooleiro, o setor produtor de grãos que tiveram supersafras. Estas podem ser atribuídos ao processo de modernização e desenvolvimento do setor agrícola, ou seja, aos efeitos da alteração técnica, vivida pela agricultura brasileira principalmente, a partir da década de 1960, com a implantação do **SNCR** e o desenvolvimento e atuação do **CAI** na agricultura, alavancado principalmente com os investimentos do **II PND**.

Apesar da retração do crédito rural, e da crise dos anos 1980, os efeitos negativos da inflação foram amenizados devido ao crescimento de alguns setores da agricultura. Medeiros (2009) apresenta dados do período de 1980-84, durante a qual a economia brasileira cresceu 1,7%, o **PIB** industrial cresceu 0,2%, e o **PIB** agropecuário cresceu 3,9%. Segundo esse autor o crescimento do **PIB** agropecuário da década de 1980 amenizou os efeitos recessivos da inflação devido ao rebaixamento dos preços dos alimentos ocasionado pelo crescimento do **PIB** agropecuário com suas supersafras.

É preciso levar em consideração o aparato financeiro envolvido no auge do crescimento dos investimentos gerados pela institucionalização do **SNCR**, constituindo-se num fator importante para o país no sentido de gerar crescimento econômico assim como formar capacidade de infraestrutura produtiva ociosa para que, futuramente, pudesse ser

aproveitada. Como afirma Rangel (2005), essa medida é indispensável para qualquer economia<sup>5</sup>.

Os investimentos obtidos através do sistema de crédito rural permitiram a forte expansão agrícola em regiões importantes que movem um intenso desenvolvimento do complexo agroindustrial, exemplo disso são os casos da região Centro Oeste.

A financeirização da agricultura proporcionada pelo sistema de crédito implantado para estimular o complexo agroindustrial, visando a maior dinamização e alargamento do **CAI**, segundo Delgado (1985), além de ampliar e solucionar, até final dos anos 1970, o problema de financiamento rural, o desenvolvimento do Sistema de Crédito, sob o comando do Estado, promove novas alternativas de desenvolvimento capitalista na agricultura. Houve maior aprofundamento de relações de integração técnica entre agricultura e indústria, à montante e à jusante, devido ao aprofundamento das relações industriais do **CAI**.

Delgado (1985) afirma que, aparentemente, o **SNCR** cumpriu o seu papel original de concretizar as relações técnicas entre agricultura e indústria. Porém, não esgotou todo seu potencial de ligações “intersticiais” da articulação orgânica dos capitais bancários, agrários e industriais.

A crise do crédito vivida durante a década de 1980, que causou “influências negativas” em relação à integração técnica na agricultura, apontava para soluções no sentido de haver fusões de capitais, tanto dentro quanto fora do Complexo Agroindustrial; essa direção, embora considerada pelo autor como emergente, não estava “claramente delineada”, pois a função diretiva e reorganizadora do Estado seria indispensável naquele momento em que se encontrava enfraquecido diante da crise enfrentada pela economia brasileira durante a década de 1980.

O Modo de Produção Capitalista sempre está criando novas alternativas de acumulação de capital, por isso apesar da crise, era necessário estimular o alargamento das relações industriais do Complexo Agroindustrial. Se, no início da institucionalização do **SNCR**, a clientela preferida eram os produtores mais modernizados e mais capitalizados, a própria crise econômica dos anos 1980 apontou para a necessidade de reorganização do Sistema de Crédito pelo Estado e a necessidade de expandir a clientela com a participação

---

<sup>5</sup> As imobilizações em renovação ou expansão do capital fixo do sistema são o motor primário de qualquer economia moderna (RANGEL 2005. P, 364).

também de outras categorias de agricultores<sup>6</sup>, além dos grandes proprietários e agricultores modernizáveis.

O enquadramento da “clientela específica de pequenos produtores”, alternativa de alargamento da área de ação do **CAI**, ocorreu em meados da década de 1990, com a institucionalização do **PRONAF**, que surgiu numa década marcada por inúmeras mudanças macroeconômicas na economia do país.

#### 1.4 O MODELO ECONÔMICO E A AGRICULTURA DOS ANOS 90

Na década de 1990, o Brasil passou por importantes mudanças macroeconômicas em sua economia. Marcada pela liberalização comercial, essas mudanças na política econômica causaram alguns efeitos negativos como, por exemplo, o rebaixamento dos preços agrícolas tendo em vista a sobrevalorização da taxa de câmbio, que incide diretamente na relação exportação/importação.

As medidas da política de câmbio são fator importante para o equilíbrio da balança comercial nas contas públicas, no custo de vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, para o índice de desenvolvimento do mercado interno, ou seja, se a taxa de câmbio sofrer valorização estimulam-se as importações, pois com menos moeda nacional, é possível adquirir mais moeda externa tornando-se viável a compra de produtos importados para abastecer o mercado interno.

Caso contrário, se a taxa de câmbio sofrer uma elevada desvalorização, favorecerá a exportação de produtos do mercado interno gerando dificuldades para importar e obrigando, muitas vezes, o mercado interno a suprir sua necessidade com produtos do próprio mercado; isso em caso de existência de oferta e capacidade ociosa para atender a demanda.

A forte valorização cambial estimuladora das importações pode causar sérios problemas para a economia de um país emergente como o Brasil. Em decorrência de uma crise econômica nos países exportadores, os produtos que importamos sofreriam reajustes, o que dificultaria o abastecimento do mercado interno para suprir a necessidade da população, aumentando, por sua vez, a dívida pública.

---

<sup>6</sup> Outra grande necessidade geral para reestruturação agrária é a reforma do sistema de financiamento rural, relativamente à garantia de financiamento a projetos de colonização e reforma agrária, conduzidos em consonância com diretrizes gerais para enquadramento de uma clientela específica de pequenos produtores, socialmente organizados e representados por suas Associações Sindicais ou Cooperativas. (Delgado 1985.p, 227).

A medida de sobrevalorização da taxa de câmbio, medida econômica adotada durante a década de 1990, servia de explicação para a busca intensa da estabilização do índice inflacionário, principal problema que assombrava a economia brasileira.

As mudanças principais da década de 1990 de acordo com Homem de Melo, foram: a liberalização econômica e comercial (maior participação do Brasil na divisão internacional do trabalho); a reforma do Estado (Política de Estado Mínimo); as desregulamentações dos mercados de vários produtos (rebaixamento das tarifas de importação dos produtos externos no Brasil); o Mercosul; a desindexação do Plano Real (mercado de ativos sem regras estabelecidas); o controle da inflação; as políticas monetárias e cambiais no centro da política econômica.

O cuidado que devemos ter, segundo Homem de Melo (2001), é de que não se pode ficar limitado apenas à liberalização comercial, levando em consideração a redução das tarifas de importação de produtos e insumos agropecuários; devemos destacar a questão das bases monetárias, fiscal e cambial que são importantes e podem definir os rumos de uma política econômica. Assim, com essas bases, é importante enfatizar as políticas agrícolas (crédito, preços mínimos e estoques reguladores) que fizeram parte da história econômica da agricultura brasileira.

A hipótese que Homem de Melo (2001) testa, no artigo “Liberalização Comercial e Agricultura Familiar no Brasil”, é de que as mudanças ocorridas no conjunto das novas políticas econômicas representaram prejuízos à rentabilidade da agricultura familiar, principalmente devido à queda dos preços de seus produtos, ocasionada pela política econômica adotada.

É importante ressaltar que a determinação dos preços internos das principais mercadorias produzidos pela agricultura brasileira possui ligação direta com duas variáveis; os preços internacionais e a taxa de câmbio, não apenas com essas variáveis, existem outras como o custo interno da produção.

Além do fator negativo em relação aos preços dos produtos produzidos pela agricultura familiar, existem outros segmentos produtivos que fazem parte do conjunto produtivo da economia brasileira, nos quais, segundo Medeiros (2009), na década de 1990, houve aumento da ociosidade dos setores produtivos, devido ao abandono das políticas de desenvolvimento dos setores produtivos como “carro-chefe” da economia nacional.

O modelo econômico adotado na década de 1990 estimulava a entrada de recursos externos através da política de juros altos, que tinha como objetivo equilibrar a conta corrente de capital a fim de combater a inflação. No entanto, a prioridade estabelecida durante parte da

década de 1990, estava em desenvolver medidas de políticas monetárias, cambial e fiscal, a fim de controlar o “excesso de demanda” por mercadorias, considerada o principal problema da alta inflação brasileira. Com essas medidas macroeconômicas adotadas buscava-se a solução do problema.

O período pós-1990 marca uma série de mudanças na economia nacional. A principal refere-se ao afastamento do pacto de poder, dos interesses do desenvolvimentismo e de expansão e proteção ao mercado, com a ascensão, nos governos Collor e FHC, dos interesses ligados ao capital financeiro em crescente internacionalização e ao comércio importador. Esta mudança marca o redirecionamento da política econômica e das condições institucionais da prioridade ao crescimento para a prioridade à estabilidade monetária com combate à inflação. Criou-se um poderoso consenso de que a inflação era o principal problema da economia brasileira e que esta era causada pelo excesso de demanda, pelo atraso tecnológico da indústria nacional, pela proteção ao mercado interno e pela excessiva participação do Estado na economia. (MEDEIROS, 2009, p. 41-42)

Nesse cenário de abandono do Estado quanto à sua participação na economia, crescem os planos políticos e econômicos, para privatizar os setores estratégicos da economia nacional, criados no período desenvolvimentista na década de 1950, intensificados durante a década de 1960. Essa desestruturação dos setores produtivos causados pelo modelo econômico da década de 1990 criou uma série de problemas e conseqüências para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Segundo Gonçalves (1998) e Coutinho (1998) apud Medeiros (2009), a indústria brasileira perdeu um mercado de US\$ 18 bilhões entre 1993 – 1996 o equivalente a 25% do valor da produção industrial e redução de 3% ao ano de demanda. As importações de bens de capital aumentaram em 70%, com redução de 10% da produção interna.

A importação de produtos, utilizada para combater a inflação, através da estratégia de redução dos preços dos alimentos, abertura de mercado assim como redução de tarifas de importação e fim das barreiras não tarifárias para a entrada de produtos no mercado interno brasileiro são apontadas pelos idealizadores do modelo econômico como a grande vantagem da política econômica para o desenvolvimento da agricultura brasileira, possibilitando o acesso a fertilizantes importados e de qualidade superior aos da indústria nacional e a preços mais baixos.

No entanto, a entrada maciça de insumos importados, durante a década de 1990, pode até ter oferecido cenário vantajoso para a classe dos agricultores que já possuíam no período, um grau de modernização mais elevado, pois conseguiram fazer a combinação em

momento oportuno. No caso da soja, com os preços internacionais em ascensão, os produtores que produziam para o mercado externo obtiveram preços superiores (via câmbio), assim como vantagem de haver a entrada de insumos agrícolas de alta qualidade a custos baixos (via menores tarifas de importação), nesse sentido, acabou beneficiando a categoria que produz para o mercado externo.

Em compensação, o público da agricultura familiar, que produzia maior parte de sua produção para ser comercializada junto ao mercado interno, sofreu com a concorrência de produtos importados ocupando o espaço do próprio mercado de ação.

Os motivos de queda dos preços das mercadorias produzidas pela agricultura familiar devem-se ao modelo econômico adotado na década de 1990, pois o cenário desfavorável, no período de 1989/2000, provocava a redução do índice de preços dos seus principais produtos, segundo Homem de Melo (2001), isso se dá por dois caminhos: primeiro, sob o efeito – substituição na produção, ou seja, em uma economia aberta, com tarifas de importações reduzidas e algumas até zeradas, havia muita facilidade em substituir mercadorias do mercado interno e produzidas pela agricultura familiar por mercadoria oriunda do mercado externo, devido ao fato de não existir nenhuma proteção comercial via câmbio. Para concretizar essa argumentação, podemos demonstrar os números das importações.

Tabela I. Importações brasileiras (1987 - 1997)

Período	US\$ Milhões
1987/1989	1.731
1995/1997	6.974

Fonte: Homem de Melo 2001, apud Marcos Yank, Esalq/USP.

O segundo caminho que influenciou na derrubada dos preços internos dos produtos da agricultura familiar diz respeito ao efeito substituição no consumo. Isso pode ser explicado pelo fato de a valorização cambial e rebaixamento das tarifas de importação; ao rebaixar o preço de um produto de importação, de determinada mercadoria produzida e consumida no mercado interno, acaba substituída por outra de origem externa<sup>7</sup>.

Os números das importações são bastante significativos. Segundo Homem de Melo (2001), o aumento das importações agroindustriais foi de 303% no período de 1987 a 1997.

<sup>7</sup> Homem de Melo (2001) exemplifica o caso do trigo que, ao ser rebaixado seu preço via importação, consequentemente afetará o mercado de outros produtos cultivados pela agricultura familiar; ou seja, as pessoas que consumiam arroz, feijão, batata, farinha de milho e mandioca, substituirão parte desses alimentos pelo trigo, que terá um custo inferior aos outros produtos que consumiam anteriormente.

As importações de leite e derivados cresceram significativamente, chegando a US\$ 521 milhões em 1998. O processo de desvalorização cambial iniciada em 1999 iniciou um processo de reversão desse processo. O autor afirma que boa parte desse aumento de importações de produtos agroindustriais não teria ocorrido, caso o “Mix” de política econômica adotado no Brasil tivesse ocorrido de forma diferente. Afirma também o autor que, na década de 90, o setor agropecuário teve que se adaptar a uma política monetária de juros elevados, política cambial de cambio sobrevalorizado, importações financiadas para auferir benefícios do diferencial de juros (pelos importados).

Convivemos, durante praticamente toda a década de 1990, com tarifas de importações zeradas no Mercosul, em final dos anos 1980, as tarifas de importação chegaram a ser de até 50%, com a desvalorização cambial iniciada em janeiro de 1999, que visava corrigir a desestruturação do setor agropecuário, ocasionado pela política econômica de sobrevalorização cambial e política de juros altos durante toda a década de 1990. O Brasil, em 2000, segundo Homem de Melo (2001), passa a adotar tarifas de importação, a chamada **TEC** (Tarifa Externa Comum) dos países do Mercosul na seguinte proporção.

Quadro I. Tarifas sobre o valor das mercadorias importadas dos países do Mercosul

Produto	Índice de TEC
Carne Bovina	13 – 19%
Arroz	13%
Milho	11%
Trigo	13%
Farinha	13 – 15%
Feijão	13%
Fibras (algodão, juta e sisal)	6 – 11%
Frutas	13%
Hortaliças/legumes	13%
Leite/derivados	19 – 33%
Óleos Vegetais	13 – 15%
Ovos	11%
Vinho	23%

Fonte: Homem de Melo (2001,p, 22).<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Dados extraídos por Homem de Melo (CONAB. Indicadores da Agropecuária 08(10): P.46, 1999).

De acordo com Homem de Melo (2001), o Brasil, no ano de 1998, importou US\$ 814 milhões em trigo em grãos; US\$ 979 milhões em legumes e frutas; US\$ 521 milhões em produtos lácteos; US\$ 527 milhões em algodão bruto; US\$ 545 milhões em arroz; US\$ 414 milhões em óleos, gorduras e ceras; US\$ 199 milhões em carnes e preparados; US\$ 195 milhões em milho; US\$ 109 milhões em alho, totalizando US\$ 6.852.000.000,00 em importações. Em 1999, com a desvalorização cambial, o total das importações agropecuárias reduziu em 27,3%, sendo importado US\$ 4.978.000.000,00.

Alguns efeitos se fizeram sentir no setor agropecuário em decorrência do modelo econômico, adotado nos anos 90. Segundo Homem de Melo (2001), ao final desse longo processo, a economia brasileira teve um crescimento estagnado de 0,22% em 1998 e de 0,79% em 1999.

As medidas implantadas por esse modelo econômico, no entanto, não apresentaram desenvolvimento do mercado interno. Afinal, foram adotadas políticas incentivadoras dos produtos importados na tentativa de controlar o fluxo de demanda e oferta do mercado interno.

Em se tratando de importações de insumos modernos, Homem de Mello (2001) afirma que “a liberalização comercial na área de insumos deve ser encarada como uma condição necessária, ainda que não suficiente, ao crescimento da produtividade na agricultura familiar”. Podemos visualizar o repasse do custo de produção aos produtores em decorrência do rebaixamento das tarifas de importações durante a década de 90.

Esse rebaixamento de tarifas de importação de insumos agropecuários ocorrido na década de 90 foi repassado aos preços pagos pelos produtores. Por exemplo, entre 1990 e 1997, o preço real pago pelos produtores nas compras de fertilizantes, caiu 44% (deflator IGP- DI). No mesmo período, o de defensivo diminuiu 35%. (HOMEM DE MELO, 2001, p. 24)

Esse processo de queda nos preços dos fertilizantes e defensivos, que representam a maior parte do custo de produção facilitado pelo modelo econômico da década de 90, acabou viabilizando a introdução de novos insumos, que em períodos anteriores, não eram utilizados devido a altas taxas de importação. Porém, o momento político e econômico de diminuição do custo de produção, segundo Homem de Melo (2001), deveria ter provocado um aumento dos índices de produtividade na agricultura brasileira.

Ao mesmo tempo, o autor faz o alerta de que isso precisa ser qualificado, no sentido de entender que esse modelo econômico acabou beneficiando, de forma mais direta, alguns

produtos e produtores. Os produtos cultivados com maior índice tecnológico faziam parte da categoria integrada ao mercado de exportação e a exemplo da soja, tiveram vantagem por dois motivos nítidos: a) pela liberalização comercial que a economia brasileira, a partir de 1990, passou a ter no mercado internacional com maior facilidade de participação no mercado de exportação dos produtos primários, encontrando-se os preços internacionais das principais commodities em elevação; b) pelo fato de baixarem os preços dos insumos, havendo queda no custo de produção facilitado pela abertura de mercado e diminuição das tarifas de importação dos produtos industrializados, ou a própria matéria prima para ser embalada no próprio mercado interno (em se tratando de fertilizantes).

Acontece que esse processo de importação<sup>9</sup> de fertilizantes, ocorrido durante a década de 1990, intensificou o consumo no Brasil, entretanto não resolveu a questão de demanda e regularidade nos preços dos insumos agrícolas, pelo fato de não terem sido efetuados investimentos para aumentar a produção interna de fertilizantes consumidos pela agricultura no Brasil hoje.

Há muito tempo não há investimentos na produção nacional dos produtos básicos como é o caso dos **NPK**<sup>10</sup>, no entanto, mesmo que haja investimento para aumentar a produção interna tanto de fertilizantes quanto de agroquímicos utilizados na agricultura, essa produção é controlada pelo capital internacional<sup>11</sup>.

Resolver o problema de demanda via importação, sem investimentos nos setores estratégicos da economia interna, na tentativa de buscar um equilíbrio do fluxo da oferta, que é um dos fatores que influenciam a oscilação inflacionária, não foi a melhor estratégia para fortalecer o desenvolvimento de uma economia emergente como a do Brasil. Afinal os dados estatísticos da economia dos anos 1990 comprovam esse fato.

Considerando Rangel (1985), onde ele afirma que as economias dos países cêntricos quando se encontram em fase recessiva limitam sua demanda por produtos exportáveis,

---

<sup>9</sup> Segundo Fernando Lopes em matéria no jornal O Valor Econômico (11.11.2009p, B12), o Brasil continua a importar 70% dos fertilizantes utilizados na agricultura, sendo os mais importados são os derivados do Potássio com 90% do consumo; nitrogênio com 73% do consumo e fósforo, 49% .

<sup>10</sup> Nitrogênio, fósforo e potássio.

<sup>11</sup> Segundo Oliveira (2008, p, 53), existem algumas empresas multinacionais que controlam grande parte comercialização de fertilizantes e de agrotóxicos no Brasil. No setor de agroquímicos, temos a Suíça Syngenta, as alemãs Bayer e Basf, as norte-americanas Monsanto e Dupont. Essas empresas controlam 69% das vendas totais para o mercado interno brasileiro. No setor de fertilizantes, segundo Oliveira (2008,p, 54), a mundialização e a concentração do capital, fizeram com que a partir de 1996, por exemplo, a empresa norte-americana Bunge adquiriu, no Brasil, as operações da Serrana, Manah e Iap. Da mesma forma, outra americana, a Cargil, passou a controlar as atividades das empresas Ouro Verde, Fertiza e Solorico. Assim essas duas empresas (Bunge e Cargil) respondem por 64% do mercado de compostos básicos, 44% do mercado de NPK e 66% do mercado de fertilizantes fosfatados, segundo dados da CADE (Coordenação de Administração e Defesa Econômica).

podemos analisar a partir disso que essa era a característica brasileira na década de 1990, ou seja, exportador de produtos primários via câmbio valorizado e importador de bens de consumo via principal a das tarifas de importação rebaixadas. Com a limitação da demanda por nossos produtos exportáveis, os preços dos produtos tornam-se relativamente deprimidos, como os preços dos importáveis das economias cêntricas sofrem reajustes, isso acaba agravando o intercâmbio via divisão internacional do trabalho. Portanto, o problema da inflação não era por excesso de demanda e sim por problemas na oferta, que pode ser resolvido com aumento de produção e crescimento econômico.

Os efeitos do Plano Collor, FHC, e da política econômica adotada na década de 1990 causaram problemas para a economia brasileira, pois:

Retorno mais violento da inflação, decréscimo do PIB em 1990 e em 1992; queda dos índices de investimentos em máquinas e equipamentos e em construções; queda das exportações de 8,7% com aumento de importações de 13,1% em 1990; aumento do desemprego com queda da população com carteira assinada de 115,3 milhões em 1990 para 92,9 milhões em 1992 (a qual permanece decrescendo continuamente nos anos seguintes até atingir 87,5 milhões em 1999, quando retoma o crescimento). (MEDEIROS, 2009, p. 45)<sup>12</sup>

Homem de Melo (2001) afirma que “a abertura comercial brasileira não veio acompanhada de desvalorizações reais da taxa de câmbio”, como se imaginava, devido ao aumento de demanda por produtos importados. Houve apenas uma tentativa, segundo o autor, de isso acontecer em 1991, quando a taxa de câmbio nominal foi deflacionada pelo **IGP – DI**. Essa tentativa foi revertida em 1993; em 1994 e 1995, houve o início da chamada “âncora” cambial do Plano Real, importante (mas custosa) para o controle do processo inflacionário brasileiro.

De 1996 a 1998, houve um câmbio real estável e, em 1999<sup>13</sup>, houve a forçada desvalorização da moeda. A desvalorização cambial forçada é apontada como consequência de atuais problemas vividos pela economia brasileira, tais como o crescimento da dívida externa e interna, fruto de uma política monetária que a valorização cambial da década de 1990 trouxe para a economia.

---

<sup>12</sup> Dados do SCN – IBGE, **IPEADATA** e **MDIC** – Secex.

<sup>13</sup> De acordo com os dados do **IPEADATA** (2009), a taxa de câmbio medida sobre o real brasileiro em relação ao dólar comercial no período de 1991 a 1996, ficou na média de R\$ 0,43265 ao ano, enquanto que em 1999, com a desvalorização forçada a taxa cambial atingiu, R\$ 1,8147. A partir de 2000 a 2009, a taxa cambial atingiu a média anual de R\$ 2, 34974.

Em meio às políticas de “Estado mínimo” durante os anos de 1990, houve a institucionalização do **PRONAF**, política de crédito destinada a financiar os investimentos da agropecuária da agricultura familiar.

Segundo Homem de Melo (2001), o **PRONAF** foi um bem sucedido e inovador programa que disponibilizou, em meados da década de 1990, grandes volumes financeiros, com juros acessíveis. Segundo o autor, o **PRONAF** representa um lado bom da política de crédito agrícola, no sentido de que surgiu e acabou corrigindo distorções do passado, quando os empréstimos eram privilegiados.

A partir de 1996 com a criação do **PRONAF**, tanto na questão quantitativa como nas elevadas taxas de juros e na questão de abrangência, começa a ocorrer certa reestruturação na agricultura familiar. Antes desse período, existiram outras formas de financiamento, adaptadas ao sistema financeiro da agricultura brasileira e de forma direcionada e concentrada em algumas regiões da chamada “nova fronteira agrícola”. A seguir argumentaremos sobre o **PNDR** e **PNDA**, projetos sequenciais importantes para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

#### 1.4.1 Plano nacional de desenvolvimento rural

Do período de final dos anos 1980 até meados dos anos 1990, o crédito disponível no mercado financeiro vinha sendo direcionado basicamente para agricultores de maior integração no mercado econômico e para as novas áreas do Brasil Central.

Historicamente, os recursos financeiros do crédito agrícola sempre foram distribuídos concentradamente para os produtores com maior grau de modernização e que representassem maior segurança de retorno dos valores liberados para as instituições financeiras envolvidas. No período dos cortes de recursos, principalmente para a modalidade de investimentos na década de 1980, o cenário agrícola acabou criando adaptações, procurando outras formas de financiamento. A nova fronteira agrícola, que se utilizou dessa adaptação, recebeu praticamente todo o volume de investimentos dos recursos oriundos do mercado externo do Banco Mundial, principalmente no período de 1989 a 1993.

Nesse sentido é importante destacar dois projetos importantes, com formas de ação e intenção parecidas vivenciadas no **SNCR**.

O **PNDR** (Plano Nacional de Desenvolvimento Rural) e o **PNDA** (Plano Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial), projetos implantados estrategicamente para alavancar o processo de desenvolvimento do novo pólo de produção da agricultura brasileira, ocorreram

em seqüência lógica; enquanto o primeiro financiava a abertura e inversão de culturas anuais na chamada “nova fronteira agrícola” do Brasil central, o segundo financiava a compra de máquinas e equipamentos e a implantação de agroindústrias importantes para utilizar o potencial produtivo proporcionado com a abertura de novas áreas agrícolas.

Tanto o **PNDR** quanto o **PNDA** foram importantes no conjunto geral do desenvolvimento da agricultura do país. Esses planos, além de antecederem a implantação do **PRONAF**<sup>14</sup>, foram importantes para o processo de formação da “nova fronteira agrícola”, que, no período de crise do crédito e na ausência do Estado para financiar os projetos de desenvolvimento da agricultura, representaram as novas formas de financiamento não estatais ocorridos na agricultura brasileira. De acordo com Gonçalves e Fonseca (1995):

A descrição e análise crítica das experiências recentes do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (**PNDR**) e Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (**PNDA**), entre 1989 e 1993, podem servir de referência e advertência sobre as possibilidades e limites de ação estatal e privada, no contexto das políticas de crédito de médio e longo prazo a setores com grande efeito multiplicador de emprego e renda. A aplicação dos créditos unicamente financeiros de seleção de prioridades e de clientela executada nesses dois programas torna os estudos dos mesmos relevantes para compreender seus impactos produtivos e distributivos. (GONÇALVES; FONSECA, 1995, p. 02)

Segundo Gonçalves e Fonseca (1995), o **PNDR** teve maior participação do Estado na aplicação dos recursos, se comparado ao **PNDA**, que já estava em fase adiantada e concretizada a política de isenção estatal quanto ao financiamento agrícola.

A confirmação disso deu-se pelo fato de que houve, no **PNDR**, certo aproveitamento da estrutura utilizada durante a década de implantação do próprio **SNCR**, sendo o Banco do Brasil a instituição financeira de maior participação no montante liberado, com participação de 77% dos recursos financeiros.

O Programa teve como uma das principais características a de atribuir toda a responsabilidade de gerenciamento dos recursos às próprias instituições financeiras, contribuindo para a sua liberação a mutuários que ofereciam maiores garantias de pagamento e de forma concentrada facilitando as operações burocráticas.

Esses recursos, oriundos do Banco Mundial, foram implantados “na fase mais aguda de insuficiência de recursos para o crédito, em geral, e para investimento, em particular”

---

<sup>14</sup> A implantação do **PNDR** e **PNDA** ocorreu em final da década de 1980 (crise financeira e diminuição do crédito via Estado, se estendendo até 1993, ou seja, 3 anos antes da institucionalização do **PRONAF**).

tiveram volume aumentado e alocado pelo Estado. O percentual de recursos alocado no **PNDR** atingiu 2% do número de contratos de crédito de investimento e 22% do seu valor, referente ao valor médio superior em até dez vezes aos demais contratos de investimentos.

A liberação de recursos do **PNDR** iniciou-se em outubro de 1989 e, até maio de 1992, cerca de 303 milhões de dólares haviam sido aplicados no financiamento de projetos de investimento. A maior concentração dos recursos liberados ocorreu logo nos primeiros dois meses de vigência do programa, quando foram aplicados US\$ 206 milhões, cerca de 68% dos recursos. Em 1990 foram liberados US\$ 60 milhões e, em 1991 e 1992, US\$ 37 milhões. Ao se analisar as liberações sob a ótica do ano agrícola (agosto a julho), a concentração das liberações no início do programa é ainda maior, uma vez que entre agosto de 1989 e julho de 1990 o montante distribuído chegou a US\$ 243 milhões, 80% do total. (GONÇALVES; FONSECA, 1995, p. 03)

Segundo Gonçalves e Fonseca (1995), a modalidade de indexação dos contratos entre o governo e os repassadores obedeceu a três critérios: opção **A**, constituída por correção do saldo devedor por uma cesta de moedas mais juros de 8,15% a.a; opção **B**, constituída de correção do saldo devedor pela variação do dólar americano mais juros de 9,6% a.a, e opção **C** constituída de correção pela variação do bônus do Tesouro Nacional (**BNT**), depois, pela taxa referencial de juros (**TR**), mais juros de 12% a.a. No entanto, a opção predominante na liberação dos recursos do **PNDR** estendeu-se sobre as opções:

Em termos dos indexadores, o **PNDR** possui dois períodos bem demarcados, um de preferência pelo **BNT**, que vai de outubro de 1989 a março de 1991, e outro de predominância do dólar, que se inicia em abril de 1991 e vai até maio de 1992. Cerca de US\$ 267,0 milhões, representando 88% dos empréstimos contratados foram vinculados à opção **C** (**BNT/TR**). Essa opção, aliás, foi à única adotada nos contratos entre outubro de 1989 a março de 1990, ainda no final do Governo Sarney. Através da opção **B** foram realizados contratos no valor de US\$ 35,7 milhões, 11,8% do total, com as liberações concentrando-se entre abril e maio de 1991. Isso pode ser explicado pelo fato de que, àquela altura, a dolarização ameaçava se difundir, com vários contratos sendo denominados na moeda norte-americana, especialmente em alguns segmentos da agricultura e agroindústria cujos produtos estão em maior exposição nos mercados internacionais. A indexação da dívida a uma cesta de moedas, opção **A**, teve pouca aceitação e correspondeu a apenas 0,2% dos recursos do **PNDR** (US\$ 535 mil). A causa pode ser atribuída a dificuldades de os agentes visualizarem o comportamento de uma cesta de moeda como indexador dos contratos. (GONÇALVES; FONSECA, 1995, p. 03)

O período curto de liberação dos recursos é mais um sinal da característica concentradora do programa. Segundo Gonçalves e Fonseca (1995, p. 03), os agentes financeiros eram contemplados com os recursos por ordem de chegada, o **BB** era o grande financiador e responsável pela gestão futura dos recursos; assim o **PNDR** tornou-se um programa em que os recursos escasseavam rapidamente, esgotando-se no primeiro quadrimestre de cada ano praticamente, esgotava a disponibilidade de crédito, no entanto, os agentes financeiros repassadores preferiam os grandes tomadores.

Essa concentração dos recursos do **PNDR** acabou por beneficiar principalmente as regiões formadoras da chamada “economia de fronteira”.

A região mais beneficiada pelo **PNDR** foi a Centro-Oeste que ficou com 48,3% do número dos contratos e 55,3% dos valores liberados, o que corresponde a US\$ 168 milhões. A explicação é que ali se desenvolve uma economia de fronteira, fortemente demandante de capitais e de recursos para investimentos. Além disso, a Centro Oeste recebeu 66% dos recursos financeiros encaminhados à pecuária, cerca de US\$ 17,9 milhões, dos quais US\$ 14,2 milhões ficaram no Mato Grosso. Dos US\$ 150,1 milhões encaminhados às lavouras da região, US\$ 68,6 milhões foram alocados no Mato Grosso do Sul, US\$ 44,0 milhões em Goiás, distribuindo-se o restante de US\$ 37,5 milhões pelos demais estados. No resto do País, o sudeste recebeu US\$ 62 milhões, o que corresponde a pouco mais de 20% dos recursos, e o Sul, outros US\$ 57,5 milhões. No Sudeste, São Paulo foi o maior Estado Beneficiado, com US\$ 42 milhões, e no Sul, o Estado do Rio Grande do Sul obteve US\$ 40 milhões. As demais regiões tiveram participação pouco expressiva, destacando-se a ausência do Ceará, a despeito de sua importância na agropecuária nordestina. (GONÇALVES; FONSECA, 1995, p. 04)

Segundo Gonçalves e Fonseca (1995), fica evidente, nessa distribuição dos recursos que os principais beneficiados foram os grandes mutuários; nessa ocasião, receberam US\$ 147 milhões, distribuídos entre 1.823 contratos. Em geral, em relação às unidades da federação, o Estado de São Paulo possui a maior média de valores por contrato, com US\$ 99 mil, com representação expressiva de projetos de Cooperativas Agrícolas.

Quanto à finalidade da utilização dos recursos financeiros do **PNDR**, destaca-se principalmente o suprimento de deficiências do setor primário como solo, água e implantação de novas culturas. Houve pouco investimento desse programa na compra de máquinas e equipamentos ou estrutura agroindustrial, no sentido de criar infraestrutura para gerar desenvolvimento econômico na agricultura.

A análise das principais finalidades dos contratos **PNDR** revela que US\$ 109 milhões foram gastos em inversões associadas ao manejo do solo e água, seguidas da aquisição de máquinas e equipamentos, com US\$ 80 milhões. A implantação de culturas foi contemplada com US\$ 72 milhões e a construção de infra-estrutura com US\$ 36,4 milhões. Nessa classificação, chama atenção o fato de as aquisições de maquinaria não terem consumido maior parte dos recursos do **PNDR**. O mais provável é estes gastos estarem divididos entre os dois programas, o **PNDR** e o **PNDA**, uma vez que este último também financiou a aquisição de equipamentos. (GONÇALVES; FONSECA, 1995, p. 04)

Portanto, o **PNDR** foi um programa implantado na tentativa de amenizar a carência de recursos financeiros na agricultura durante crise financeira dos anos 80, utilizado basicamente pela agricultura da “nova fronteira” agrícola; de certo modo, houve resultados positivos horizontalmente, entretanto esses resultados seriam ainda mais satisfatórios se esses investimentos tivessem sido direcionados a projetos de pequeno porte como afirmam Fonseca e Gonçalves:

Dessa maneira o **PNDR**, ao não ter se submetido às mesmas normas, funcionou como válvula de escape para essas limitações que em última instância tenderiam a reduzir o elevado perfil de regressividade das aplicações de recursos do crédito rural oficial. Essa regressividade, ao ser praticada por um programa que atendeu preferencialmente a ocupação da fronteira agrícola, representada pelo Brasil Central, ajudou a consolidar a agropecuária de grãos e pecuária de grandes propriedades mecanizadas que nela prosperaram da década de 80 em diante. Da ótica da oferta de grãos, em si, os resultados foram altamente satisfatórios, ajudando a constituir as seguidas supersafras brasileiras do final dos anos 80 e início dos 90. Entretanto, essa opção revelou-se pouco eficaz do ponto de vista da geração de emprego, pois resultados distintos poderiam ser conseguidos se houvesse maior concentração no apoio a projetos cooperativos e de agropecuaristas de menor porte. (GONÇALVES; FONSECA, 1995, p. 04)

Como os autores afirmam que resultados diferentes teriam sido obtidos através de investimentos em projetos de pequeno porte, podemos interpretar que devido à maior capilaridade existente nessa realidade, na medida em que uma inserção de maior número de mutuários acessem o sistema financeiro, isso favorece as ramificações econômicas gerada pelo processo de liberação dos recursos financeiros.

A liberação dos recursos direcionados e de forma concentrada para aqueles mutuários com maior poder de pagamento - efetuada pelas instituições financeiras durante a gestão do **PNDR**, pode, de certa forma, explicar o maior volume de inadimplentes; esse fator normalmente aparece em caso de uma crise econômica ou estrutural ou por problemas

climáticos e sazonais. É sabido que, no Brasil, os maiores inadimplentes concentram nas categorias que adquirem recursos financeiros em índices superiores, ou seja, não são os pequenos<sup>15</sup> tomadores de crédito, ao menos até o momento, o grande problema da inadimplência do sistema de crédito.

#### 1.4.2 Plano nacional de desenvolvimento agroindustrial

Em decorrência da crise fiscal do Estado nos anos 1980, mas tendo em vista um grande potencial ocioso para o crescimento do agribusiness brasileiro, a década de 1990 foi marcada por intenso crescimento agroindustrial, ocorrendo grandes investimentos, assim como incorporações e fusões de capital que, de acordo com GONÇALVES e FONSECA (1995) mudaram rapidamente o perfil agroindustrial brasileiro.

Essas mudanças ocorreram ao mesmo tempo em que os subsídios ao crédito de investimento desapareciam (ainda no início dos anos 80 e o volume de recursos financeiros colocados à disposição da agricultura, como crédito de comercialização e de custeio, também despencava, levando analistas a prever que as atividades agroindustriais entrariam em colapso. A década de 80 e o início dos anos 90 mostraram, ao contrário, que a agricultura brasileira podia autofinanciar-se e assumir um desempenho anticíclico, reduzindo custos e preços e colhendo sucessivas supersafras. É nesse contexto que, ainda no final dos anos 80, o governo brasileiro estabelecia um convênio com o **BIRD** para financiar o investimento agroindustrial e agropecuário, através do **PNDA**. (GONÇALVES; FONSECA, 1995, p. 118)

Obedecendo a uma sequência lógica de investimentos na agricultura, durante a década de 80, ocorreu, no Brasil, o Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (**PNDA**); segundo GONÇALVES e FONSECA (1995), o programa veio para substituir programas anteriores de natureza semelhante, e fez parte de investimentos para financiamentos de segmentos industriais como a indústria de papel e celulose, indústria têxtil e de agroquímicos assim como agroindústrias de produção de alimentos como a de carnes e leite. Conforme já afirmamos, o **PNDA** foi um programa diferente do **PNDR**, pois aquele não teve a ampla participação do Banco do Brasil no repasse dos recursos como neste.

---

<sup>15</sup> De acordo com SANTIAGO e SILVA (1999,p, 58), em dados obtidos pelo autor junto o Jornal Gazeta Mercantil de 1995, 71,06% das cédulas que se encontram em inadimplência refere-se as cédulas com montantes de recursos financeiros acima de R\$ 500.000,00. Porém, o restante do percentual de inadimplência está distribuído em: 20,79% de 100 mil a 500 mil; 3,91% de 50 mil a 100 mil; 2,58% de 20 mil a 50 mil; 0,89% de 10 mil a 20 mil e apenas 0,77% de até 10 mil.

Segundo GONÇALVES e FONSECA (1995), a partir do momento em que o acompanhamento do programa deixou de ser executado pelo Banco Central, evidenciaram-se alguns problemas de gestão; não por ausência de competência desse novo gestor (Secretaria do Tesouro Nacional), mas por não possuir todo um aparato institucional e normativo para operar o programa, ao contrário do **PNDR**, que utilizou esse aparato institucional e normativo já existente do **SNCR** desenvolvido desde a década de 1960.

O **PNDA** também teve caráter concentrador, não intervencionista em relação ao Estado. É importante destacar a importância que teve a participação das instituições públicas no financiamento da agricultura em se referindo ao **PNDR**, pois este foi beneficiado com todo o aparato institucional e normativo das agências financeiras estatais como o Banco do Brasil.

A capilaridade e experiência na gestão dos recursos financeiros, adquiridos ao longo dos anos pelo Banco do Brasil, tornaram-se importante para efetuar a gestão desses recursos. No entanto, a não intervenção do Estado na alocação dos recursos financeiros do **PNDA** fez com que houvesse grande concentração em relação ao número de empresas beneficiadas, justamente porque as instituições financeiras de caráter privado acabam aumentando as exigências com as chamadas “cláusulas adicionais”, no sentido de aprofundar o processo de garantias do crédito emprestado.

Há, ainda, um aspecto de importância a depor contra os argumentos não intervencionistas. Os projetos mutuários no **PNDA** pertencem a um número relativamente pequeno de grandes empresas agroindustriais, na realidade empresas com considerável poder de mercado. Com os bancos impondo uma série de cláusulas adicionais de proteção a uma clientela extremamente poderosa, mas rarefeita, a alocação de recursos faz-se em circunstâncias que estão longe de ser aquelas idealizadas para mercados perfeitos. (GONÇALVES; FONSECA, 1995, p. 07)

Os recursos dos programas foram direcionados a um número pequeno de beneficiários das mesmas regiões; tanto o **PNDR** quanto o **PNDA**, o primeiro atendeu os grandes proprietários da região da “nova fronteira agrícola” e o segundo, novamente beneficiou “quase na totalidade”, as empresas multinacionais de produtos agroquímicos e outros ramos do **CAI**.

De acordo com GONÇALVES e FONSECA (1995), as principais categorias de empresas multinacionais agroquímicas que receberam grandes volumes de recursos foram as de herbicidas, acaricidas, fungicidas, produtos veterinários (antibióticos para aves) e para a fabricação de fertilizantes. Houve também investimentos em outras áreas agroindustriais, como na indústria de bebidas, que foram encaminhados a um grande grupo econômico

nacional, com fábricas localizadas nos estados do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Analisando a distribuição regionalmente, os principais Estados beneficiados foram São Paulo, no Sudeste; Alagoas e Bahia, no Nordeste; Rio Grande do Sul, no Sul; e o Estado de Mato Grosso no Centro Oeste; totalizando US\$ 260 milhões efetivamente liberados para a agroindústria entre 1989 e 1992.

Em relação a esse montante, o Estado de São Paulo destaca-se como o maior alocador dos recursos agroindustriais do **PNDA**, destinando o Banco do Brasil, por exemplo, 48% dos recursos para esse Estado.

É importante destacar que o ciclo de liberação de ambos os programas, **PNDR** e **PNDA**, situava-se nos primeiros 6 meses de cada ano durante o período de 1989 a 1992. A crise fiscal do Estado afetou a liquidez financeira durante a década de 1980, com isso o Estado trabalhou no sentido de diminuir seus custos, e o corte do montante financeiro destinado ao financiamento da agricultura, durante a década de 1980, gerou desajustes devido à mudança de ação sobre a economia mundial, passamos a aprofundar nossas relações comerciais com o mundo globalizado. Nessa nova etapa, ou seja, nessa economia fechada, com proteção de mercado dos anos 1980, passamos a adotar outra forma de política econômica, a partir dos anos 1990.

Tanto o **PNDR** quanto o **PNDA** representam dois programas importantes atuantes durante a crise dos anos 1980, representando diferentes modelos de uma nova forma de financiar projetos de desenvolvimento rural e agroindustriais, com diferenças na ação, mas representando uma seqüência lógica de desenvolvimento de produção capitalista de mercadorias.

Segundo GONÇALVES e FONSECA (1995), os investimentos no **PNDR** e **PNDA**, que ocorreram de forma concentrada em algumas regiões do país, não foram devido às “forças políticas da região”, mas pelo fato de regiões como o Centro-Oeste e Sudeste apresentarem maior demanda por investimentos, afinal, encaixavam-se nos moldes de gestão das instituições financeiras responsáveis pela liberação dos recursos de ambos os programas, e toda a responsabilidade quanto à liberação do financiamento e posterior retorno do capital investido era da própria instituição financeira, direcionando para mutuários de grande porte e com maior poder de pagamento.

## 1.5 MUDANÇAS TÉCNICAS NA AGROPECUÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

As alterações técnicas que a agricultura brasileira sofreu ao longo das décadas, principalmente a partir da década de 1950, fizeram com que houvesse mudanças na estrutura técnica para a produção agropecuária, e por processos evolutivos, as práticas de cunho rudimentar passassem a ser substituída por processos mais modernos com a mecanização agrícola.

Essa evolução técnica proporcionou um reordenamento geográfico do território agrícola produtivo brasileiro. Se num passado recente, algumas regiões eram consideradas impróprias para exploração agrícola por necessitarem de grandes investimentos em calagem e adubação, passaram, em razão de grandes investimentos estatal em relação ao crédito, principalmente a partir da década de 1970, a formar uma nova frente de ocupação agrícola brasileira.

A fronteira agrícola, frente de expansão do cultivo de lavouras localizada no Brasil Central e na Amazônia, vivenciou uma significativa incorporação de área nos anos 70 em diante. Em 1979-72 eram cultivados 3,0 milhões de hectares de lavouras nas regiões Centro-Oeste e Norte, o que correspondia a 8,3% da área nacional. No contexto das políticas de subsídios ao crédito dos anos 70 e dos reflexos da consolidação do modelo dos grãos na década de 80, essa superfície plantada saltou para 9,6 milhões de hectares em 1987-89, passando a representar 18,7% do total nacional. Trata-se da incorporação pelas lavouras de 6,6 milhões de hectares nessas duas décadas, o que representa um crescimento expressivo da ordem de 220%. A crise da entrada dos anos 90 afetou esse processo com o recuo em 1,1 milhão de hectares (11,5%) na fronteira agrícola que passou a utilizar 8,5 milhões de hectares para as lavouras, ou seja, 18,6% da área brasileira em 1992-94. (GONÇALVES; SOUZA, 1998, P. 14-15)

A década de 1980 considerada a “década perdida” em termos de investimento público na agricultura, gerou certo abandono do papel de financiador da agricultura por parte do Estado em final da década de 1970 e estendendo-se por toda a década de 1980 e parte da década de 1990, a presença de Estado era apontada como um fator limitante ao crescimento da agricultura; argumentava-se que o mercado, por si só poderia encarregar-se de oferecer oportunidades de evolução técnica e ganhos de mercado.

De acordo com MEDEIROS (2001), a partir da década de 1990, ocorre uma ação mais ativa dos movimentos sociais no país; nesse sentido, o **MST** através de seus atos públicos, acabou divulgando através dos meios de comunicação, suas reivindicações na busca

de crédito para viabilizar seus processos produtivos. Até então, os produtores familiares tinham pouco acesso a crédito agrícola, havia somente, de forma institucionalizada, o **PROCERA**, destinado ao financiamento de áreas de assentamentos.

Tendo em vista a viabilidade econômica de alguns assentamentos rurais, o público da agricultura familiar passou a ocupar espaços nas discussões no centro do Sindicalismo brasileiro em busca de crédito. No entanto, a partir de 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (**PRONAF**), que passou a representar uma opção de crédito tanto para o público dos assentamentos rurais quanto para os agricultores familiares. Através desse programa houve possibilidade tanto para financiamentos do custeio de suas lavouras quanto para a aquisição de máquinas e equipamentos, além de investimentos em outras infra-estruturas produtivas de capital fixo, alterando a base técnica da agricultura familiar.

O início do **PRONAF** dá-se basicamente durante a década de 1990. Numa breve fase anterior à sua institucionalização, o programa passou por um processo de evolução até ser implantado definitivamente como instrumento de política pública para a agricultura familiar. A sua evolução ocorreu sob as contradições do espaço diversificado da agricultura brasileira. Segundo Mattei (2006), em 1994, ainda no governo de Itamar Franco, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (**PROVAP**), que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**). O **PROVAP** representou o início de um processo de ampliação de um programa de crédito Rural para a agricultura familiar, porém a partir de 1995, o **PROVAP** foi totalmente reformulado. Tal reformulação teve como resultado, já no Governo Fernando Henrique Cardoso (1996), através do decreto Presidencial número 1.946, datado de 28.07.1996, a institucionalização do **PRONAF**, que atualmente representa a principal política de crédito rural articulada pelo Estado que atende o público da agricultura familiar.

O acesso ao crédito foi um passo importante na reestruturação da agricultura familiar em suas particularidades, mas é preciso avançar em outras direções, ou seja, o desenvolvimento de outras políticas públicas que venham a auxiliar e somar ao desenvolvimento econômico gerado nas propriedades rurais pelo **PRONAF**.

Assim, a parcela de agricultores familiares, que a partir de 1996 preenchessem os parâmetros legais e tivessem capacidade de pagamento, passaram a ter acesso ao crédito do **PRONAF**.

Obviamente isso representou uma nova oportunidade de desenvolvimento para o setor agroindustrial; o **PRONAF**, além de significar avanços quantitativos e qualitativos para

determinada parcela de agricultores, serviu para legitimar a figura econômica do agricultor local diante da instituição financeira; conforme veremos posteriormente, a própria instituição financeira passou a considerar esse produtor familiar não apenas como “operação onerosa” como era visto no passado, mas como um cliente normal que obtém recursos, que produz e possui capacidade de pagamento.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO I

No primeiro capítulo, constatamos que a política de crédito do **SNCR** surgiu tendo como função o aprofundamento das relações agroindustriais do **CAI** brasileiro que estava se desenvolvendo. Através desse processo, ocorreram significativas alterações na base técnica, intensificando a relação entre agricultura e indústria. Convivemos, ao longo de algumas décadas, com diferentes políticas públicas de ação na agricultura quanto ao modelo econômico adotado, principalmente a partir da década de 1980.

Enquanto na década de 1970 passamos por uma fase de expansão na disponibilidade de crédito para a agricultura, na década de 1980, vivemos a crise fiscal e financeira do Estado, o que de certa forma, acabou freando o processo de desenvolvimento do país.

Na década de 1990, com a política neoliberal do “Estado Mínimo”, os efeitos negativos do modelo econômico adotado nesse período acabaram aprofundando ainda mais as contradições existentes entre Estado, Complexo Agroindustrial e produtores rurais. O abandono de investimentos, no mercado interno, fez com que a economia brasileira pagasse um alto preço, deixando alguns efeitos negativos irreversíveis, em se tratando de mercado com mais autonomia e menos dependência do capital externo.

Referimo-nos ao forte período das privatizações das estruturas estratégicas ocorridas nos governos do Collor e FHC.

Já em meados da década de 1990, foi institucionalizado o **PRONAF**, destinado a financiar determinada parcela dos agricultores familiares com capacidade de se modernizar e de criar formas de pagamento dos recursos emprestados. O **PRONAF** representou novas possibilidades de desenvolvimento, agora incluindo determinada parcela dos agricultores familiares, pelo qual estes sempre haviam ficado fora das políticas do crédito rural.

## CAPÍTULO II

### SISTEMA DE FUNCIONAMENTO DO PRONAF E SUA DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA

#### 2.1 O FUNCIONAMENTO BUROCRÁTICO DO PRONAF

O objetivo do presente capítulo é demonstrar o caráter funcional do **PRONAF** e seu processo de transição ocorrido em meados da década de 1990. Pretendemos, outrossim discorrer sobre seu histórico burocrático até ocorrer sua institucionalização, especificando as condições legais para o enquadramento dos beneficiários, isto é os agricultores familiares, nas regras estabelecidas pelos principais órgãos Estatais como: **BACEN**, **MDA**, **BNDES**, que fazem o controle distributivo dos recursos financeiros. Para reunir o conteúdo exposto no presente capítulo, efetuamos o estudo de documentos oficiais obtidos diretamente do site do **BACEN** no que diz respeito a manuais de crédito rural, e resoluções atualizadas.

É preciso esclarecer que as regras que regem o **PRONAF**, são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, porém o conteúdo gerador de novas regras que, a cada ano, vem sofrem modificações, segundo Denardi (2009), em entrevista no dia 04.11.2009, as alterações no funcionamento do **PRONAF**, tem a participação das organizações de base da agricultura, que fazem a discussão inclusive com a participação do Ministério de Fazenda. Através da análise funcional das linhas de enquadramento do programa, constataremos a existência de várias opções para investimento no sistema agropecuário da agricultura familiar.

O objetivo do **PRONAF**, de acordo com o conteúdo do **MCR** (Manual de Crédito Rural 511), atualizado pelo Banco Central do Brasil datado de 10.12.2009, levando em consideração diversas Resoluções<sup>18</sup>, consiste em dar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e sua família, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

De acordo com o **MCR** (manual de crédito rural) n 511, são beneficiários do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar **PRONAF**,

---

<sup>18</sup> As Resoluções citadas são: 3.559 do dia 28.03.2008 do Banco central do Brasil, além das Res 3.600; Res 3.812; Res 3.589; Res 3.570; Res 3.731; Res 3.594; Res 3.807; Res 3.703; Res 3.791; Res 3.662; Res 3.767; Res 3.648; Res 3.773; Res 2.682; Res 3.775; Res 3.840; Res 3.797; Res 3.592; Res 3.685; Res 3.798; Res 3.603; Res 3.650; Res 3.732.

agricultores familiares de acordo com a seção 10 do Manual de Crédito Rural, pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante a apresentação da “Declaração e Aptidão ao **PRONAF**”.

Em se tratando da concessão dos créditos, os principais dispositivos gerais do **PRONAF**, importantes para a análise dos elementos abordados na presente pesquisa, consistem nas seguintes condições<sup>19</sup>:

- Para atendimento a um grupo de produtores rurais que apresentem características comuns de exploração agropecuária e esteja concentrada espacialmente, a operação pode ser formalizada num único instrumento de crédito, devendo constar o montante do financiamento de cada um dos participantes do grupo bem como a utilização individual dos recursos.
- A assistência técnica é facultativa para os financiamentos de custeio ou investimento, cabendo ao agente financeiro - sempre que julgar necessário - requerer a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (**ATER**), observando que os serviços devem compreender o estudo técnico, representado pelo plano simples, projeto ou projeto integrado, e a orientação técnica em nível de imóvel ou agroindustrial; no caso das agroindústrias, devem contemplar aspectos gerenciais, tecnológicos, contábeis e de planejamento; o critério do mutuário pode ter seus custos financiados ou pagos com recursos próprios; quando financiados, terão seus custos financiados ou pagos com recursos próprios; quando previstos no instrumento de crédito, podem ser prestados de forma grupal, inclusive para os efeitos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (**PROAGRO**), no que diz respeito à apresentação de orçamento, croqui e laudo.
- A forma de prestação da **ATER**, de seu pagamento, monitoria e avaliação são definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (**SAF/MDA**) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (**INCRA**).
- Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva ou grupal.
- Os agentes financeiros devem registrar no instrumento de crédito a denominação do programa, ficando dispensados de consignar a fonte de recursos utilizada no financiamento, sendo vedada, contudo, a reclassificação da operação para fonte de

---

<sup>19</sup> Texto extraído dos documentos oficiais do Banco Central do Brasil relacionado ao **PRONAF**.

recursos com maior custo de equalização sem expressa autorização do Ministério da Fazenda.

- A documentação pertinente à relação contratual entre o proprietário da terra e o beneficiário do crédito não está sujeita à exigência de registro em cartório, ficando dispensada para os posseiros sempre que a condição de posse da terra estiver registrada na **DAP**<sup>20</sup>.
- A escolha das garantias é de livre convenção entre financiado e financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito, ressalvado o disposto na concessão de crédito aos beneficiários dos Grupos “A”, “A/C” e “B” e nas linhas **PRONAF** jovem, **PRONAF** semi-árido e **PRONAF** floresta, quando as operações forem realizadas com risco para a União ou para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (**FNO**), do Nordeste (**FNE**) e do Centro Oeste (**FCO**); nesse caso deve ser exigida apenas a garantia pessoal do proponente, admitido o uso de contratos grupais ou coletivos quando os agricultores manifestarem formalmente, por escrito, essa intenção.
- A exigência de qualquer forma de reciprocidade bancária na concessão de crédito sujeita a instituição financeira e os seus administradores às sanções previstas na legislação em vigor.
- A fiscalização de operações contratadas ao amparo do **PRONAF** fica a critério das instituições financeiras, executadas aquelas com risco para a União ou para os Fundos Constitucionais (**FNO**, **FNE** e **FCO**); tais operações serão fiscalizadas diretamente por

---

<sup>20</sup> De acordo com o Manual de Crédito Rural já especificado, a **DAP** deve ser prestada por agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e elaborada: (Res 3.559)

- a) Para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que habitem a mesma residência e explorem as mesmas áreas de terra;
- b) Segundo normas estabelecidas por aquela pasta;

A **DAP**, para agricultores familiares enquadrados no **GRUPO “B”**, é suficiente para comprovar a relação do beneficiário do crédito com a terra e a atividade que será objeto de financiamento, e, a critério do agente financeiro, poderá ser aceita também para a mesma comprovação no caso de agricultores familiares em financiamentos de custeio de até R\$ 5.000,00 ou de investimento de até R\$ 7.000,00.

Os agricultores familiares com **DAP** do **Grupo “B”** poderão tomar crédito de custeio nas condições previstas na alínea “g” do item 10-4-4 e permanecer no **Grupo “B”**, desde que preencham os demais critérios exigidos para esse grupo (Res 3.594 art 4).

A renda proveniente da venda de produtos das agroindústrias e as oriundas de serviços de turismo rural obtidas por agricultores familiares será somada à renda da exploração agropecuária e não agropecuária obtida no estabelecimento, quando a emissão da **DAP**. (Res 3.559)

Quando da solicitação do crédito, os proponentes a financiamentos dos Grupos “A” e “A/C” devem apresentar ao agente financeiro nova **DAP** a ser fornecida pelo **INCRA**, para os beneficiários do **PNRA**, ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (**UTE/UTR**), para os beneficiários do **PNCF**, ou por instituições públicas de assistência Técnica e extensão rural que firmarem convênios com o **INCRA** ou a **UTE/UTR** para a emissão desse documento, condicionada a validade da **DAP** emitida por conveniada à publicação do respectivo convênio e comprovação da entrega ao agente financeiro de documento que ateste a parceria.

amostragem, nos seguintes percentuais do número de contratos realizados por agência bancária nos últimos 12 meses, aplicando-se, sem prejuízo dos controles indiretos: (a) - operações com valor de até R\$ 20.000,00: amostragem de pelo menos 2% do número de contratos. (b) - operações com valor superior a R\$ 20.000,00 até R\$ 100.000,00: amostragem de pelo menos 5% do número de contratos. (c) – operações com valor superior a R\$ 100.000,00 devem ser observados os dispositivos 2-7-12, da resolução 3.559 do dia 28.03.2008.

- O órgão central ou regional da instituição financeira deve selecionar os contratos para amostragem, considerando as diversas linhas de crédito, devendo ser contempladas na fiscalização todas as operações dos membros da unidade familiar constante da amostragem.
- É vedada a concessão de crédito ao amparo do **PRONAF** relacionado com a produção de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras, ressalvando o dispositivo que trata de que pode ser concedido financiamento de investimento a produtores de fumo que desenvolvem a atividade em regime de parceria ou integração com agroindústrias, desde que: (1) – o investimento não se destine exclusivamente à cultura do fumo e seja utilizado em outras atividades que fomentem a diversificação de explorações, culturas e /ou criações e a reconversão da unidade familiar; (2) – no cálculo da capacidade de pagamento, especificado em projeto técnico, fique comprovado que, no mínimo, 20% da receita gerada pela unidade de produção tenha origem em outras atividades que não o fumo.
- O mutuário do **PRONAF** pode ter acesso aos créditos dos programas de investimento conduzidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou a outros créditos de investimento rural, desde que o projeto técnico: demonstre a capacidade produtiva representada por terra, mão de obra familiar e acompanhamento técnico; comprove a capacidade de pagamento bem como o limite de endividamento compatível com as condições financeiras estabelecidas para a operação pretendida no programa de investimento; apresente as garantias exigidas pelo agente financeiro.
- A instituição financeira deve dar preferência ao atendimento das propostas que objetivem o financiamento da produção agroecológica.
- Preferencialmente, 30% do volume de crédito do programa devem ser destinados a beneficiários do sexo feminino.

- A operação de crédito deve ser considerada vencida antecipadamente se verificada a ocorrência de desvio ou aplicação irregular dos recursos, hipótese em que o mutuário ficará sujeito às penalidades aplicáveis às irregularidades da espécie.
- A remuneração dos agentes financeiros das operações de financiamento realizadas ao amparo de recursos do **FNO**, **FNE** e **FCO**, com beneficiários dos grupos “**A**”, “**B**” e “**A/C**”, **PRONAF** Semi-Árido e **PRONAF** Floresta, destinados à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do programa consistem em: operações do grupo “**B**”: 6% ao ano sobre os saldos devedores; nas operações do grupo “**A/C**”, do **PRONAF** Semi-Árido e do **PRONAF** Floresta: 2% ao ano sobre os saldos devedores diários atualizados, e 2% sobre os pagamentos efetuados pelos mutuários, a título de prêmio de desempenho; nas operações do grupo “**A**”: 2% ao ano, devendo ser mensalmente debitada à conta do respectivo fundo.
- Os agricultores e agricultoras beneficiários do Grupo “**A**” e “**A/C**”, inclusive aqueles que formalizaram financiamento para estruturação complementar, podem contratar operações ao amparo do **PRONAF** Floresta, **PRONAF** Semi-Árido, ou **PRONAF** Jovem, desde que: do Grupo “**A**”, tenha pago, no mínimo, duas parcelas do contrato original ou do financiamento renegociado ou de recuperação, quando for o caso; do Grupo “**A/C**”, tenha liquidado uma operação; esteja adimplente; seja objeto de laudo de assistência técnica que ateste a situação de regularidade do empreendimento, comprove a capacidade de pagamento do mutuário e a necessidade do novo financiamento.
- Para as operações de investimento, na hipótese de o projeto técnico ou a proposta de crédito prever a utilização de recursos para custeio ou capital de giro associado ao investimento, o valor do crédito destinado àquelas finalidades não poderá exceder 35% do valor do projeto ou da proposta.
- É permitida, também, a aplicação do disposto no **MCR 2-6-9** para prorrogação de operações contratadas ao amparo do **PRONAF**, sob as seguintes condições: (Res 3.559; Res 3.731 art 1). (a) – para financiamentos contratados com recursos do Orçamento Geral da União efetuados com risco da União, a prorrogação fica limitada para cada agente financeiro, em 10% do saldo das parcelas do programa previstas para vencimento no ano, observado que.
- (I) - no caso de operações de investimento, até 100% do valor das prestações devidas no ano poderá ser prorrogado para até um ano após o término do contrato, limitado a

até duas prorrogações ao amparo deste dispositivo em cada operação (Res 3.731). (II) - no caso das operações de custeio, até 100% do valor das prestações devidas no ano poderão ser prorrogadas para até 2 anos (Res 3.731). (III) – serão mantidas, para as parcelas e operações prorrogadas, as condições originais dos contratos (Res 3.731).

- Para financiamentos contratados com equalização de encargos financeiros pelo **TN**, desde que as operações sejam previamente reclassificadas, pela instituição financeira, para recursos obrigatórios, de que trata a seção 6-2, ou outra fonte não equalizável (Res 3.559).
- Para financiamentos de custeio contratados com equalização de encargos financeiros pelo Tesouro Nacional (**TN**) ou de outras fontes, que não estiverem enquadrados no **PROAGRO**, **PROAGRO MAIS** ou no Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, ou no caso de perdas por causas não amparadas pelo **PROAGRO** ou **PROAGRO MAIS**, desde que não haja a possibilidade de reclassificar, devendo os valores prorrogados ser compensados no ano agrícola em curso e subsequentes, limitados as disponibilidades de cada agente.
- O pedido de prorrogação do mutuário deve vir acompanhado de laudo técnico que comprove o fator gerador da incapacidade de pagamento, sua intensidade, o percentual de redução de renda provocado e o tempo estimado como necessário para que a renda retorne ao patamar previsto no projeto de crédito; nas situações em que o fator que deu causa à solicitação atingir mais de 30 agricultores de um município, o laudo pode ser grupal.
- É vedada a contratação de financiamentos destinados a atividades não agropecuárias com recursos provenientes das fontes a que se refere o artigo 15 da lei Número 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural.

O **PRONAF** possui regras quanto aos beneficiários aptos a conceder o crédito do programa. De acordo com o Manual de Crédito Rural número 511, seus grupos de enquadramento são constituídos por:

**GRUPO “A”:** agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (**PNRA**) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (**PNCF**) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (**PROCERA**) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do **PRONAF**.

Incluídos no **GRUPO “A”**, estão agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento, desde que observado o disposto na Lei n 4.504 de 30/11/1964, especialmente em seus artigos 60 e 61 bem como no artigo 5 e incisos II,III e IV do Decreto número 3.991 de 30/10/2001 e, ainda, as seguintes condições: (Res 3.559); (I) – não tiver cônjuge e/ou companheiro(a). (II) – tenham recebido, nos 12 meses que antecederam à solicitação de financiamento, renda bruta anual familiar de, no máximo, R\$ 14.000,00; (II) – tenham sido reassentados em função da construção de barragens cujo empreendimento tenha recebido licença de instalação emitida pelo órgão ambiental responsável antes de 31/12/2002; (III) – a **DAP** seja emitida com a observância da regulamentação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (**INCRA**) e confirme a situação de agricultor familiar reassentado em função da construção de barragens e a observância das condições referidas nesse item.

**GRUPO “B”**: agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; residam na propriedade ou em local próximo; não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtenham , no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da **DAP**, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas, no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família de até R\$ 6.000,00, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

São também beneficiários do **PRONAF (Res 3.559; Res 3.570 art 4)**, agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do **PNRA**; residam na propriedade ou em local próximo; não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 módulos fiscais; obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 empregados permanentes; tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da **DAP**, acima de R\$ 6.000,00 e até R\$ 110.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

**GRUPO “A/C”:** agricultores familiares assentados pelo **PNRA** ou beneficiários do **PNCF** que: apresentem **DAP** para o código “A/C”, fornecida pelo Incra para os beneficiários do **PNRA** ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (**UTE/UTR**) para os beneficiários pelo **PNCF**; já tenham contratado a primeira operação no grupo “A”; não tenham contraído financiamento de custeio, exceto no grupo “A/C”.

São também beneficiários e se enquadram como agricultores familiares do **PRONAF**, exceto nos grupos “A” e “A/C”, desde que tenham obtido renda bruta familiar, nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da **DAP**, até R\$ 110.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais e não mantenham mais de 2 empregados permanentes:

- Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais.
- Extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável.
- Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes.
- Aquicultores, maricultores e piscicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida e que explorem área não superior a 2 hectares de lâmina de água ou ocupem até 500 m<sup>3</sup> de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede.
- Comunidades quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas e de beneficiamento e comercialização de produtos.
- Povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas e de beneficiamento e comercialização de seus produtos.
- Agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme a legislação vigente.

Para efeito de enquadramento no **PRONAF**, devem ser diminuída em:

- 30%, a renda bruta proveniente das seguintes atividades: açafrão, algodão-carço, amendoim, apicultura, arroz, aveia, bovinocultura de corte, centeio, cevada, feijão, girassol, grão-de-bico, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo e triticale (Res 3.731 art 2).

- 50%, a renda bruta proveniente das seguintes atividades intensivas em capital: ovinocaprinocultura, aquicultura, sericicultura, fruticultura, cafeicultura e a renda bruta proveniente da produção de cana de açúcar.
- 70%, a renda bruta proveniente das atividades de turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura e floricultura, pecuária leiteira, avicultura não integrada e suinocultura não integradas (Res 3.703 art 1).
- 90%, a renda bruta proveniente das atividades de avicultura e suinocultura integrada ou em parceria com a agroindústria.

O programa é dividido em linhas de enquadramento, que variam de acordo com as especificidades de enquadramento dos mutuários; além das formas convencionais de investimento, o **PRONAF** possui outras formas específicas de financiamento. A seguir será apresentado um quadro resumido com as principais informações das linhas de financiamento do **PRONAF**, de acordo com o **MCR 511**, documento atual que está em vigência e estabelece as regras atuais do programa.

Quadro II Organização funcional do PRONAF

<b>Linha.</b>	<b>Beneficiário.</b>	<b>Finalidade.</b>	<b>Limite de Crédito.</b>	<b>Taxa de Juro anual.</b>	<b>Prazo para Pagamento.</b>
<b>PRONAF Custeio</b>	Agricultor familiar com RB anual de R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00.	Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.	De R\$ 5.000,00 até R\$ 30.000,00	Até R\$ 5000,00 (1,5%) R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00 (3%) R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00 (4,5%) R\$ 20.000,00 a R\$ 40.000,00 (5,5%).	1 a 2 anos
<b>PRONAF Investimento</b>	Agricultor familiar com RB** entre R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00	Investimento em atividades produtivas ou de serviços.	De R\$ 7.000,00 até R\$ 36.000,00	Até R\$ 7.000,00 (1%) De R\$ 7.000,00 a R\$ 18.000,00 (2%) De R\$ 18.000,00 a R\$ 28.000,00 (4%) De R\$ 28.000,00 a R\$ 36.000,00 (5%).	8 anos com 3 a 5 anos de carência.
<b>PRONAF Agroindústria</b>	Agricultor familiar, Cooperativas, associações, e pessoas jurídicas constituídas de AF*.	Investimento, em infraestrutura, modernização e capital de giro.	PF R\$ 18.000,00. PJ R\$ 18.000,00 por sócio/associado/cooperado.	AF Até R\$ 7.000,00 (1%), AF de R\$ 7.000,00 até R\$ 18.000,00 (2%) cooperativas de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 25.000.000,00, (3%).	8 anos incluídos os 3 anos de carência.
<b>PRONAF Agroecologia</b>	Agricultor familiar com produção agroecológica.	Financiamento produção agroecológicos ou orgânicos.	De R\$ 7.000,00 até R\$ 36.000,00.	Até R\$ 7.000 (1%) De R\$ 7.000 a R\$ 18.000 (2%) De R\$ 18.000 a R\$ 28.000 (4%) De R\$28.000,00 a R\$ 36.000 (5%).	8 anos incluídos 3 de carência.
<b>PRONAF ECO</b>	AF* / investimentos de crédito em energia renovável e sustentabilidade ambiental.	Implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas.	Até R\$ 6.500,00 por há, até R\$ 65.000,00, por beneficiário.	2% ao ano	Até 14 anos incluídos até 6 anos de carência.

<b>Linha.</b>	<b>Beneficiário.</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Limite de Crédito.</b>	<b>Taxa de Juro anual.</b>	<b>Prazo para Pagamento.</b>
<b>PRONAF Floresta</b>	AF* enquadrados no <b>PRONAF</b> .	Financiamento sistemas agroflorestais.	Até R\$ 7.000,00. Mas Para financiamentos do (FNO), (FNE) (FCO), se estende em até R\$ 14.000,0	1%	Até 20 anos incluídos 12 anos de carência para sistemas agroflorestais. Até 12 anos incluídos 8 anos de carência para demais casos.
<b>PRONAF Semi árido.</b>	AF* enquadrados no <b>PRONAF</b> .	Investimentos/ projetos priorizando a infraestrutura hídrica.	Até R\$ 7.000,00, sendo que no mínimo 50% devem ser destinados para questão hídrica.	1%	10 anos incluindo 3 anos de carência.
<b>PRONAF Mulher</b>	Mulheres agricultoras independente de sua condição civil.	Investimento nas áreas de turismo rural, artesanato e outras atividades.	Até R\$ 1.500,00.	0,5%, com bônus de 25% sobre cada parcela da dívida paga até a data do vencimento.	De 2 a 8 anos incluídos 5 anos de carência.
<b>PRONAF Jovem</b>	Jovens agricultores (as) maiores de 16 anos e até 29 anos.	Atendimento aos jovens agricultores (as).	Até R\$ 7.000,00, sendo 1 proposta por beneficiário.	1%	10 anos incluídos 3 anos de carência.
<b>PRONAF Custeio - Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar</b>	Cooperativas, associações ou outras formas associativas.	Financiamento/ custeio/beneficiamento/ industrialização da produção.	Pessoa física (contrato individual): até R\$ 5.000. <b>PF***</b> contrato coletivo até R\$ 50.000. Cooperativa/ associação R\$ 5.000 por sócio, até R\$ 2.000.000	4%	No máximo 12 meses, a ser fixado pelas instituições financeiras a partir da análise de cada caso.

<b>Linha.</b>	<b>Beneficiário.</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Limite de Crédito.</b>	<b>Taxa de Juro anual.</b>	<b>Prazo para Pagamento.</b>
<b>PRONAF Cota-Parte</b>	Agricultura familiar filiados a cooperativas de produção de produtores rurais.	Financiamento da integralização de cotas-partes dos agricultores familiares para ampliação do capital de giro.	Até R\$ 5.000,00 por beneficiário, sendo que o mutuário poderá obter um segundo crédito, desde que o primeiro já tenha sido pago.	4%	Até 6 anos, para a parcela de recursos a ser aplicada em investimento fixo; até 3 anos, nos demais casos.
<b>Microcrédito Rural</b>	Agricultura familiar, possuidores de renda bruta familiar em até R\$ 5.000,00.	Implantação, ampliação da infraestrutura de produção e serviços.	Até R\$ 2000,00, independente do número de operações.	0,5%, com bônus de 25% sobre cada parcela da dívida paga até a data do vencimento.	Até 2 anos.
<b>PRONAF Mais Alimentos</b>	Agricultores familiares enquadrados no <b>PRONAF</b>	Financiar a produção de grãos, mandioca, olerícolas, frutas, leite e máquinas.	Acima de R\$ 7.000,00 até R\$ 100.000,00	2%	10 anos incluídos até 3 anos de carência.

Fonte: Manual de Crédito Rural 511, organizado pelo autor.

AF \*– Agricultura familiar

RB\*\* – Renda bruta

PF\*\*\* – Pessoa física

Por meio do quadro II, foi apresentada as principais linhas de enquadramento do **PRONAF**; essas possibilidades de financiamento agropecuário, que a agricultura familiar passou a ter acesso com mais intensidade, principalmente a partir do ano 2000, fizeram com que o **PRONAF** passasse por uma evolução quantitativa em relação ao volume financeiro disponível para financiar os processos produtivos da categoria, não apenas agricultores familiares, mas cooperativas e associações de agricultores familiares, assim como cooperativas de produção, que possuem seus cooperados enquadrados no programa.

O crescimento de recursos financeiros, a partir de 2000, que apresentaremos nos próximos itens, dizem respeito a determinados recortes geográficos, considerados importantes para o entendimento da dinâmica econômica, em que o objeto de estudo da presente dissertação (o Município de Flor da Serra do Sul) está inserido. O item a seguir terá as informações quantitativas do **PRONAF** do município citado, com o objetivo de demonstrar a dinâmica econômica desenvolvida em decorrência da ação do programa no processo de financeirização da agricultura familiar.

## 2.2 DINÂMICA FINANCEIRA DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL

O volume financeiro utilizado pelo público do **PRONAF** sofreu alterações quantitativas ao longo de sua atuação. Um dos fatores do aumento do crédito agrícola em geral, segundo Delgado (2001), foi o fato de ter surgido outros protagonistas no cenário agrícola, “o agribusines”, isto é, processos de integração externa da economia rural comandada pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de commodities. Beneficiadas pela economia mundializada, essas corporações encontram-se livres de quaisquer restrições a políticas nacionais para explorarem o mercado capitalista. A grande commodity agrícola brasileira é a soja, cultura cultivada tanto na grande propriedade quanto na pequena propriedade em que atua o **PRONAF**.

O **PRONAF**, como principal política pública de financiamento da agropecuária da agricultura familiar, tem tido grande participação econômica, principalmente em pequenos municípios, como é o caso do município de Flor da Serra do Sul (objeto desta pesquisa) que, a partir de então, passou a receber em sua economia local significativo volume de recursos financeiros, conforme o gráfico analisado a seguir.

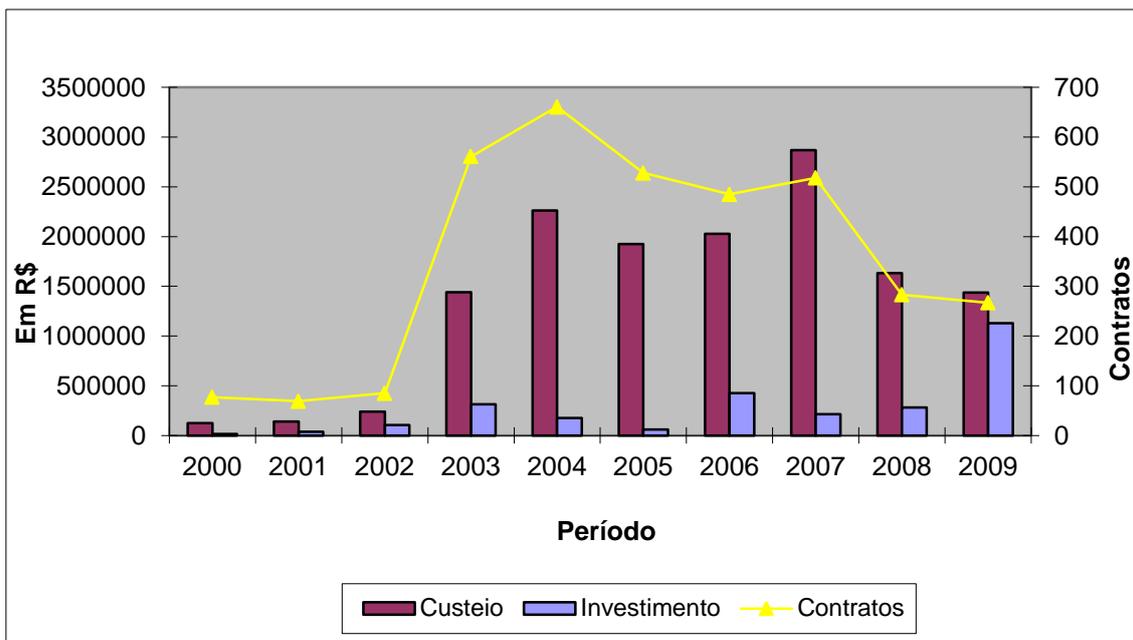


Gráfico I Dados financeiros do PRONAF do município de Flor da Serra do Sul/ PR (2000-2009)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

De acordo com o gráfico I onde são apresentados os dados financeiros do **PRONAF**, no Município de Flor da Serra do Sul, no período de 2000 a 2009, percebemos um crescimento importante entre 2000 a 2007, principalmente para a modalidade de custeio, havendo, a partir de 2007 até 2009, queda quanto à utilização do crédito para custeio. A respeito da modalidade investimento, houve oscilação entre 2000 a 2008, ocorrendo seu pico de crescimento em 2009. O número de contratos, conforme se visualiza no gráfico, cresceu acompanhando o crescimento da modalidade de custeio, tendo em 2004, seu pico mais alto, com estabilização até a safra de 2007, e queda no período de 2007 até 2009. A tabela a seguir demonstra os elementos econômicos do **PRONAF** no município de Flor da Serra do Sul.

Tabela II Dados do PRONAF no município de Flor da Serra do Sul/ PR (2000 a 2009)

Ano	Modalidade custeio	Crescimento anual (%)	Modalidade investimento	Crescimento anual (%)	Total de contratos	Crescimento anual (%)
2000	122.610,13		15.000,00		77	
2001	138.829,68	+13,22	37.760,00	+151,73	69	- 10,38
2002	239.327,54	+72,38	104.268,75	+176,13	85	+23,18
2003	1.438.701,91	+501,14	313.031,30	+200,21	561	+560,00
2004	2.261.464,43	+57,18	176.595,00	- 43,58	661	+17,82
2005	1.923.774,53	-14,93	59.638,00	- 66,22	528	- 20,12
2006	2.028.164,80	+5,42	426.367,60	+614,92	485	- 8,14
2007	2.869.623,28	+41,48	212.505,73	- 50,15	518	+6,80
2008	1.633.450,92	+43,07	280.375,65	+31,93	283	- 45,36
2009	1.437.220,79	-12,00	1.127.143,41	+302,00	267	- 5,65

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

A análise dos valores econômicos do **PRONAF**, no Município de Flor da Serra do Sul, no período de 2000 a 2003, de acordo com a tabela II, mostra que houve para a modalidade de custeio uma evolução positiva, com aumento de R\$ 1.316.091,78; passou de R\$ 122.610,13, em 2000, para R\$ 1.438.701,91, em 2003; o crescimento médio foi de 195,53% ao ano (+13,22% no período 2000/2001; +72,38% no período de 2001/2002; +501% no período de 2002/2003). No mesmo período, para a modalidade investimento, houve também crescimento, de R\$ 298.031,30 em relação ao volume financeiro; ou seja, de um valor inexistente em 2000, passou a financiar, em 2003, R\$ 313.031,30 para essa modalidade; o crescimento médio, nesse período, foi de +176,02 ao ano, (+151,73% no período de 2000 a 2001; + 176,13% em 2001/2002; +200,21% em 2002/2003). Quanto ao número de mutuários que acessaram o **PRONAF**, no período em questão (2000/2003), houve aumento de 628,57% com incremento de 484 contratos que passaram a acessar o crédito do programa; em 2000, foram efetuados 77 contratos para ambas as modalidades; em 2003, esse número eleva-se para 561 contratos; o crescimento médio em relação ao número de contratos foi de 190,93% ao ano, (-10,38% no período 2000/2001; +23,18% em 2001/2002; 560% em 2002/2003).

No período de 2003 a 2006, o volume financeiro, na modalidade de custeio, teve crescimento menor em relação ao período anterior analisado, mesmo assim, teve crescimento positivo de 41%, aumentando R\$ 589.462,89 em relação ao volume total financeiro liberado, ou seja, de R\$ 1.438.701,91, em 2003, passou a R\$ 2.028.164,43 em 2006. Em relação à modalidade investimento, o período analisado sofreu crescimento positivo de 36,3%, tendo aumentado em R\$ 113.336,30 o volume total financeiro liberado de (R\$ 313.031,30, em 2003, para R\$ 426.367,60 em 2006). Em relação ao número de contratos envolvendo as modalidades custeio e investimento, houve queda

de 13,54%, com diminuição de 76 contratos, ou seja, de 561 contratos oficializados, em 2003 passou a 485 contratos em 2006.

No período de 2006 a 2009, a modalidade de custeio sofreu queda de 29,13%, havendo diminuição de R\$ 590.944,01 em relação ao volume total financeiro utilizado nessa modalidade; em 2006, foi oficializado um volume de R\$ 2.028.164,80, passando a R\$ 1.373.220,79 em 2009. A modalidade investimento teve crescimento positivo de 164,4%, havendo um aumento de R\$ 700.775,81 do volume total financeiro nessa modalidade, em 2006, tivemos oficializado R\$ 426.367,60; já em 2009, esse volume saltou para R\$ 1.127.143,41. Em relação ao número de contratos, o período especificado obteve crescimento positivo de 44,95%.

Os elementos econômicos do **PRONAF**, no município de Flor da Serra do Sul, possuem sua natureza oscilatória em relação à distribuição econômica dos recursos financeiros, cuja oscilação envolve uma série de fatores que podem estagnar a evolução quantitativa e qualitativa da ação de uma política pública na formação espacial do campo, assim como pode haver expansão do processo como um todo.

Os principais elementos que determinam essa natureza podem ser discriminados como; o modelo econômico utilizado pelo país, a conjuntura econômica vivida pelo país ou município em determinado momento, fatores naturais como o excesso de chuvas ou a falta dela, o que, conseqüentemente, irá alterar o fator de inadimplência dos mutuários. Mesmo que haja política de seguro agrícola, é normal, em caso de problemas climáticos, haver maior índice de inadimplência, causando, dessa maneira, problemas com a agência financeira, limitando, por sua vez, a aquisição de novos financiamentos.

No entanto, é nítido observar a evolução do montante financeiro tanto para a modalidade de custeio que consumiu 83,67% do volume total de crédito do **PRONAF**, em todo o período analisado, quanto para a modalidade de investimento que consumiu 16,33% do total de crédito.

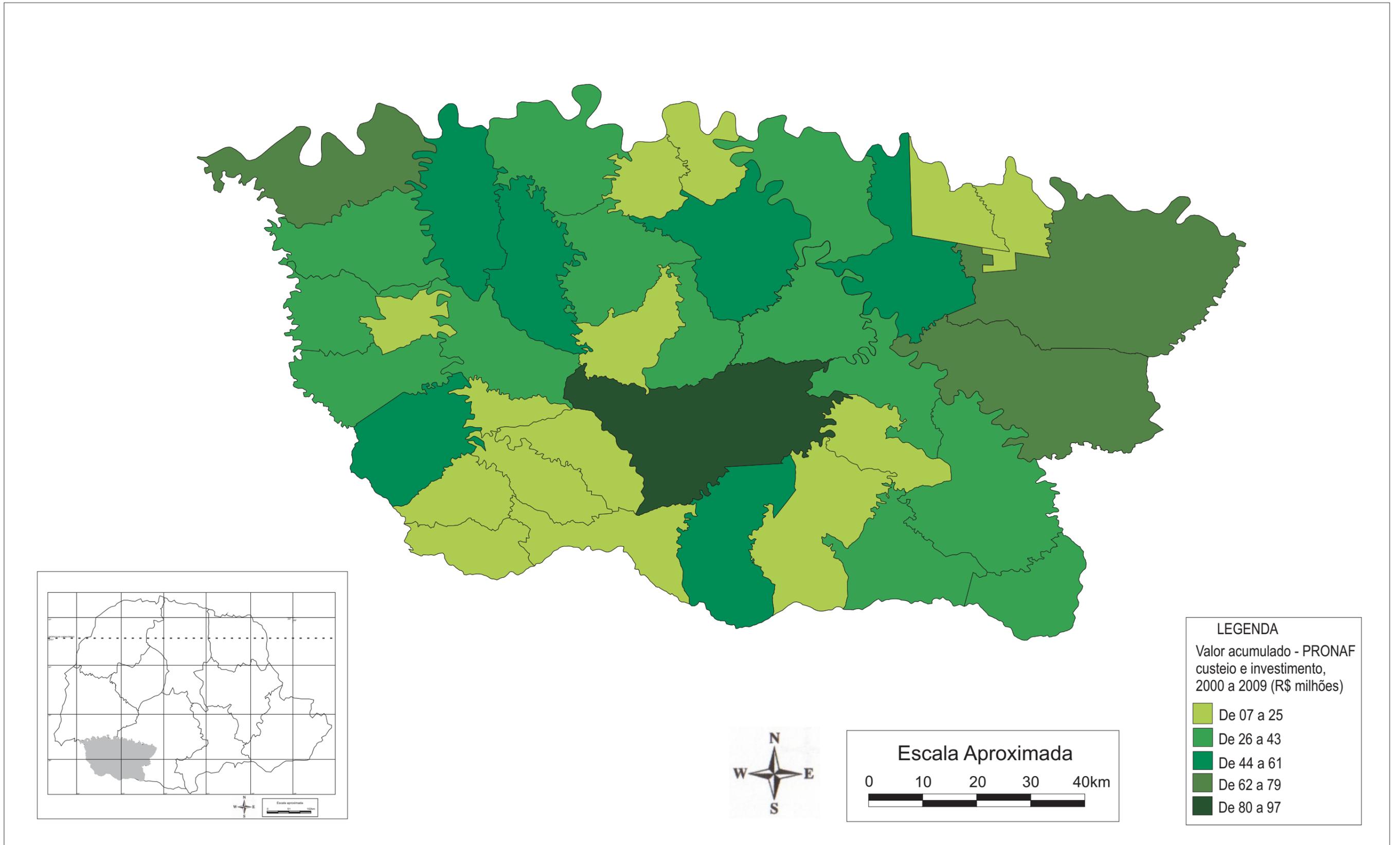
Houve, de certa forma, uma trajetória ascendente de disponibilidade de investimentos agropecuário a partir do ano de 2003, quando se inicia o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. As mudanças de política econômica do atual governo fizeram com que aumentasse o volume financeiro e permitisse maior acesso dos produtores familiares ao crédito. O volume médio por contrato, no período de 2000 a 2009, ficou em R\$ 4.766,80, considerando os 3.534 contratos nas modalidades de custeio e investimento efetuados, no período de 2000 a 2009, no município de Flor da Serra do

Sul, que teve acesso a um volume total de recursos do **PRONAF** de R\$ 16.845.853,45 no período analisado.

O próximo item diz respeito aos elementos econômicos quanto ao **PRONAF** dos 37 municípios do Sudoeste do Paraná, de acordo com a classificação do **IBGE (2009)**. Através desses dados, poderemos constituir as bases para a sequência da análise quantitativa do **PRONAF**, apresentando, no decorrer do capítulo, além da base de dados do Sudoeste do Paraná, os dados de todo o Estado do Paraná assim como os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

### 2.3 DINÂMICA FINANCEIRA DO PRONAF NO SUDOESTE DO PARANÁ

O mapa número 02 mostra a dinâmica financeira do Sudoeste paranaense em relação ao **PRONAF** com valor acumulado entre 2000 a 2009.



Mapa 02: Movimentação financeira dos recursos do PRONAF no Sudoeste do Paraná (Custeio/Investimento) período de 2000 a 2009.

Fonte: Ministério Do Desenvolvimento Agrário Vários anos. Org: Fernando Rodrigo Farias.

O gráfico II diz respeito à coleta de dados do **PRONAF**, nos municípios do Sudoeste do Paraná, de acordo com a classificação do **IBGE** (2009), inclusive Flor da Serra do Sul, com o objetivo de formar bases comparativas em relação aos elementos econômicos do **PRONAF**, de 2000 a 2009, a fim de contribuir para melhor entendimento da dinâmica financeira que o programa proporcionou aos municípios da região, com os quais se relaciona o Município de Flor da Serra do Sul.

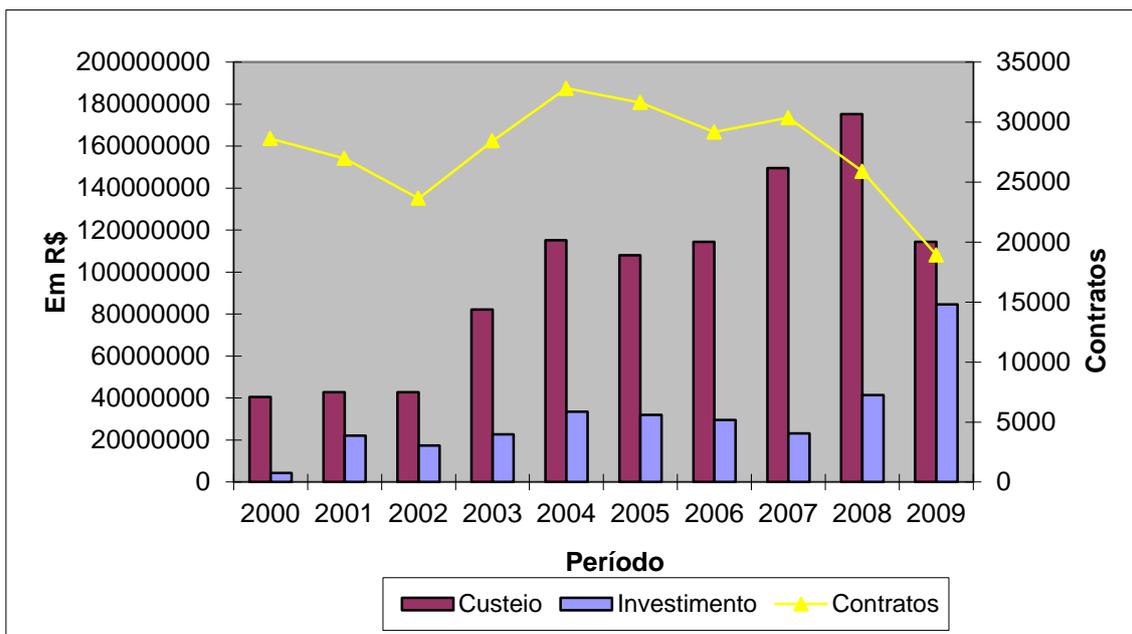


GRÁFICO II Dados financeiros do PRONAF do Sudoeste do Paraná (2000 a 2009)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

De acordo com a base de dados expressa no gráfico II, notamos que, para a modalidade custeio agrícola, houve crescimento em relação ao volume financeiro até o ano de 2008; houve queda apenas no ano de 2005 de 6,12%, ocorrendo seu pico máximo de volume financeiro em 2008. Esses dados estão disponíveis na tabela III, no texto a seguir; em relação à safra 2008/2009 houve redução do volume financeiro da modalidade.

Na modalidade **PRONAF** investimento, houve significativo crescimento na safra 2000/2001, sofrendo oscilações de aumento e diminuição até a safra de 2008, com pico mais elevado o ano de 2009. Em relação ao número de contratos, notamos que, na relação 2000/2002, houve queda; evolução no período posterior, entre 2002/2004. O ano de 2004 representa o seu pico máximo com 32.820 contratos oficializados.

Entre 2004/2006, ocorreu um período de queda, havendo uma pequena evolução entre 2006/2007 e queda novamente entre 2007 a 2009; este último ano apresenta o menor índice de contratos do programa, tendo um total de 18.925 contratos, significando uma queda de 42,34% no número de contratos em comparação a 2004, ano de maior quantidade de contratos liberados.

Devemos entender essa diminuição do número de contratos, em 2009, não como falta de crédito disponível, mas como reflexo do recorde de liberação da modalidade de custeio ocorrido em 2008, conforme o gráfico II mostra. De acordo com Vilmar Vandresen (Presidente do Sistema Cresol de Francisco Beltrão), em entrevista<sup>21</sup> no dia 19.10.2009, é natural quando se vive um período ou um ano de grande demanda por crédito, que a agência financeira passe a enfrentar problemas futuros com inadimplência ou a incapacidade de adquirir novos empréstimos e passe a tomar mais cuidado em relação à liberação de novos financiamentos. Essa medida tem como principal objetivo proteger a instituição financeira e não acumular dívidas para os agricultores.

Vandresen afirma, também, que os agricultores familiares acreditam que o crédito vai resolver todos os problemas econômicos, em relação aos seus planos de investimentos, visando à melhoria de vida de sua família, no entanto, a questão da viabilidade é importante na gestão dos recursos financeiros de uma propriedade, portanto é preciso liberar com segurança para evitar problemas para o produtor e para a agência financeira.

Podemos perceber através dos gráficos I e II, (que representam o caráter municipal e regional), certa semelhança em relação à oscilação dos elementos econômicos do **PRONAF**; é notável observar o crescimento até 2007/2008 em relação ao volume financeiro da modalidade custeio assim como o pico máximo em relação ao número de contratos ter ocorrido no ano de 2004.

Quanto à modalidade de investimento, percebemos certa oscilação até 2008, porém seu pico máximo, tanto para Flor da Serra do Sul quanto para o Sudoeste do Paraná, ocorreu em 2009. Isso pode estar relacionado ao processo de investimento em outras atividades econômicas nas propriedades como a pecuária leiteira e outras atividades pertinentes à agropecuária. Tanto em nível municipal quanto de Sudoeste do Paraná, a partir de 2007/2008, o volume utilizado para a modalidade de custeio sofreu

---

<sup>21</sup> Informação obtida através de entrevista pessoal, outros detalhes a respeito da entrevista constará no capítulo IV.

queda; em compensação, a modalidade que financia projetos de investimentos obteve maior demanda em 2009. Precisaremos esclarecer que a modalidade investimento possui caráter mais duradouro, tanto em termos de retorno financeiros para o agricultor quanto para adquirir novos financiamentos, ou seja, na maioria das vezes, o investimento precisa de maior período para completar o ciclo entre o investimento na produção e a comercialização da mercadoria gerada em decorrência do volume financeiro investido, ao contrário da modalidade de custeio, que normalmente, é utilizado, para o cultivo de culturas anuais como a soja, o milho e o feijão.

Tabela III Dados do PRONAF do Sudoeste do Paraná

Ano	Modalidade Custeio	Crescimento anual (%)	Modalidade Investimento	Crescimento anual (%)	Total de Contratos	Crescimento anual (%)
2000	40.434.231,18		4.364.150,94		28.621	
2001	42.854.948,23	+5,98	22.073.874,03	+ 405,80	26.970	- 5,77
2002	42.855.414,08	+ 0,001	17.351.986,87	- 21,40	23.645	- 12,33
2003	82.115.866,79	+ 9,16	22.666.443,26	+ 30,63	28.441	+ 20,29
2004	115.128.752,52	+ 40,20	33.456.678,85	+ 47,61	32.820	+ 15,40
2005	108.078.259,37	- 6,12	32.002.554,70	- 4,35	31.624	- 3,65
2006	114.460.496,15	+ 5,90	29.631.523,74	- 7,41	29.166	- 7,77
2007	149.537.447,03	+ 30,65	23.173.036,32	- 21,80	30.365	+ 4,11
2008	175.167.348,28	+ 17,13	41.383.183,82	+78,59	25.898	- 14,71
2009	114.435.031,63	- 34,67	84.568.918,29	+ 104,36	18.925	- 26,93

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

As informações contidas na tabela III apresentam, além dos dados originários do gráfico II, a variação de crescimento das modalidades custeio e investimento e número de contratos do Sudoeste do Paraná de todo o período 2000 a 2009 que está sendo analisado.

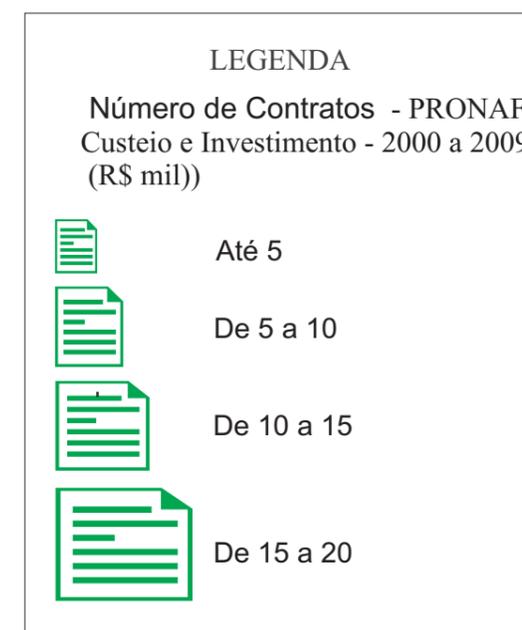
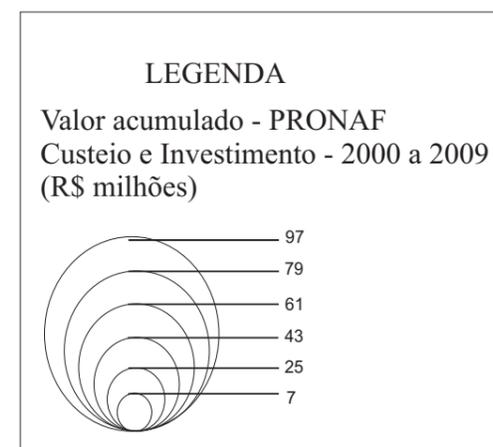
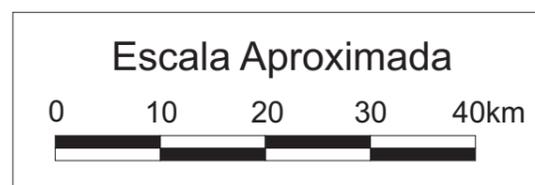
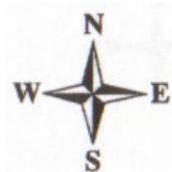
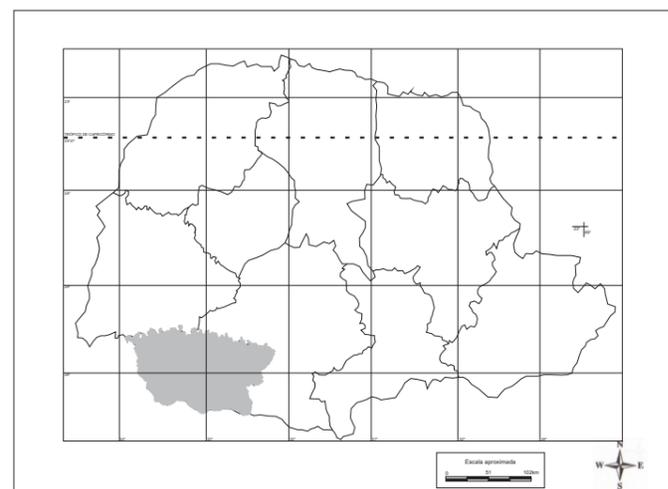
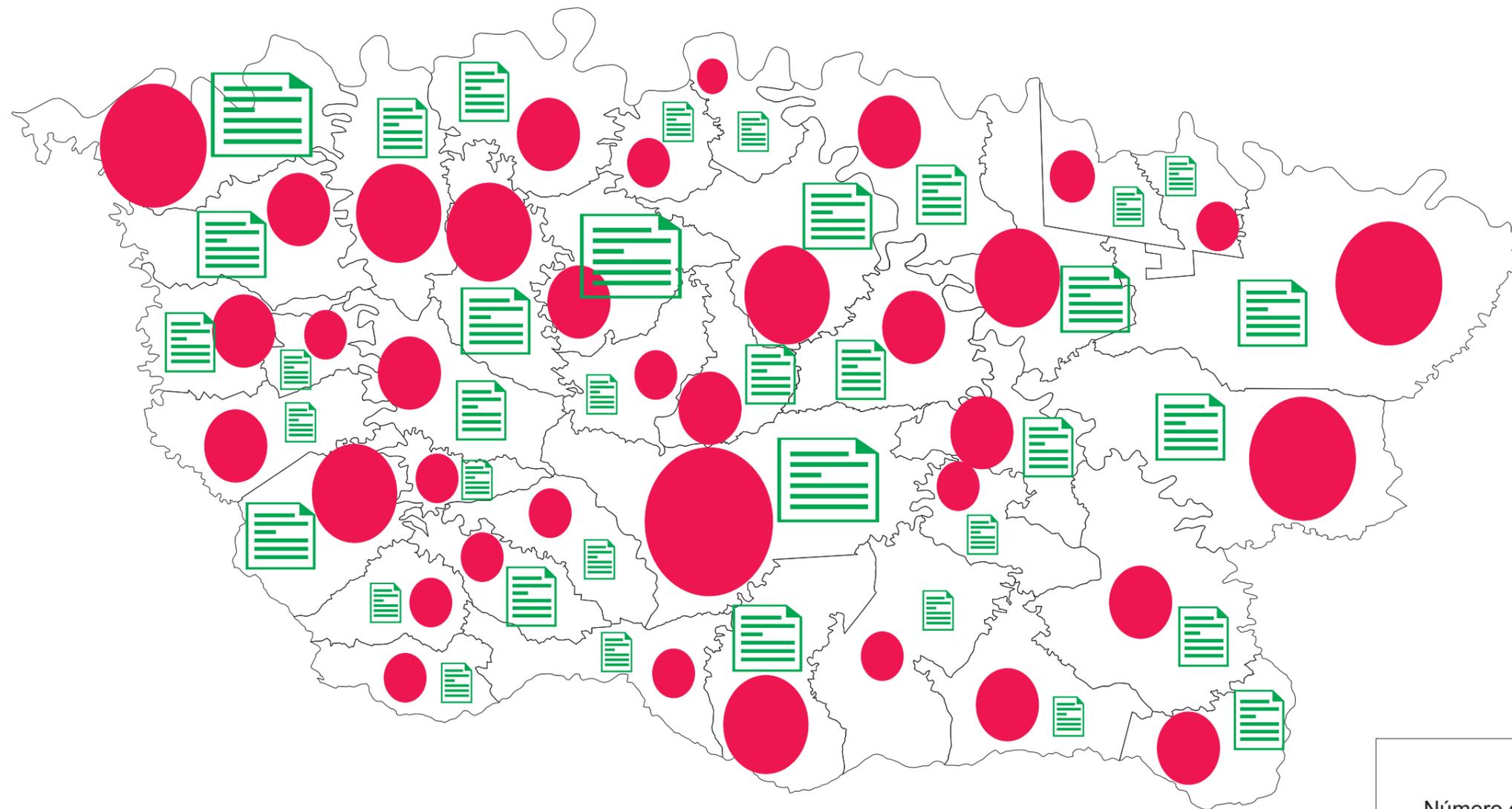
O período 2000/2003 para a modalidade de **PRONAF** custeio apresenta crescimento ascendente em relação ao volume financeiro liberado para essa modalidade; seu crescimento foi de + 5,98% no período 2000/2001; + 0,001% em 2001/2002; e +9,16% em relação a 2002/2003; em relação ao volume total para a modalidade, percebemos que saltou de R\$ 40.434.231,18, no ano de 2000, para R\$ 82.115.866,79 no ano de 2003. Para a modalidade investimento no mesmo período, a oscilação ocorreu de forma mais significativa, sendo em 2000, liberados R\$ 4.364.150,94; já em 2001, esse valor salta para R\$ 22.073.874,03, ou seja, evolução de 405,8% em relação à 2000/2001. No ano de 2002, há um crescimento negativo de 21,40% em relação a 2001; com valor de R\$ 17.351.986,87; em 2003, o valor volta a evoluir passando a R\$

22.666.443,26 ou evolução de 30,63% em relação à 2002/2003. Em relação ao número de contratos, o período 2000/2003 apresentou queda, ou seja, em 2000 foram liberados 28.621 contratos; porém, em 2003, o número de contratos foi de 28.441. É bom lembrar que, embora o número de contratos tenha diminuído, o volume financeiro liberado cresceu, conforme demonstrado através do gráfico II e tabela III.

Entre o ano de 2003 a 2006, o volume financeiro para a modalidade de custeio, em geral cresceu; apenas em 2005, houve crescimento negativo de 6,12%. Para a modalidade investimento, no período de 2003 a 2006, houve crescimento; em 2003 e 2004, houve um aumento de R\$ 16.104.691,98 em investimentos, se comparado ao volume financeiro liberado no ano de 2004 (maior volume de investimento entre 2003 a 2006); em relação ao ano de 2002, houve queda do volume investido; já no período de 2005 e 2006, houve queda no volume financeiro da modalidade investimento.

Novamente, houve diminuição do volume de investimentos na modalidade custeio assim como o número de contratos. Porém houve aumento do volume de recursos financeiros para a modalidade de investimento, no período entre 2007 a 2009, com ênfase para o aumento da demanda por recursos de investimento no ano de 2009.

O mapa 03 a seguir, além de representar do total financeiro acumulado dos recursos do **PRONAF** nos municípios do sudoeste do Paraná no período de 2000 a 2009, mostra o número de contratos oficializados nesses municípios. Destaques para Francisco Beltrão, Capanema e Salto do Lontra que apesar de estar entre os municípios que receberam entre 25 a 43 milhões de reais, destaca-se entre os municípios que mais oficializaram contratos para liberação de crédito do **PRONAF**.



Mapa 03: Movimentação Financeira e Número de Contratos Oficializados do PRONAF nos municípios do Sudoeste do Paraná (2000 - 2009).  
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (vários anos). Org: Fernando Rodrigo Farias

## 2.4 DINÂMICA FINANCEIRA DO PRONAF NO ESTADO DO PARANÁ

A dinâmica financeira do **PRONAF**, no Estado do Paraná, demonstrada através do gráfico III, também é importante no sentido de dar sequência à análise quantitativa do programa no período de 2000 a 2009. Através dessa análise, podemos ter uma visão geral do **PRONAF** em nível estadual.

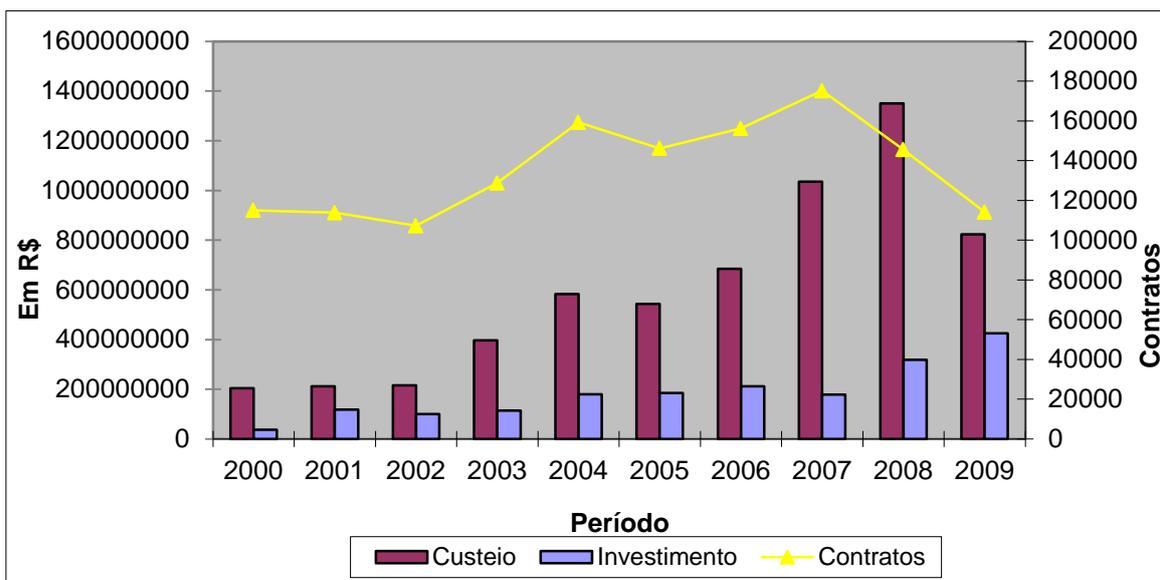


Gráfico III Dados financeiros do PRONAF de 2000 a 2009 do Estado do Paraná

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

A reunião dos dados do **PRONAF**, em todo o Estado do Paraná, encontra-se representado através do gráfico III e demonstra comportamento semelhante, se comparado com gráficos representativos do nível municipal (Flor da Serra do Sul), e do nível regional (Sudoeste do Paraná) como, por exemplo, o crescimento do montante financeiro da modalidade de custeio, até o ano 2007/2008, para posterior queda do volume, em 2009, assim como o maior pico de recursos para a modalidade de investimento no mesmo ano.

O período, 2000 a 2003, no Estado do Paraná, para a modalidade custeio apresenta certa estabilidade quanto ao valor financeiro assim como o número de contratos manteve-se estabilizado; a modalidade de investimento, nesse período, teve maior oscilação se comparada com a modalidade de custeio. Entre 2003 a 2006, houve

crescimento em relação ao valor financeiro da modalidade de custeio, a modalidade **PRONAF** investimento comportou-se de forma estável.

Em geral, entre 2004 a 2009, os dados econômicos do **PRONAF**, no Estado do Paraná, para a modalidade de custeio, obtiveram crescimento do valor total, com pequena queda em 2005, atingindo seu pico em 2008, com posterior queda em 2009, o mesmo comportamento para o número de contratos e, por último, o maior crescimento da demanda por recursos para investimento. A seguir será apresentada a tabela de dados do **PRONAF**, no Paraná, com suas respectivas variações de crescimento, tanto para as modalidades de custeio e investimento como número de contratos.

Tabela IV- Dados do PRONAF no Estado do Paraná

Ano	Modalidade Custeio	Crescimento anual (%)	Modalidade Investimento	Crescimento anual (%)	Total de Contratos	Crescimento anual (%)
2000	204.002.453,52		36.835.354,20		115.009	
2001	211.575.685,95	+ 3,71	118.317.066,04	+ 221,20	113.767	- 1,07
2002	215.832.588,70	+ 2,01	99.525.857,91	15,88	107.228	- 5,75
2003	396.296.935,05	+ 83,61	114.463.033,26	+15,00	128.746	+ 20,06
2004	583.676.243,70	+ 47,28	180.261.357,96	+57,48	159.252	+ 23,70
2005	542.802.001,02	- 7,00	184.377.480,36	+ 2,28	146.173	- 8,21
2006	685.017.149,65	+ 26,20	211.758.860,53	+14,85	156.227	+ 6,87
2007	1.035.073.072,86	+ 51,10	178.052.164,45	- 15,90	175.167	+ 12,12
2008	1.350.121.099,68	+ 30,43	318.617.000,59	+ 78,95	145.487	- 16,94
2009	823.357.471,77	- 39,00	425.678.038,08	+ 33,60	114.132	- 21,55

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

Conforme já argumentado, apresentamos através da tabela IV, os dados do **PRONAF** do Estado do Paraná, no qual podemos visualizar – para a modalidade de custeio – um crescimento significativo em relação ao volume financeiro consumido pela agricultura familiar, que teve um crescimento expressivo até 2008, quando chegou a R\$ 1.350.121.099,68; isso significa um crescimento de 561,81%, se comparado com os R\$ 204.002.453,52 do ano 2000. Em contrapartida, na relação 2008/2009 houve crescimento negativo de 39%.

A modalidade de investimento no qual também apresentou crescimento com destaque para os 221,20% de 2000 a 2001, seu crescimento mais expressivo, em termos de volume financeiro, foi a partir de 2008, atingiu em 2009 a cifra de R\$ 425.678.038,08 significa um crescimento positivo de 1.055,62%, se comparado com o volume de R\$ 36.835.354,20 atingido no ano de 2000.

Em relação ao número de contratos, percebemos a diminuição. O ano em que se obteve maior número de contratos foi em 2007, quando se atingiu 175.167 contratos.

É interessante analisar que o número de contratos existentes em 2009, foi menor em 0,76% em relação ao ano de 2000, significando uma diminuição de 877 contratos para as modalidades, indicando uma possível concentração do crédito do **PRONAF**, com grande quantidade de recursos, porém com menor número de mutuários.

## 2.5 DINÂMICA FINANCEIRA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Com o objetivo de mostrar a base quantitativa do **PRONAF** da região Sul serão apresentados a seguir, os dados do **PRONAF**, no período de 2000 a 2009, do Estado de Santa Catarina, tendo em vista o fato de a região Sul do Brasil possuir a maior concentração do volume de crédito do programa.

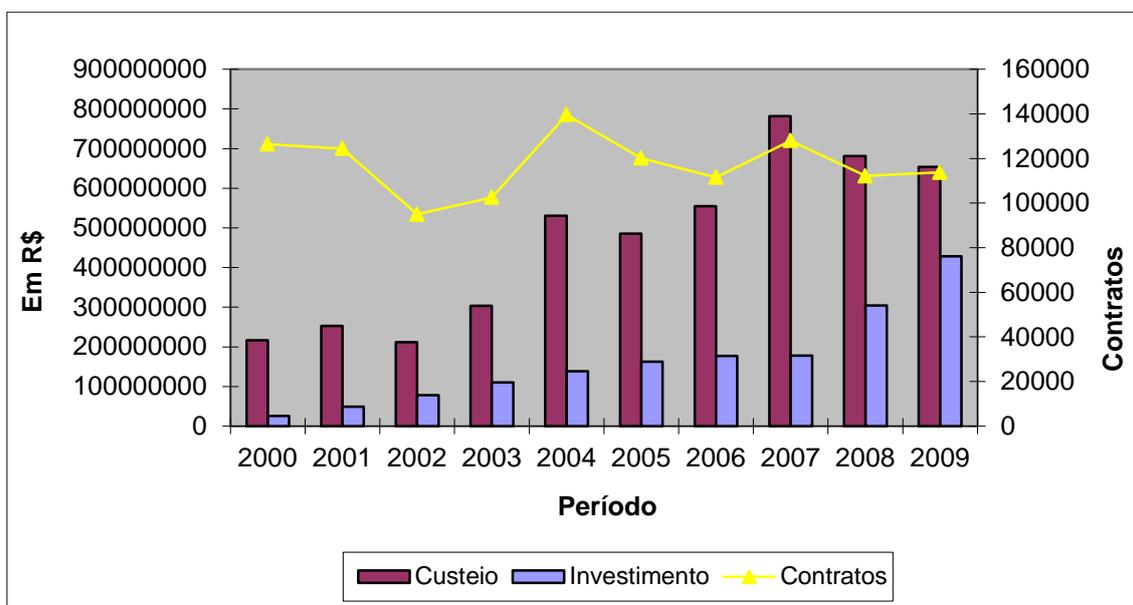


Gráfico IV Dados financeiros do PRONAF do Estado de Santa Catarina (2000 a 2009)  
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

O gráfico IV que representa os elementos econômicos do **PRONAF** do Estado de Santa Catarina que, a exemplo do Estado do Paraná, terá a quantidade de contratos das modalidades (custeio e investimento), no ano de 2000, superior ao número de contratos de 2009, apesar de, em 2009, existir um volume superior em R\$ 839.043.970,80 em relação ao ano de 2000. A modalidade de custeio apresentou crescimento até o ano de 2007, ano em que ocorreu o maior índice de volume financeiro oficializado em todo o período analisado; a partir de 2008, a modalidade apresentou

crescimento negativo. Em relação a modalidade de investimento, o Estado de Santa Catarina teve um crescimento gradativo em todo o período, sendo o ano de maior índice de oficialização do crédito.

Tabela V Dados do PRONAF no Estado de Santa Catarina

Ano	Modalidade Custeio	Crescimento anual (%)	Modalidade Investimento	Crescimento anual (%)	Total de Contratos	Crescimento anual (%)
2000	216.645.497,85		25.711.500,43		126.413	
2001	252.892.273,51	+ 16,73	48.875.466,18	+ 90,09	124.410	- 1,58
2002	211.394.284,98	- 16,40	77.943.485,34	+ 59,47	95.029	- 23,61
2003	303.597.294,20	+ 43,62	110.049.264,78	+ 41,19	102.499	+ 7,87
2004	530.603.762,84	+ 74,77	138.145.465,23	+ 25,53	139.553	+ 36,15
2005	485.314.947,81	- 8,53	162.446.509,25	+ 17,60	120.101	- 13,94
2006	554.701.916,81	+ 14,30	176.820.448,96	+ 8,85	111.552	- 7,11
2007	781.537.209,48	+ 40,84	178.191.267,29	+ 0,77	127.978	+ 14,73
2008	681.041.156,05	- 12,86	304.585.429,88	+ 70,93	112.178	- 12,35
2009	653.472.687,64	- 4,04	427.928.281,44	+ 40,50	113.780	+ 1,43

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

Os dados apresentados através da tabela V dizem respeito ao conteúdo representado no gráfico IV. Como podemos observar o Estado de Santa Catarina, recebeu grande volume de recursos financeiros que, a partir de 2000, provocam uma expansão financeira mais intensa na agricultura familiar do Estado. A modalidade de custeio, por exemplo, em 2007, chegou a atingir as cifra de R\$ 781.537.209,48, significando um crescimento positivo de 260,74% em comparação com o volume financeiro oficial no ano de 2000. A partir de 2007, o volume sofre queda, fechando 2009 com R\$ 653.472.687,64, (201,63%) superior em relação ao volume financeiro financiado em 2000, ano em que se inicia um processo de mudanças na política econômica do país.

Na modalidade do **PRONAF** investimento, no Estado de Santa Catarina ocorreu uma evolução ascendente quantitativamente. Em nenhum ano houve queda do valor investido; seu crescimento atingiu 39,43% ao ano; o maior volume de investimento ocorreu em 2009, a exemplo de todos os recortes anteriores já analisados. Portanto, Santa Catarina, em relação à modalidade de investimento, atingiu, em 2009, R\$ 427.928.281,44; 1.564,34% superior ao volume financiado em 2000. A seguir serão abordados os dados do Estado do Rio Grande do Sul, além do Brasil, no sentido de completar a abordagem quantitativa do programa na região Sul e com o intuito de dar consistência ao nosso objeto de estudo.

## 2.6 DINÂMICA FINANCEIRA DO PRONAF NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A dinâmica financeira do **PRONAF** no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2000 a 2009, será apresentado no gráfico V e tabela VI, completando dessa maneira a base de dados da região Sul do Brasil.

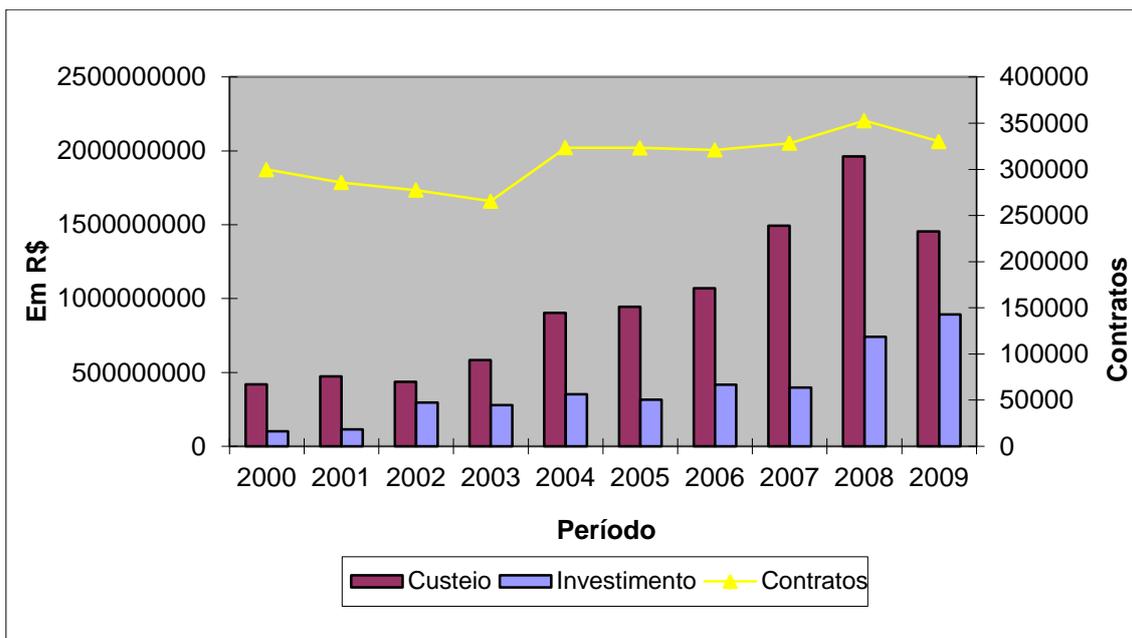


Gráfico V Dados financeiros do PRONAF no Estado do Rio Grande do Sul (2000 a 2009)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

O gráfico representativo do Estado do Rio Grande do Sul aponta para a modalidade de custeio, com crescimento até o ano de 2008, principalmente a partir de 2004. A modalidade para investimento manteve-se basicamente estabilizada até 2007, com algumas oscilações não significativas. O maior índice alcançado para a modalidade investimento ocorreu em 2008 e 2009. Já a linha demonstrativa do número de contratos manteve-se estável, ocorrendo o menor número de contratos em 2003 (265.437), e o maior número de contratos em 2008 (352.716), considerando o número de contratos para ambas as modalidades.

Tabela VI Dados do PRONAF no Rio Grande do Sul

Ano	Modalidade Custeio	Crescimento anual ( %)	Modalidade Investimento	Crescimento anual ( %)	Total de Contratos	Crescimento anual (%)
2000	418.817.548,46		101.382.053,59		299.748	
2001	473.896.059,08	+ 13,15	115.119.190,00	+ 13,55	285.695	- 4,68
2002	437.159.341,64	- 7,75	294.869.117,89	+ 156,14	277.500	- 2,87
2003	583.155.520,73	+ 33,40	277.751.342,56	- 5,80	265.437	- 4,34
2004	902.620.555,37	+ 54,78	352.060.315,44	+ 26,76	323.422	+ 21,85
2005	944.591.969,94	+ 4,65	314.669.084,37	- 10,62	323.248	- 0,05
2006	1.069.749.072,74	+ 13,25	417.534.104,93	+ 32,68	320.959	- 0,70
2007	1.493.454.488,62	+ 39,60	396.932.848,00	- 4,93	328.349	+ 2,30
2008	1.962.524.274,84	+ 31,40	740.784.269,04	+ 86,62	352.716	+ 7,42
2009	1.455.659.564,70	- 25,82	891.527.530,11	+ 20,35	330.247	- 6,37

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

Através da tabela VI, podemos visualizar os elementos econômicos do **PRONAF** do Estado do Rio Grande do Sul. Para a modalidade de custeio, o Estado apresentou, a partir do ano de 2000 até 2008, crescimento do volume financeiro de crédito em quase todas as safras, menos em 2001/2002 em que se obteve 7,75% de crescimento negativo; conforme apresentamos na tabela VI, no ano de 2009, ocorreu um crescimento negativo de 25,82%. O maior índice de volume financeiro oficializado para essa modalidade ocorreu em 2008 quando atingiu R\$ 1.962.524.274,84, ou seja, 368,59% superior em relação ao valor atingido em 2000 que foi de R\$ 418.817.548,46.

A modalidade do **PRONAF** investimento teve crescimento significativo no Rio Grande do Sul, em especial no ano 2001/2002, que apresentou um crescimento positivo de 156,14%. Os anos 2008 e 2009 foram os anos em que a modalidade apresentou os maiores índices de recursos oficializados para investimento; 2008 atingiu a cifra de R\$ 740.784.269,04, apresentando um crescimento positivo de 86,62% na relação 2007/2008. Porém, esse valor atinge R\$ 891.527.530,11 em 2009, ou seja, 779,3% superior, se comparado com o valor atingido em 2000.

No entanto, após termos demonstrado os dados econômicos do **PRONAF**, no período de 2000 a 2009 nos níveis municipal (Flor da Serra do Sul), regional (Sudoeste do Paraná), estaduais (Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), argumentaremos quantitativamente sobre os dados do Brasil.

## 2.7 DINÂMICA FINANCEIRA DO PRONAF NO BRASIL

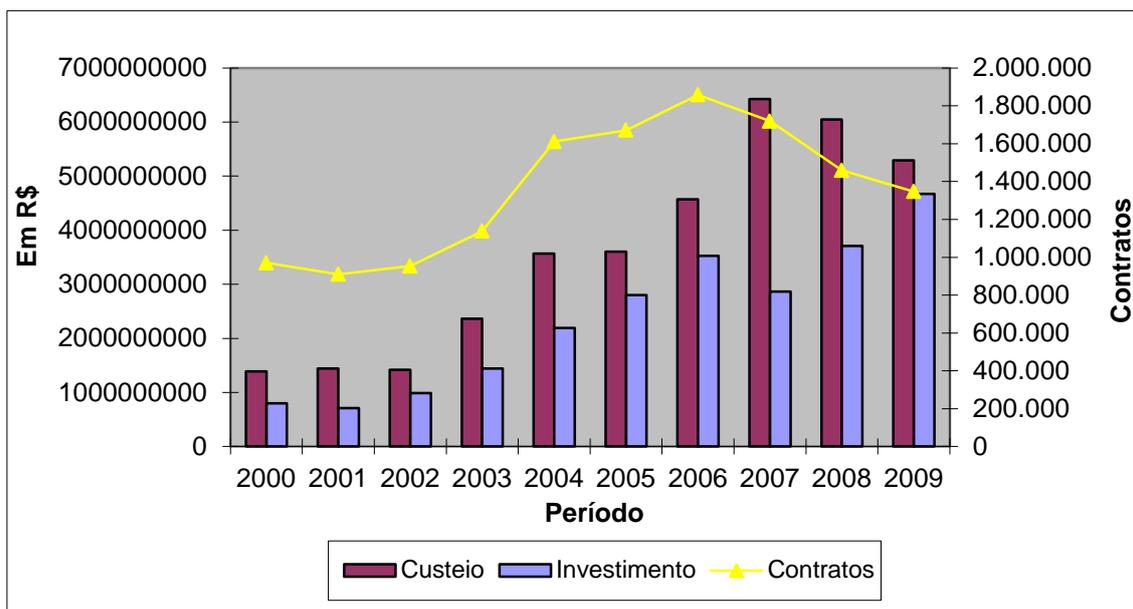


Gráfico VI Dados financeiros do PRONAF no Brasil (2000 a 2009)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

O **PRONAF** enquanto política pública financiadora do setor agropecuário da agricultura familiar, conforme já afirmado em outros recortes geográficos permitiu principalmente, a partir de 2000, crescimento significativo quanto à disponibilidade de recursos para financiar a agricultura familiar. O gráfico representativo do **PRONAF** no Brasil aponta evolução quantitativa, no sentido de que para a modalidade de custeio, a partir de 2003 teve crescimento ascendente até 2007, e a partir de 2008, começa a haver queda no valor financiado. Para a modalidade investimento, notamos que houve crescimento gradativo até 2006, com queda no ano de 2007 voltando a crescer em 2008 e atingindo seu maior índice de recursos oficializados em 2009. Em relação ao número de contratos, houve desenvolvimento demonstrado no gráfico de acordo com a oscilação da coluna da modalidade de custeio, ou seja, cresceu até 2007, iniciando um processo de queda a partir de 2008 até 2009.

Tabela VII Dados do PRONAF no Brasil (2000 a 2009)

Ano	Modalidade Custeio	Crescimento anual (%)	Modalidade Investimento	Crescimento anual (%)	Total de Contratos	Crescimento anual (%)
2000	1.392.128.098,16		796.506.905,16		969.727	
2001	1.444.733.759,65	+ 3,77	708.617.499,13	-11,03	910.466	- 6,11
2002	1.419.748.414,51	- 1,73	985.102.355,47	+ 39,00	953.247	+ 4,69
2003	2.364.895.617,35	+ 66,57	1.442.003.628,12	+ 46,38	1.138.112	+ 19,39
2004	3.567.451.968,60	+ 50,85	2.194.024.027,51	+ 52,15	1.611.463	+ 41,60
2005	3.601.591.284,30	+ 0,96	2.802.598.845,02	+ 27,73	1.671.183	+ 3,70
2006	4.574.564.399,59	+ 27,00	3.526.979.300,30	+ 25,85	1.858.048	+11,18
2007	6.427.764.256,35	+ 7,50	2.868.010.961,61	- 18,68	1.719.160	+ 7,47
2008	6.047.237.775,06	- 5,92	3.711.681.258,11	+ 29,41	1.459.691	- 15,09
2009	5.293.289.393,86	- 12,46	4.673.430.011,06	+ 25,91	1.347.088	- 7,71

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários anos, organização do autor.

A tabela VII permite visualizar que o **PRONAF** foi uma política pública que recebeu a cada safra um volume maior de recursos financeiros assim como mais pessoas foram sendo enquadradas no programa. No entanto, podemos verificar que no período de 2000 até 2007, somente na relação 2001/2002 é que houve queda em relação ao total de recursos financeiros (queda de 1,73%), atingindo, em 2007, R\$ 6.427.764.256,35; isso significa 361,72% superior em relação ao valor liberado no ano de 2000. A partir de 2008, inicia-se o período de queda do valor financeiro liberado. O período de 2007 até 2009 apresentou queda de 17,65% do valor financeiro oficializado para a modalidade de custeio no Brasil.

A modalidade do **PRONAF** investimento no Brasil também obteve significativa evolução quantitativa de recursos financeiros para investimentos no processo produtivo; ao contrário da modalidade de custeio, dos anos 2008/2009, com queda do valor financeiro oficializado que, por sua vez, atingiu nesse período, os maiores índices de crédito oficializado; em 2009, atingiu-se R\$ 4.673.430.011,06, ou seja, 486,74% superior em relação ao valor oficializado em 2000.

Em relação ao número de contratos, o **PRONAF**, no Brasil, apresentou tendência que se repetiu praticamente em todos os recortes geográficos analisados quantitativamente durante este capítulo II, ou seja, houve crescimento gradativo até aproximadamente o ano de 2006 iniciando a partir de então um processo de queda do número de mutuários, porém, com mais recursos financeiro disponível.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO II

Se não levarmos em consideração o fator histórico para abordar o **PRONAF**, certamente iremos concluir que a dinâmica financeira proporcionada pelo programa, diante do processo de financeirização da agricultura familiar, possui pleno potencial para resolver todos os problemas estruturais que a agricultura familiar brasileira possui.

O **PRONAF**, certamente, tem proporcionado à agricultura familiar avanços significativos em termos de volume financeiro, que a categoria possui à disposição para investir em seus sistemas produtivos.

De acordo com o histórico brasileiro das políticas de crédito analisadas, porém verifica-se que no conteúdo abordado no capítulo I, há apontamentos de que houve concentração do volume de crédito, sob a posse de determinada parcela de produtores, melhor inseridos no mercado capitalista e que sempre se mantiveram na hegemonia econômica, possuindo privilégios para acessar crédito. O **PRONAF**, como política de crédito, representa um fator indispensável para facilitar a mediação econômica na agricultura, tendo agido como possibilidade de avanço socioeconômico para a agricultura familiar.

Essa possibilidade torna-se evidente na análise quantitativa do programa, já que esta foi desenvolvida no decorrer do presente capítulo. O município de Flor da Serra do Sul, de 2000 a 2009, recebeu em sua economia um volume total de crédito do **PRONAF** de R\$ 14.093.168,01, referente à modalidade de custeio agrícola e R\$ 2.752.685,44 para a modalidade de investimento, totalizando, portanto, R\$ 16.845.853,43, sendo oficializados, durante esse período, 3.534 contratos; portanto, em média, o município obteve R\$ 4.766,80 por contrato.

A região do Sudoeste do Paraná, durante o mesmo período, recebeu na economia de seus municípios, R\$ 1.295.740.146,08, distribuídos em 276.475 contratos, ficando em média, R\$ 4.686,64 por contrato.

O Estado do Paraná, no período de 2000 a 2009, oficializou um volume total financeiro de R\$ 7.915.640.915,28, sendo R\$ 6.047.754.701,90 para a modalidade de custeio e R\$ 1.867.886.213,38 para a modalidade investimento; durante esse período, foram oficializados 1.361.188 contratos; em média 5.815,24 por contrato.

A região Sul do Brasil, no período de 2000 a 2009, movimentou em sua economia um total financeiro de R\$ 27.881.797.317,28, sendo R\$ 20.460.584.129,19

para a modalidade de custeio e R\$ 7.421.213.188,09 para a modalidade de investimento, ficando, em média, R\$ 4.941,83 por contrato.

A base de dados do **PRONAF** do Brasil, no período analisado (2000 a 2009) mostra que na economia brasileira circulou um montante financeiro de R\$ 59.842.359.758,92; desse montante, R\$ 36.133.404.967,00 pertencem a modalidade de custeio e R\$ 23.708.954.791,49 à modalidade de investimento; em média no Brasil, o valor médio para cada contrato oficializado, é de R\$ 4.387,86.

Através dessa exposição de dados dos recortes geográficos analisados, podemos afirmar que a região Sul do Brasil consumiu 53,4% do volume total do **PRONAF** no período em questão. Percebemos também que a relação entre o montante financeiro das modalidades de custeio e investimento, difere se comparado com a distribuição do Brasil como um todo. No município de Flor da Serra do Sul o total financeiro circulado, no período de 2000 a 2009, apresentou um percentual de 83,65% para a modalidade de custeio e 16,35% para a modalidade de investimento.

No Estado do Paraná, esse percentual ficou em 76,4% utilizado para a modalidade de custeio e 23,6% para investimento. Na região Sul, ficou em 73,38% para a modalidade de Custeio e 26,62% para a modalidade de investimento. Diferentemente do regional os dados do **PRONAF** no país, mudam-se para 60,38% dos recursos disponibilizados para a modalidade de custeio e 39,62% para a modalidade de investimento.

### CAPÍTULO III

## DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL PR

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR

O objetivo deste capítulo consiste em fazer uma análise empírica de alguns aspectos importantes, que participam diretamente na economia do município de Flor da Serra do Sul/Pr. Temos real interesse em analisar se a explosão quantitativa dos recursos financeiros apresentados no capítulo II desta pesquisa assim como o aumento do número de pessoas do município de Flor da Serra do Sul que passaram a ter acesso aos recursos financeiros do **PRONAF** ocasionou alterações importantes, de caráter progressista, na dinâmica socioeconômica das propriedades rurais beneficiadas com a política de crédito do **PRONAF**.

Portanto, o **PRONAF**, por si só, garante a possibilidade de mudança estrutural na agricultura familiar? O **PRONAF** possibilitou, de fato, aumento de emprego e renda financeira na agricultura familiar? O **PRONAF** pode ser considerado um fator importante para a diminuição do êxodo rural no município em questão? Quais foram os avanços importantes vividos pelos agricultores familiares que utilizaram os recursos financeiros do **PRONAF**? Qual o grau de aceitação e rejeição dos agricultores familiares para com o **PRONAF**? Houve avanços como um todo na agricultura familiar do município com a ação quantitativa dos recursos financeiros do **PRONAF**?

Neste capítulo, não aprofundaremos a análise num sentido mais crítico, tendo em vista que será feito no capítulo IV. Porém, é necessário chamarmos atenção já neste capítulo – que aborda os elementos empíricos da pesquisa – para alguns elementos contraditórios que a própria base empírica levantada nas propriedades rurais irá demonstrar. Essas contradições impedem que o programa por si só represente uma política pública de crédito solucionadora de grande parte dos problemas da agricultura familiar, mesmo sendo inegável que o **PRONAF** representa um importante aliado financeiro para as famílias de agricultores familiares.

Com a política de crédito do **PRONAF** agindo como possibilidade de avanços tecnológicos e evolução estrutural dos meios de produção da agricultura familiar interrogamos: Em que medida pode ser uma garantia de permanência da população no campo, principalmente os filhos dos agricultores familiares, representantes sociais de gerações atuais?

A questão, muitas vezes, vai muito além da estrutura produtiva e renda financeira na agricultura; outros fatores poderão ser determinantes para as pessoas saírem do campo e podem estar relacionados, por exemplo, ao estilo de vida que as pessoas do campo buscam em atividade “não agrícola”. A seguir faremos uma breve caracterização do município de Flor da Serra do Sul apresentando e destacando alguns aspectos importantes para a análise do nosso objeto de estudo.

De acordo com os dados do **IBGE** (2006), o número de estabelecimentos agropecuários no município de Flor da Serra do Sul, em 1996, era de 1079; em 2006, esse número passou a 708, ou seja, do início da institucionalização do **PRONAF** até 2006 houve diminuição de 34,38% dos estabelecimentos agropecuários. Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, de acordo com **IBGE** (2006), em 1996, o município tinha 4.405 pessoas ocupadas em atividades agrícolas; em 2006, esse número caiu para 1.961 pessoas ocupadas, havendo uma redução de 55,48% da ocupação social nas propriedades agropecuárias.

Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, fazendo um comparativo no período 1996/2006, os dados do **IBGE** (2007) mostram que houve redução também no Sudoeste do Paraná equivalente a 5,9%; porém, no Estado do Paraná, houve um acréscimo de 0,9%. No país em 1996, o número de estabelecimento era de 4.859.864; em 2006, passou a ser de 5.204.130; havendo um acréscimo de 7,08% no número de estabelecimentos agropecuários.

Houve também redução do pessoal ocupado no Sudoeste do Paraná; segundo o **IBGE** (2006), em 1996, tínhamos 159.560 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários; em 2006, o número de pessoas ocupadas caiu para 127.450 pessoas, significando uma queda de 25,19%.

Baseado em dados do **IBGE** o gráfico VII, que será apresentado a seguir, mostra que o município de Flor da Serra do Sul vem apresentando crescimento negativo na relação temporal (1996/2000/2007), tanto para a população total quanto para a população rural, sendo esse período posterior à criação do **PRONAF**, torna-se importante a sua análise.

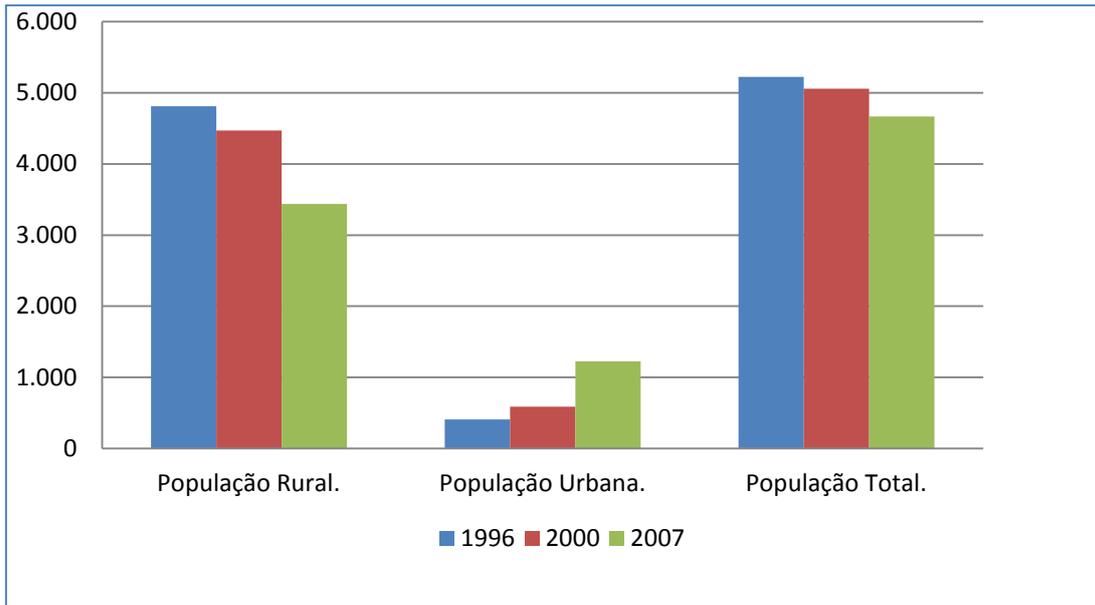


Gráfico VII População residente do município de Flor da Serra do Sul/PR

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (vários anos), organização do autor.

De acordo com o gráfico VII, o município de Flor da Serra do Sul apresentou diminuição de sua população rural, queda da população total e aumento da população urbana. Esse processo não é endêmico do próprio local, faz parte de um processo oscilatório que tem ocorrido na maioria dos pequenos municípios do Sudoeste do Paraná. De acordo com os dados do **IBGE** (2009), no Sudoeste do Paraná, em 1996, 53,86% da população estava situada no perímetro urbano e 46,14% no meio rural. Em 2007, o quadro altera-se, ou seja, passa a apresentar 65,27% de sua população no perímetro urbano e 34,73% da população no espaço rural. Em relação a sua população total, o Sudoeste paranaense, em 1996, apresentava uma população de 472.425 pessoas; em 2007, passa a ter 473.929 pessoas, ou seja, em 2007, a população total é 0,31% menor em relação a 1996, decrescendo o número total de pessoas em 1.504 pessoas.

A tabela VIII, a seguir, mostra os dados populacionais do município de Flor da Serra do Sul/ PR, no período de 1996 a 2007.

Tabela VIII Dados populacionais do município de Flor da Serra do Sul/PR

Ano	População rural.	Varição de crescimento % (96/00-96/07).	População urbana.	Varição de crescimento % (96/00-96/07).	População total.	Varição de crescimento % (96/00-96/07).
1996	4.811		410		5.221	
2000	4.469	- 7,10	590	+ 43,90	5.059	- 3,10
2007	3.438	- 23,07	1.228	+ 199,51	4.666	- 10,63

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (vários anos), organização do autor.

A tabela VIII, apresenta os índices populacionais do município de Flor da Serra do Sul, a partir de dados do **IBGE** (2009). Em 1996 a população rural era de 4.811 pessoas; em 2000, a população rural apresentou um crescimento negativo de 7,10%, crescimento negativo também ocorreu na relação temporal de 2000/2007, com um crescimento negativo de 23,07%. Já na relação 1996/2007, percebemos que a população rural decresceu 28,54%.

Ao contrário da população rural, a população urbana que em 1996 era de 410 habitantes, passou para 590 habitantes em 2000; isso significa que, em 4 anos, a população urbana teve um crescimento de 43,90%. Entre 2000 a 2007, a população urbana, de 590 habitantes, passou a ser de 1.228 habitantes; isso significa, conforme demonstrado na Tabela VIII, um crescimento de 108,14%. E entre 1996 a 2007, a população urbana aumentou 199,51% conforme dados da tabela.

A população total do município de Flor da Serra do Sul, conforme demonstrado no Gráfico VII e Tabela VIII, apresentou crescimento negativo; em 1996, foram recenseadas 5.221; em 2000, esse número caiu para 5.059 pessoas, havendo um crescimento negativo de 3,10%. Na relação 2000/2007, a população total apresentou um crescimento negativo de 7,76%; entre 1996 a 2007, a diminuição total de pessoas recenseadas foi de 555 pessoas, isso representa uma diminuição total de 10,63% da população total.

Portanto, o fluxo migratório da população de Flor da Serra do Sul pode ser resumido da seguinte maneira: considerando que, no período de 1996 a 2007, a população rural sofreu crescimento negativo de 28,54%, significa que houve diminuição de 1.373 pessoas no meio rural. Em relação à população urbana, no mesmo período, houve um crescimento positivo de 199,51%; isso significa empiricamente um aumento de 818 pessoas que passaram a viver agora no meio urbano. A população total no período de (1996/2006) teve um crescimento negativo de 10,63%, ou seja, houve diminuição de 555 pessoas no universo total da população.

Em relação à área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no município de Flor da Serra do Sul, elemento importante já que estamos analisando os índices de população

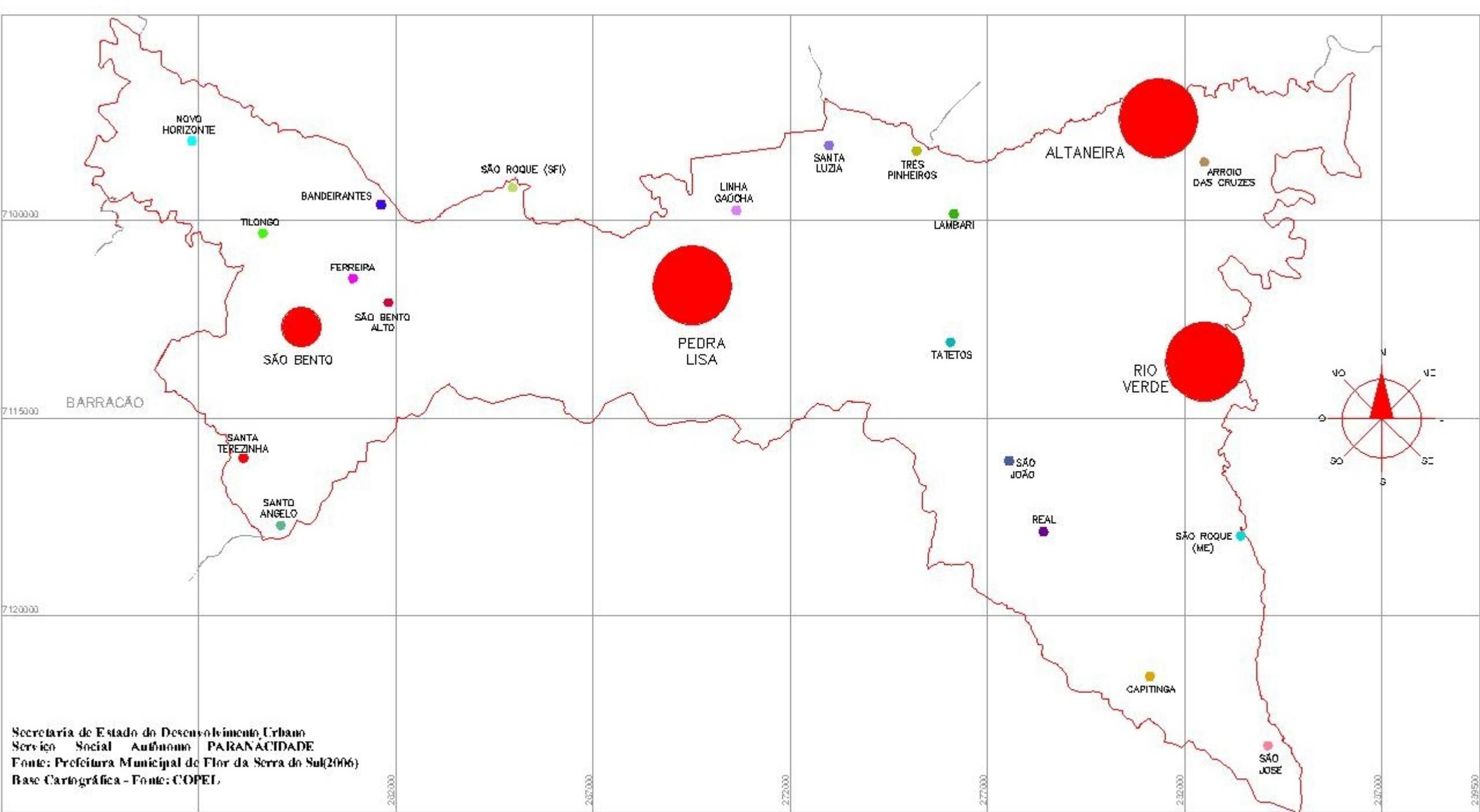
que deixaram de habitar o campo, passando a habitar o perímetro urbano assim como o crescimento negativo que a população total do município sofreu. Verificamos, através do **IBGE** (2007), que, em 1996, havia um total de 12.303 hectares de área plantada e 12.303 hectares de área colhida. Em 2007, o total de área plantada foi de 17.016 hectares e de área colhida 16.816 hectares. Portanto, no período de 1996 a 2007, a área plantada teve um acréscimo de 27,69% e, em relação à área colhida, um acréscimo de 26,83%.

Verificamos, através dos números citados, que, mesmo com a diminuição dos estabelecimentos agropecuários e a diminuição de pessoal ocupado na agricultura, houve avanços na área cultivada, podendo ser esse fato fruto de avanços tecnológicos, através da substituição da mão de obra braçal pela motorizada ou, até mesmo, o cultivo de culturas que requeiram menor índice de mão de obra.

Segundo o **IBGE** (2007), o número de estabelecimentos agropecuários com tratores em 1996, era de 72; no ano de 2006, esse número passou a 86; ou seja, houve crescimento de 20,85%. Já o número total de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários, no ano de 1996, era de 86; em 2006, era de 101 tratores, ou seja, houve evolução de 17,44%.

Os resultados da pesquisa de campo, que serão apresentados a seguir, fazem parte de um conjunto de entrevistas realizadas de forma parcial no mês de março/2009, na ocasião foram entrevistadas 4 (quatro famílias) num período anterior ao exame de qualificação da pesquisa. Após o exame de qualificação, entre janeiro a abril do ano de 2010, foram entrevistadas mais 80 (oitenta) famílias, 28 delas na comunidade de Rio Verde, 18 na comunidade de Altaneira e 38 na comunidade de Pedra Lisa.

A comunidade de Rio Verde município de Flor da Serra do Sul possui, aproximadamente, 35 famílias e situa-se na divisa entre os municípios de Flor da Serra do Sul e Marmeleiro. Pessoas de outras comunidades menores e sem muita estrutura para eventos social como: festas, celebrações religiosas participam da comunidade; portanto, sócios na comunidade, segundo relatos de moradores ligados a diretoria, há aproximadamente 80. A comunidade de Altaneira possui aproximadamente 40 famílias, e a comunidade de Pedra Lisa 45. Foram entrevistadas 80% das famílias da comunidade de Rio Verde, 45% da comunidade de Altaneira e 84,44% da comunidade de Pedra Lisa. A seguir será indicado através do mapa 4 a localização da área das entrevistas.



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul(2006)  
 Base Cartográfica - Fonte: COPEL.

MAPA 04: LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

A escolha das comunidades entrevistadas, foi de forma aleatória, com exceção da comunidade de Rio Verde que foi pelo fato de o pesquisador lá ter morado durante 26 anos. As entrevistas foram realizadas normalmente entre quintas feiras, sextas feiras e sábados até ao meio dia. O número máximo de entrevistas diárias variava entre 5 e 10, pois algumas famílias não se encontravam disponíveis no momento; alguns locais de difícil acesso, não permitiam o deslocamento via automóvel, e o trajeto era feito a pé.

Durante as entrevistas de pesquisa de campo, foi solicitado aos produtores relatarem algo da sua história na propriedade, com o objetivo de entender um pouco a dinâmica na comunidade rural em que o produtor reside. Nesses relatos, consta o ano aproximado em que chegaram ao município e de que forma adquiriram a propriedade rural na qual trabalham e produzem. Neles há informações importantes da história desses proprietários entrevistados, principalmente dos últimos 15 anos. O tempo de duração de cada entrevista variou entre 40 a 90 minutos, tempo relativo à conversa em cada ocasião; algumas famílias, no início da conversa, tinham a preocupação de que a pesquisa fosse para fins acusativos junto às instituições financeiras, mas, no decorrer da entrevista, as pessoas acabavam entendendo que se tratava apenas de uma pesquisa científica.

O conteúdo explorado nas entrevistas consistiu em: total de área própria; total de área arrendada; divisão da produção; atividade principal; número de pessoas da família por faixa etária; grau de escolaridade dos membros; organização e divisão das atividades referente às pessoas envolvidas na produção; contratação de mão de obra; venda de mão de obra; descrições com dados gerais das máquinas, equipamentos e automóveis da propriedade; quanto ao uso de financiamento bancário e **PRONAF**; qual a importância dos financiamentos públicos, e no caso do **PRONAF**, para o andamento da propriedade; informações sobre o custo da produção e lucratividade; sucessão familiar na atividade agrícola da propriedade; quanto à assistência técnica e qual a origem dessa assistência; se há preocupação quanto à busca de conhecimento para melhor administrar sua propriedade, e quem fornece esse conhecimento técnico e administrativo; como é organizada a tarefa das atividades; se há um planejamento técnico e de mercado; quais as tecnologias utilizadas na propriedade; total produzido por atividade ou cultura; distância até o mercado negociador; como é feita a comercialização da produção; quanto à adubação do solo; produção de alimentos básicos para a alimentação; planos para investimentos para o futuro de sua propriedade; quanto a outras receitas que formam o montante financeiro da família. (aposentadorias, salários públicos ou privados).

Esse conteúdo representa a base empírica tratada nesta pesquisa. Os dados coletados através de conversa informal, de modo que o produtor não se sentisse interrogado por um pesquisador. Na própria conversa, as perguntas acabavam sendo feitas e as informações anotadas sobre o questionário. Terminado essa fase, efetuamos um estudo prévio das 84 (oitenta e quatro) entrevistas; as perguntas e respostas anotadas foram reunidas em forma de quadro síntese, com o objetivo de retomar o conteúdo de campo assim como para facilitar a sua sistematização e consulta. O quadro síntese estará em anexo no final da presente pesquisa.

Além dessas entrevistas, ocorreu uma única entrevista com o produtor rural de outra comunidade do município de Flor da Serra do Sul, de Linha São Bento, porém para essa entrevista não foi utilizado qualquer questionário pré-estabelecido, apenas uma conversa informal gravada com autorização do produtor a respeito do **PRONAF** e o problema que sua comunidade enfrenta de falta de mercado para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Nos próximos itens, serão explorados os dados de campo, com base nas entrevistas sistematizadas das 03 (três) comunidades pesquisadas, com o objetivo de analisar qual o papel desempenhado pelo **PRONAF** na agricultura familiar, do município de Flor da Serra do Sul.

### 3.2 PERFIL FUNDIÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DAS COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS (2009) E DO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/ PR e DA BASE IBGE (1996 e 2006)

As propriedades rurais, cujas famílias foram entrevistadas, apresentam características de propriedades com pequenas áreas, sendo a grande maioria delas com áreas em até 20 hectares, conforme demonstrado no gráfico VIII.

De acordo com o gráfico VIII, a pesquisa nas três comunidades rurais mostrou que quase 70% das propriedades rurais pesquisadas possuem áreas de até no máximo 20 hectares conforme afirmamos ser predominante. A tabela IX mostra por comunidade um diagnóstico efetuado, em um universo de 84 famílias entrevistadas na pesquisa de campo (2009/2010).

Tabela IX Área dos estabelecimentos agropecuários das comunidades de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira

Em hectares	Rio Verde	%	Pedra Lisa	%	Altaneira	%
1 a 10	02	7,14	11	28,95	01	5,55
10 a 20	13	46,42	16	42,1	11	61,13
20 a 30	08	28,57	08	21,05	04	22,22
30 a 40	03	10,73	-	-	01	5,55
Mais de 40	02	7,14	03	7,9	01	5,55
Totais	28	100	38	100	18	100

Fonte: pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

A pesquisa de campo (2009/2010) demonstrou que as propriedades rurais com área entre 1 a 10 hectares, nas comunidades de Rio verde e Altaneira, apareceram em percentuais menores em relação à comunidade de Pedra Lisa. A maioria das propriedades rurais pesquisadas nas três comunidades possui área acima de 10 ha até 20 há; esses percentuais apareceram na comunidade de Altaneira em 61,13% das propriedades; na comunidade de Rio Verde em 46,42%; e a comunidade de Pedra Lisa 42,1%.

No que tange as propriedades acima de 30 ha e até 40 ha, a comunidade de Rio Verde apresenta superioridade em relação às outras duas. Rio Verde possui 10,73% das propriedades nessa faixa, enquanto a comunidade de Pedra Lisa não possui nenhuma propriedade rural com esse perfil e a comunidade de Altaneira possui 5,5% das propriedades nessa faixa de área. Já as propriedades com áreas acima de 40 ha, a comunidade de Rio Verde possui 7,14%, a comunidade de Pedra Lisa 7,9% e a comunidade de Altaneira 5,5% das propriedades com esse perfil.

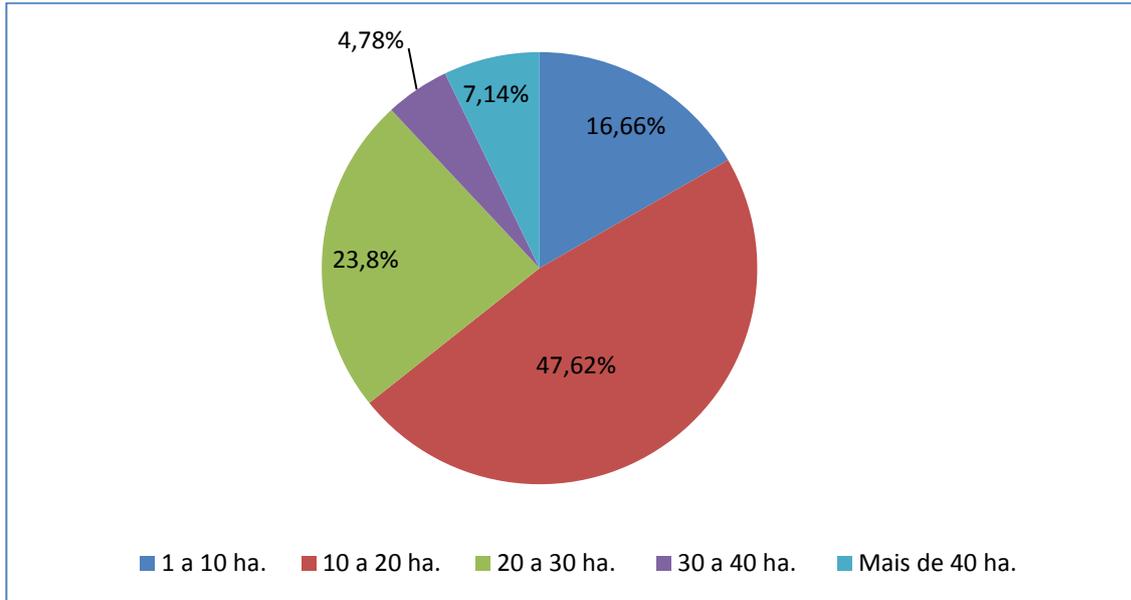


Gráfico VIII Perfil fundiário dos estabelecimentos agropecuários de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira (2009) em (%)

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

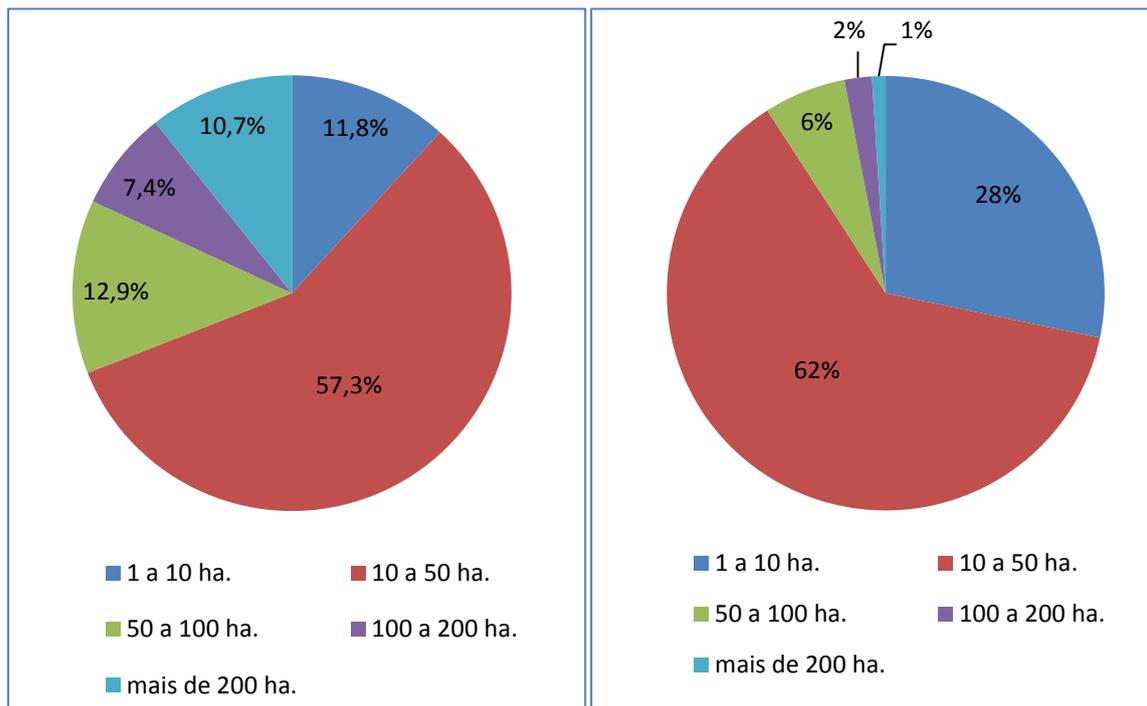


Gráfico IX Ano de 1996

Fonte: **IBGE** (2006) organização do autor.

Gráfico X Ano de 2006

Fonte: **IBGE** (2006) organização do autor.

Na comunidade de Rio Verde, dos 28 entrevistados, 3 (10,7%), responderam que compraram novas áreas de outras pessoas ou membro da própria família, que abandonou a atividade rural no município; em 8 propriedades (28,57%), responderam que receberam como herança da família ou vieram de outras regiões em substituição a produtores que saíram do meio rural do município; os entrevistados das outras 11 propriedades rurais (39,28%) afirmaram ter adquirido, pois moram no meio rural do município há mais de 20 anos.

Na comunidade de Altaneira, de 18 proprietários entrevistados, 4 responderam que adquiriram novas áreas, ou seja, 22%; 6 (33,33%), responderam que receberam como herança da família, pois cuidam ou cuidaram seus pais; e em 8 (44,44%) das propriedades, adquiriram ou moram no meio rural do município há mais de 20 anos.

Na comunidade de Pedra Lisa, dos 38 entrevistados 12 (31,57%) relataram que adquiriram as áreas através de herança da família, ou comprando de outros já que vinham de outros municípios e regiões; ou seja, não concentraram, apenas substituíram o espaço deixado por outros moradores que saíram no meio rural do município; apenas em 02 propriedades (5,26%), relataram que adquiriram novas áreas de pessoas que saíram do meio rural do município ou se deslocaram para o perímetro urbano, e 03 proprietários (7,89%) responderam que precisam adquirir a propriedade, na qual trabalham e produzem, do espólio da própria família. As outras 17 famílias (44,73%) adquiriram a propriedade e moram no município há mais de 20 anos.

Queremos deixar claro que a presente pesquisa não tem interesse e nem direcionamento empírico para analisar se houve ou não concentração de terras no município, até porque é sabido que a análise por estabelecimentos não é suficiente para determinar a concentração de terras, tendo em vista que um proprietário pode possuir vários estabelecimentos de pequenas áreas no mesmo município ou em outros (locais fora do seu município). A discussão foi estendida dentro das possibilidades e alcance dos dados empíricos coletados na pesquisa de campo (2009/2010), mostrando que um percentual pequeno de agricultores familiares adquiriu novas áreas, herdando da divisão de herança familiar, o que pode explicar o aumento de estabelecimentos com áreas menores e a diminuição dos estabelecimentos com áreas maiores.

Como o principal objetivo da presente dissertação é analisar o papel do **PRONAF** na agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul, um ponto importante a ser analisado diz respeito à divisão do sistema produtivo das propriedades rurais das três comunidades em que foram efetuadas as entrevistas. Através de análise, será possível constatar como está constituído, na atualidade, o perfil produtivo desses estabelecimentos

agropecuários, demonstrando, dessa maneira, quais as mercadorias produzidas pelos agricultores familiares, no que diz respeito à participação no mercado econômico. Como já foi argumentado no capítulo II, um dos objetivos do **PRONAF** é facilitar o acesso financeiro aos agricultores familiares a fim de melhorar a sua eficiência para competir junto ao mercado.

3.3 DIVISÃO PRODUTIVA DAS PROPRIEDADES RURAIS E PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, COM O PERCENTUAL REPRESENTATIVO DE: (PRINCIPAL, SECUNDÁRIA, TERCIÁRIA E QUATERNÁRIA): ATIVIDADE ECONÔMICA DAS PROPRIEDADES RURAIS DAS COMUNIDADES DE RIO VERDE, PEDRA LISA E ALTANEIRA

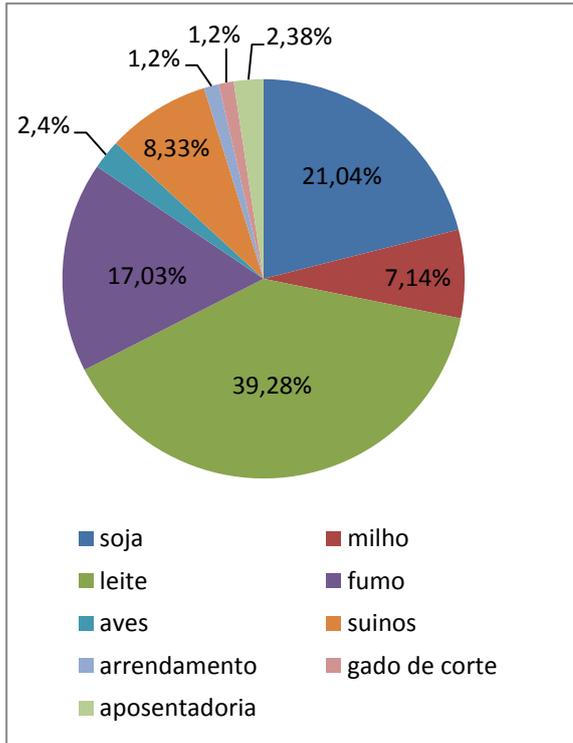


Gráfico XI Principal atividade  
Fonte: Pesquisa de Campo (2009/2010).

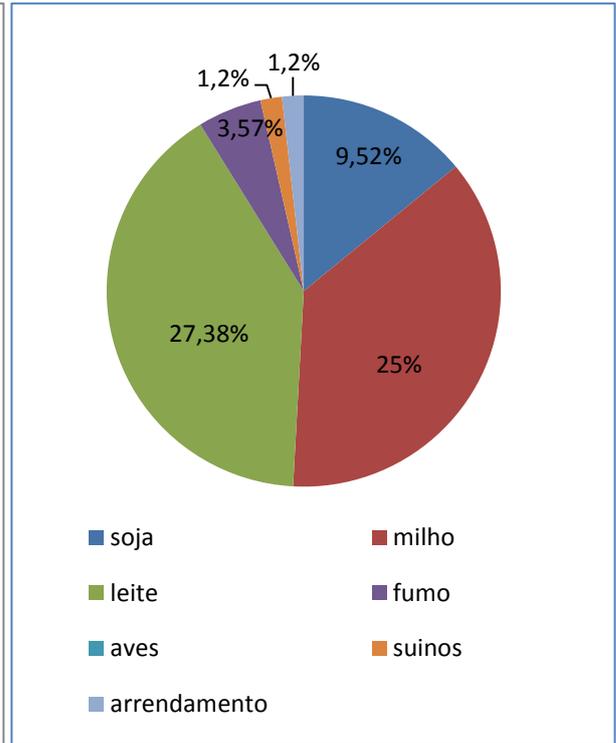


Gráfico XII Segunda atividade  
Fonte: Pesquisa de Campo (2009/2010).

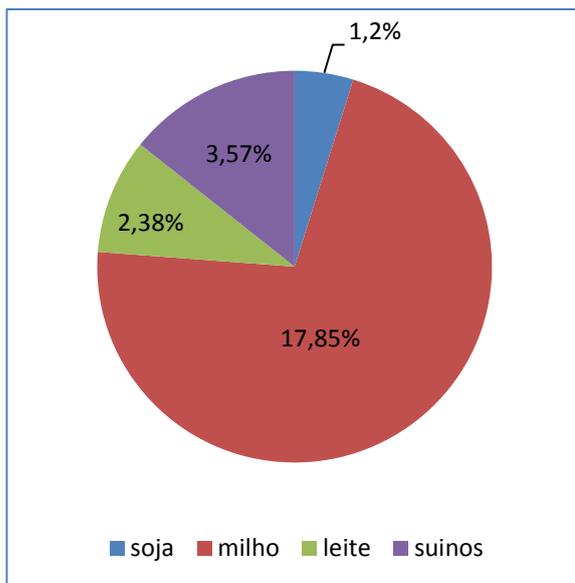


Gráfico XIII Terceira atividade  
Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010).



Gráfico XIV Quarta atividade  
Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010).

O gráfico XI mostra os percentuais da atividade agropecuária considerada principal atividade econômica das propriedades rurais das três comunidades pesquisadas. No município de Flor da Serra do Sul, há predominância de pequenas propriedades, conforme já foi demonstrado no gráfico X, **IBGE** (2006). Nas três comunidades pesquisadas, a maior parte das propriedades rurais trabalha com a atividade leiteira, esta a principal atividade econômica, com um percentual de 39,28% das propriedades rurais.

Na seqüência, após a atividade leiteira, a cultura de maior participação é a soja com 21,04% das propriedades. A cultura do fumo aparece em terceiro lugar, atingindo 17,03% das propriedades rurais; a seguir, a suinocultura, apesar ser declarada pelos próprios agricultores pesquisados como uma atividade oscilatória, que oferece menor segurança econômica no mercado econômico, e muitos afirmaram não mais trabalhar com essa atividade, devido ao problema do alto custo de produção e preços baixos no mercado, mesmo assim 8,33% das propriedades rurais das três comunidades pesquisadas possuem a suinocultura como principal atividade econômica da propriedade, porém, desse percentual, apenas um produtor desenvolve essa atividade com ciclo completo na propriedade; os demais, ou são integrados com empresas e exemplo de Sadia e Palmali, ou trabalham no sistema de iniciador, ou seja, produzem leitões para outros criadores trabalharem como terminadores.

Apenas 7,14% das propriedades rurais trabalham com o milho como principal atividade econômica. O milho aparecerá com maior frequência como atividade secundária, pois a cultura é importante para dar suporte às atividades produtoras de carnes e à própria atividade leiteira, sendo útil para a complementação alimentar dos animais.

A cultura do milho, de acordo com os produtores rurais, apresenta problemas em relação à falta de segurança de preços e a oscilação do custo de produção; frequentemente citada pelos agricultores nas entrevistas de pesquisa de campo, isso faz com que a cultura não seja uma aposta como a principal atividade. Tivemos acesso a relatórios de extrato de vendas de 02 (dois), produtores do município de Flor da Serra do Sul que efetuam suas negociações junto a Cooperativa Regional Alfa, no município desde o ano de 2000.

Queremos esclarecer que o fato de a representação dos gráficos XII, XIII e XIV não completar os 100% significa que o restante do percentual não possui segunda, terceira ou quarta atividade.

Quadro III Principais insumos utilizados pelo produtor para as culturas de milho e soja

Produtos	Valor dos insumos na safra de 2007 (em R\$).	Valor dos insumos na safra de 2008 (em R\$).
Herbicida Herbimix (litro).	7,70	10,20
Adubo 02.20.20 (saca de 50 Kg).	35,50	71,00
Nitrato de Amônia (saca de 50 Kg).	36,20	72,00
Adubo 08.20.20 (saca de 50 Kg).	41,20	89,00
Herbicida Glifosato (litro).	9,50	15,70
Fungicida Opera (litro).	72,50	81,60

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Alfa<sup>22</sup>, organização do autor.

Ao interpretar, podemos perceber os dados existentes nos relatórios dos produtores rurais e relacionados no quadro III, que dizem respeito a alguns insumos utilizados no cultivo do milho e da soja que, normalmente, correspondem aos maiores valores no orçamento financeiro dos produtores, ficando em torno de 70% dos custos de produção.

Analisando o relatório geral desses produtores que aceitaram fornecer sua movimentação financeira, descobrimos que, no ano de 2007, os produtores comercializaram sua produção de soja a um valor médio de R\$ 28,20 a 28,50 para cada saca de sessenta quilogramas; e comercializaram o milho ao valor de R\$ 22,20 a 22,50 a saca de 60 kg (sessenta quilogramas). Já na safra de 2008, os produtores receberam por saca de milho de R\$ 22,80 a 23, 50; para a soja, o valor ficou entre R\$ 41,60 e 45,00. Em outras palavras, o reajuste de preço nas safras de 2007 e 2008, para o milho obtiveram uma evolução de 3,6 %; para o preço da soja obtiveram uma evolução de 52,73%.

Observando o reajuste do valor dos insumos para o cultivo, o mercado reajustou para adubo 02.20.20 conforme tabela do produto utilizado na soja, obteve um reajuste de 100% entre 2007 e 2008, o adubo 08.20.20, produto utilizado no cultivo do milho, obteve reajuste de 116%. O nitrato de amônia, produto nitrogenado utilizado no cultivo de milho e trigo, apresentou um reajuste de 98,89%.

Através dessas informações fica nítido que os produtores que apostaram no plantio de milho tiveram problemas em relação à taxa de lucro, devido ao custo de produção ter

<sup>22</sup>Os dados apresentados na tabela foram retirados de relatórios de compra e venda de mercadorias fornecidos por 02 produtores que os conseguiram junto a Cooperativa Agroindustrial Alfa à qual são associados. Por outro lado, a média de preço recebido por saca de 60 kg de soja no ano de 2007 foi de R\$ 28,20 a 28,50, para o milho no mesmo ano os produtores receberam em média R\$ 22,20 a 22,50. Porém no ano de 2008, os produtores receberam para a saca de 60 kg de soja 41,60 a 45,00, para a cultura do milho, no mesmo ano, os produtores receberam R\$ 22,80 a 23,50.

aumentado significativamente; o preço unitário da mercadoria (milho) apresentou um reajuste inferior a 4%. Já os produtores que apostaram na cultura da soja tiveram também problemas com a alta do custo de produção, conforme mostra o quadro III, porém, houve reajuste, no valor da mercadoria (soja) de 52,73% na relação das safras de 2007/2008.

Outras atividades também aparecem, embora em menor proporção, como a atividade principal das propriedades rurais, 2,4% para a avicultura, 1,2% arrendamento para terceiros, 1,2% para a criação de gado leiteiro, e 2,38% das propriedades não possuem atividade agropecuária nas propriedades, tendo como principal atividade econômica a aposentadoria rural.

A pesquisa de campo mostrou que 67,87% das propriedades possuem mais de uma atividade econômica na propriedade; as atividades agropecuárias que representam a segunda atividade mais importante, nas propriedades rurais das três comunidades rurais do município de Flor da Serra do Sul, possuem a atividade leiteira com maior percentual de segunda principal atividade econômica, atingindo 27,38% das propriedades; lembrando que essa atividade, representa a atividade com maior percentual de propriedades que a consideram a principal atividade econômica das propriedades rurais, o que foi representado através do gráfico X.

O milho, conforme já observado, possui um percentual de 25% das propriedades rurais que adotam a cultura como segunda atividade econômica mais importante. A soja possui um percentual de 9,52% das propriedades rurais que a adotam como a segunda principal atividade econômica. O fumo apresenta 3,57% das propriedades que trabalham com a cultura como atividade secundária, suínos e o arrendamento com 1,2% das propriedades.

A pesquisa de campo mostrou que 25% das propriedades rurais possuem 03 atividades econômicas, 1,2% das propriedades rurais entrevistadas, possuem a soja como a terceira principal atividade das propriedades, 17,85% possuem o milho como a terceira atividade; 2,38%, o leite e 3,57%, a suinocultura.

A pesquisa de campo mostrou que apenas 3,6% das propriedades rurais pesquisadas possuem 04 atividades econômicas, as culturas que apareceram como a quarta atividade econômica, foram soja, milho e gado de corte, ambos com 1,2% de percentual cada.

### 3.4 FORMAÇÃO DA RENDA FINANCEIRA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DAS COMUNIDADES DE RIO VERDE, PEDRA LISA E ALTANEIRA

Durante a pesquisa de campo (2009/2010), foram diagnosticados alguns elementos que compõem a base econômica da renda financeira dos agricultores familiares entrevistados. Essa discussão possui o objetivo de constatar o percentual de renda proveniente da exploração de atividades agropecuárias assim como o percentual proveniente de atividades “não agrícolas”. Esse levantamento empírico contribui para a análise relacionada ao papel do **PRONAF**, como estratégia de investimento agropecuário, e seu impacto na composição da renda financeira das famílias que utilizam essa fonte de recursos.

A metodologia utilizada para calcular o montante financeiro aproximado dessas famílias, consiste em informações fornecidas pelos próprios agricultores entrevistados e, como base de cálculo, a produção e a movimentação financeira do ano de 2009.

Foi discutido com os próprios agricultores familiares a taxa de lucro aproximada das principais atividades desenvolvidas. De acordo com essas informações, constatamos que o percentual aproximado de taxa de lucro foi de 40% para a soja e 30% para a cultura do milho; esses percentuais ficam relativos ao custo de produção e o valor recebido pelas mercadorias, ditado pelo mercado econômico em cada propriedade de acordo com suas particularidades.

Quanto à atividade leiteira, alguns produtores consultavam as notas fiscais de venda do leite e informavam, durante as entrevistas, a média aproximada de litros de leite comercializados, durante o ano de 2009; assim como a média de preço recebido pela mercadoria e suas despesas mensais na atividade leiteira, por exemplo, a compra de medicamentos e complementação alimentar.

A suinocultura é uma atividade que, durante a pesquisa de campo (2009/2010), não foi possível estabelecer um percentual de taxa de lucro; primeiro, devido aos agricultores não possuírem qualquer tipo de controle de custos; segundo, devido à grande maioria, conforme já informamos, participarem do sistema de integração, a exemplo da Sadia, assim não informam esses dados.

Fora do sistema de integração, no universo entrevistado há um 01 produtor apenas que trabalha na atividade com sistema de ciclo completo. Vários produtores afirmaram ter parado com a atividade e passaram a investir na atividade leiteira, soja e outras culturas de seu interesse. No entanto, alguns produtores integrados informaram sua lucratividade por lote entregue, portanto, a base do lucro para estabelecer a renda mensal aproximada para os outros produtores de suínos foi levada em consideração a lucratividade informada.

O produtor de suínos entrevistado, trabalha com ciclo completo e acredita possuir uma lucratividade entre 15 a 20%, mas alertou no sentido de que atuar com a suinocultura significa estar constantemente correndo riscos de prejuízos, tanto em caso de excesso como de falta de chuvas, há baixa produtividade de milho, que representa a principal matéria prima de transformação para a suinocultura.

A cultura do fumo é a atividade em que todos os agricultores entrevistados, conseguiram informar o volume total de renda líquida do ano de 2009, devido ao fato de as empresas fumageiras, normalmente, estabelecem um contrato de compra; o produtor adquire os insumos na empresa e, quando ocorre a compra da mercadoria (fumo), vem descontada a dívida acumulada junto à empresa, restando ao produtor determinado valor líquido; esse valor informado foi considerado como parte da renda financeira da propriedade.

Alguns proprietários não souberam informar a renda financeira aproximada gerada em todas as atividades; como medida de segurança, foi contabilizada apenas as atividades informadas. Podemos citar casos em que o produtor trabalha com soja, leite e possui algumas matrizes de suínos com integração; entretanto, esta não pode ser informada, portanto, a renda foi calculada apenas sobre as atividades de milho e soja. O gráfico XV a seguir possui esse objetivo, ou seja, demonstrar a renda financeira mensal das famílias de agricultores familiares, que foram entrevistadas.

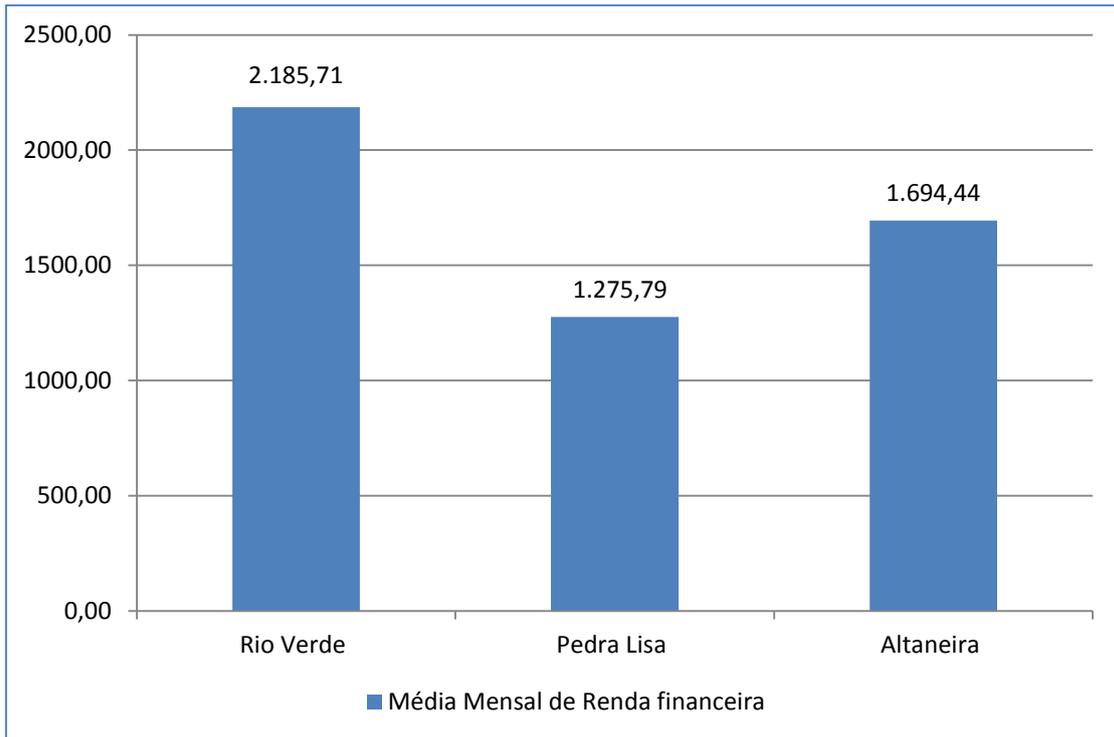


Gráfico XV Renda financeira mensal aproximada por família de agricultores familiares entrevistadas (em R\$)

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

De acordo com o gráfico XV, a renda financeira aproximada das famílias de agricultores familiares entrevistadas, demonstra que os moradores da comunidade de Rio Verde possuem receita financeira superior às outras comunidades. Em comparação com a comunidade de Pedra Lisa, que possui a menor, Rio Verde possui renda mensal por família 41,63% superior e, em relação à comunidade de Altaneira, possui um percentual de 22,47% superior.

Os dados informados no gráfico XV ficam mais claros, na medida em que especificamos a origem da renda financeira dessas famílias; no entanto, o gráfico XVI e a tabela XI possuem esse objetivo. Portanto, o gráfico e tabela já especificados demonstrarão o percentual de famílias que possuem renda financeira fixa, proveniente de “atividades não agrícolas”, além da renda adquirida pela exploração agropecuária da propriedade, e o percentual de famílias que possuem renda financeira apenas proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade. Essas informações tornam-se importantes para analisarmos qual a representação no contexto geral, que receitas de caráter exógeno representam para as famílias entrevistadas.

A ocupação de trabalho “não-agrícola” vem-se expandindo nas propriedades rurais brasileiras. Graziano da Silva (2002), na obra “O Novo Rural Brasileiro”, apresenta dados a

respeito da década de 1990, envolvendo a população ocupada em uma hora ou mais na semana, em atividades agrícolas e não agrícolas. Dados extraídos do Núcleo de Economia Agrícola do **IE/UNICAMP** – do projeto rurano do ano de 1995 – indicam fatores que chamam a atenção para a necessidade de estudos específicos para particularidades como, por exemplo, o caso da região Sul que possui a menor proporção de ocupação “não agrícola” se comparada com as outras regiões pesquisada.

Tabela X População rural ocupada, segundo o setor de atividade principal que exerce Brasil e regiões em 1995 (mil pessoas).

<i>Regiões e Setor de atividades</i>	<i>Agrícola</i>	<i>Não-agrícola</i>	<i>Total</i>	<i>Não-agrícola (%)</i>	<i>Tx.cr.92/95 (% a.a)</i>
Norte (1)	137	50	187	27	4,0
Nordeste	6.774	1.730	8.504	20	1,9
Sudeste	2.817	1.254	4.071	31	6,7**
Sul	2.750	666	3.416	19	1,3
Centro-Oeste	841	230	1.072	21	5,6**
<b>Brasil</b>	<b>13.320</b>	<b>3.930</b>	<b>17.249</b>	<b>23</b>	<b>3,5**</b>

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurano - Tabulações Especiais. (1) exceto população Rural de RO,AC,AM,RR,PA E AP, que não é levantada pelas PNADS; \*\* Valores significativos ao nível de 20 e 10%, respectivamente.

Esta tabela foi retirada da obra de José Graziano da Silva “O Novo Rural Brasileiro” 2ª Ed Instituto de Economia Unicamp. Campinas: 2002, p.41e anexada na íntegra.

Em relação à tabela X, extraída de Graziano da Silva (2002), o autor chama a atenção para os dados a respeito da região Sudeste, que possui a maior parte de sua população ocupada em atividades não-agrícola no meio rural; ao mesmo tempo, a região apresenta a maior taxa de crescimento de pessoas ocupadas em atividade não-agrícola. O autor chama a atenção, também, a respeito da região Sul, pelo fato de possuir a menor proporção de ocupação da população rural em atividades não-agrícola e inferior em relação à média nacional, apesar de na região Sul haver predominância da pequena propriedade no meio rural, e uma industrialização menos concentrada se comparada à região Sudeste. No entanto, afirma o autor: “as razões do menor peso das atividades não-agrícolas na Região Sul, estão por merecer uma investigação mais aprofundada”.

Essa ocupação de trabalho não-agrícola faz com que uma parcela importante das famílias de agricultores familiares consiga complementar sua renda com essas “atividades não agrícolas”, que fazem parte da realidade de determinada parcela de agricultores.

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas como a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (GRAZIANO DA SILVA. 1997.p, 43)

A união socioeconômica das atividades desenvolvidas no campo e na cidade, proporcionada pelo desenvolvimento capitalista que avança cada vez mais sobre o campo é caracterizado por Graziano da Silva (1997), como o “novo rural brasileiro”, ou seja, o trabalhador rural que não está apenas restrito às atividades agropecuárias passou a desenvolver-se sob um novo modelo. Segundo o autor, no mundo rural dos países desenvolvidos, esse novo paradigma, caracterizado como “pós-industrial”, possui um “ator social” já consolidado, ou seja, um trabalhador rural que desempenha suas atividades produtivas na agricultura em tempo parcial. A sua característica principal, é não ser mais apenas um agricultor, além disso, desempenha “atividades não agrícolas”, ou seja, “uma pluriatividade<sup>23</sup>, que combina atividades agrícolas e não agrícolas”.

Segundo Schneider (2003), um fator importante que faz com que a pluriatividade se desenvolva é a baixa remuneração que, normalmente, as atividades agrícolas proporcionam aos agricultores familiares. Isso faz com esses agricultores busquem novas alternativas de renda, mesmo sendo atividades comerciais ou industriais de “grande penosidade e com baixos salários”.

O gráfico XVI a seguir, demonstrará os dados da pesquisa de campo (2009/2010), informando o percentual de famílias que possuem complementação da renda proveniente de fontes “não agrícolas”.

---

<sup>23</sup> Para entender melhor esse processo do novo rural brasileiro, assim como a pluriatividade, ver: Graziano da Silva “O Novo Rural Brasileiro” publicada na Revista Nova Economia Belo Horizonte; (1997).

Jose Graziano da Silva, Mauro Del Grossi; Clayton Campanhola; O que há realmente de novo no rural brasileiro, Cadernos de Ciência & Tecnologia. Volume 19, n 1 páginas 37-67, janeiro/abril 2002.

Sérgio Schneider (2003), “Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade” (Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 18 n 51 pg., 99 - 121).

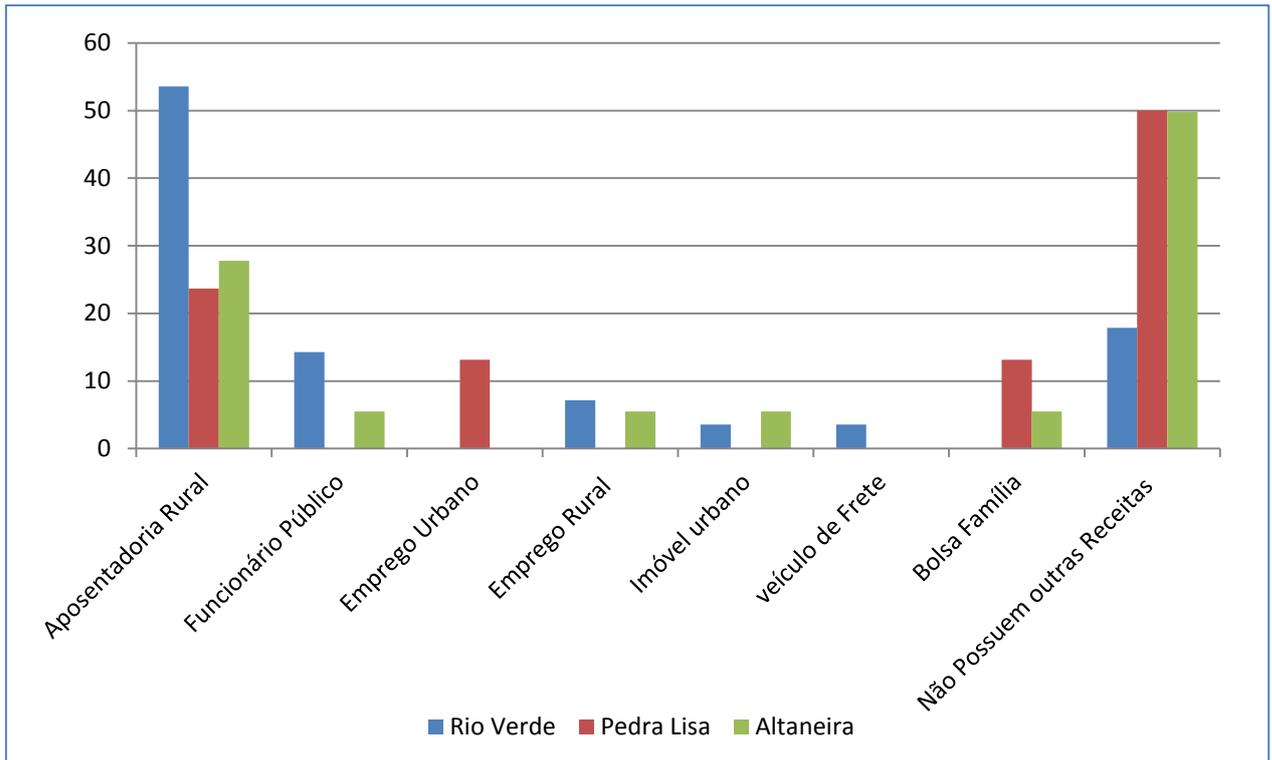


Gráfico XVI Percentual de famílias que possuem complementação da renda proveniente de fontes não agrícolas

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

O gráfico XVI, portanto, possui o objetivo de demonstrar o percentual de famílias<sup>24</sup> que possuem, na composição da renda, receitas oriundas de outras fontes além das atividades produtivas da agricultura propriamente dita.

A comunidade de Rio Verde, que aparece no gráfico XV, possui a maior média de renda por família das 03 comunidades pesquisadas, tendo em vista possuir topografia mais plana em relação às outras pesquisadas, além de outros fatores importantes como estar localizada mais próxima do comércio, possuir o maior índice de famílias com membros que recebem a aposentadoria rural, o maior índice e salários de pessoas que fazem parte do funcionalismo público do Estado e Município, além de possuir o menor percentual de famílias que não recebem de fontes “não agrícolas”.

<sup>24</sup> É necessário esclarecer que, nos casos em que os pais estão aposentados e residem próximos a determinado filho ou em que parte da terra foi repassada ao filho em forma de herança, mas não há participação nas decisões da propriedade do filho e vice versa, foram consideradas famílias diferentes. Portanto, a metodologia utilizada para enquadrar essa população rural que recebe aposentadoria consistiu em considerar como membros da mesma família apenas aqueles casos em que o valor financeiro da aposentadoria rural realmente participa do todo financeiro mensal da família, ainda, com a condição de morar no mesmo espaço.

Em relação à comunidade Pedra Lisa, foi a que apresentou a menor média de renda por família em relação às outras comunidades pesquisadas. Além de possuir topografia bastante acidentada dificultando a exploração de atividade como a soja, (bastante expressiva na comunidade de Rio Verde que apresentou o maior nível de renda das comunidades entrevistadas), possui o menor percentual de famílias com membros aposentados. Além da remuneração das atividades “não agrícolas” ser inferior em relação a outros casos existentes.

Das 38 famílias entrevistadas na comunidade de Pedra Lisa, não foram encontrados casos de membros da família que fazem parte do quadro de funcionário público com qualquer cargo, sem contar que 50% das famílias entrevistadas dependem apenas da remuneração das atividades econômicas ligadas à agricultura, sem a presença de outras fontes de receita para aumentar a composição financeira dessas famílias.

A tabela XI, a seguir, permite visualizar a composição financeira proveniente de outras fontes além das atividades normais da agropecuária praticada pelas famílias das comunidades entrevistadas. A visualização dos dados da tabela XI facilita o entendimento em relação às diferentes razões da média de renda financeira do orçamento familiar da base empírica (2009/2010) das 03 comunidades pesquisadas.

Tabela XI Complementação financeira proveniente de fontes não agrícolas: especificação e percentual

Origem da receita.	Rio Verde (%).	Pedra lisa (%).	Altaneira (%).
Aposentadoria rural.	53,57	23,68	27,77
Funcionário público.	14,28	*	5,5
Emprego urbano.	*	13,15	*
Emprego rural.	7,14	*	5,5
Imóvel urbano.	3,57	*	5,5
Veículo de frete.	3,57	*	*
Bolsa família.	*	13,15	5,5
Não possuem outras receitas.	17,87	50,02	49,77

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

\*Não apareceu na pesquisa.

A tabela XI mostra o percentual e especificação de outras receitas levantadas durante a pesquisa de campo, que compõem o orçamento familiar das famílias entrevistadas.

A pesquisa de campo mostrou que na comunidade de Rio Verde, 53,57% das famílias possuem membros residentes que recebem aposentadoria rural; 14,28% das famílias

um ou mais de seus membros exercendo algum tipo de cargo público no Estado ou município; 7,14% das famílias possuem membros com algum tipo de emprego rural; 3,57% agregam à renda do aluguel de imóvel urbano do qual são proprietários; 3,57% das famílias entrevistadas possuem algum veículo de carga para efetuar serviços de frete para empresas ou agricultores; e 17,87% das famílias entrevistadas não possuem nenhuma outra receita a não serem aquelas provenientes de atividades da agropecuária.

Para a comunidade da Pedra Lisa, a composição financeira familiar proveniente de fontes “não agrícolas” apresenta os seguintes percentuais: 23,68% das famílias possuem algum membro residente que recebe aposentadoria rural; 13,15% das famílias possuem algum membro da família que mora na propriedade, mas exercem alguma atividade no comércio ou em pequenas indústrias locais; 13,15% das famílias, recebem incremento financeiro no orçamento familiar, proveniente de programas da “bolsa família”, e 50,02% das famílias entrevistadas dessa comunidade, não possuem outras receitas a não ser as provenientes das atividades agropecuárias.

Na comunidade de Altaneira, das famílias entrevistadas, 27,77% possuem algum membro da família com aposentadoria rural; 5,5% das famílias recebem incremento, em seu orçamento familiar, proveniente de aluguel de imóvel urbano do qual são proprietários; 5,5% das famílias recebem auxílio do programa “bolsa família”; 5,5% das famílias possuem membros da família que residem na propriedade rural e participam do orçamento rural exercendo algum tipo de emprego rural (pedreiro e carpinteiro, ou ajudante de ambos); 5,5% das famílias possuem membros exercendo algum tipo de cargo público do Estado ou município; e 49,77% das famílias entrevistadas, não possuem outras receitas a não ser as provenientes das atividades agropecuárias.

As fontes exógenas de receita financeira apresentaram diferentes valores de remuneração em cada comunidade, ou seja, o valor agregado referente à aposentadoria rural pode alterar no caso em que exista apenas uma pessoa que a recebe, o mesmo acontece em outras situações, a exemplo do funcionalismo público em que os valores dos salários são diferenciados de acordo com a função exercida no emprego público assim como a quantidade de atividades remuneradas além da agricultura. O Gráfico XVII e a tabela XII, a seguir, demonstrarão essas especificidades em cada comunidade pesquisada.

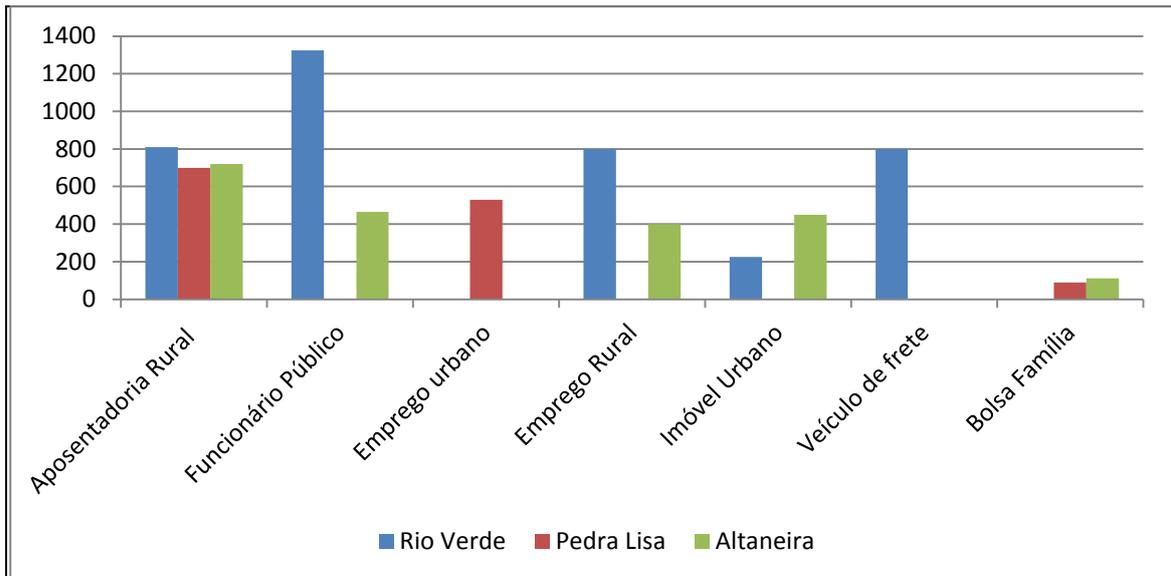


Gráfico XVII Remuneração média por família proveniente de outras fontes de renda, além da agropecuária

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

O ponto que mais chama a atenção diz respeito à aposentadoria rural. Na comunidade de Rio Verde, há mais pessoas com 02 aposentadorias em relação às outras comunidades, por isso o valor médio por família é superior às outras 02 comunidades pesquisadas (das 15 famílias com aposentadoria rural, 11 possuem 02 aposentadorias). Para o funcionalismo público, notou-se que a comunidade de Rio Verde possui média de salários mais elevado em relação à comunidade de Altaneira onde também foram encontradas pessoas que moram na propriedade, mas exercem cargos no funcionalismo público.

Na comunidade de Rio Verde, quem trabalha como funcionário público possui salário em média superior às outras comunidades, devido ao fato de os cargos serem de professores do Estado ou do município, além de Enfermeiro. Na comunidade de Altaneira, os cargos exercidos no funcionalismo público são de secretária de posto de saúde local, que recebe salário menor.

Tabela XII Salários médios recebidos proveniente de outras fontes de renda além da agropecuária (por família)

Origem da receita.	Rio Verde (R\$).	Pedra Lisa (R\$).	Altaneira (R\$).
Aposentadoria rural	810,00	700,00	720,00
Funcionário público	1.325,00	*	465,00
Emprego urbano	*	530,00	*
Emprego rural	800,00	*	400,00
Imóvel urbano	225,00	*	450,00
Veículo de frete	800,00	*	*
Bolsa família	*	89,80	112,00

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

\* Casos em que a composição financeira não apareceu.

É sabido que a renda proveniente de atividades não agrícolas é importante assim como para a elevação da renda média das famílias que trabalham na agricultura familiar, tendo em vista a reduzida taxa de lucro proporcionada pelas atividades agropecuárias, conforme destacou Schneider (2003).

Graziano da Silva (1997) destaca estudos baseados na **PNAD** (1992) nos quais aborda a importância da presença de atividades não agrícolas na renda dos agricultores na década de 1980, e uma das constatações importantes é que a renda média das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, no meio rural, somente era superior ao resto do Brasil apenas na região Centro Oeste. Para as outras regiões do país, os agricultores que tinham ocupação não agrícola complementando sua renda, esta era superior se comparada com os casos em que a renda provinha exclusivamente de atividades agropecuárias.

Graziano da Silva (1997) afirma que as rendas provenientes das atividades não agrícolas puxam para cima a renda média das pessoas residentes no meio rural brasileiro.

A pesquisa de campo (2009/2010) realizada no meio rural do Município de Flor da Serra do Sul mostra que das 03 comunidades onde foram efetuadas as 84 entrevistas, apenas em uma delas a renda das famílias que possuem receitas provenientes de outras fontes de renda é superior em relação às famílias cujo proventos são exclusivamente oriundas de atividades agrícolas.

Na tentativa de evitar falhas no enquadramento em relação a essas atividades não-agrícolas, a metodologia utilizada para a análise da pesquisa de campo, consistiu em representar, no gráfico XVIII, a renda mensal por família proveniente de outras fontes de renda sem separação da renda proveniente de atividades não agrícolas remuneradas

desempenhadas pela população economicamente ativa, e a renda proveniente de aposentadorias e outros programas sociais.

Já no gráfico XIX, procuramos adequar as informações em separado, ou seja, as atividades não-agrícolas representam a parcela da **PEA**<sup>25</sup> que algum membro da família executa além das atividades, exceto aposentadorias e bolsa família.

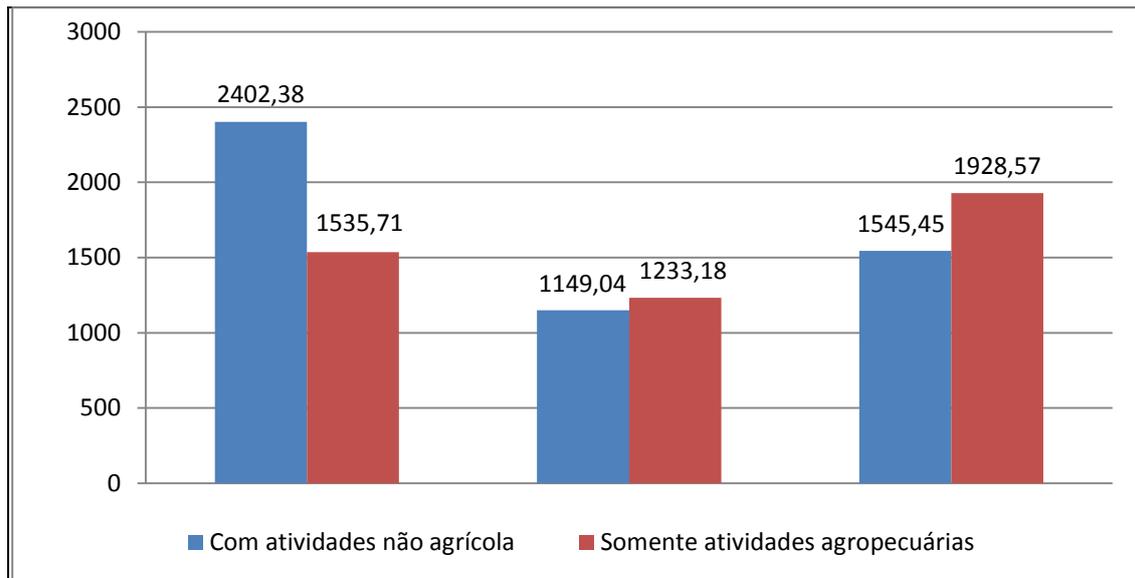


Gráfico XVIII Renda familiar mensal proveniente de fontes não agrícola e agrícolas (em R\$)<sup>26</sup>

Fonte: Pesquisa de Campo (2009/2010); organização do autor.

A pesquisa de campo (2009/2010) mostrou que a média financeira por família de agricultores familiares entrevistadas e separado pela classificação (somente atividades agropecuária, e com atividades não-agrícola incluído a aposentadoria rural e bolsa família), apenas na comunidade de Rio Verde a renda das famílias que possuem na composição financeira receitas provenientes de fontes não agrícolas é 36% superior em relação às famílias que possuem somente renda proveniente de atividades agrícolas. No entanto, nas outras 02 comunidades entrevistadas, o percentual da renda por família que possuem apenas atividades agrícolas é superior em relação às famílias que possuem na composição financeira, outras atividades além das atividades agrícolas. Para a comunidade de Pedra Lisa esse percentual é superior em 7,32%, para a comunidade de Altaneira, esse percentual é superior em 24,79%.

<sup>25</sup> Pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativa (IBGE 2009).

<sup>26</sup> As fontes não agrícolas estão incluídas: aposentadorias, bolsa família e trabalho assalariado da **PEA**.

Para o gráfico XVIII estão incluídos na média de renda financeira por família as que possui complementação proveniente de atividades e fontes não agrícola, inclusive famílias que possuem, na composição financeira, além de atividade não-agrícola, a aposentadoria rural e a bolsa família.

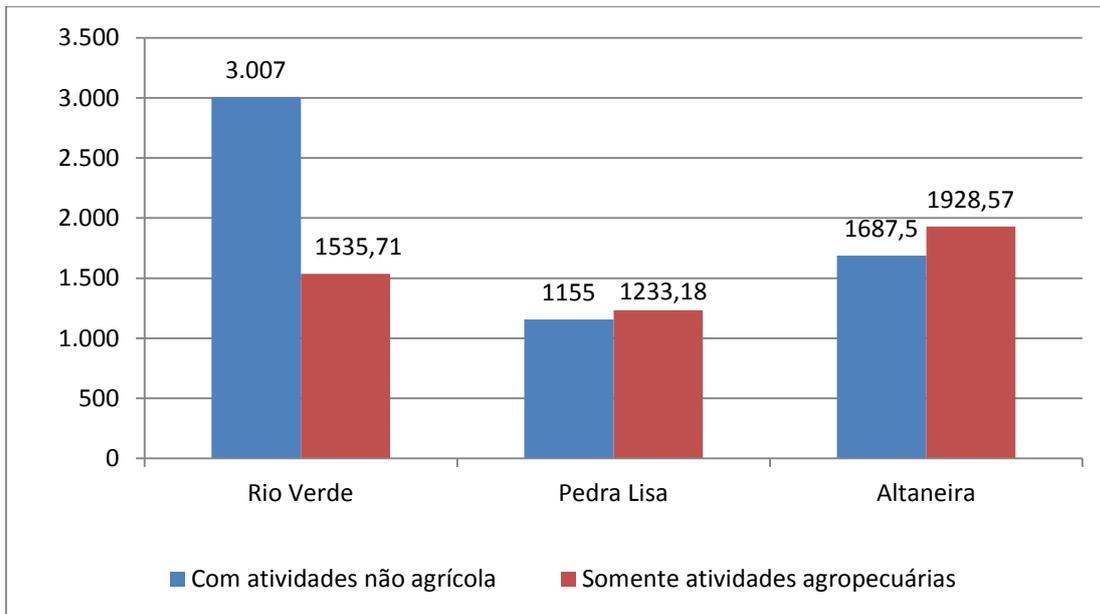


Gráfico XIX Renda mensal das famílias com receitas provenientes de atividades não agrícolas (agrícola + renda da PEA) e apenas com atividades agropecuárias (em R\$)<sup>27</sup>  
 Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

A partir do momento que separamos a renda proveniente da aposentadoria rural e os beneficiários do programa “a bolsa família” e passamos a comparar os dados por família, das que possuem apenas renda proveniente de atividades agropecuárias, com as famílias que possuem além de atividades agropecuárias, renda proveniente de atividades não-agrícolas proveniente da (PEA), os dados tabulados mostram que a comunidade de Rio Verde, as famílias que possuem essa composição financeira, a renda é superior em 48,92% em relação às famílias que possuem apenas renda proveniente de atividades agropecuárias.

Na comunidade de Pedra Lisa, para as famílias que possuem renda proveniente apenas de atividades agrícola, o percentual é superior em 6,76% se comparado com as famílias que possuem além da renda agrícola, a presença de atividades não-agrícolas. Já a comunidade de Altaneira também segue a lógica do recorte anterior; as famílias que possuem apenas renda proveniente de atividades da agricultura, o percentual é 14,28% maior se comparado com as famílias que, além de atividade agrícola, desenvolvem alguma atividade não agrícola.

<sup>27</sup> A média financeira por família, apresentada no gráfico XIX, é constituída apenas valores proveniente de atividades não-agrícolas, que envolvem Pessoas Economicamente Ativa (PEA) que desempenham alguma atividade remunerada além da atividade agropecuária.

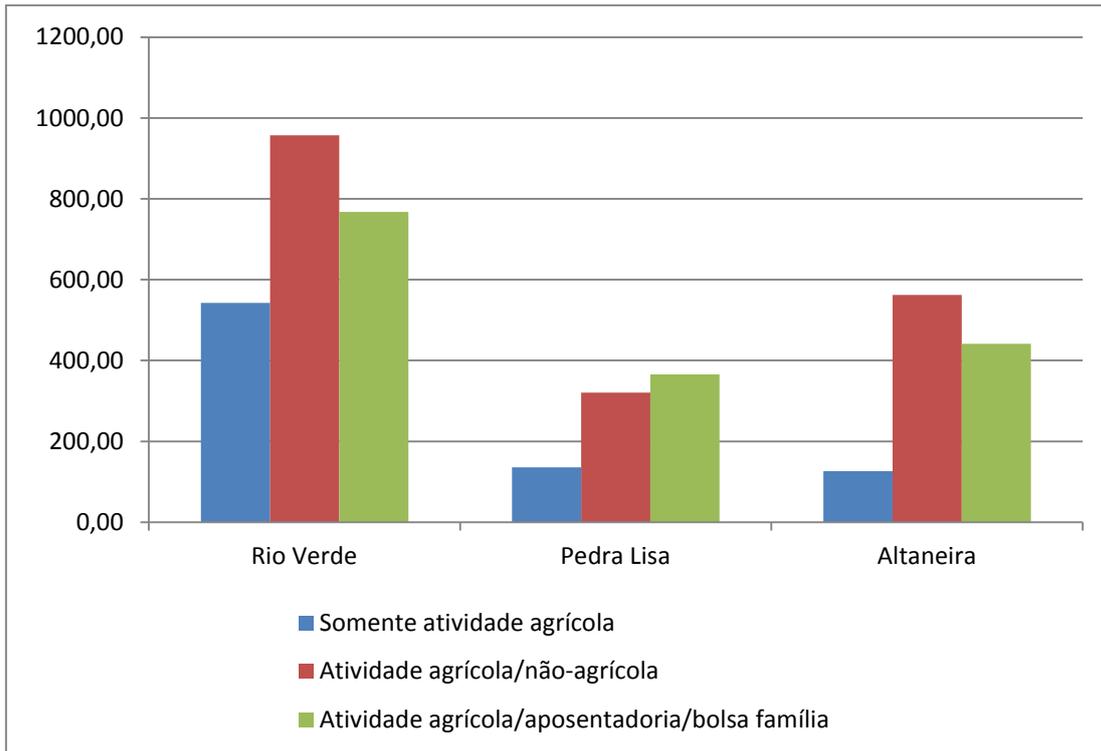


Gráfico XX renda mensal per capita das famílias entrevistadas (em R\$)<sup>28</sup>

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

O gráfico XX tem por objetivo demonstrar a renda por pessoas maiores de 10 anos que compõem as famílias de agricultores familiares das comunidades onde foram efetuadas as entrevistas de campo. De acordo com Graziano da Silva (2002), são as atividades não agrícolas que elevam a renda financeira da população economicamente ativa do meio rural. Essa constatação diz respeito aos dados da **PNADS** (1992), conforme argumentado.

A pesquisa de campo (2009/2010) efetuada no meio rural do município de Flor da Serra do Sul confirmou que a renda per capita das famílias que possuem atividade não-

<sup>28</sup> O gráfico XX representa a renda por pessoa maior que 10 anos (metodologia do **IBGE**) – considerado **PEA** – e membro das famílias entrevistadas durante a pesquisa de campo 2009/2010. A média de pessoas por família possui variação de acordo com as comunidades.

Na comunidade de Rio Verde, a média de pessoas (por família) que possuem como fonte de renda apenas a atividade agrícola é de 2,83 pessoas maiores de 10 anos. Quando possuem, além da atividade agrícola, atividade não-agrícola executada pela **PEA**, a média é 3,14 pessoas por família. Para as famílias que possuem atividade agrícola, aposentadoria rural, bolsa família, em alguns casos atividades não agrícola, a média é de 3,13 pessoas por família.

Na comunidade de Pedra Lisa, a média por família que possui como fonte de renda apenas a atividade agrícola é de 2,7 pessoas maiores de 10 anos. Para as famílias que possuem, além da agrícola, a atividade não-agrícola executada pela **PEA** a média é 3,6 pessoas por família. Para as que possuem atividade agrícola, aposentadoria rural, bolsa família em alguns casos atividades não agrícola, a média é de 3,14 pessoas por família.

Na comunidade de Altaneira, a média de pessoas por família que possuem como fonte de renda apenas a atividade agrícola é de 3,83 pessoas maiores de 10 anos. Para as que possuem além da agrícola, a atividade não-agrícola executada pela **PEA**, a média é 3 pessoas por família. Para as famílias que possuem atividade agrícola, aposentadoria rural, bolsa família, em alguns casos atividades não agrícola, a média é de 3,5 pessoas por família.

agrícola ou outras fontes como a aposentadoria rural e a inclusão no programa “a bolsa família”, a renda é superior em relação às famílias em que a composição financeira da renda é constituída apenas de atividades agropecuárias. A tabela XIII demonstrará a constatação numérica da renda per capita das famílias entrevistadas.

Tabela XIII Renda financeira mensal per capita (R\$)

Composição financeira	Rio Verde	Pedra Lisa	Altaneira
Somente atividade agrícola	542,65	135,53	126,16
Atividade agrícola/não-agrícola	957,64	320,83	562,50
Atividade agrícola/não-agrícola - inclusive (Aposentadoria rural e bolsa família)	767,53	365,94	441,56

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

A pesquisa de campo no município de Flor da Serra do Sul (2009/2010) mostrou também que a renda per capita nas famílias, que possuem somente renda proveniente de atividades agropecuárias é inferior em relação às famílias que possuem receitas provenientes de outras fontes.

Um fato importante é que as estatísticas da pesquisa de campo mostraram que a renda proveniente de outras fontes é mais importante do que a renda resultante das atividades agropecuárias. Na comunidade de Rio Verde, a renda per capita das famílias que dependem apenas de atividades agrícola é 76,47% inferior em relação às famílias que possuem além da atividade agrícola, atividade não-agrícola envolvendo a **PEA**. É inferior também em 41,44%, se comparado com as famílias que possuem atividade não agrícola, aposentadoria rural ou bolsa família.

Na comunidade de Pedra Lisa, as famílias que possuem na composição financeira atividade não agrícola envolvendo a **PEA**, a renda per capita é 136,72% superior. Em relação aos casos onde há a presença da aposentadoria rural, bolsa família e atividade não-agrícola, o percentual de renda per capita é 170%, se comparado com as famílias que possuem apenas atividades agropecuárias.

Os dados estatísticos em relação à renda per capita das famílias entrevistadas da comunidade de Altaneira são ainda mais distantes na comparação com as famílias que possuem apenas atividades agropecuárias. As famílias que possuem além da atividade agrícola, renda proveniente de atividade não-agrícola envolvendo a **PEA**, a renda é 345,86%

superior em comparação com as que têm apenas atividades agropecuárias. As famílias que possuem na composição financeira a presença de aposentadoria rural e bolsa família, o percentual é de 250% superior em relação às famílias que possuem apenas atividades agropecuárias.

Em decorrência da baixa taxa de lucratividade das mercadorias produzidas pela agricultura familiar, predomina a renda proveniente de fontes não-agrícola. No entanto, há “pontos de estrangulamentos” no meio, rural que precisam ser atacados, no sentido de otimizar os efeitos dos investimentos financeiros realizados no sistema produtivo da agricultura familiar.

O **PRONAF**, como já especificado no capítulo II, apresenta algumas alternativas para que haja investimento no sistema produtivo da agricultura familiar, o que acabou proporcionando maior integração e poder de competição no mercado por parte dos agricultores familiares assim como acesso ao sistema financeiro, de certa forma inexistente em períodos anteriores a década de 90 para a agricultura familiar.

Já constatamos, no capítulo II, o crescimento da distribuição financeira proporcionado pelo **PRONAF** no município de Flor da Serra do Sul, porém os dados da pesquisa de campo (2009/2010) demonstraram que a renda proveniente das atividades agropecuárias é muito inferior, na maioria dos casos, se comparado com as receitas que as famílias entrevistadas conseguem, proveniente de fontes não-agrícolas. Podemos constatar que existe uma relação conflituosa e contraditória quanto à análise da política do **PRONAF**, onde há crédito para investimento, porém, a taxa de lucro proporcionada pelo investimento produtivo se encontra baixo no contexto geral das famílias entrevistadas.

De acordo com a pesquisa de campo (2009/2010), é baixo o índice de produtividade, principalmente para a atividade leiteira, que consome boa parte dos investimentos da modalidade **PRONAF** investimento. Constatamos também falta de assistência técnica acompanhando o sistema produtivo das propriedades rurais assim como a natureza dos investimentos, ou seja, os recursos financeiros do **PRONAF**, na maioria dos casos, foram para custeio agrícola de culturas anuais com taxa de lucratividade reduzida; os investimentos em infra-estrutura, na maior parte, foram efetuados com o objetivo de aquisição de máquinas e equipamentos para melhorar as condições de trabalho e a compra de vacas de leite; em alguns poucos casos, os investimentos foram efetuados com o objetivo de correção, conservação e fertilidade de solo, para melhorar a base produtiva da agricultura familiar, atendendo ao planejamento produtivo dessas propriedades rurais.

Ficou demonstrado que, das 57 famílias que trabalham com a atividade leiteira, apenas 1 propriedade está seguindo um planejamento de investimentos, no sentido da existência de uma seqüência lógica de evolução da atividade, ou seja, não apenas se preocupar em investimentos de estruturação de máquinas, equipamentos e instalações, mas também em melhoramento de pastagens, correção de solo e melhoramento genético.

Nesse sentido, conforme argumentam os mediadores locais das políticas públicas para a agricultura familiar, que será abordado no capítulo IV, passamos a viver, na atualidade, outra fase, ou seja, agora o problema não é como adquirir crédito, mas como utilizar da melhor forma possível os recursos financeiros do **PRONAF**. Esse assunto será discutido no próximo item (3.5), e abordará os dados empíricos correspondentes ao uso dos recursos do **PRONAF** pelos agricultores familiares entrevistados durante a pesquisa de campo 2009/2010.

### 3.5 O PRONAF e sua representatividade junto à agricultura familiar

“Sem ele não conseguiria mais viver, representa o capital de giro que preciso para administrar minha propriedade”. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul, Janeiro de 2010)

A pesquisa de campo mostrou que a inserção dos agricultores familiares no sistema financeiro, através do **PRONAF**, causou alterações importantes nas propriedades rurais pesquisadas. Com a tabela XIV, temos o objetivo de mostrar essa dinâmica de utilização dos recursos disponíveis (do programa), nas propriedades dos entrevistados.

Tabela XIV Acesso ao PRONAF e sua utilização

Quanto ao uso do <b>PRONAF</b>	Número de propriedades
Nunca acessaram	10
Já acessaram, mas não pretendem mais acessar por algum motivo	21
Utilizam <b>PRONAF</b> custeio e quando necessário investimento	33
Utilizam apenas <b>PRONAF</b> custeio	14
Utilizam apenas <b>PRONAF</b> investimento	1
Não se enquadram No <b>PRONAF</b> por motivos específicos	5

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

De acordo com a tabela XIV, 25% dos agricultores familiares entrevistados, em algum período, já acessaram as linhas de crédito do **PRONAF**; no entanto, não pretendem mais acessar o crédito do programa. Entre os motivos principais, segundo os 08 proprietários

que acessaram apenas 1 vez o crédito oferecido pelo programa, o programa é muito burocrático, ou temem a acumulação de dívidas junto ao sistema financeiro; alegaram não ter mais interesse pelo menos de imediato em acessar o crédito do **PRONAF**. Outras 04 famílias não pretendem mais acessar o crédito do programa por admitirem problemas atuais de inadimplência junto à instituição financeira.

A pesquisa demonstrou que, das famílias entrevistadas, 11,9% nunca acessaram ao crédito do **PRONAF**; 16,66% acessam apenas a modalidade de custeio de produção, para o cultivo de culturas anuais a exemplo de milho e soja; 5,95% não se enquadram como beneficiários do **PRONAF**; dos 5 casos que foram encontrados na pesquisa de campo, apenas um (01) respondeu que sua renda bruta é superior ao limite estabelecido como beneficiário do **PRONAF**. Os outros 04 casos não se enquadram devido ao fato de a propriedade em que trabalham pertencer a herdeiros, e a propriedade rural não estar de posse desses agricultores familiares, o que, pela regra de beneficiários do **PRONAF**, esse fator impossibilita o acesso ao crédito.

Ficou constatado também que 39,3% das famílias entrevistadas costumam acessar o **PRONAF**, custeio para financiar o plantio de culturas anuais, mas também já acessaram ou costumam acessar o **PRONAF** investimento para a compra de máquinas, equipamentos, principalmente na atividade leiteira assim como investimentos para construções de infraestrutura produtiva ou moradia, e para a compra de adubos e calcário visando à correção de solo.

O **PRONAF** é considerado pela maioria dos agricultores familiares entrevistados, como importante para manter e desenvolver o sistema produtivo de suas propriedades rurais; pois, além de permitir e facilitar o acesso ao sistema financeiro, os recursos do programa têm funcionado como estratégia de capital de giro para os investimentos ocorrerem. Além disso, o fato de a taxa de juro ser considerada acessível assim como o longo prazo de pagamento das parcelas para os casos que envolvem a modalidade **PRONAF** investimento, o programa possui, para a modalidade custeio agrícola a opção do seguro agrícola. Esses foram, portanto, os pontos positivos mais repetidos nos depoimentos dos agricultores familiares, durante as entrevistas realizadas.

### 3.6 AÇÃO DO PRONAF: ALTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS OCORRIDAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/ PR

As entrevistas realizadas no meio rural do município de Flor da Serra do Sul revelaram que o acesso ao crédito, através do **PRONAF**, facilitou, de forma significativa, a vida dos agricultores familiares entrevistados. De acordo com os depoimentos, a modalidade do **PRONAF** investimento é a que causa maior impacto na vida desses agricultores familiares quando utilizam esses recursos para reestruturarem suas propriedades agrícolas.

Em referência à reestruturação das propriedades agrícolas, através da modalidade **PRONAF** investimento, é preciso esclarecer que os investimentos ocorridos, nas propriedades rurais dos entrevistados, possuem abrangência tanto para o sistema produtivo da agricultura e pecuária agrícola, quanto para investimentos em áreas de moradia e lazer. Os investimentos são realizados na tentativa de diminuir a incidência de mão de obra, melhorar a qualidade de vida, produzir maior quantidade de mercadorias com maior qualidade, aumentar a renda, comprar calcário para correção de solo, tanque de expansão para a pecuária leiteira, ordenhadeiras e vacas para melhoramento genético, construção de casas, instalações ou reforma das mesmas.

O **PRONAF** é uma mão na roda. Não conseguiria mais viver sem ele. Para o pequeno agricultor era tudo o que precisava. Faço o **PRONAF** custeio no valor de R\$ 9.400,00 para plantar 6 hectares, mas com R\$ 6.000,00 eu praticamente consigo plantar minha área de lavoura; o restante do dinheiro utilizo no aviário. Fiz um financiamento para fazer uma casa para o meu filho; fiz também um **PRONAF** investimento de R\$ 8.000,00 para comprar um exaustor para o aviário automático. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

De acordo com o depoimento do produtor rural, o **PRONAF** não representa para a sua propriedade apenas uma opção de crédito; ele representa, acima de tudo, o capital de giro de que ele precisa não apenas para custear o sistema produtivo das culturas anuais, mas também outras atividades importantes da propriedade que fazem parte da composição financeira.

Nesse sentido, apesar de os recursos do programa contribuírem para o crescimento e acumulação de capital de grandes empresas integradoras de aves, ou seja, de certa forma, o Estado está injetando dinheiro com juros acessíveis e prazo longo de pagamento para os produtores integrados modernizarem suas instalações, beneficiando e facilitando o ciclo acumulativo dessas empresas integradoras. Ao mesmo tempo, o **PRONAF** representa para

esses agricultores uma importante opção de investimento que garante seu enquadramento no sistema de criação de aves, que representa, nesse caso específico, a principal a atividade de acumulação financeira de capital da propriedade.

Especificamente o produtor alega adquirir financiamento de uma área maior em relação à área cultivada de fato, visando à sobra de recursos que, legalmente, é uma ação incorreta por parte do produtor, pois o **PRONAF** possui diversas opções na modalidade de investimento que podem ser feitas visando à compra de máquinas e equipamentos. De qualquer forma, é uma prática muito comum nas propriedades rurais dos entrevistados, admitida por boa parte deles, mas é preciso deixar claro que essa prática que não chega a comprometer a importância do programa no meio rural.

É importante analisar o **PRONAF** em relação a outras políticas públicas que agiram na agricultura. Nenhuma teve abrangência significativa para o público da agricultura familiar como o **PRONAF**, ou seja, algumas práticas que antes eram inaccessíveis aos agricultores familiares, justamente por não possuírem identidade econômica junto ao sistema financeiro, passaram a se tornar realidade.

Podemos exemplificar essas práticas com o sistema de aquisição de calcário para fins de correção de solo. Num passado recente, os produtores rurais eram obrigados a se submeterem às propostas de troca x troca de calcário baseado em sacas de soja para pagamento na safra. Segundo um dos produtores rurais entrevistados em Flor da Serra do Sul, na safra 2007/2008, ele comprou calcário na base de troca x troca por soja na safra, mas, no dia do acerto, esse calcário custou por tonelada, R\$ 110,00, enquanto na época em que efetuou a compra do calcário, o preço da tonelada custava R\$ 54,00. Nesse caso, o produtor poderia ter encaminhado um **PRONAF** investimento para essa finalidade e evitando o pagamento do valor acrescido da mercadoria.

A compra de calcário foi uma prática bastante citada pelos produtores rurais como uma das vantagens importantes em relação ao **PRONAF**, pois a compra pode ser efetuada junto à empresa vendedora do corretivo em forma de venda a vista, a diferença é que esse recurso pode ser adquirido junto à instituição financeira com juros acessíveis e com pagamento parcelado.

O **PRONAF** é muito bom, o juro é barato. Se não pegar **PRONAF**, não tem como plantar. Utilizo o **PRONAF** custeio rotativo no valor de R\$ 5.350,00, mas sempre falta um pouco para plantar os 7 ha. Fiz um **PRONAF** investimento para comprar calcário e para construir um estábulo, com prestações de R\$ 1.500,00 a cada 6 meses. Faço **PRONAF** custeio para

milho, porém faço silagem e pago o financiamento com o leite. (Produtor Rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O **PRONAF**, como política agrícola de financiamento da agricultura familiar, é visto pela maioria dos agricultores familiares como positivo, embora apresente contradições, ou seja, por mais que seja importante para o fortalecimento do sistema econômico do município, devido à inclusão significativa de uma parcela de agricultores familiares no sistema financeiro, no qual passaram a se inserir no processo de financeirização da agricultura, ao mesmo tempo, há determinadas críticas por parte de produtores, principalmente em relação à modalidade do microcrédito, considerado pelos próprios produtores como incapaz de resolver certos problemas enfrentados pela agricultura familiar.

Comecei a usar o **PRONAF** em 2005; antes, não financiava, plantava por conta, errei em não utilizar antes. Pois o **PRONAF** é uma boa opção para adquirir recursos para nós pequenos agricultores. Faço um **PRONAF** custeio todo ano. Mas, no meu entendimento, o Pronafinho (microcrédito) não desenvolve a agricultura por ser um valor muito baixo. Normalmente, os agricultores pegam o recurso no banco, plantam mal, gastam o dinheiro em outras coisas e ficam com a dívida. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Durante as entrevistas, foi constatado que, apesar de todos os problemas existentes em relação à falta de segurança para com o **PRONAF** custeio, ele ainda representa uma importante fonte de recursos para, os agricultores custearem o plantio de culturas anuais. Em alguns casos, os produtores financiam parcialmente o custo de produção; em outros, o valor financiado é superior ao necessário, utilizando essa sobra para suprimento de suas necessidades.

O **PRONAF** é muito bom. Se não tivesse como é que eu iria plantar? Utilizo, desde 1998, o **PRONAF** custeio; financio normalmente R\$ 5.000,00, mas sempre falta dinheiro para plantar os 6 ha que costumo plantar. O que falta eu compro nas empresas que me fornecem insumos, pois se não plantar bem não consigo pagar o financiamento depois. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O **PRONAF**, para as propriedades de maior índice tecnológico, não representa apenas uma alternativa viável de aquisição de recursos financeiros com juros acessíveis e prazo longo, representa segurança e garantia para investir o necessário e quando necessário, para ajudar a progredir o sistema produtivo das propriedades rurais inseridas no processo de

financeirização da agricultura. Alguns proprietários rurais afirmaram que o programa deixou para trás o cenário de abandono em que a agricultura familiar vivia no período anterior à década de 1990. A abrangência de investimentos que o programa possui permite aos agricultores familiares aumentarem o aparato tecnológico utilizado para produzir mercadorias para o mercado, na tentativa de elevação de seu nível de vida.

O **PRONAF** é uma mão na roda. Quando se quer comprar algum equipamento ou fazer outros investimentos, a gente sabe que tem recurso com juro baixo e prazo longo para pagar. Depois do ano de 2000 vivemos a melhor fase da agricultura, apesar dos problemas relacionado ao clima; a partir do ano de 2000, conseguimos dar uma melhorada, conseguimos, por exemplo, comprar calcário para corrigir o solo com prazo de 4 anos para pagar. Antes desse período, não existia; era tudo mais complicado, a gente nem fazia rancho para comprar comida todo o mês. Sem contar que as máquinas andavam caindo aos pedaços e não tinha como arrumar. Hoje, a gente não tem condições de comprar máquinas novas a todo o momento, é claro, mas se for necessário e com vários anos para pagar é possível comprar. Com certeza, o **PRONAF** representa muita coisa boa para a minha propriedade. Por exemplo, compramos um trator, através do **PRONAF** solidário, prestações de R\$ 7.000,00 por ano, dividido esse valor em 03 famílias, com 10 anos de prazo para pagar e juros a 2% ao ano. Faço **PRONAF** custeio há 7 anos. Na ultima safra fiz um **PRONAF** investimento para a compra de calcário, adubo de aviário, ordenhadeira, fósforo para correção de solo. Depois que o Lula, ganhou é que começou a surgir mais investimentos, veio o seguro agrícola e que uma coisa importante. Antes, nós estávamos meio abandonados, não tinha crédito, sem contar que lidar com o banco, antes do **PRONAF**, era muito complicado. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Os dados da pesquisa de campo (2009/2010) revelam que a maioria dos agricultores, quando interrogados a respeito da pior e melhor fase de sua vida, afirmaram que, principalmente a partir de 2000, vivem a melhor fase de suas vidas, apesar de todos os problemas de instabilidade que a agricultura familiar vive, a exemplo de preços baixos dos produtos, alto custo de produção e problemas climáticos.

O **PRONAF** é muito bom; possibilita comprar um monte de coisas com juro barato e prazo longo, sem contar com o seguro agrícola para a gente plantar com segurança; não podemos relaxar, mas estamos vivendo a melhor fase; temos acesso a um monte de coisas, crédito com seguro que é essencial na agricultura. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Para alguns proprietários, a partir do surgimento do **PRONAF**, foi possível comprar máquinas e equipamentos que existem na propriedade. Além do seguro agrícola que estimula

os produtores a investirem com menor risco de terem prejuízos, principalmente em casos de problemas climáticas, eleva o poder de competição dos agricultores familiares em decorrência da taxa de juros do **PRONAF** ser inferior à taxa de juro de mercado. Como afirmaram os produtores rurais entrevistados, a taxa de juros do mercado econômico fica em torno de 18% a 30% ao ano (considerando a taxa de 1,5% a 2% ao mês normalmente cobrado no mercado econômico).

Para os agricultores familiares que cultivam soja e milho e que utilizam os recursos do **PRONAF** custeio, o período de maior movimentação comercial para compras de insumos para o plantio de cada safra, normalmente, inicia-se nos meses de maio, com prazos de pagamento até 30 de outubro e 30 de novembro do mesmo ano, para pagamento com o crédito do **PRONAF** que, normalmente, é liberado durante esses meses. Em alguns casos específicos, essa venda ocorre com prazo de pagamento em 30 de abril do ano seguinte, portanto, a venda a prazo para custear o plantio de culturas anuais, ocorrido nas empresas vendedoras de insumos, ocorrem agora em 02 (duas) etapas<sup>22</sup>.

A 1ª inicia-se, normalmente, no mês de maio com prazo de pagamento em até 30 de outubro ou 30 de novembro do mesmo ano. A 2ª ocorre a partir do mês de Outubro e Novembro, quando o crédito oriundo do **PRONAF**, na maioria dos casos, já foi utilizado, estendendo-se o prazo de pagamento para essa etapa até 30 de abril, que será pago com a colheita da soja. É preciso esclarecer que, há uma 2ª etapa em que normalmente os produtores adquirem mercadorias através de venda a prazo na forma parcial, ou seja, já gastaram o recurso do **PRONAF** liberado até os meses de Outubro e Novembro resta-lhes apenas comprar parte dos insumos, mas não dinheiro.

No entanto, considerando a taxa de juro cobrada pelas empresas capitalistas, os agricultores familiares que cultivam principalmente soja, milho ou feijão pagam, principalmente em relação à 1ª etapa, entre 9% a 12% de juros, além da taxa de juro específica do **PRONAF** custeio que é de 4%, conforme apresentado no capítulo II através do quadro II. Para a 2ª etapa, principalmente os produtores de soja, pagam a taxa de juros ao mercado capitalista em torno de 7,5% a 10%.

---

<sup>22</sup> O estabelecimento dessas etapas de compra a prazo pelos agricultores familiares, não é dado levantado durante a pesquisa de campo, não foi incluída no questionário, é fruto de nossa experiência profissional, durante quase 10 anos, no setor administrativo da maior empresa agropecuária do município (Cooperativa Agroindustrial Alfa), e que fazia parte da nossa rotina de vendas na empresa. Exceto uma parcela do público do microcrédito, a grande maioria dos agricultores familiares que utilizam o **PRONAF** custeio efetuam compra a prazo nas empresas para pagamento com recursos do **PRONAF**, normalmente liberado nos meses de Outubro e Novembro.

O **PRONAF** é muito bom; tem juro barato por isso deu uma melhorada. Antigamente, lá por 1980, o problema era que os grandes plantavam para receber **PROAGRO**, por isso que o governo cortou. Na época do **FHC**, quando trocou o cruzeiro pelo real, quase quebramos, quebrou muita gente. Sem **PRONAF**, seria difícil plantar e sobreviver na agricultura, pois veja, foi feito um **PRONAF** investimento para comprar uma ordenhadeira e praticamente todos os equipamentos e máquinas agrícolas da minha propriedade. Fizemos um **PRONAF** custeio todos os anos desde 1997, mas sempre falta um pouco, mas esse restante nós compramos a prazo na Cooperativa a juros de 1,5 a 2,5% ao mês. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

As entrevistas com produtores rurais acabaram demonstrando a expansão quantitativa referente aos valores financiados pelo **PRONAF**, alterados no decorrer do desenvolvimento do programa na agricultura. Não apenas os produtores, mas os próprios documentos oficiais do **MCR** do Banco Central do Brasil, a exemplo da Resolução 3.559 de 28/03/2008, capítulo 10, seção 2, referente às regras dos beneficiários, inciso VI, em comparação com o mesmo conteúdo do **MCR** 511 do dia 10/12/2009, em que a renda bruta para fins de enquadramento ocorre certa correção.

É importante destacar os valores quantitativos que o **PRONAF** distribui. Ou seja, o valor de R\$ 30.000,00 para a modalidade do **PRONAF** custeio, como aparece no depoimento a seguir, é bastante significativo considerando um município predominantemente constituído por estabelecimentos agropecuários de pequenas áreas conforme demonstrado através do gráfico X do presente capítulo.

O **PRONAF** é excelente para quem investe em uma atividade que gera retorno. Eu por exemplo, financiei vacas e pretendo financiar mais algumas. Faço desde 2000 um **PRONAF** custeio, sendo que em 2003 fui obrigado a acessar o **PROGER** devido a minha renda financeira ser superior ao enquadramento do **PRONAF**, mas agora posso pegar o **PRONAF** novamente, pois posso pegar até R\$ 30.000,00 e antes era só R\$ 6.000,00. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O fator segurança, destacado pelos produtores rurais como a principal vantagem do **PRONAF** para a agricultura familiar, pode ser entendido de maneira mais clara com o depoimento de um agricultor familiar, que alegou sofrer com problemas climáticos em safras anteriores e que, graças ao **PROAGRO**, não sofreu maiores perdas, apenas acumulou menos capital, ou seja, os 35 a 40% de perda foram parcialmente recuperados.

O **PRONAF** é muito bom. Antes dele, a gente plantava por conta, agora está melhor, tem seguro. Já cheguei a perder 35 a 40% da lavoura com a seca, mas tinha o **PROAGRO**, antes do **PRONAF** não se tinha segurança. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O **PRONAF** apresenta algumas possibilidades em termos estruturais para a agricultura familiar que, em períodos anteriores a década de 1990, eram reduzidas; é o fato de a modalidade do **PRONAF** investimento, com taxa de juros acessíveis e a longo prazo, permite aos agricultores familiares fazer investimentos e melhorar sua estrutura produtiva e sua qualidade de vida como afirma o produtor a seguir:

O **PRONAF** é ótimo; imagine só, veja o meu caso: comprei uma ordenhadeira e tanque de expansão; isso custou R\$ 12.000,00, mas tenho 8 anos de prazo para pagar; reformei meu trator, que custou R\$ 13.000,00, para pagar em 9 anos, com juros menos de 1% ao ano. Com prazo longo e juro barato no investimento, seguro no custeio, antes do **PRONAF** era tudo por conta própria, não se fazia nada, não tinha dinheiro nem para comprar um par de chuteiras para jogar o futebolzinho, fazia apenas para a comida. Com certeza, com o Lula vivemos o melhor momento. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Durante a pesquisa de campo (2009/2010), foram coletados vários depoimentos tanto a favor do **PRONAF**, quanto agricultores que afirmam não se empolgar com a oferta de recursos que o programa oferece. De acordo com suas razões específicas, na maioria das vezes, os agricultores familiares que fazem uma abordagem negativa em relação ao **PRONAF** referem-se ao medo de contrair dívidas assim como o excesso de burocracia exigido pelas instituições financeiras que operam os recursos do **PRONAF**.

Existem também aqueles produtores rurais que se sentem mais seguros e independentes efetuando os investimentos por conta própria, porém alguns deles alegaram não necessitar dos recursos financeiros do programa, devido a comprarem as mercadorias nas próprias casas agropecuárias, em forma de compra a prazo. Essas empresas acabam substituindo o papel do Estado como instituição financiadora das atividades produtivas da agropecuária.

Outros agricultores familiares alegaram que financiaram com os recursos do **PRONAF**, no entanto, em ano de problemas climáticos, não foram contemplados com o ressarcimento do **PROAGRO**. É sabido que, para o agricultor familiar ser contemplado com os recursos do **PROAGRO**, não basta ocorrer seca ou excesso de chuvas, é necessário atender procedimentos burocráticos exigidos pelo Banco, de acordo com informações obtidas

com funcionários das instituições financeiras contatados. Muitas vezes, os produtores familiares não atendem as exigências burocráticas junto à instituição financeira como, por exemplo, a falta de notas fiscais comprovando a compra dos insumos e isso acarreta sérios problemas aos agricultores familiares que necessitam receber o **PROAGRO**. Há outros casos de erros ou inconformidades nos laudos técnicos expedido pelo responsável técnico.

A seguir, serão apresentados outros depoimentos de agricultores familiares entrevistados durante a pesquisa de campo (2009/2010) no recorte geográfico Flor da Serra do Sul, tais como:

O **PRONAF** é bom tem juro barato e sempre sobra dinheiro do orçamento de custeio, aí gasto em outras coisas; não gosto da burocracia, fico nervoso em fazer fila para financiar. Sempre plantava por conta, mas desde que surgiu o **PRONAF** sempre fiz. É bom e barato. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

No depoimento a seguir aparece, mais uma vez, a vantagem bastante repetida em relação ao fato de o **PRONAF** servir como capital de giro para financiar o sistema produtivo da agricultura familiar.

O **PRONAF** é muito bom se pegar e aplicar. Antes do **PRONAF**, se plantava de qualquer jeito; notamos, então, que quem financiava se dava bem, aí começamos a financiar. Meu pai tinha medo de dívida. Antes do **PRONAF**, quando a gente queria comprar alguma coisa, tinha que pensar, pois não tinha renda, com o **PRONAF** isso mudou. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O depoimento a seguir representa grande parte das razões alegadas para aqueles produtores que afirmam não pretender mais utilizar os recursos financeiros do **PRONAF**.

O **PRONAF** é bom, mas acho que não vou mais financiar para não mais me esquentar a cabeça com dívidas. Quando dá seca é que o problema aparece. Em 2008, ganhei quase nada de **PROAGRO**, e depois, pelo fato de trabalhar com a atividade leiteira, acho que tenho condições de fazer os investimentos por conta. Tenho medo de dívida e me sinto pressionado com dívida. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Há produtores que afirmaram não acessar o **PRONAF** por motivos de achar difícil pagar juros ao banco. Outros, porém, acham o programa tão importante, que alegam não ser mais necessário fazer qualquer economia visando investimento futuro, pois o **PRONAF** desempenha esse papel de financiador quando necessita de investimentos, tanto nos

momentos de ascensão quanto nos momentos de descendência da atividade desempenhada na agricultura.

Sem o **PRONAF** seria difícil; com ele não preciso guardar dinheiro para investir, pois tem as linhas de crédito e depois fica fácil financiar, pois o próprio investimento paga o valor emprestado; já o custeio é mais complicado, pois o milho, por exemplo, tem preço baixo e custo de produção alto. Sempre acessei, desde 2000 o **PRONAF** investimento, já fiz investimento para comprar ordenhadeira, 07 vacas e 01 resfriador num total de R\$ 15.100,00, mas em 5 anos para pagar. Em 2008 tinha 22 vacas, morreram 06 em um ano (erva venenosa, aí financiei mais R\$ 4.000,00 para repor parte do prejuízo. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Mais uma vez aparece um depoimento ressaltando a importância do seguro agrícola proporcionado pelo **PRONAF** à agricultura familiar.

O **PRONAF** é muito bom, facilitou nossa vida na questão do investimento. O **PRONAF** custeio também é bom; em 2008, por exemplo, deu uma seca e o **PROAGRO** cobriu os R\$ 6.000,00 e ainda sobraram R\$ 800,00. Se investir na propriedade não tem coisa melhor. Sempre fiz **PRONAF** para plantar, já fiz **PRONAF** investimento para comprar 03 vacas, 01 ordenhadeira com valor de R\$ 8.300,00 para pagamento em 5 anos com parcelas semestrais de R\$ 830,00; fiz também um investimento para construir uma estrebaria no valor de R\$ 10.000,00 com prazo de 8 anos, com parcela anual de R\$ 1.200,00. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Além de custeio e investimento, os agricultores familiares entrevistados alegaram utilizar os recursos do **PRONAF**, além da construção de casas novas, para reforma de suas casas.

O **PRONAF** é muito bom, principalmente o investimento; a reforma de casa, por exemplo, que pretendo fazer é uma coisa muito boa, e que antes não existia. Desde 2000 fazia o **PRONAF** custeio, mas devido à burocracia não pretendo mais acessar o custeio, pretendo fazer um investimento em vacas de leite, reformar a cerca e a casa. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O crédito para investimento do **PRONAF** utilizado na construção de casas no meio rural tem sido uma das vantagens existentes no programa, mais elogiadas pelos agricultores familiares que se beneficiaram dessa linha de crédito, ou seja, de acordo com o depoimento de

um dos agricultores entrevistados, o custo de sua casa ficou em apenas 35,3% do valor total da obra.

Acho o **PRONAF** uma coisa muito boa; nós paramos de acessar o **PRONAF** custeio não porque ele é ruim, vamos voltar a fazer talvez no futuro. Mas tem outras coisas boas do **PRONAF**, por exemplo, fizemos uma casa através do sindicato com dinheiro do **PRONAF**, gastamos no total R\$ 17.000,00; desse total R\$ 8.000,00 foi a fundo perdido, demos um cheque de R\$ 1.800,00, mas esse dinheiro voltou tudo em materiais de construção. Portanto essa casa custou do nosso bolso, em torno de R\$ 6.000,00 apenas. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O mesmo aconteceu com outro agricultor, que utilizando o crédito do **PRONAF**, financiou parte dos recursos para construir sua casa, e parte do dinheiro foi a fundo perdido, o restante a ser pago foi dividido em parcelas de R\$ 315,00.

Sem o **PRONAF**, não tem como viver, a casa que fiz, por exemplo, financiei R\$ 8.000,00 no Sicoob com parcelas de 315,00, sendo que a casa custou no total R\$ 15.000,00, mas R\$ 5.000,00 era a fundo perdido, ficando apenas uma parte para pagar. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O **PRONAF** possui alguns problemas de direcionamento adequado dos recursos financeiros, embora alguns deles segundo os órgãos, entidades e instituições financeiras que fazem a mediação da política de crédito do programa, afirmam não afetar o papel qualitativo do **PRONAF**. É necessário questionar se tais problemas não poderão desvirtuar a capacidade de pagamento dos próprios agricultores familiares, em caso de fazer dívidas e a não aplicação correta dos recursos na base produtiva o que gerará acumulação financeira dificultando o pagamento do crédito. O depoimento a seguir mostra um dos problemas existentes com a oferta de crédito do **PRONAF** a juros acessíveis, prazo longo e com carência. O agricultor afirma ter intenção de pegar R\$ 10.000,00 a R\$ 12.000,00 em crédito, mas não pretende investir na produção e sim pagamento de outras dívidas que o seu sistema produtivo não teve capacidade de pagamento.

Faço **PRONAF** custeio desde o ano de 2000. Em 2009, financiei R\$ 7.000,00 para plantar milho e fumo, fiz um **PRONAF** investimento para comprar uma ordenhadeira, 01 (um) resfriador e 02 vacas com parcelas anuais de R\$ 1.200,00. Pretendo fazer outro **PRONAF**, investimento de R\$ 10.000,00 a 12.000,00 para pagar dívidas pessoais, pois tem 02 anos de carência. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O excesso de burocracia exigida pelo **PRONAF** é apontado como um dos fatores que impedem alguns agricultores familiares a acessar o crédito. No depoimento a seguir, o produtor apresenta alguns valores negociados por ele no sistema da Troca x troca<sup>23</sup>, que, segundo ele, o processo é mais cômodo.

**O PRONAF** é muito bom, se previne da estiagem e o endividamento, tem prazo longo e juro baixo; apesar de achar que antes do **PRONAF** era mais fácil, era tudo na base da troca x troca, a proporção era em média 02 sacas de milho por 01 saca de uréia, 2,5 sacas de milho por 01 saca de semente de milho selecionado, e 01 saca de milho por 01 saca de adubo de milho. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado 2009/2010)

Alguns produtores por questões de enquadramento não conseguem acessar o crédito do **PRONAF**, lamentam não ter a oportunidade de obter os recursos do programa.

**O PRONAF** para o pequeno agricultor é bom. Eu infelizmente não posso acessar, pois a terra onde moro está em nome de 11 irmãos, ai é complicado coletar assinatura de todos, mas se eu pudesse acessar o **PRONAF**, poderia ser de muito grande ajuda em minha propriedade. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Para alguns produtores, o **PRONAF** é utilizado apenas como estratégia de segurança, ou seja, para usufruir da garantia do seguro agrícola acessam o recurso, no entanto, se necessário, possuem capital financeiro próprio para custear o plantio das culturas anuais que costumam cultivar.

---

<sup>23</sup> Segundo agricultores familiares associados à Cooperativa Agroindustrial Alfa, os valores mais atualizados de propostas de troca x troca apresentados pela cooperativa sofreram algumas alterações. Para a safra de 2010, a proposta da Cooperativa para fazer troca x troca de soja comercial por semente selecionada para o próximo plantio varia de acordo com a variedade e peneira da semente escolhida; em geral, fica entre 70 a 78 Kg de soja comercial limpo e seco por 40 kg de semente de soja selecionada, variando esse valor de acordo com o mercado econômico da soja de cada ano, em 2009 essa proporção era de 75 a 84 kg de semente de soja comercial por 40 Kg de semente de soja selecionada.

Para o sistema de troca x troca de calcário, em 2009, envolvendo um Programa do Estado de Santa Catarina, os produtores enquadrados na operação, comprometiam-se em entregar 120 kg de milho comercial por tonelada de calcário.

Já o sistema de troca x troca de semente de milho, em 2009, tinha como exigência que os beneficiários, fossem enquadráveis no **PRONAF**.

A proporção envolvida depende muito da variedade escolhida pelos agricultores familiares, ou seja, para aquelas variedades de baixa e média tecnologia, eram necessário 240 kg (4 sacas de 60 kg) de milho comercial para cada saca de semente de milho. Para as variedades de alta tecnologia envolvida na operação, a proporção, em 2009, era de 540 kg (9 sacas de 60 kg) de milho comercial para cada saca de semente de milho híbrido.

O **PRONAF** é muito bom o juro é barato e nos dá segurança. Fizemos o **PRONAF** custeio desde 2004 devido ao seguro, só por isso, pois nós temos capital de giro para plantar por conta se for o caso. Ano passado, por exemplo, ganhamos R\$ 4.000,00 de rebate, mas colhemos apenas 50 sacas de soja a menos em relação à safra 2007/2008. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado 2009/2010)

Alguns produtores, conforme já afirmamos, acham mais interessante plantar por conta, investindo com seu próprio dinheiro. Devido a alta burocracia e a taxa de juros cobrada pelo **PRONAF**.

Comecei acessar o **PRONAF** custeio em 1999, mas parei em 2007, pois acho mais interessante plantar por conta e investir com o próprio dinheiro, não acesso mais devido à alta cobrança de juros e muita burocracia. Outra coisa: nunca ganhei **PROAGRO**, investimento nunca fiz. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O **PRONAF** é muito bom, juro barato e prazo longo, se não fosse o **PRONAF** seria difícil ficar na agricultura, melhorou 100% dá para se dizer. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado 2009/2010)

Para outros produtores, a exemplo do depoimento exposto na sequência, foi a saída que ele encontrou para permanecer produzindo na agricultura. Este produtor fez investimentos recentes em máquinas e equipamentos (trator, plantadeira) para o cultivo de soja e milho (ordenhadeira e tanque de expansão) para a atividade leiteira. Esse investimento foi efetuado no momento em que seu filho de 20 anos resolveu dedicar-se à produção agropecuária, no entanto, o produtor afirma que o **PRONAF** foi à saída para que seu filho permanecesse na agricultura com perspectivas de evolução da renda e boa qualidade de vida, isto é, com uso de tecnologias apropriadas.

O **PRONAF** para minha propriedade, foi, na verdade, a saída que encontramos para permanecer na agricultura e viver com qualidade. Antes, o juro era alto, não tinha crédito para tantas coisas como tem hoje com o **PRONAF**. Existem alguns problemas que acredito ser interessante resolver. Eu acho que o fiscal deveria fazer uma fiscalização individual nas propriedades para evitar sacanagens e endividamentos. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

O poder de pagamento é uma das exigências que as instituições financeiras utilizam para os agricultores familiares adquirirem crédito do **PRONAF**. A falta de poder de pagamento impede muitos agricultores familiares de se beneficiarem dos recursos do

programa, principalmente aquelas propriedades que apresentam déficit de inovação tecnológica e conhecimento técnico. O depoimento a seguir diz respeito a um agricultor familiar da comunidade de Altaneira. Ele alega não ter conseguido quitar o financiamento junto à instituição financeira; entretanto, seus vizinhos afirmaram que o produtor costumava adquirir o financiamento e não fazer a aplicação do recurso na lavoura e em um dos anos não conseguiu atender as exigências burocráticas para se beneficiar do **PROAGRO**, tornou-se inadimplente.

Fiz **PRONAF** custeio no período de 1999 a 2007, mas em 2007/2008 deu seca, não ganhei **PROAGRO**, aí tive que fazer um empréstimo pessoal para quitar a dívida, aí não pude mais pagar e não pude mais fazer. Quando fazíamos o **PRONAF** era bom, sobrava dinheiro para comprar outras coisas, às vezes faltava também. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Pelos depoimentos dos agricultores familiares, podemos perceber que o **PRONAF** tem apoio e aceitação da grande maioria dos agricultores entrevistados. O gráfico XXI traz essa informação a respeito do grau de aceitação do programa por parte dos produtores rurais.

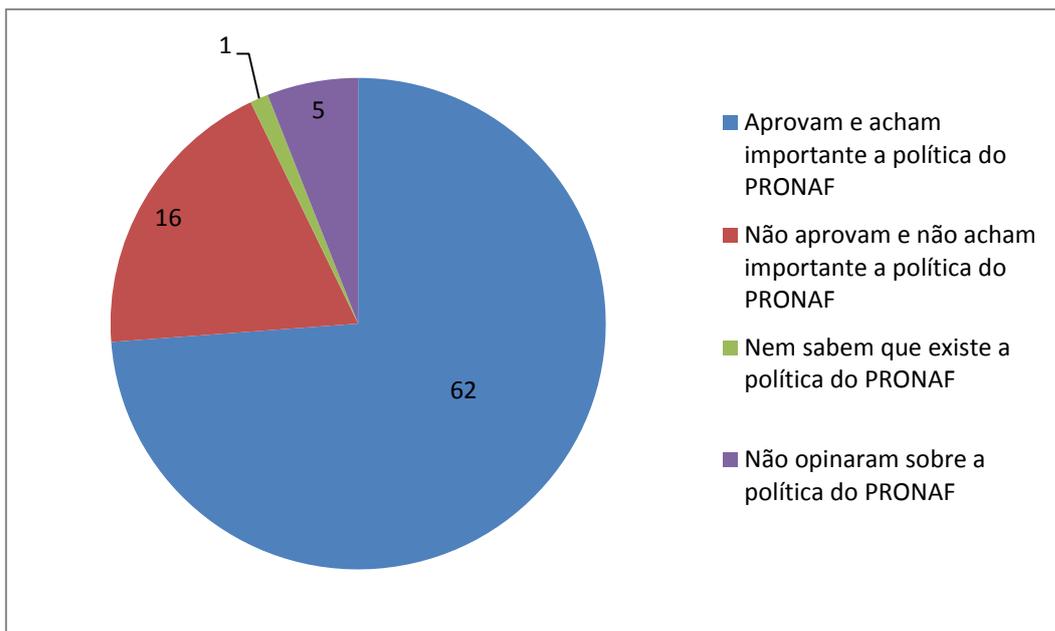


Gráfico XXI Grau de aceitação da política de crédito do PRONAF (por família)

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

O gráfico XXI representa o grau de aceitação do **PRONAF** em relação aos agricultores familiares entrevistados durante a pesquisa de campo (2009/2010). Fica demonstrado que 73,80% dos entrevistados aprovam a política de crédito do **PRONAF** assim como consideram o programa como importante aliado para melhor administrar sua propriedade. O percentual que não aprova a política de crédito do **PRONAF** atinge 19% dos agricultores entrevistados. O percentual de agricultores familiares que desconhecem totalmente a política de crédito do **PRONAF** atinge apenas 1,19% dos casos. Não opinaram nem contra nem a favor da política de crédito do **PRONAF**, 5,95% dos entrevistados.

O programa tem boa aceitação junto aos agricultores familiares assim como forte abrangência nas propriedades rurais, conforme argumentado através da tabela XIII. Poucas famílias nunca acessaram o crédito disponível do **PRONAF**, havendo outra parcela que pretende não mais acessar por motivos específicos; isso significa, porém, que poderão voltar a acessar assim que for conveniente economicamente; mesmo caso desses quase 20% dos agricultores que não acham importante a política de crédito do programa, ou seja, esse percentual representa, de certa forma, potencial ocioso para a expansão do **PRONAF**.

### 3.7 - FLUXOS MIGRATÓRIOS DOS FILHOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/ PR

O gráfico XXII, a seguir, refere-se ao fluxo migratório dos filhos dos agricultores familiares das 84 famílias entrevistadas. Para a tabulação desses dados, foram considerados apenas os filhos dos agricultores familiares. Portanto, não foram incluídas nesse universo, apesar de essa informação existir nos questionários respondidos, outras pessoas tais como; (genros, noras, netos ou primos), que fazem parte da constituição familiar. Para a tabulação dos dados referentes à parcela da população rural correspondente aos filhos dos agricultores familiares, que ainda permanecem morando nas propriedades rurais entrevistadas, referem-se à população rural a partir dos 15 anos de idade, metodologia esta utilizada tendo em vista ser essa a idade mínima das pessoas que normalmente se deslocam da propriedade para outros locais em busca de trabalho e renda.

A pesquisa de campo mostrou que a maior parte dos filhos dos agricultores familiares entrevistados deslocou-se para as cidades; aqueles que permanecem ainda na propriedade possuem faixa etária baixa podendo alterar esse número.

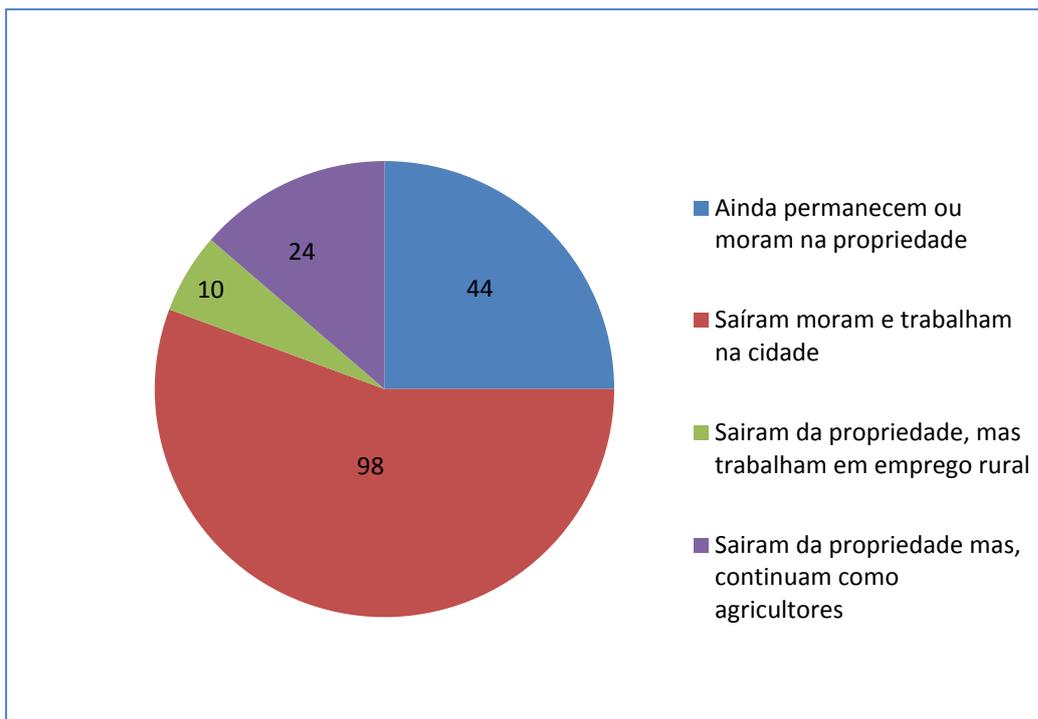


Gráfico XXII migração dos filhos acima de 15 anos dos agricultores familiares (em número de pessoas)

Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010; organização do autor.

São as cidades o destino da maior parte da população que deixa de morar no campo. A pesquisa de campo (2009/2010) mostrou que 74,23% dos filhos dos agricultores familiares que saíram das propriedades rurais, deslocaram-se para trabalhar em várias cidades do país; o maior índice de deslocamento está nas cidades do próprio Estado do Paraná, além de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso (Estado não definido MS ou MT).

A parcela de pessoas que saiu da propriedade, mas que continua como agricultor atinge 18,2% dos casos; na maior parte das vezes, refere-se ao fato de filhos ou filhas de agricultores familiares casarem-se com agricultores (as) do próprio município ou de outros locais. Descobrimos um caso mais significativo envolvendo a compra particular de propriedade rural; refere-se a um agricultor familiar, morador da comunidade de Pedra Lisa, cuja filha saiu da propriedade aos 18 anos, trabalhou no Estado de São Paulo como diarista, depois trabalhou em Fazenda no Estado do Mato Grosso como assalariado e hoje, aos 36 anos, é dona de 500 hectares no mesmo Estado, onde cultiva soja e milho. Já o percentual de filhos (as) de agricultores familiares que saíram das propriedades e trabalham em algum emprego rural, principalmente em Fazendas nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, chega a 7,57% dos casos. A tabela XV mostra cidades e estados para

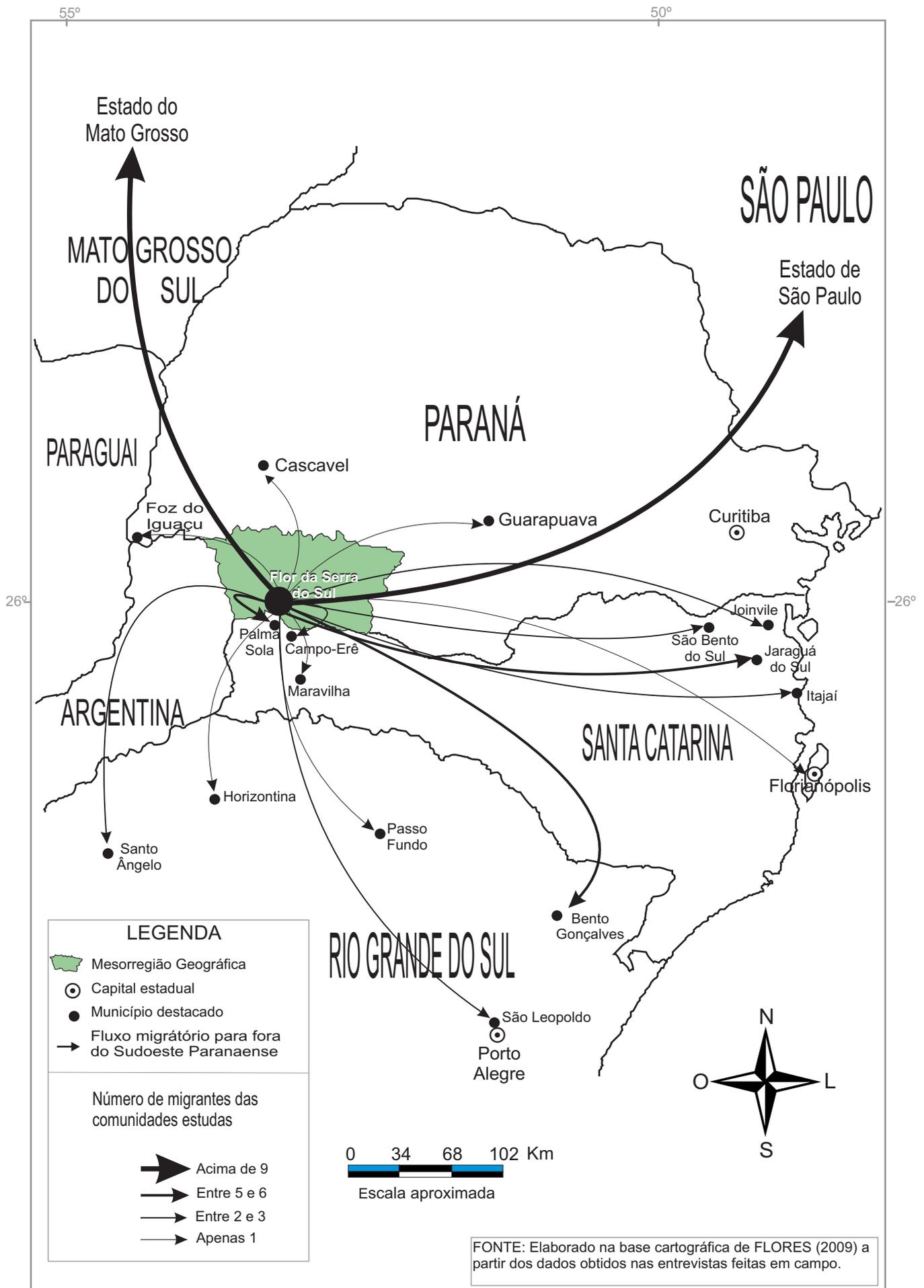
quais os filhos dos agricultores em estudo deslocaram-se principalmente a partir das duas últimas décadas.

Tabela XV Destino da migração dos filhos dos agricultores familiares Flor da Serra do Sul

<b>CIDADE DESTINO</b>	<b>TOTAL DE PESSOAS</b>
Flor da Serra do Sul PR	46
Francisco Beltrão PR	19
Mato Grosso (Estado não definido MS ou MT)	10
São Paulo (Local não definido)	10
Bento Gonçalves RS	6
Jaraguá do Sul SC	5
Palma Sola SC	5
Campo Erê SC	3
Marmeleiro PR	3
São Leopoldo RS	3
Itajaí SC	2
Joinville SC	2
Santo Ângelo RS	2
São Bento do Sul RS	2
Cascavel PR	1
Florianópolis SC	1
Foz do Iguaçu PR	1
Guarapuava PR	1
Maravilha SC	1
Passo Fundo RS	1
Renascença PR	1
Santo Antonio do Sudoeste PR	1
Verê PR	1

Fonte: Pesquisa de Campo (2009/2010); organização do autor.

Através do mapa 05 podemos visualizar, de forma mais clara e objetiva, o fluxo migratório dos filhos dos agricultores familiares entrevistados que se deslocaram para fora do Sudoeste paranaense.



MAPA 05 - FLUXOS MIGRATÓRIOS DOS FILHOS DE AGRICULTORES PARA FORA DO SUDOESTE PARANAENSE

A tabela XV mostra que 36,22% dos filhos dos agricultores familiares deslocaram-se para a cidade do próprio município; 14,96% deslocaram-se para a cidade de Francisco Beltrão PR. Fora do Sudoeste paranaense, os Estados que se destacam é o Estado de São Paulo e Mato Grosso (Estado não definido), com percentuais de 7,87%. Um fator importante a ser estudado é o perfil social dos filhos dos agricultores familiares que ainda residem ou pretendem continuar trabalhando na exploração agropecuária das suas propriedades rurais.

Os indicativos de faixa etária assim como a escolaridade desses novos integrantes definirão quais as possibilidades de enfrentamento e desenvolvimento do mercado econômico ocupado pela agricultura familiar; a escolaridade desses futuros agricultores familiares também pode definir quais as tendências de desenvolvimento da sua estrutura produtiva. É com conhecimento, avanço tecnológico, aumento da produção com menor custo, maior lucratividade, formação de novas alternativas de mercado que a qualidade de vida dos agricultores familiares avançará; afinal, essa é a lógica da própria história da humanidade, ou seja, evolução dos meios produtivos; para isso é necessário basicamente muita ciência, pesquisa e tecnologias apropriadas para tornar a agricultura familiar competitiva junto ao mercado capitalista.

### 3.8 PERFIL DOS FILHOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES RESIDENTES NAS PROPRIEDADES RURAIS – FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIDADE

O gráfico XXIII, representado a seguir, tem o objetivo de demonstrar a faixa etária dos filhos dos agricultores que ainda residem na propriedade; isso poderá trazer elementos importantes quanto à possibilidade de alteração quantitativa desse universo populacional de filhos de agricultores familiares de 15 anos acima que ainda residem nas propriedades rurais.

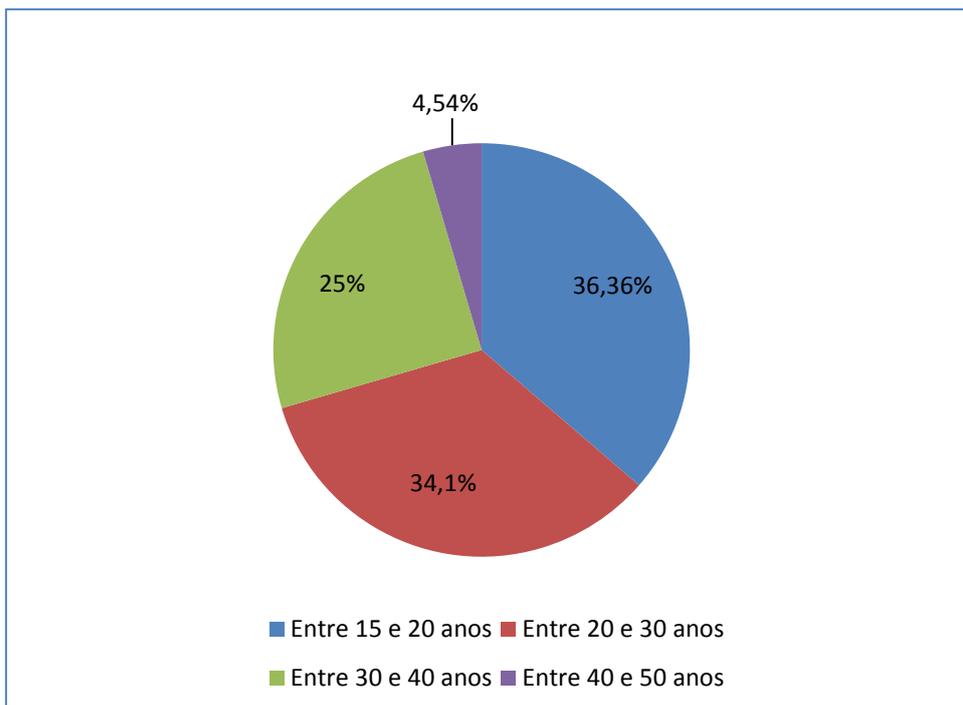


Gráfico XXIII Faixa etária dos filhos dos agricultores familiares acima de 15 anos que residem nas propriedades rurais

Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010; organização do autor.

A faixa etária da população rural residente nas propriedades rurais, representada exclusivamente pelos filhos dos agricultores familiares acima de 15 anos, demonstrada no gráfico XXIII, permite argumentar sobre as possibilidades futuras em relação ao fluxo migratório dos filhos dos agricultores familiares. No gráfico XXII, baseado nos dados coletados na pesquisa de campo (2009/2010), nas 03 comunidades onde ocorreram as entrevistas de campo, há apenas 44 pessoas entre 15 anos a 50 anos, filhos dos próprios agricultores familiares; porém, é preciso considerar que, desse universo de 44 pessoas que ainda residem nas propriedades rurais, 70,46% estão na faixa etária de 15 anos a 30 anos, ou seja, existe ainda uma parcela significativa que poderá deslocar-se para outras regiões em busca de novas oportunidades de emprego e renda. Para o restante dos 29,54% acima de 30 anos até 50 anos, no entanto, há menos tendência de se deslocar da propriedade, tendo em vista as dificuldades de mercado de trabalho para sua faixa etária.

Como o principal objetivo desta dissertação é analisar o **PRONAF** no desenvolvimento da agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul. No entanto, outro ponto importante a abordar, é a influência que a principal política pública de crédito envolvendo a agricultura familiar possui quanto à permanência das pessoas no campo, tendo em vista o acesso financeiro, para investimentos na agricultura familiar, viabilizado pelo desenvolvimento do **PRONAF**.

A pesquisa de campo mostrou, no entanto, ao longo do presente capítulo que a renda proveniente de fontes “não agrícolas” é responsável pela maior parcela da renda das pessoas entrevistadas; mostrou também que nem sempre o fator renda é o principal motivo para definir o deslocamento ou não dos filhos dos agricultores familiares das propriedades rurais de origem.

Num dos casos, há uma propriedade, com área total de 128 hectares, área dividida para o cultivo de soja e milho, também com área de pastagem para manter aproximadamente 150 cabeças de gado de corte, reflorestamento de pinus e eucalipto, boa infraestrutura na propriedade; automóvel Astra, 2002 avaliado em R\$ 25.000,00, caminhão 1130 avaliado em R\$ 40.000,00, caminhão F-4000, 1988 avaliado em 20.000,00, moto Titan 125 avaliada em R\$ 3.000,00, moto BIS, avaliada em R\$ 3.000,00, casa de alvenaria 9 x 12 em boas condições, outra casa de alvenaria 5 x 6, galpão para máquinas 10 x 10, galpão para armazenar produtos 8 x 40, inclusive, um empregado contratado para auxiliar nas atividades da criação de gado de corte.

Apesar da boa estrutura montada na propriedade e tamanho de área superior à média do município, renda superior em relação à média dos moradores de sua comunidade, apenas 1 dos filhos desse agricultor familiar pretende ficar administrando o sistema produtivo da propriedade; um dos filhos de 24 anos embarcou para Florianópolis para trabalhar em restaurante de praia.

Sabemos que casos isolados não servem para comprovar uma realidade concreta, todavia, durante a pesquisa de campo (2009/2010), percebemos que, na maioria dos casos, apenas 01 dos filhos permanece no campo administrando a propriedade normalmente, cuidam dos pais; os demais deslocam-se da propriedade conforme gráfico XXII. Porém, quando o assunto era relacionado a uma possível sucessão familiar, dos filhos permanecerem vivendo e investindo na agricultura, mesmo com o aumento das possibilidades de investimentos proporcionado pela ação do **PRONAF** na agricultura familiar, o quadro não é de otimismo quanto a uma possível diminuição do êxodo rural no município de Flor da Serra do Sul.

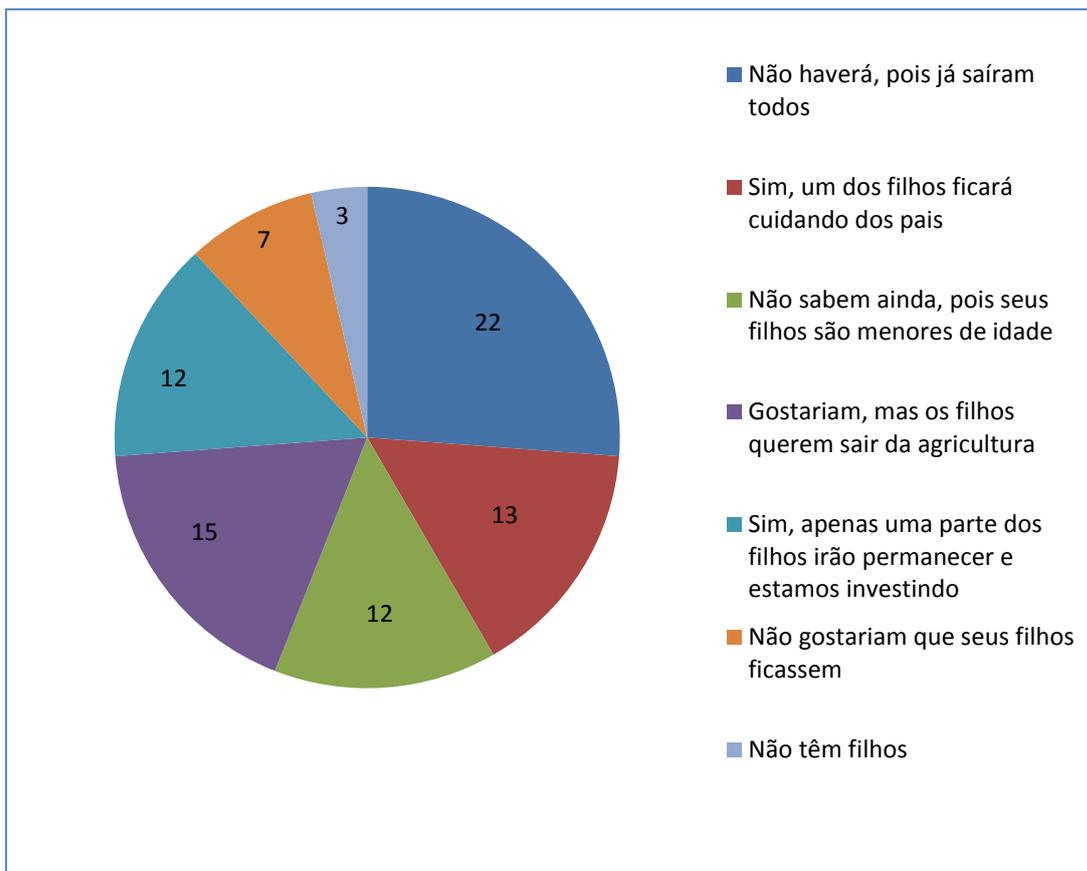


Gráfico XXIV Sucessão familiar (por família)

Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010; organização do autor.

O gráfico XXIV mostra a realidade atual quanto à sucessão familiar, segundo os entrevistados, as possíveis tendências da futura população rural que constituirá a população economicamente ativa da agricultura familiar estudada. De acordo com a pesquisa de campo, 26,2% das famílias respondeu que todos os seus filhos já saíram da propriedade deslocando-se para outros lugares, fluxo já demonstrado através de mapa. O percentual de famílias que não podem opinar no momento pelo fato de seus filhos serem menores de idade chega a 14,28%.

As famílias que possuem um (01) dos filhos na propriedade cuidando dos pais ou a tendência de um (01) dos seus filhos permanecerem na propriedade rural, em decorrência de costumes familiares, o que abrange a maioria das famílias da região, o percentual atinge 15,48% das famílias entrevistadas.

Sim, meu filho mais novo trabalha comigo, tem a propriedade dele, mas mora em casa separada próxima a minha, com certeza ele irá ficar até porque já está bem estruturado para isso. (Produtor rurais de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Sim, meu filho mais novo mora na mesma propriedade, está e continuará administrando a propriedade, o outro meu filho trabalha com mecânica de moto na cidade. (Produtor rurais de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Outra situação que chamou a atenção foi um depoimento de um produtor que afirma:

Meu filho tem 20 anos e, possivelmente, que vai ficar trabalhando na agricultura; tenho 02 terrenos em Francisco Beltrão um para cada filho; meu filho não gosta de estudar por isso quer ficar na agricultura. Já minha filha possivelmente vai sair. (Produtor rurais de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Esse afirmativa apareceu com frequência nas entrevistas de campo. Se trata de escolaridade, as pessoas ainda acham que para se dedicar à produção agrícola não é necessário preparação intelectual. Na verdade, essa limitação representa um dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, no sentido de diminuir a possibilidade de uma evolução qualitativa no sistema produtivo, para o real enfrentamento do mercado econômico que sobrevive agindo e criando novas oportunidades de exploração no interior do complexo agroindustrial. E, esse mercado, extremamente complexo, exige conhecimento técnico, científico e comercial para se manter na atividade.

A pesquisa de campo (2009/2010) constatou que 69% dos chefes de família do universo entrevistado possuem menos de 4 anos de estudo; 16,66% possuem Ensino Fundamental completo e apenas 5,95% possuem Ensino Médio completo, com terceiro grau foi encontrado apenas 1 produtor em atividade de 84 entrevistados. Segundo os próprios agricultores familiares, a época em que eles eram crianças não havia tanta oportunidade de estudar como na atualidade; alguns produtores, inclusive, fizeram comentários sobre o fato de morar no interior e o ônibus escolar passar na porta da casa para seus filhos e netos estudarem, fator visto pelos agricultores como positivo.

No entanto, para questionar o baixo grau de escolaridade desses agricultores, o que significa um fator limitante para o futuro do desenvolvimento da agricultura familiar, pois diminui o poder de enfrentamento dos agricultores familiares em relação ao mercado econômico no qual estão inseridos através da financeirização da agricultura. A seguir iremos demonstrar a faixa etária da população rural entrevistada.

Tabela XVI Faixa etária da população residente nas comunidades entrevistadas

Faixa Etária	Percentual (%)
0 a 10 anos	13,16
10 a 20 anos	12,81
20 a 30 anos	9,96
30 a 40 anos	16,37
40 a 50 anos	22,42
50 a 60 anos	11,38
60 a 70 anos	7,11
Mais de 70 anos	6,79
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010; organização do autor.

Na realidade atual das famílias entrevistadas, pouco tem mudado, ou seja, basicamente esses 5,95% dos chefes de famílias que possuem o Ensino Médio completo representam os chefes de famílias de entre 20 a 35 anos que assumiram as atividades da propriedade em substituição ao seu pai, embora alguns casos dessa faixa etária tenham abandonado os estudos precocemente. Boa parte dos chefes de família que possuem menos de quatro (4) anos de estudo pertence à faixa etária acima de 40 anos o que representa quase 50% da população residente.

A pesquisa de campo mostrou que 17,85% das famílias entrevistadas gostariam de que pelo menos alguns de seus filhos continuassem na agricultura administrando a propriedade, porém os filhos não querem permanecer na agricultura e os próprios pais acham arriscado estimular os filhos a permanecerem como agricultores familiares, tendo em vista a baixa taxa de lucro das atividades agrícolas assim como outras incertezas.

Eu acho que daqui a 10 anos, não vai ter muita gente na agricultura; o leite, por exemplo, se der uma crise, eu quero ver como ficará a pequena propriedade. Falo pela comunidade onde moro. Minhas filhas, por exemplo, uma já saiu e faz curso superior na Unioeste de Francisco Beltrão, a outra acabou de passar no vestibular também na Unioeste e está saindo também, o outro meu filho é pequeno ainda. Mas eu te faço uma pergunta, como posso incentivar meus filhos a ficarem na agricultura? Primeiro, vamos ver se iremos ter renda financeira para que isso aconteça e mesmo assim a juventude não fica, na nossa comunidade que tem 55 a 60 famílias sócias, tem 3 ou 4 rapaz solteiro que mora e trabalha na agricultura, o resto que não saiu ainda, trabalha fora e somente mora na agricultura, mas não dependem dela. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

A baixa taxa de lucro da atividade é um dos grandes problemas que limitam a atividade agrícola de se tornar um ramo economicamente atrativo para as pequenas propriedades que utilizam modelos tradicionais de produção de mercadorias. Entretanto, por falta de perspectivas futuras na pequena propriedade, os filhos dos agricultores familiares vão em busca de outras oportunidades.

Meu filho pensa em sair da agricultura, mas trabalhar em malharia ele não quer e esse emprego representa basicamente a única opção existente no mercado de trabalho da cidade. No entanto, eu falei para ele; se for para se dar bem, saia; mas se resolver ficar, precisamos investir mais em vaca de leite. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

A pesquisa de campo (2009/2010) demonstrou que 14,28% das famílias, afirmaram que parte de seus filhos provavelmente ficarão trabalhando e produzindo na agricultura, que os pais estão apoiando e investindo para que eles tenham boa qualidade de vida morando no meio rural.

Sim, meu filho de 19 anos vai ficar, por isso fizemos esse investimento de um trator traçado novo e uma plantadeira nova. Como eu falei para meu filho, se for para ficar é preciso investir, pois no mundo de hoje, quem não investir está fora de mercado. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

A utilização de novas tecnologias na agricultura faz que haja uma sobra da mão de obra liberando parte dela para outras funções do complexo agroindustrial.

Sim, meu filho de 26 anos vai ficar; temos uma boa estrutura, vai até construir uma casa para ele morar. Mas o outro filho está se formando Engenheiro Agrônomo e pretende sair para atuar na área. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado 2009/2010)

Os agricultores cujos filhos optaram por continuar produzindo na agricultura por acharem a opção viável, tanto econômica quanto socialmente, fazem parte daquele grupo de agricultores familiares integrados ao mercado econômico e que a propriedade, em si, possui potencial de desenvolvimento, estão-se modernizando para tornar as atividades agrícolas viáveis economicamente e ofereçam boas perspectivas.

Sim, eu acredito que sim, agora comprei um trator novo; vou plantar mais área; um de meus filhos até trabalhava em uma fábrica de móveis, mas agora resolveu voltar para trabalhar na agricultura. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Ao contrário daqueles agricultores familiares que têm dificuldades para se integrarem no mercado econômico, não possuindo sua atividade produtiva potencial imediato de viabilidade econômica, os próprios pais incentivam que seus filhos não permaneçam vivendo no campo.

Pensamos em dar estudo aos nossos filhos, para que tenham uma profissão melhor. Qual pai quer que seus filhos sofram? Minha filha está na 7ª série, mas a gente já pensa em um dia dar uma oportunidade para que ela consiga estudar, fazer uma faculdade. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado 2009/2010)

A baixa extensão territorial das propriedades também é um dos motivos citado com frequência na relação dos motivos pelos quais os pais não desejam que seus filhos permaneçam como agricultores familiares. Afirmaram que, com pouco espaço para produzir, fica difícil viver bem, portanto, os pais se esforçam fazer seus filhos estudarem e para que encontrem outro trabalho.

É difícil, o meu filho mais velho já saiu; o outro filho de apenas 10 anos e meu sobrinho, também com 10 anos, já pensam em sair; querem estudar no colégio agrícola. Acho complicado os jovens permanecer, podemos ter como base em nossa comunidade, pois quase não existe jovens saiu todo mundo. (Produtor rural de Flor da Serra do Sul entrevistado em 2009/2010)

Apesar da existência da política de crédito do **PRONAF** com boa aceitação, conforme foi argumentado pelos próprios agricultores familiares, com variadas opções de investimento para a agricultura familiar, com emprego e renda, muitas vezes superior a determinadas funções de “trabalho simples” no perímetro urbano, não representa o principal fator que implicará a decisão principalmente dos jovens que moram na agricultura de permanecer ou não na agricultura. A pesquisa de campo demonstrou que alguns proprietários rurais com renda superior em relação à média geral das propriedades pesquisadas, vivenciaram a saída de seus filhos para trabalhar na cidade, pois é na cidade que está instalada a maior parte da infra-estrutura social, econômica e cultural.

A pesquisa de campo (2009/2010) mostrou também que, em alguns casos, os filhos dos agricultores optaram, pelo menos até o momento, em permanecer na agricultura, por convicção, por entenderem que a produção agropecuária oferece possibilidades de lucratividade, elevação de seu nível de vida, e por avaliarem, muitas vezes, que o nível de vida possível no sistema produtivo do campo tem claras possibilidades de ser superior ao que provavelmente conseguiriam adquirir trabalhando no emprego urbano.

Para que o sistema produtivo tenha possibilidades concretas de tornarem economicamente viáveis, é necessário analisar a infra-estrutura produtiva existente nas propriedades rurais entrevistadas e quais são as tendências de investimentos que os agricultores familiares pretendem realizar nos próximos períodos.

### 3.9 INFRA-ESTRUTURA GERAL DE INVESTIMENTOS E BENS DE CONSUMO EXISTENTES NAS PROPRIEDADES RURAIS PESQUISADAS

A abordagem relacionada à infra-estrutura das propriedades rurais, na base empírica pesquisada tem o objetivo de apontar quais as ferramentas tecnológicas existentes no sistema produtivo e quais os bens de consumo dos agricultores familiares entrevistados.

Chama a atenção a tabela XVII para o item automóvel ou motocicletas; nas 03 comunidades entrevistadas, o percentual é; acima de 70% das famílias possuem algum tipo de veículo automotor; porém, algumas tecnologias utilizadas no sistema produtivo da agropecuária apresentam diferenças nas comunidades pesquisadas. Podemos citar o fato da comunidade de Rio Verde, onde há a maior quantidade de tratores, assim como o item colheitadeira e a situação de algumas propriedades rurais possuem a sua disposição mais de 1 (um) trator, fato existente apenas nessa comunidade.

Tabela XVII Estrutura tecnológica das propriedades rurais. (por comunidade e por família)

Descrição	Rio verde	Pedra Lisa	Altaneira
Possui carro ou moto	21	27	16
Possui mais de um carro	3	4	2
Possui carro e moto	4	3	3
Possui trator	11	4	2
Possui mais de um trator	2	*	1
Possui colheitadeira	3	*	*
Possui telefone	6	2	9
<b>Total de famílias pesquisadas</b>	<b>28</b>	<b>38</b>	<b>18</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

\* - item que não apareceu nas respostas.

Um fato importante apontado durante a pesquisa de campo (2009/2010); o telefone começou a fazer parte da vida dos agricultores familiares há a partir dos últimos 10 ou 15 anos. Na comunidade de Altaneira, de acordo com a tabela XVII, 50% das famílias já possuem linha telefônica instalada. Porém na comunidade de Pedra Lisa, possuidora da menor renda tanto por família quanto per capita, a comunidade tem o menor percentual de famílias com linha telefônica instalada. De 38 famílias entrevistadas, apenas duas (2) possuem telefone (5,2%).

O gráfico XXV apresenta uma visão geral da infra-estrutura encontrada nas propriedades rurais dos entrevistados. Ou seja, essas informações representam o percentual de todo um universo de 84 famílias entrevistadas na pesquisa de campo (2009/2010).

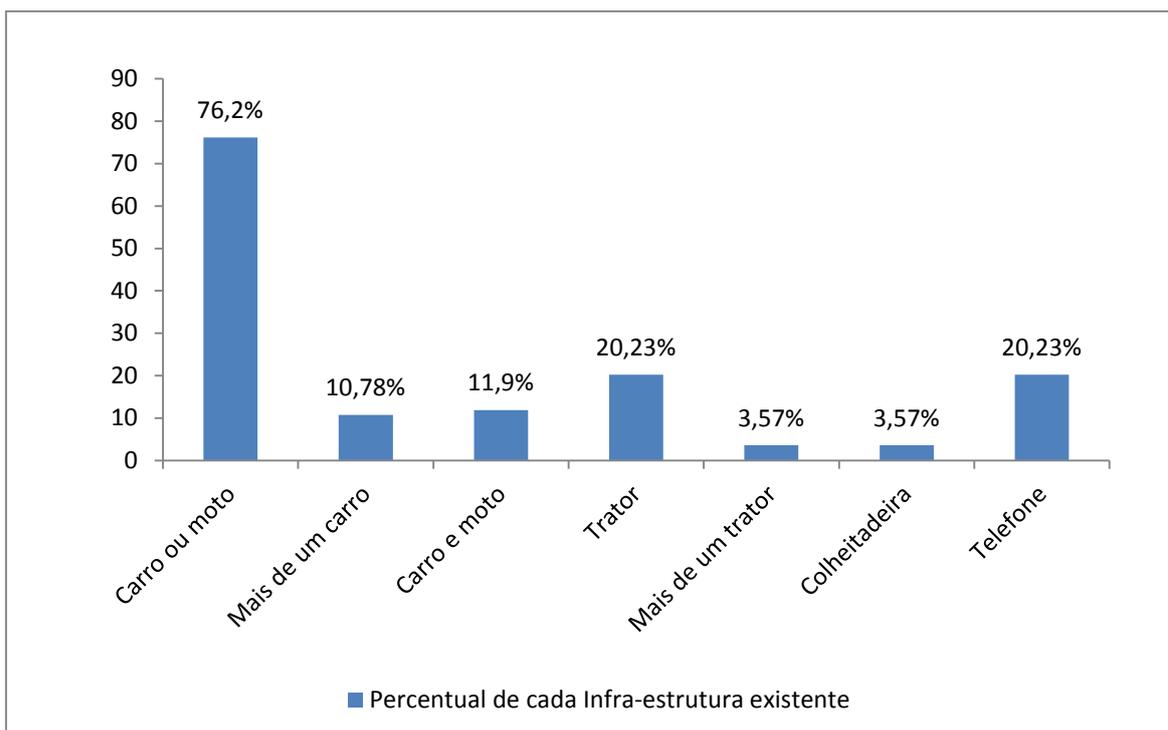


Gráfico XXV Estrutura tecnológica das propriedades rurais de rio verde, altaneira e pedra lisa (por família)

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

Podemos perceber, através do gráfico XXV, que 76,2% das famílias possuem carro ou moto; fazendo uma relação com a tabela XVII, podemos perceber, na medida em que especificamos por comunidade que esse item chega a 75% na comunidade de Rio Verde, 71% na comunidade de Pedra Lisa e 88% na comunidade de Altaneira. O índice de famílias com tratores atinge 20,23% conforme demonstra o gráfico especificado.

A tabela XVIII, a seguir, diz respeito ao ano de fabricação dos veículos automotores, máquinas agrícolas. Através dessas informações teremos noção de como está montado o aparato tecnológico de veículos, máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas propriedades rurais dos entrevistados, assim como as possibilidades de terem sido adquiridas via **PRONAF**.

O ano de compra dos veículos de passeio e máquinas agrícolas ajuda-nos a identificar se houve influência da modalidade **PRONAF** investimento quanto à compra, devido ao fato de o **MCR** 511 seção 18, do dia (10.12.2009) e de acordo com a resolução 3.685, artigo primeiro, ser claro no que diz respeito às regras de enquadramento de investimento em máquinas e equipamentos do **PRONAF** mais alimentos, ou seja, é necessário serem máquinas novas.

Tabela XVIII Ano de fabricação dos veículos de passeio e máquinas agrícolas (por comunidade)

Comunidade	Descrição	1974-1990 (%)	1991-2000 (%)	2001 -2009 (%)
Rio Verde	Tratores	36	*	64
	Carros ou motos	42,86	28,57	28,57
	Colheitadeiras	33,34	66,66	*
Pedra lisa	Tratores	*	25	75
	Carros ou motos	55,5	18,5	34
	Colheitadeiras	*	*	26
Altaneira	Tratores	66	*	34
	Carros ou motos	35	35	30
	Colheitadeiras	*	*	*

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

\*- Não apareceram nas respostas.

A pesquisa de campo (2009/2010) demonstrou que, nas comunidades de Rio Verde e Pedra Lisa, a maior parte das máquinas agrícolas nas propriedades rurais dos entrevistados são de (ano de fabricação) entre 1991 até 2009. Na comunidade de Rio Verde, onde está a maior concentração de tratores, menos de 40% dos tratores tem seu ano de fabricação entre 1974-1990; 64% entre 2001-2009. Na comunidade de Rio Verde, há casos em que os agricultores familiares financiaram tratores novos com recursos do **PRONAF**.

A comunidade de Pedra Lisa também segue a mesma lógica quanto ao ano de fabricação das máquinas agrícolas (tratores), percentuais de 75% com ano de fabricação entre 2001-2009, mas, nessa comunidade, não foram identificados casos de agricultores familiares que adquiriram tratores com recurso do **PRONAF**.

A comunidade de Altaneira apresenta dados diferentes em relação às outras duas (2) comunidades pesquisadas, em se tratando do item trator. Conforme demonstrado na tabela XVII, é a que possui menos famílias com tratores e que possui 66% dos tratores existentes com ano de fabricação entre 1974 a 1990, o restante dos 34% entre 2001 - 2009.

O item carro ou moto chama atenção. O fato de a comunidade de Rio Verde, que possui a maior renda tanto por família quanto per capita, é a que possui menor percentual de carros mais novos em relação às outras comunidades com 28,57% dos carros com ano de fabricação ano 2001-2009, enquanto as outras comunidades aparecem com 34%. Por outro lado a comunidade que tem a menor renda financeira (Pedra Lisa) é justamente a que possui o maior percentual de carros mais velhos com ano de fabricação 1974 - 1990.

O item a seguir abordará a atividade leiteira (na base empírica pesquisada) que representa importante atividade econômica para os agricultores familiares pesquisados. Serão relacionados, além da produção propriamente dita, as tecnologias em ordenhadeiras,

resfriadores e tanque de expansão utilizados pelos produtores de leite. Tais itens pertencem ao grupo de máquinas e equipamentos itens mais financiados pelos recursos do **PRONAF**, além da compra de vacas.

### 3.9.1 Atividade leiteira em Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira

A seguir serão apresentados os dados a respeito da atividade leiteira, uma das mais importantes atividades econômicas de formação de renda agrícola das 03 (três) comunidades onde ocorreram as entrevistas.

Tabela XIX Infra-estrutura produtiva das famílias que trabalham na atividade leiteira<sup>24</sup>

Descrição	Rio Verde	Pedra Lisa	Altaneira
Possuem ordenhadeira	9	13	9
Não possuem ordenhadeira	6	15	5
Resfriador ou tanque expansão	8	17	10
Não resfriador ou tanque de expansão	6	11	4

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

Assim de acordo com os dados da tabela XIX ficou constatado que, das famílias pesquisadas que trabalham com a atividade leiteira, 64,2% das famílias da comunidade de Rio Verde possuem sistema de ordenhadeira instalada na propriedade. Na comunidade de Pedra Lisa, esse percentual cai para 46,42%, na comunidade de Altaneira, o percentual é de 64%. Para a infra-estrutura, isto é, resfriadores ou tanque de expansão para melhor armazenagem e qualidade do leite, na comunidade de Rio Verde, o percentual atinge 53% das famílias; na comunidade de Pedra Lisa, o percentual é de 60,7%; na comunidade de Altaneira, 71,42% das famílias utilizam essa tecnologia.

A pesquisa de campo identificou que a maior parte desses equipamentos utilizados na atividade leiteira foram adquiridos com os recursos do **PRONAF** investimento. Isso fica claro nos depoimentos dos próprios agricultores familiares expostos no decorrer do texto do presente capítulo assim como (o questionário) e as respostas coletadas (durante a pesquisa de campo pelo qual estão expostos no final da presente dissertação).

<sup>24</sup> O total de famílias que trabalham com a atividade leiteira são: 15 famílias na comunidade de Rio Verde, 28 em Pedra Lisa e 14 em Altaneira.

Podemos afirmar que essas tecnologias que se referem a máquinas e equipamentos – desempenham papel fundamental nas relações de trabalho da agricultura familiar, pois concentram a maior parte dos investimentos do **PRONAF**. A pesquisa de campo (2009/2010) detectou alguns problemas que atingem a estrutura produtiva desses agricultores familiares, isto é a baixa produtividade da atividade leiteira para a maior parte dos que atuam nessa atividade importante na constituição da renda das famílias entrevistadas principal atividade econômica para quase 40% das propriedades rurais assim como a falta de assistência técnica. (Tais fatores influenciam no desenvolvimento das atividades econômicas dos agricultores familiares na base empírica pesquisada).

O gráfico XXVI, a seguir, aponta o Brasil como um dos países que possui a menor média produtiva por cabeça de gado leiteiro, ficando à frente, em 2008, apenas da Índia. Embora a pesquisa de campo (2009/2010) do recorte geográfico pesquisado apresente média produtiva acima da nacional, não há motivo para comemoração em relação a essa posição.

O fato é que as propriedades dos entrevistados que atuam na atividade leiteira precisam de mais investimento planejado; muitas delas possuem potencial para evoluírem, muitos agricultores familiares têm consciência e querem melhorar na atividade. Esse fato pode ser ressaltado em decorrência do trabalho feito quanto à genética do gado leiteiro, tendo em vista que das 57 famílias que atuam na atividade leiteira, 24 famílias (42%) usam a técnica de inseminação artificial na tentativa de melhoramento genético.

Um ponto preocupante, identificado nas propriedades rurais, é quanto ao investimento planejado; dessas 57 famílias citadas que atuam na atividade leiteira, apenas 1, apresenta planejamento local na propriedade como tentativa de evoluir na atividade, ou seja, está investindo em todos os pontos estratégicos para se manter competitivo na atividade como solo, pastagem, instalação, máquinas e equipamentos e genética do gado.

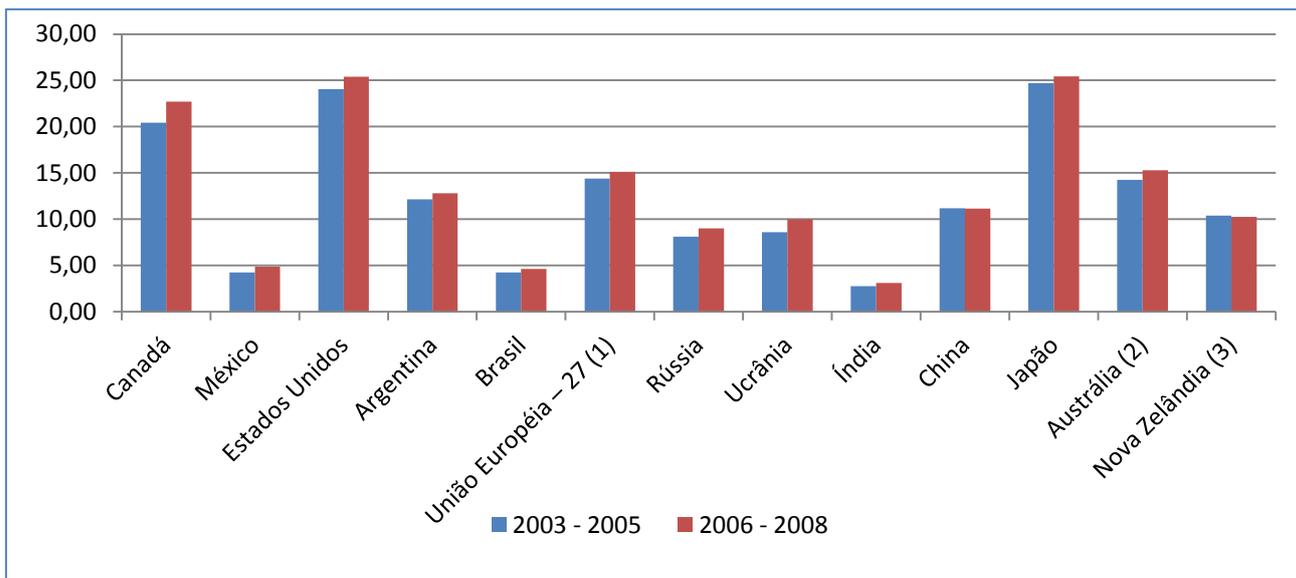


Gráfico XXVI Principais países produtores de leite (litros/vaca/dia)

Fonte: USDA (United States Department of Agriculture): Milk Point estatística (2009); organização do autor.

O gráfico XXVI permite visualizar a posição dos principais países produtores de leite no cenário mundial. Destaque para o Japão que possui a maior média de litros de leite diários por cabeça, Estados Unidos e Canadá ocupam a segunda e terceira posição. Chama atenção a Argentina, que possui média diária por cabeça de gado leiteiro, superior em 7,89 litros em relação à média brasileira; isso explica a necessidade de fazermos investimentos planejados e adequados na atividade leiteira incluindo a agricultura familiar.

Tabela XX Média produtiva diária de leite por cabeça principais países produtores de leite (em litros)

Países	2003 - 2005 (litros)	2006 - 2008 (litros)
Japão	24,72	25,44
Estados Unidos	24,05	25,38
Canadá	20,44	22,72
Austrália (2)	14,25	15,30
União Européia – 27 (1)	14,41	15,11
Argentina	12,16	12,80
China	11,19	11,16
Nova Zelândia (3)	10,38	10,25
Ucrânia	8,60	10,00
Rússia	8,11	9,00
México	4,25	4,88
Brasil	4,27	4,63
Índia	2,77	3,11

Fonte: USDA (United States Department of Agriculture): Milk Point estatística (2009); Organização do autor.

De acordo com os dados do **IBGE** (2008), a produção leiteira, no município de Flor da Serra do Sul, cresceu no período analisado (1996 - 2008) conforme demonstra o gráfico XXVII. Esse crescimento deu-se não apenas no montante geral produzindo, mas também a média de produção diária por cabeça.

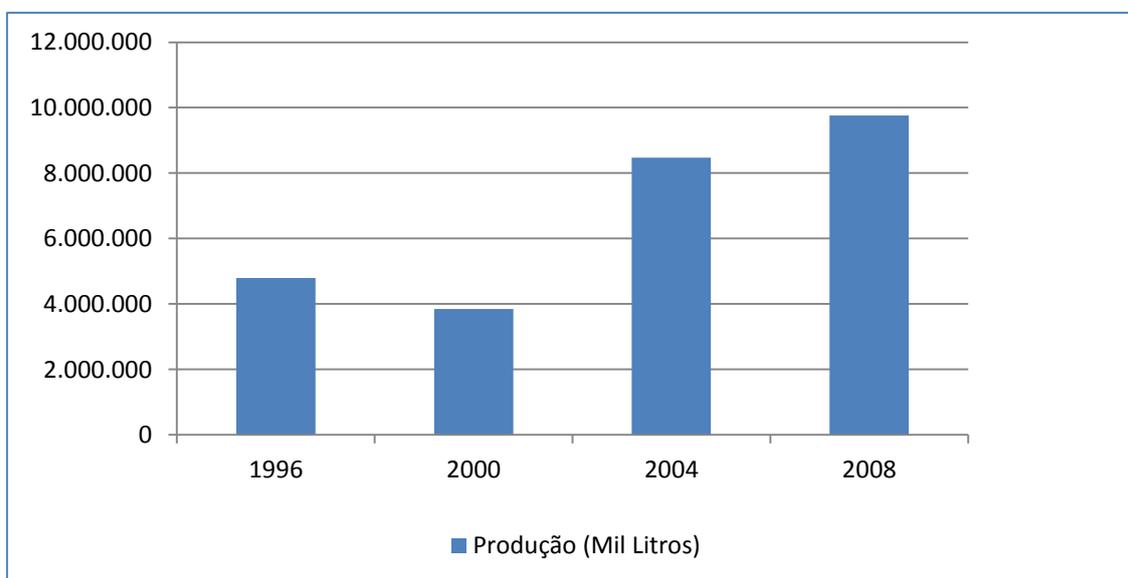


Gráfico XXVII Produção leiteira de Flor da Serra do Sul (mil litros)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; (vários anos) organização do autor.

Podemos visualizar através do gráfico XXVII, que, de 1996 a 2000, a produção sofreu queda de 19,72%; a partir de 2000, o cenário começa a mudar; de 2000 a 2008 a produção municipal cresceu 153,65%. No período todo (1996 - 2008), o crescimento foi de 103,63%. O gráfico XXVIII demonstrará a produtividade diária por cabeça.

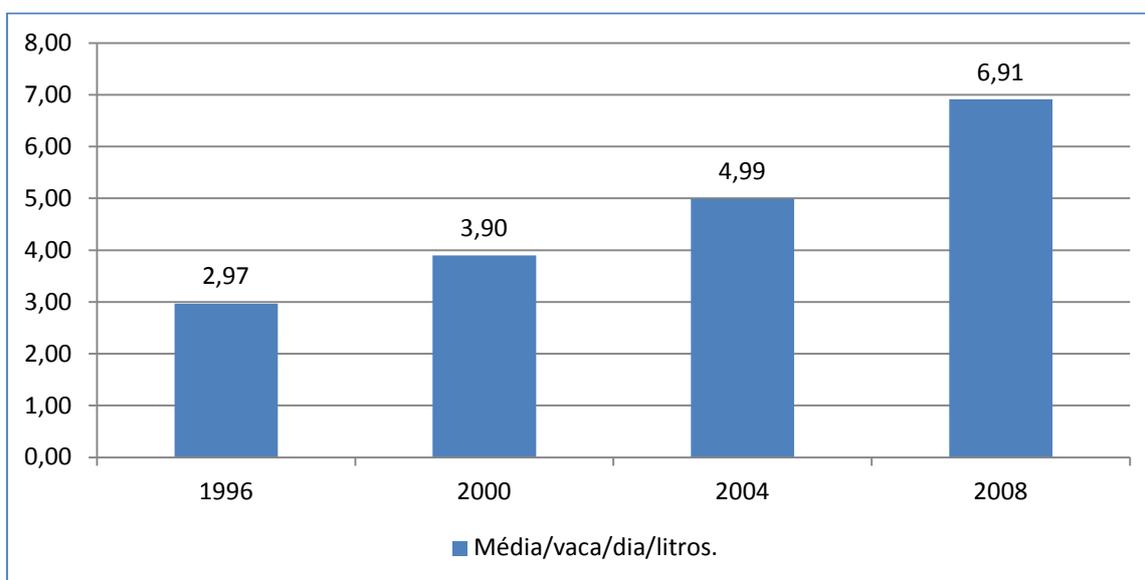


Gráfico XXVIII Média de produção leiteira diária por cabeça – de Flor da Serra do Sul/PR (em litros)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; (vários anos) organização do autor.

A média de produtividade apresentou melhora significativa durante o período analisado (1996 - 2008); o percentual de crescimento positivo foi de quase 4 litros (vaca/dia) na média geral de produtividade leiteira. Fica evidente, através destes dados, que os investimentos efetuados pelos agricultores familiares na atividade leiteira contribuíram para avanços na estrutura produtiva. O investimento, principalmente na compra de vacas, bastante comum quando se trata de **PRONAF** investimento, contribuiu para que houvesse, de certa forma, melhoramento genético do rebanho leiteiro e o resultado, sem dúvida, é o aumento da produtividade.

Temos um diagnóstico quantitativo da atividade leiteira referente às 03 comunidades entrevistadas durante a pesquisa de campo (2009/2010). Esse diagnóstico é demonstrado através do quadro IV; nele, veremos que a média, em cada comunidade pesquisada, não altera significativamente aos dados gerais do município como um todo coletado através do banco de dados do **IBGE** (2008).

Quadro IV Produção de leite nas comunidades de Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira

<b>Comunidade 01 (Rio Verde).</b>			
<b>Número de vacas por família</b>	<b>Litros/ mês</b>	<b>Média vaca/mês /litros</b>	<b>Média vaca/dia/litros</b>
7	1500	214,29	7,14
7	1500	214,29	7,14
17	3000	176,47	5,88
8	2000	250,00	8,33
4	400	100,00	3,33
6	1500	250,00	8,33
10	3500	350,00	11,67
14	6000	428,57	14,29
5	1200	240,00	8,00
9	4000	444,44	14,81
10	2000	200,00	6,67
8	2000	250,00	8,33
9	1500	166,67	5,56
16	8000	500,00	16,67
18	9000	500,00	16,6
Total geral	130	38.100	293,08
<b>Média geral</b>	<b>9,29</b>	<b>2.721</b>	<b>9,5</b>
<b>Comunidade 02 (Pedra Lisa)</b>			
<b>Número de vacas por família</b>	<b>Litros/ mês</b>	<b>Média vaca/mês /litros</b>	<b>Média vaca/dia/litros</b>
8	2000	250,00	8,33
7	1500	214,29	7,14
13	4000	307,69	10,26
12	3600	300,00	10,00
6	1500	250,00	8,33
8	3600	450,00	15,00
8	1200	150,00	5,00
20	7000	350,00	11,67
11	2000	181,82	6,06
20	5000	250,00	8,33
8	1000	125,00	4,17
10	2000	200,00	6,67
11	800	72,73	2,42
20	5600	280,00	9,33
10	2000	200,00	6,67
9	1000	111,11	3,70
5	560	112,00	3,73
7	1300	185,71	6,19
13	1400	107,69	3,59

Número de vacas por família	Litros/ mês	Média vaca/mês /litros	Média vaca/dia/litros
10	1000	100,00	3,33
7	800	114,29	3,81
8	1000	125,00	4,17
8	1500	187,50	6,25
10	1200	120,00	4,00
7	800	114,29	3,81
5	1200	240,00	8,00
12	2400	200,00	6,67
10	2500	250,00	8,33
Total geral	283	59.460	
<b>Média geral</b>	<b>10</b>	<b>2.123</b>	<b>7,00</b>
<b>Comunidade 03 (Altaneira)</b>			
Número de vacas por família	Litros/ mês	Média vaca/mês /litros	Média vaca/dia/litros
18	5000	277,78	9,26
4	1000	250,00	8,33
3	500	166,67	5,56
20	6000	300,00	10,00
4	800	200,00	6,67
6	1000	166,67	5,56
4	400	100,00	3,33
8	1500	187,50	6,25
9	3500	388,89	12,96
7	1000	142,86	4,76
10	1000	100,00	3,33
10	1000	100,00	3,33
7	2100	300,00	10,00
8	2000	250,00	8,33
Total geral	118	26.800	
<b>Média geral</b>	<b>8,43</b>	<b>1.914</b>	<b>6,98</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

A média geral da produtividade leiteira diária por cabeça de gado bovino ficou acima da média municipal apresentada através do gráfico XXVIII. Enquanto a média municipal, no ano de 2008, foi de 6,91 litros/vaca/dia, a comunidade de Rio Verde apresentou média de 9,5 litros por cabeça de gado, oscilando de acordo com o quadro especificado, com produtividade máxima de 16,67 litros/vaca/dia e mínima de 3,33 litros vaca/dia.

É importante apresentar o percentual da produtividade em separado e por níveis de produtividade pré-estabelecidos para a análise local (menos de 6 litros, acima de 6 litros, abaixo de 10 litros e acima de 10 litros vaca/dia), para termos uma noção mais clara da real

situação de classificação dos agricultores familiares que produzem leite nas comunidades em estudo, na tentativa de ir além da noção de produtividade de caráter geral. É necessário termos um diagnóstico mais detalhado para identificarmos o percentual de produtores que necessitam de amparo, principalmente técnico, com mais urgência.

Na comunidade 01 (Rio Verde), 20% dos produtores de leite apresentam produtividade abaixo dos 6 litros/vaca/dia; 46,66% dos produtores de leite com produtividade acima de 6 litros e, no máximo, 10 litros (vaca/dia); e 33,34% com produtividade acima de 10 litros (vaca/dia).

Na segunda comunidade (Pedra Lisa), a média geral é de 7 litros (vaca/dia), oscilando com o mínimo de 2,42 litros (vaca/dia) e produtividade máxima de 15 litros (vaca/dia). De acordo com os níveis de produtividade, 39,28% produzem menos de 6 litros vaca/dia; 42,85% acima de 6 litros, e no máximo, 10 litros vaca/dia. E, 17,87% dos produtores apresentam uma produtividade acima de 10 litros (vaca/dia).

Na terceira comunidade (Altaneira), está a menor produtividade, apresentando média geral de 6,98 litros (vaca/dia), oscilando em, no mínimo, 3,33 litros (vaca/dia) e máxima de 12,96 litros (vaca/dia). Os produtores da comunidade estão classificados de acordo com os níveis de produtividade em 43% apresentando produtividade abaixo dos 6 litros/vaca/dia; 50% com produtividade acima de 6 litros e no máximo, 10 litros (vaca/dia), e apenas 7% dos produtores de leite apresentam produtividade acima dos 10 litros (vaca/dia).

De acordo com os dados da pesquisa de campo, podemos afirmar que, para ocorrer avanços no poder competitivo da agricultura familiar, em decorrência do **PRONAF**, é preciso avançar na organização produtiva. A falta de assistência técnica aliada à baixa escolaridade dos agricultores são fatores que limitam o desenvolvimento das propriedades rurais em estudo.

Podemos observar, durante as entrevistas, a não existência de perspectivas futuras quanto a novas oportunidades de participação no mercado econômico para aumentar a taxa de lucro dos agricultores familiares, tendo em vista que as famílias desenvolvem atividades que possuem limitação da taxa de lucro, como soja, milho, fumo ou suíno. Uma das atividades que atualmente, está entre as de maior perspectiva de investimento, é a atividade leiteira e isso ficou demonstrado no quadro VI. A atividade leiteira, por apresentar remuneração mensal e resultado em curto prazo, é a de maior consumo dos recursos do **PRONAF** investimento também demonstrado no presente capítulo, entretanto apresenta sérios problemas tanto de manejo quanto do cultivo e de implantação de pastagens assim como a baixa qualidade do produto produzido.

Quadro V - Resultado de análise da qualidade de leite<sup>25</sup>

Produtores	Células Somáticas por (ml) *	Contagem Bacteriana por (ml) **
1	278.000	1.817.000
2	724.000	1.147.000
3	549.000	337.000
4	399.000	609.000
5	1.692.000	5.797.000
6	715.000	511.000
7	1.070.000	348.000
8	580.000	1.722.000
9	323.000	2.652.000
10	568.000	3.503.000
11	728.000	1.231.000
12	333.000	379.000
13	285.000	2.759.000
14	440.000	847.000
15	754.000	8.101.000
16	325.000	6.204.000
17	318.000	1.478.000
18	233.000	4.875.000
19	1.129.000	1.050.000
20	188.000	2.873.000
21	785.000	4.124.000
22	1.434.000	4.793.000
23	505.000	1.731.000
24	656.000	755.000
25	282.000	210.000
26	1.112.000	350.000
27	772.000	1.485.000
28	517.000	3.536.000
29	551.000	3.168.000
30	815.000	303.000
31	570.000	4.323.000
32	774.000	1.190.000
33	448.000	3.778.000
34	264.000	308.000
Média Geral	621.059	2.302.765

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Alfa (resultado dos meses 04 - 05 e 06 de 2009).

\* - Até 600.000 está dentro dos índices estabelecidos pela Normativa 51.

\*\* - Até 500.000 está dentro dos índices estabelecidos pela Normativa 51.

<sup>25</sup> Para saber mais a respeito dos índices de qualidade de leite, é preciso acessar [WWW.AGRICULTURA.GOV.BR](http://WWW.AGRICULTURA.GOV.BR) e consultar a Normativa 51, datada de 18 de setembro de 2002, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, anexo IV, que determina índices máximos de qualidade do leite cru tipo B, oriundo das propriedades rurais em todo o território nacional.

O quadro V diz respeito a 34 (trinta e quatro) análises da qualidade de leite dos agricultores familiares do município de Flor da Serra do Sul fornecido pela Cooperativa Agroindustrial Alfa. Alguns produtores fazem parte da base empírica das comunidades pesquisada, outros pertencem a outras comunidades do município. O quadro demonstra que a média geral da contagem das células somáticas resultou em 621.059/ml, significa que esses agricultores possuem média superior em 3,5% acima do índice máximo determinado pela normativa 51. Porém é preciso esclarecer que mesmo assim, em alguns casos, a situação é preocupante em decorrência de existirem produtores rurais com índices superiores a 1 milhão de células somáticas/ml, embora 58,8% apresentem índices abaixo da determinação oficial.

Em relação à contagem bacteriana, o resultado é mais preocupante se comparado com a contagem das células somáticas; ou seja, a média geral 2.302.765 ultrapassa 360,5% em relação aos índices estabelecidos pela normativa 51, aparecendo um resultado com índice superior a 8 milhões de bactérias/ml. Apenas 23,5% dos produtores analisados apresentaram índices abaixo do estabelecido pela referida normativa, e 64,7% apresentaram índices acima de 1 milhão de bactérias/ml.

### 3.9.2 Assistência técnica

Como já argumentado a assistência técnica é fator importante tanto na organização do sistema produtivo quanto no desenvolvimento da própria agricultura familiar. O gráfico a seguir mostrará o perfil da assistência técnica encontrada na área de estudo.

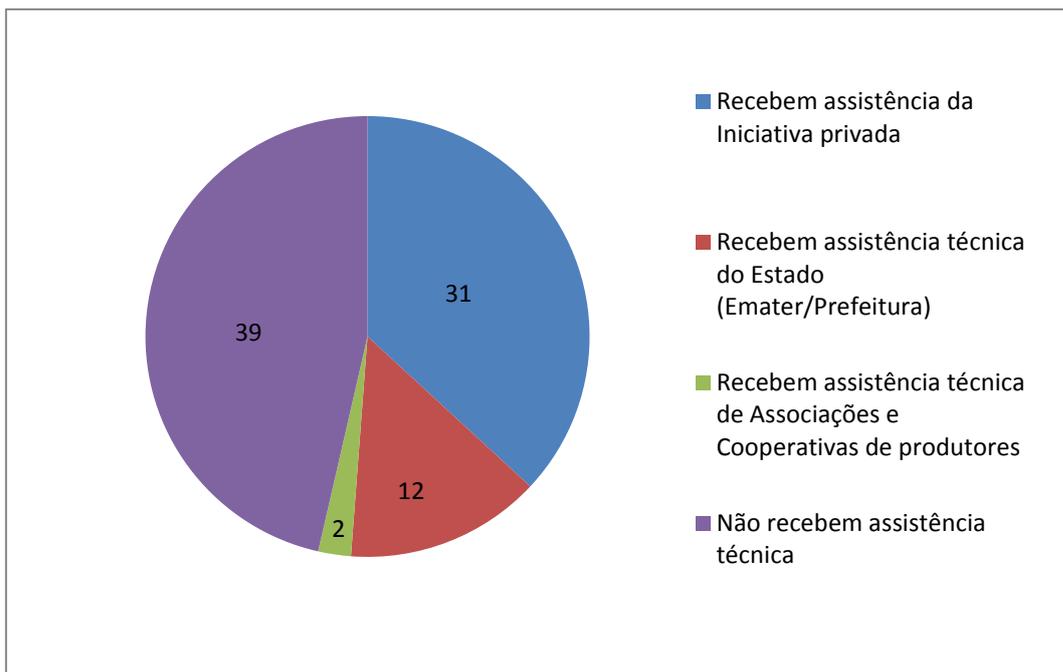


Gráfico XXIX Perfil da assistência Técnica em Rio Verde, Pedra Lisa e Altaneira (por família)

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

Os resultados da pesquisa de campo indicam que 46,42% das famílias que não recebem nenhuma assistência técnica. A maior parcela das famílias recebe assistência técnica da iniciativa privada (36,94%) que, na grande maioria das vezes, tem apenas interesse em vender os produtos agroveterinários aos agricultores familiares, conforme afirmado pelos próprios agricultores familiares entrevistados. A assistência técnica proveniente do Estado chega a apenas 14,2% das famílias.

A deficiência quanto à assistência técnica é um sério problema podendo limitar o poder de competitividade da agricultura familiar diante do mercado capitalista. Conforme constatamos na pesquisa de campo, além de existir uma população de agricultores familiares com baixa escolaridade, ainda convivemos com a falta de acompanhamento e de trabalhos (na parte) da extensão rural na agricultura familiar. (na base empírica pesquisada). A assistência técnica é crucial para fortalecer o processo de otimização dos recursos financeiros do **PRONAF** investidos na agricultura familiar; os próprios mediadores locais do **PRONAF** admitiram que conseguem apenas prestar assistência para algumas atividades que requer laudo técnico para comprovação de capacidade de pagamento, ou seja, não há assistência técnica para projetos estruturantes para a agricultura.

Já faz algum tempo que a **CRESOL** de Francisco Beltrão não libera nenhum financiamento sem antes ter o laudo de viabilidade econômica, ou seja, o pré-laudo, para ver se a propriedade apresenta viabilidade econômica, principalmente na atividade de leite, a gente analisa se o produtor tem condições de acrescentar mais vacas na propriedade, ou elimina aquelas de pior qualidade e investe em pastagem; nesse caso, a gente até consegue dar uma assistência, mas nas outras linhas a de custeio, por exemplo, a cooperativa não tem Mão de obra suficiente para efetuar esse trabalho, está em discussão nas cooperativas em terceirizar<sup>26</sup> a assistência técnica. (Vilmar Vandresen, Outubro de 2009)

Em entrevista no dia 15.04.2010, Sergio Luiz Carniel<sup>27</sup>, Técnico Regional da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Francisco Beltrão/PR admitiu que o trabalho num sentido mais direto como os agricultores, não vem sendo feito como em décadas passadas. O técnico afirmou que o trabalho de assistência continua sendo feito, mas não aparece a própria **EMATER** na atualidade, possui boa estrutura de pesquisa, porém há falta de profissionais e o fato de os produtores raramente procurarem a agência de extensão rural do Estado para resolver seus problemas, impedem que o trabalho técnico da empresa do Estado seja mais aproveitado; na maioria das vezes, os agricultores familiares preferem procurar a empresa privada para solucionar seus problemas.

Em entrevista Helio João Arsego<sup>28</sup>, (técnico da **EMATER** de Flor da Serra do Sul) afirmou que a equipe técnica do município é suficiente apenas para prestar serviço de atendimento emergencial, pois não possui condições para assumir projetos de maior envergadura em termos de planejamento produtivo na agricultura familiar. O gráfico XXX demonstrará o perfil da assistência técnica por comunidade pesquisada.

---

<sup>26</sup> Em Entrevista, Vanderlei Ziger (07.12.2009), Presidente da BASER Cresol de Francisco Beltrão/PR, esclareceu que essa terceirização da assistência técnica está em discussão, não significa que será repassada a alguma empresa privada apenas para usufruir dos 2% do valor financiado na agricultura; será criada uma cooperativa de assistência técnica assim como existe a de crédito, mas com uma dinâmica específica de trabalho.

<sup>27</sup> Informação oral obtida de Sergio Luiz Carniel Engenheiro Agrônomo da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Francisco Beltrão PR.

<sup>28</sup> Informação oral obtida de Helio João Arsego Técnico em Agropecuária responsável pela extensão rural, da EMATER/PR no município de Flor da Serra do Sul.

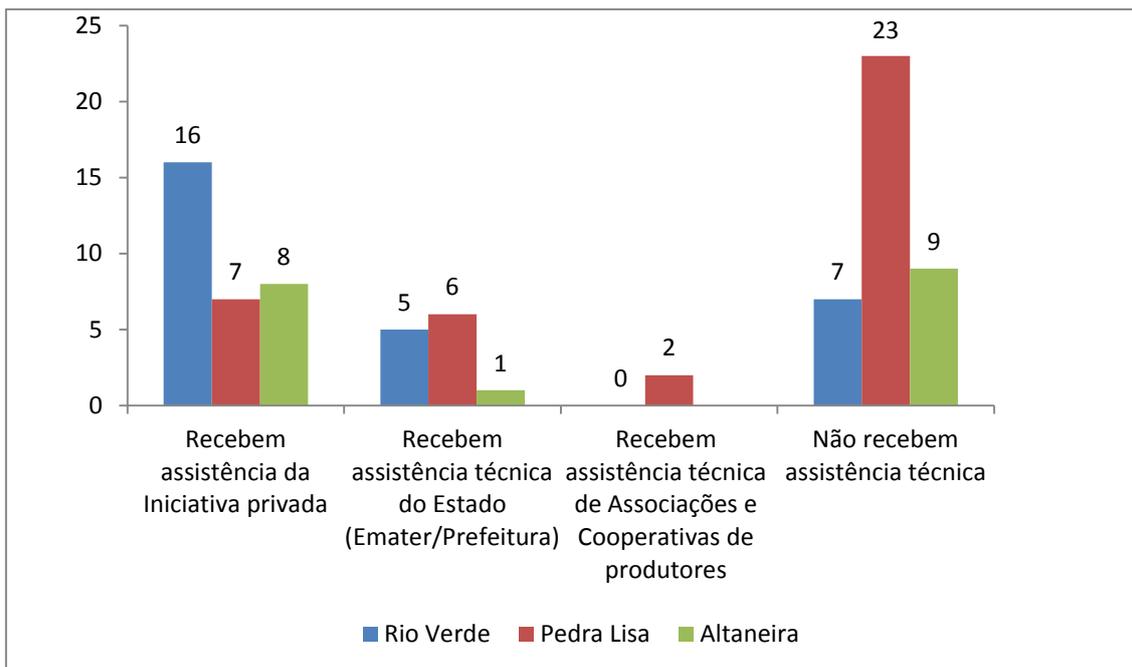


Gráfico XXX Perfil da assistência técnica (por comunidade e família)

Fonte: Pesquisa de Campo (2009/2010); organização do autor.

O gráfico XXX mostra o perfil da assistência técnica por comunidade; segundo os dados, a comunidade de Rio Verde é a que mais recebe assistência técnica, ou seja, 75% das famílias de agricultores familiares recebem assistência técnica da iniciativa privada e do Estado. Na comunidade de Altaneira, 50% das famílias recebem assistência técnica da iniciativa privada e do Estado.

No entanto, a comunidade de Pedra Lisa, que possui a menor renda por família e per capita, é a que apresentou maior percentual de famílias que não tem acesso à assistência técnica, ou seja, 60,5% das famílias entrevistadas. A comunidade apresenta porém, o maior índice de assistência técnica prestado pelo Estado, chegando a 40% das famílias; as famílias da comunidade de Rio Verde recebem 23,8% de assistência técnica proveniente do Estado e as famílias da comunidade de Altaneira apenas 11,11%.

Em relação ao perfil da assistência técnica, existe uma explicação lógica para onde a comunidade de Rio Verde; a assistência técnica da iniciativa privada é predominante justamente pelo fato de a renda das famílias ser superior, atraindo a iniciativa privada para realizar trabalhos de acompanhamento agropecuário. O fator mais preocupante, pensando estruturalmente a agricultura familiar, é o fato de que a comunidade de Pedra Lisa, aquela que necessitaria de maior acompanhamento técnico, é a que está mais abandonada.

### 3.9.3 Planos de investimento produtivo e de consumo nas propriedades rurais

Sempre morei neste buraco do diabo; fui embora algumas vezes, mas sempre acabo voltando. Tatu que é do mato não se acostuma com cimento. Moro aqui faz 40 anos, ganhei a terra de herança, vou plantar alguma coisa até me aposentar depois vou abandonar tudo o que for de lavoura. Tinha algumas vacas, mas vendi até os tarros pra não me incomodar. No máximo, poderei construir uma casa nova para morar. (Produtor rural da Linha Pedra Lisa, comentando seus planos de investimento na propriedade)

Os investimentos produtivos e de consumo que poderão ocorrer, nos próximos anos, na agricultura familiar das comunidades de Rio Verde, Altaneira e Pedra Lisa estão no quadro V, ficando demonstrado que há uma grande variação de planos de investimentos nas propriedades rurais, apresentando certa complexidade em termos de definição de uma linha de ação do Estado para atender e discutir políticas de investimentos.

## Quadro VI Planos de investimentos

<b>COMUNIDADE 01 (RIO VERDE)</b>	
Planos para investimentos na propriedade	Famílias
Comprar trator	1
Vender a propriedade e ir morar na cidade	3
Investir em reflorestamento	1
Sem planos nenhum	5
Investir na atividade leiteira	4
Construir uma casa nova	6
Comprar máquinas novas e investir na atividade leiteira	1
Apenas manter a estrutura existente	3
Continuar cultivando a propriedade, mas morar na cidade	1
Diminuir as atividades, mas continuar morando na propriedade	1
Melhorar a Infra estrutura da atividade leiteira e construir casa na cidade	1
Continuar investindo na produção de grãos	1
<b>Total de famílias entrevistadas</b>	<b>28</b>
<b>COMUNIDADE 02 (PEDRA LISA)</b>	
Planos para investimentos na propriedade	Famílias
Manter a estrutura existente e comprar um carro	2
Investir mais na atividade leiteira e reflorestamento	2
Investir na atividade leiteira e reformar a casa	4
Reformar a casa	2
Apenas manter a estrutura existente	3
Construir uma casa nova	4
Investir em máquinas e equipamentos e melhoramento genético e aumento do gado leiteiro	10
Sem planos nenhum	7
Investir na avicultura	1
Vender a propriedade e morar na cidade	2
Comprar implementos agrícolas (plantadeira)	1
<b>Total de famílias entrevistadas</b>	<b>38</b>
<b>COMUNIDADE 03 (ALTANEIRA)</b>	
Planos para investimentos na propriedade	Famílias
Comprar um trator e investir em reflorestamento	1
Investir em máquinas e equipamentos e melhoramento genético e aumento do gado leiteiro	1
Sem planos nenhum	5
Comprar um trator e aumentar a área de produção de grãos	1
Comprar um trator e melhorar a genética do gado leiteiro	1
Investir em correção de solo e aumentar o plantel do gado leiteiro	1
Reformar a casa	2
Comprar um carro	1
Manter a estrutura existente e melhorar a genética do gado leiteiro	1
Montar um sistema de irrigação na pastagem	1
Construir uma casa nova	2
Deixar de produzir fumo para produzir cachaça	1
<b>Total de famílias entrevistadas</b>	<b>18</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2009/2010); organização do autor.

Através do quadro V, constatamos que os planos de investimento, na comunidade de Rio Verde, destacam para a construção de moradia, investimento na atividade leiteira e venda da propriedade para morar na cidade. Na comunidade de Pedra Lisa, o maior destaque é para máquinas, equipamentos e melhoramento genético do gado leiteiro, seguido de construção e reforma de moradias. A comunidade de Altaneira destaca-se na construção e reforma das moradias.

Chama atenção altos índice de famílias com baixa motivação para fazer investimento nas propriedades rurais. O percentual geral, nas 03 comunidades, chega a 20,23% das famílias entrevistadas, atingindo na comunidade de Altaneira, o percentual de 30% das famílias; 18%, na comunidade de Pedra Lisa e 17,85%, na comunidade de Rio Verde.

Durante as entrevistas, ficou evidente que a maior parte dessas propriedades para as quais não há nenhum plano de investimentos são de aposentados que não querem mais investir por medo de dívidas, ou onde existem membros da família que recebem aposentadorias, ou é do filho (a) que ficou na propriedade com o compromisso de cuidar dos pais aposentados, e por isso não tem interesse em fazer investimentos, ou seja, a renda proveniente de fontes “não agrícola” oferece segurança financeira fazendo com que possíveis investimentos nas propriedades deixem de ocorrer.

### CONCLUSÃO DO III CAPÍTULO

Os dados da pesquisa de campo expostos no presente capítulo demonstraram que **PRONAF** foi uma importante política de crédito que alterou qualitativamente a vida de muitos agricultores familiares; a política de crédito do programa é bem aceita por significativa parcela de agricultores familiares, tornando-se indispensável para a gestão das propriedades rurais pesquisadas.

A estrutura produtiva da agricultura familiar, porém, convive com algumas deficiências que limitam maior otimização dos recursos financeiros do **PRONAF** investidos na agricultura familiar. Não podemos qualificar o **PRONAF** como um programa que proporcionou um aumento significativo de renda na agricultura familiar de um modo geral. Não há dúvidas que o **PRONAF** é um programa indispensável para proporcionar liquidez financeira para a agricultura familiar, mas aumento da renda está proporcionando apenas para determinada parcela de agricultores com maior índice de modernização e integração no mercado.

Mesmo assim, não pode ser desconsiderado o mérito do programa em relação ao acesso financeiro de uma parcela significativa de agricultores familiares que, em fase anterior ao **PRONAF**, não possuíam acesso a financiamentos de forma acessível como na atualidade. O que precisa ser trabalhado são políticas de caráter estruturantes que resolvam alguns problemas que a financeirização da agricultura familiar não conseguiu resolver, pois, para aumentar a competitividade da agricultura familiar, é preciso ampliar o poder econômico desses produtores rurais e essa não é apenas uma luta econômica com o mercado capitalista, mas uma luta política que foi iniciada com a institucionalização do **PRONAF**. É inegável a importância da política de crédito do **PRONAF**, no aumento do número de agricultores familiares que desenvolveram maior capacidade econômica.

## CAPÍTULO IV

### O PAPEL DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS CONTRADIÇÕES

#### 4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS BASES POLÍTICAS NO ACESSO AO CRÉDITO

O objetivo do presente capítulo é analisar a ação da principal política pública de crédito agrícola envolvendo a agricultura familiar (**PRONAF**). Nesse contexto, indagamos:

O **PRONAF** pode ser considerado uma política que se concretizou graças à ação dos setores e entidades representativas da agricultura familiar?

Qual o papel do cooperativismo de crédito no processo de financeirização da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná? O **PRONAF** oferece condições concretas para que ocorram mudanças estruturais na agricultura familiar? Qual o potencial e limite de expansão do programa?

Se há a tendência de enquadrar, cada vez mais, mutuários com maior capacidade de pagamento, esse fato poderá fazer com que enfraqueça o poder político de acesso ao crédito dos agricultores familiares com menor poder de pagamento às instituições financeiras? O **PRONAF** carece de políticas com medidas de cunho vertical para resolver alguns problemas que a universalização financeira proporcionada pelo programa não conseguiu resolver? Podemos considerar que estamos vivendo a chamada “falência do **PRONAF**”?

Para analisar a dinâmica do **PRONAF**, foram realizadas 07 (sete) entrevistas com alguns mediadores que trabalharam na atualidade na gestão e pesquisa das políticas públicas na agricultura.

O critério adotado para as entrevistas com os mediadores consistiu em diversificar os entrevistados que atuam sob diferentes esferas e departamentos para que houvesse coerência com o principal objetivo de discutir e tentar compreender a sua dinâmica e algumas contradições existentes nas políticas públicas para a agricultura.

Foram entrevistados como representantes dos mediadores locais do **PRONAF**; Christophe Gabriel de Lannoy (16/10/2009), Engenheiro Agrônomo, Mestre em Sociologia Agrícola, Superintendente da Cooperiguação de Francisco Beltrão/PR, filho de pais belgas, nascido na Nigéria, veio para o Sudoeste do Paraná, em 1982, para atuar na **ASSESSOAR** na formação agrícola / tecnologia, tendo participação importante no processo de formação e desenvolvimento do Sistema Cresol.

Vilmar Vandresen (19/10/2009), produtor rural atual presidente da **CRESOL** de Francisco Beltrão PR, membro importante no processo de formação e desenvolvimento do Sistema **CRESOL** no Sudoeste do Paraná.

Vanderlei Ziger (07/12/2009), atual Presidente da **BASER/CRESOL** de Francisco Beltrão, Vice Prefeito do município de Coronel Vivida/PR, membro representativo do **SNC** (Sistema Nacional de Crédito), representa o **CONTRAF** em nível nacional e **SEDRAF** em nível de Estado do Paraná. Foi membro importante na formação e desenvolvimento do sistema Cresol.

Nevaldo Oliboni (04/11/2009), produtor rural, liderança local desde a década de 1990, iniciou a caminhada nos movimentos sociais, representando os movimentos estudantis do Sudoeste paranaense; é o atual Coordenador Geral da **FETRAF** Sul do Estado do Paraná.

Representando o Governo foi entrevistado:

Reni Antonio Denardi (04/11/2009) da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrária no Paraná - **DFDA- PR**, atual delegado Federal do **MDA**, com passagem importante no **DESER**, há muitos anos trabalhando em departamentos do Estado frente às políticas públicas da agricultura.

Representando a esfera dos pesquisadores, foram entrevistados:

Marcos Antonio de Oliveira (02/10/2009), “Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2008), técnico em economia e pesquisador do **DESER**, professor do Ensino Médio da Secretaria do Estado e da Educação do Paraná, atua principalmente nos temas de fundamentos econômicos, mundo do trabalho, mercados agrícolas, agricultura familiar, movimentos sociais, educação formal e não formal e epistemologia” (Currículo Lattes 2010).

José Sidnei Gonçalves (entrevista on-line no dia 10/12/2009), “Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, **UNICAMP** (1997), pesquisador científico do VI Instituto de Economia Agrícola (**IEA**), da agência paulista de tecnologia dos agronegócios (**APTA**), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; tem experiência na área de economia aplicada à agricultura, com ênfase na análise do desempenho setorial e políticas públicas à luz da teoria econômica e de história econômica, atuando principalmente nos temas: desenvolvimento econômico, orçamento público, instrumentos de políticas governamentais, competitividade setorial, progresso técnico e estrutura de mercado e formação de preços” (Currículo Lattes 2010).

As entrevistas, exceto a de José Sidnei Gonçalves, que foi on-line, foram gravadas com a devida autorização dos entrevistados; em seguida, redigidas na íntegra e impressas para que pudessem ser analisadas. O questionário aplicado durante as entrevistas não foi padronizado como nas entrevistas de campo com os produtores rurais e apresentado no Capítulo III. As questões propostas sofreram, ao longo do tempo, certo amadurecimento; à medida que ocorriam as entrevistas, surgiam outras dúvidas e uma entrevista acabava complementando a outra; isso em decorrência das entrevistas terem sido realizadas com pessoas de diferentes esferas de atuação.

As questões, de modo geral levantadas com os entrevistados, consistiram em:

- 1- Trajetória pessoal do entrevistado diante das políticas públicas.
- 2- Balaço da situação da agricultura familiar antes e depois da chegada do crédito do **PRONAF**.
- 3- O cooperativismo de crédito e sua relação com o **PRONAF**.
- 4- Méritos e problemas do **PRONAF**.
- 5- Questão política do **PRONAF** e a agricultura familiar.
- 6- alterações no sistema de enquadramento do **PRONAF** com possível tendência de haver um programa com mais recursos, porém com menos mutuários.
- 7- Quanto ao limite de abrangência e expansão do **PRONAF**.
- 8- Vivemos a “falência” ou o desenvolvimento do **PRONAF**.
- 9- Medida para haver maior durabilidade do **PRONAF**.
- 10- Tendências para os critérios de enquadramento do **PRONAF**.

Inicialmente, é preciso lembrar que, durante os anos de 1980, o país conviveu com a crise de recursos financeiros para a agricultura, tanto para custeio quanto para investimentos; a partir de 1996, com o surgimento do **PRONAF**, a agricultura familiar passou a receber também incentivos financeiros, havendo ampliação do foco de investimentos na política de crédito.

Portanto, com a institucionalização do **PRONAF**, a indústria que produz mercadorias para a agricultura consumir, acabou beneficiando-se com o aquecimento da economia interna pelo aumento da circulação dos recursos do **PRONAF**, criando novas oportunidades de crescimento econômico; primeiro, pela liquidez financeira gerada pela liberação dos recursos; segundo, por esse processo de inclusão de milhões de famílias no sistema financeiro, ao ser disponibilizado recursos financeiros de maneira crescente, principalmente a partir dos anos 2000. A economia interna do setor agroindustrial, que atende

as necessidades de consumo da agricultura, passou a conviver com uma crescente demanda proporcionando, dessa maneira, crescimento industrial.

O processo de inclusão de agricultores no sistema de acesso ao crédito, surge, de certa forma com a ação estratégica dos próprios agricultores familiares, podendo ser considerado processo anterior à relação liquidez financeira na economia versus crescimento da indústria. Em meados da década de 1990, ocorreram inúmeras ações concretas em relação ao acesso a recursos públicos para atender a demanda por recursos. O **PRONAF** não pode ser interpretado a partir de algumas situações específicas, ou seja, como um fator determinante próprio do modo de produção capitalista, através de uma relação restrita entre produtores rurais e o setor agroindustrial; é preciso considerar a história em sua totalidade.

Os resultados empíricos da pesquisa de campo (2009/2010) apresentados no capítulo III demonstraram que o **PRONAF** tornou-se uma opção indispensável para concessão de crédito para investimentos na agricultura familiar daqueles agricultores entrevistados. Ao mesmo tempo, o **PRONAF** vive contradições que dificultam resultados ainda mais viáveis para a agricultura familiar.

Esse fato pode ser interpretado por ocorrer, de um lado, uma significativa disponibilidade financeira para investimentos e estímulo ao consumo tecnológico produzido pela indústria; por outro, há sérios problemas na base da agricultura familiar, como a falta de assistência técnica, planejamento, mercado restrito para as mercadorias produzidas. Falta ainda ação estratégica do próprio Estado para organizar a produção familiar, criando novas oportunidades de desenvolvimento pois no que diz respeito ao planejamento estratégico da produção, atualmente, a principal esfera de comando é a iniciativa privada.

É preciso ressaltar que, apesar de existir a atual dinâmica capitalista altamente rentável para a estrutura econômica, não podemos apostar como “verdade absoluta” que havia em seu processo embrionário, essa visão panorâmica em relação às novas oportunidades de crescimento econômico que o **PRONAF** poderia proporcionar.

Pois apesar disso foi necessária ação política das bases representativas nas esferas superiores do legislativo brasileiro para oficializar o **PRONAF**; ou seja, no seu aspecto inicial de expansão da política do **PRONAF**, os agricultores sofreram muita resistência por parte das instituições financeiras pelo fato de não possuírem identidade financeira. Esse processo acabou ocorrendo durante seu desenvolvimento.

O desenvolvimento político envolvendo o **PRONAF**, em seu processo de negociações, atraiu representação política no próprio Congresso Nacional em defesa da categoria. O fato de haver reivindicação de acesso ao crédito para a agricultura familiar, ou

seja, para que o programa atendesse a demanda da agricultura familiar acabou ocupando espaço nas discussões, nos movimentos sociais dentro do sindicalismo brasileiro, nas questões relacionadas ao espaço agrário. É preciso considerar que a agricultura familiar, apontada como força política, desenvolve-se justamente por criar demanda de crescimento econômico.

Para tornar visíveis essas demandas e as novas questões colocadas no interior do sindicalismo, além da ação local, tiveram importância as grandes mobilizações nacionais, como é o caso dos “Gritos da Terra”, cujo principal interlocutor tem sido o Estado. A mobilização de trabalhadores de diversos pontos do país, trazendo-os para as ruas, realizando ocupações de órgãos públicos, busca-se uma forma espetacular de apresentação/ negociação de demandas com o Estado, mas também apoio da sociedade para suas propostas. A força dos “gritos” tem sido atribuída, pelos sindicalistas, uma série de medidas entendidas como do interesse dos agricultores, como é o caso do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (**PRONAF**), aumento de recursos para o Procefa, medidas de agilização das aposentadorias rurais, etc. (MEDEIROS, 2001, p. 118)

O fato apontado, fez com que houvesse alterações na estrutura de ação sindical no espaço rural, enquanto, nas décadas anteriores à de 1990, o processo de luta era principalmente o “acesso à terra”, com forte luta por reforma agrária, na tentativa de resolver os problemas sociais e econômicos do país. A partir da década de 1990, o próprio **MST** percebeu a viabilização econômica de alguns assentamentos rurais, graças a investimentos na produção passaram a considerar o Estado como estratégia para viabilizar o espaço rural e não apenas para garantir a sobrevivência do público envolvido tentou inserir os agricultores socialmente para que, com isso, tivessem acesso a recursos financeiros, viabilizando sua estrutura produtiva. Conforme afirma Medeiros (2001, p, 121) “Dessa forma, abandonou-se a posição típica dos chamados novos movimentos sociais dos anos 80, de ficar de costas para o Estado, passando a olhar para este como gestor de recursos que são públicos e, como tal, passíveis de disputa pelos diferentes segmentos da sociedade”.

Essa posição, diferente da tomada pelos movimentos sindicais, acabou criando e viabilizando espaços para negociações, para reivindicar propostas da agricultura familiar junto aos órgãos do governo. Atendendo, em parte, essa demanda, as políticas públicas de crédito agrícola receberam direcionamento parcial do volume de recursos para atender o contingente de pequenos agricultores familiares.

O desenvolvimento econômico gerado pela ação do crédito no espaço agrário, no sentido de socializar o desenvolvimento tecnológico nas propriedades rurais, foi importante no contexto geral da agricultura familiar, contudo, para oficializar o acesso ao **PRONAF**, foi

necessário força e poder político representativo para garantir espaço. Numa realidade concentradora do crédito de caráter público em que convivemos desde o início da história agrária brasileira.

Em entrevista, Lannoy (2009) afirmou que a discussão entre política e tecnologia sempre foi difícil; interessava-lhe na década de 1980, quando chegou ao Brasil para trabalhar com formação agrícola no Sudoeste paranaense, queriam fazer a revolução e não apenas reformismo. Segundo Lannoy, a visão política, tanto na esquerda quanto na direita, era de que a pequena propriedade estava com seus dias contados. “A diferença era que enquanto a esquerda propunha o que se chama de coletivização, a socialização dos meios de produção, a direita pregava o que se chama de política compensatória, uma política assistencial para amenizar o problema da extinção desses pequenos agricultores”.

O processo de construção de uma base política para o crédito rural no Sudoeste do Paraná deve-se muito à articulação política de algumas entidades como: **ASSESSOAR**, **CPT**, **CNBB**, **CRAPA** (atual **COOPAFI**), **MST** e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essas entidades segundo Lannoy começaram a trabalhar com recursos de um fundo Rotativo oriundo da Alemanha que era administrado pela Assessoar.

Segundo Ziger (2009), a experiência do Fundo Rotativo, vivenciado no período de 1989 até 1994, foi importante, pois esse acesso financeiro vindo dos alemães, nesse período de 5 anos, teve acompanhamento quanto à utilização desses recursos emprestados aos produtores, de forma coletiva e grupal, entre 5 a 10 famílias.

O pagamento desse crédito adquirido ocorria em forma de conversão em sacas de produtos, processo oportuno devido ao período inflacionário em que vivia a economia brasileira. Esse Fundo Rotativo deu origem ao Sistema de Cooperativa de Crédito do Sistema **CRESOL**.

A necessidade de implantação de um sistema financeiro para operar crédito foi na verdade, uma medida legal exigida pelo Banco Central. Durante as entrevistas com os mediadores locais que acompanharam de perto o processo de inserção ao crédito dos pequenos agricultores familiares, eles afirmaram que a **ASSESSOAR**, por ser uma **ONG**, não estava mais autorizada a operar crédito; a criação de uma instituição financeira de uma Cooperativa de Crédito seria a solução legal.

O distanciamento da Agricultura Familiar no processo de “Financeirização da Agricultura” era uma barreira a ser vencida. Segundo Lannoy (2009), “o grande desafio da época era como emprestar dinheiro para quem era considerado inviável”. A segurança financeira de possuir garantias de recebimento do valor emprestado pelo Banco ao agricultor é

importante para garantir a liquidez da Instituição, financeira, no sentido de dar sequência ao ciclo de transações, viabilizando outros projetos de investimento local.

A realidade das propriedades rurais no Sudoeste do Paraná, na década de 1980, de acordo com Lannoy (2009), era de muita carência em termos de garantias para oferecer às instituições financeiras para obtenção de crédito, não existia uma agricultura diversificada como na atualidade. O que não se analisava, porém, era o potencial ocioso que a região apresentava, quanto à aplicação de recursos financeiros, em criar condições viáveis para a participação na financeirização da agricultura.

Então, financiar um modelo de agricultura familiar daqueles era como enxugar gelo. Mas o fato é que se operou o sistema de crédito; no início, era grande o índice de inadimplência, por isso é que se cria o cooperativismo de crédito, justamente para facilitar o processo de cobrança. Porque todos nós sabemos que se emprestarmos dinheiro para um sujeito que você não pode cobrar dele, o processo todo se desmoraliza, então como na Cooperativa de crédito, ocorre certa pressão quanto a isso; aí é que vem a grande questão do **PRONAF**, quando se conseguiu criar a primeira cooperativa de crédito da **CRESOL** que, por sinal, coincidiu com a emergência do **PRONAF**. Aí é que foi dado o grande salto, porque as cresóis foram pensadas para trabalhar em parcerias com o Banco do Brasil, para se ter uma estrutura horizontal e não vertical que assegurasse a capilaridade ao Banco do Brasil, que permitisse um atendimento personalizado aos agricultores, enfim, para que aqueles agricultores pudessem se apresentar ao gerente do **BB** como realmente uma pessoa importante, e não simplesmente como diziam na época o Banco do Brasil “lá vem vocês com essas operações onerosas”. (Dados de entrevista com Christophe de Lannoy, outubro de 2009)

Para a inserção dos agricultores familiares no mercado financeiro, há regras de enquadramento que são processos burocráticos necessários que o mutuário precisa preencher. Percebemos, através do conteúdo da entrevista, que havia muita desconfiança por parte das instituições financeiras quanto à liberação do crédito a esse público da agricultura familiar, que se encontrava sem poder de pagamento. O Banco do Brasil não tinha interesse em operacionalizar esses projetos que, normalmente, eram de baixo valor, pois o processo burocrático era igual à de um projeto de maior valor normalmente operacionalizado para produtores com maior índice de capitalização e, até considerado pela instituição financeira como mais seguro, com clientes devidamente selecionados.

Não havia um amadurecimento por parte das instituições financeiras e do mercado sobre a real possibilidade de ramificação que o **PRONAF** poderia proporcionar à economia local. Era uma etapa que precisava ser vencida, ou seja, inserir esses agricultores no mercado

financeiro para, então, mantê-los e tentar resolver alguns problemas ocasionados por falta de crédito na tentativa de desenvolver suas atividades produtivas.

Em entrevista, Oliboni (2009) – uma das lideranças de movimentos sociais da região e que fez frente ao processo de reivindicação do acesso ao crédito pelos agricultores que se encontravam isolados do sistema financeiro – afirma que o **PRONAF** acabou desencadeando um processo diferente do que existia antes da atuação do programa na agricultura, tanto no acesso a recursos para fins de custeio agrícola, com juros subsidiados e com sistema de rebate, quanto para investimentos no sistema produtivo desses agricultores beneficiários.

O **PRONAF**, de acordo com Oliboni, proporcionou ao agricultor maior poder de organização da produção, investindo principalmente na atividade leiteira, na compra de vacas de melhor qualidade produtiva, melhoramento das instalações, e até mesmo, a instalação de pequenas agroindústrias para a produção de mercadorias; isso tudo proporcionou maior qualidade de vida aos agricultores inseridos no sistema financeiro do **PRONAF**.

Durante a entrevista, Oliboni, faz uma análise de sua atuação frente às políticas públicas na agricultura e afirma que o acesso ao crédito do **PRONAF** não foi um processo voluntário em que o Estado burguês resolve inserir os agricultores familiares no sistema financeiro na tentativa de fortalecer a base produtiva dando mais oportunidade de melhoramento da qualidade de vida desses agricultores. Havia em meados da década de 1990 uma efervescência muito grande da atuação dos movimentos sociais no campo.

Sem dúvida, eu lembro que, na época meu pai tinha muitas dificuldades mesmo tendo 27 hectares de área; a dificuldade era enorme para ir até o banco e adquirir financiamento ,e quando se conseguia financiamento havia muita dificuldade para pagar o empréstimo, pois os juros eram muito elevados, sem contar que o tratamento para com os agricultores familiares era difícil. Particpei de todo o processo de organização e reivindicação dos agricultores que, na época, lutavam por crédito diferenciado; o movimento sindical cutista que, em nossa região... eu me lembro disso através dos sindicatos; fazíamos parte do departamento rural da **CUT** que, depois deu origem à criação da **FETRAF**; nós já participávamos de vários seminários de audiências em busca de um programa diferenciado de crédito, então foi criado o **PROVAP**, que foi o primeiro módulo e logo em seguida ocorreu à criação do **PRONAF**. Então, o **PRONAF** foi uma conquista dos movimentos sociais é claro, juntamente com outras organizações; muitas **ONGS**, na época participaram, dando origem a várias cooperativas que acabaram, de certa forma, organizando para que houvesse a aplicação mais correta possível desse crédito conquistado. Eu tive a oportunidade, na época, de acompanhar o quadro de associados das cooperativas de Nova Prata do Iguazu e (depois) como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais participei também do encontro da agricultura familiar chamada Frente Sul da agricultura familiar, que foi quando originou-se o próprio **PRONAF**. (Dados de entrevista com Neveraldo Oliboni, Abril de 2009)

Denardi (2009) afirma com certeza absoluta, não tem medo de afirmar que o principal responsável pela criação e expansão do **PRONAF** são os próprios agricultores familiares e suas organizações; a ação dos movimentos sociais gerou uma demanda e essa demanda encontrou eco no governo. Denardi afirma ser isso muito importante; afirma também ser evidente que a liberação do crédito, através do **PRONAF**, viabilizou outros negócios da indústria à montante da agricultura, ou à jusante da agricultura, que não passa de uma decorrência normal do processo gerado pela integração econômica, mas que isso não representa nenhuma estratégia pensada, matutada ou engendrada diabolicamente pelo grande capital para poder ampliar seus mercados.

José Sidnei Gonçalves (2009), ao responder a questão como classificaria o **PRONAF**, se seria uma conquista fruto da luta de classes dos representantes políticos da Agricultura Familiar e agricultores, ou uma política compensatória, com tendências a inibir a luta de classes no espaço agrário, existente nos anos 1990 que se encontrava em ascensão, o mesmo afirmou que trata-se de lutas entre segmentos de uma mesma classe ou seja, a dos próprios proprietários<sup>35</sup>. E para esse segmento de classe, o **PRONAF**, configura-se como uma conquista. Segundo Gonçalves, existe a classe dos proprietários rurais de modo geral, que ainda não adquiriu identidade própria e nem poderia ter adquirido, porque alguns sub-segmentos desses pequenos proprietários, como os “de subsistência” como no agreste nordestino, o **PRONAF** configuram-se como uma política compensatória e até mesmo para inibir o avanço dos movimentos sociais no campo. O autor afirma que como outros sub-segmentos podemos citar os “Granjeiros integrados”, que pode ser uma estratégia de expansão da grande agroindústria e de seu capital financeiro. E para outros sub-segmentos, pode ser somente uma estratégia para inibir o avanço dos movimentos sociais, submetendo ao jugo de políticas populistas. Em suma representa um caleidoscópio de contradições que lhe são inerentes ao **PRONAF**.

#### 4.2 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E SUA RELAÇÃO COM O PRONAF

Segundo Lannoy, se fizermos um balanço do pré e pós à chegada do **PRONAF**, veremos que o próprio desenvolvimento do cooperativismo de crédito já demonstra um

---

<sup>35</sup> José Sidnei Gonçalves chamou atenção para a relação à classificação da Agricultura Familiar como Classe Social. Para o autor, a classe social, no espaço agrário, é representada pelos próprios proprietários. Portanto, trata-se de uma luta entre segmentos de uma mesma classe.

crescimento inegável assim como a modernização gerada pelo **PRONAF** também demonstra desenvolvimento importante para a Agricultura Familiar de nossa região.

De acordo com Lannoy, há um problema de interpretação que precisa de esclarecimento, pois nem sempre alto grau de modernização significa alto grau de desenvolvimento no espaço agrário. É necessário identificar os “pontos de estrangulamentos” em nível local e por que não estamos conseguindo fazer o devido aproveitamento do potencial ocioso que a região possui, já que os recursos precisam ser direcionados da forma mais correta possível.

Na análise de Lannoy, há apesar de todos os problemas que existem em relação ao direcionamento e aplicação do crédito, pior seria sem ele; ainda, que antes da chegada do **PRONAF**, no Sudoeste paranaense, os agricultores dependiam da agiotagem. Antes da criação do Sistema Cresol, os agricultores viviam à base da troca x troca, ou seja, compravam semente selecionada, com a obrigação de entregar 10 a 15 sacas de produto colhido.

Analisando alguns pontos da entrevista com Lannoy, notaremos que havia, na região Sudoeste do Paraná, uma forte dependência do comércio para o financiamento das atividades agrícolas havia poucos agricultores que operavam com bancos. Nesse sentido, fica evidente que o **PRONAF** ajudou a melhorar a estrutura política da realidade, não ficando muitas dúvidas de que o programa representou avanços, ajudando, em parte a democratizar o próprio poder local, devido ao fato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais participarem desse processo emitindo as **DAP**.

Para Ziger (2009), o **PRONAF** proporcionou para a agricultura familiar a existência de dois mundos totalmente distintos; primeiro, pelo fato de vivermos, na ausência do crédito, um período marcado pela falta de perspectivas, de não haver viabilidade econômica nas propriedades rurais de nossa região, principalmente nas propriedades de até 12 hectares. Nesse período, muitas famílias deslocaram-se para os centros urbanos de outros municípios e estados, os principais absorvedores desse público, o Estado de São Paulo e Santa Catarina.

Segundo, com a chegada do **PRONAF**, foram beneficiados poucos agricultores familiares, mas, na medida em que houve a expansão do Programa, os resultados de viabilidade começaram a aparecer. Segundo Zige, essa possibilidade de subsídio ao crédito começou a ser percebida em algumas propriedades, como uma alternativa de permanência no campo. Paralelo a isso, o **PRONAF** foi importante no sentido de viabilizar e fortalecer o surgimento de instituições financeiras como as Cooperativas de crédito no Sudoeste do Paraná, o que representou um marco na história da Agricultura Familiar.

Podemos notar, através das entrevistas com os mediadores regionais, que a falta de credibilidade e identidade econômica eram duas grandes barreiras que precisavam ser superadas para dar início a um ciclo de desenvolvimento. O papel importante das entidades de diversos segmentos da sociedade, na organização inicial do processo de consolidação e acesso ao crédito é um fato extremamente relevante que precisa ser valorizado na história regional, afinal foram essas entidades e organizações que enfrentaram períodos de instabilidades, quando existia uma massa populacional totalmente desacreditada em relação às instituições financeira por conceder recursos financeiros para investimento. Através desses movimentos, acabou sendo montado todo um sistema organizacional de agências financeiras para operar o crédito disponível.

Então, surgiu no início dos anos 1990, um debate muito forte com as entidades; surgiu a idéia de instalar uma cooperativa de crédito. No início, eu me lembro, era bastante limitado; quem poderia entrar como sócio tinha que ser ligado a alguma liderança, que fosse sócio do sindicato ou de associações; isso não foi aceito pelo Banco Central, pois alegava ser muito fechado. A recomendação do Banco Central foi no sentido se abrir para todo o conjunto da agricultura familiar; o Banco Central, no início, achou a idéia interessante, lógico. Montamos o estatuto baseado nas reivindicações do Banco Central e foi aprovado e aberto para todos os agricultores que se enquadravam na agricultura familiar. No início, eram 5 cooperativas, fiz parte de uma delas. Iniciamos a cooperativa com R\$ 700,00, éramos aventureiros, começamos em seguida uma campanha de depósito à vista. Na medida que o tempo foi passando, nossa credibilidade enquanto agricultura familiar foi crescendo, justamente pelo fato de a cooperativa de crédito ser administrada pelos próprios agricultores familiares. (Dados de entrevista com Vilmar Vandresen, Outubro de 2009)

É preciso destacar que o processo político desencadeado para conquistar o acesso ao crédito ocorreu de forma gradativa. Inicialmente limitado apenas para alguns grupos, a partir da criação e desenvolvimento do cooperativismo de crédito, os agricultores familiares desprovidos de garantias financeiras passaram a adquirir a própria identidade comercial diante do banco. A ligação do Cooperativismo de crédito, a exemplo do sistema **CRESOL**, com o sistema financeiro do Banco do Brasil foi importante, já que a cooperativa de crédito funcionou como um sistema de aval para os agricultores familiares no desenvolvimento embrionário do crédito do **PRONAF**.

O cooperativismo de crédito, na atualidade, é um sistema que opera com modificações se comparado com sua fase inicial. O próprio desenvolvimento do sistema financeiro acaba impondo mudanças burocráticas de acordo com a competitividade do

mercado; e a cooperativa de crédito precisa ser competitiva assim como qualquer outro sistema financeiro inserido no mercado.

No decorrer das entrevistas com autoridades locais do cooperativismo de crédito, uma das questões abordadas consistiu em saber deles se essas mudanças sofridas no interior do cooperativismo de crédito poderão comprometer a força política que os próprios agricultores familiares conquistaram, pois, com o cooperativismo de crédito, conforme argumentado no decorrer do texto, foi a solução legal para operar o crédito do **PRONAF** tendo como abrangência os próprios agricultores familiares enquadrados no programa.

Precisamos ter clareza que toda organização, em certo momento, não se desenvolve conforme os desígnios de seus idealizadores elas vão-se burocratizando e ficam mais complexas; elas acabam perdendo um pouco de sua origem. O sistema cresol, por exemplo, nasceu como uma crítica às instituições financeiras existentes e ao próprio cooperativismo de crédito existente na época. Porque um dos princípios do cooperativismo de crédito era de que não se devia ter central de crédito, queremos um cooperativismo de crédito que tenha base de serviço, ou seja, uma estrutura em forma de árvore e não de pirâmide invertida<sup>36</sup>. Mas o fato é que essa mudança de organização do cooperativismo de crédito que passou a ter uma estrutura de base foi uma exigência do próprio Banco Central para facilitar a fiscalização; e o que ocorre é que as pessoas acabam servindo as instituições ao invés de serem servidas. (Dados de entrevista com Christophe de Lannoy, outubro de 2009)

É preciso esclarecer que as mudanças no cooperativismo de crédito, ocorrido durante seu desenvolvimento, fazem parte do processo de competição da cooperativa em relação às outras cooperativas e instituições financeiras que operam no mercado. Segundo Haddad (2006), a ação das cooperativas, dentro do modo de produção capitalista, denota uma enorme contradição, já que precisam agir sob os moldes de concorrência de outras empresas nacionais e internacionais; uma possível superação para uma nova formação social fica comprometida pelo fator regime capitalista.

#### 4.3 O PRONAF E SEU PODER DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Para desenvolver estruturalmente o setor agrícola seriam necessários desenvolvimento e aplicação, devidamente planejados, de muitos bilhões de reais em uma

---

<sup>36</sup> Tendo a base do controle político predominantemente formado pelos que deveriam ser servidos (agricultores familiares por exemplo).

política agrícola de abrangência “vertical” e não uma política de cunho horizontal<sup>37</sup> como historicamente existiu no Brasil.

Em relação à implantação de políticas com caráter vertical<sup>38</sup> na agricultura, foi questionado durante as entrevistas com os pesquisadores contatados, sobre a possibilidade de o **PRONAF** representar para a agricultura familiar um exemplo desse tipo de política que acabou atendendo as diferenças estruturais e potencialidades regionais existentes em cada região.

Segundo José Sidnei Gonçalves do **IEA** (2009), em entrevista on line no dia 10/12/2009, a chamada política de ação vertical, importante para desenvolver estruturalmente o espaço agrário, “não é nenhuma dessas políticas agrícolas que existiram no Brasil ou estão em ação atualmente”.

O **PRONAF**, em seu contexto geral, conseguiu inserir no sistema financeiro, uma quantidade significativa de agricultores, mas os efeitos do programa, no espaço agrário brasileiro, não podem ser interpretados como uma política agrícola que possui amplo potencial e capacidade para desenvolver o sistema estrutural da agricultura familiar.

Segundo Marcos Antonio de Oliveira, do **DESER** de Curitiba (2009), o **PRONAF** não nasceu de nenhuma ala que pensa estruturalmente o agro no Brasil; nasceu de uma recomendação do Banco Mundial, de um pensamento que está sendo expandido na própria academia, que passa a contrapor-se ao método materialista histórico marxista no sentido de entender os movimentos socioeconômicos da agricultura. Apoiado pela esquerda, que é, ao mesmo tempo, apoiada pelo capital, ou seja, a chamada “esquerda que pensa que é possível reformar o modo de produção capitalista”.

A existência de políticas reformistas como opção amenizadora de problemas estruturais da agricultura faz parte do conjunto de contradições vivido pela agricultura; o reformismo contribui para frear a evolução de possíveis efeitos ramificadores das lutas de

---

<sup>37</sup> O caráter horizontal da política agrícola brasileira está posto desde o início do processo de modernização conservadora da agricultura do país, ocorrido após 1964. A partir daí, os governos federais que se seguiram optaram por mantê-lo. O caráter horizontal representa o estabelecimento de mecanismos de políticas agrícolas abrangentes e centralizados. Abrangentes, porque foram estabelecidos de forma generalizada e indiscriminada para todos os setores da agricultura, com raras ações discriminatórias e específicas ao longo dos últimos 30 anos. Centralizados, porque estiveram sob os auspícios dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura do Governo Federal. (Paulillo; Alves 1998,p, 20).

<sup>38</sup> As políticas públicas para a agroindústria e a agricultura devem ter caráter vertical porque o setor agroindustrial não é homogêneo. Apresenta diferenças tecnológicas e estruturais que se ampliam quando consideradas as suas inter-relações com outros segmentos, principalmente a agricultura, a indústria de bens de produção e o setor de prestação de serviços. Assim, quando os complexos agroindustriais são tomados como unidades de análise, a heterogeneidade estrutural implica tratamento diferenciado em termos de política, pelas necessidades de cada cadeia produtiva. (Paulillo; Alves 1998,p, 30).

classe no campo brasileiro. Dessa maneira, torna-se complexo pensar na implantação e na existência de uma política capaz de gerar desenvolvimento estrutural na agricultura familiar; afinal, segundo Rangel (2005), as políticas que envolveram a agricultura sempre estiveram sob o comando da classe dominante formadoras do Agro. Basta fazer um raciocínio breve a respeito do ciclo histórico envolvendo a agricultura do Brasil.

Há, portanto, necessidade de implantação de políticas que tendem a um olhar estruturalista, com controle e reestruturação do mercado interno, estratégia muito importante, utilizada por países de primeiro mundo.

A implantação de um programa de crédito visando à reestruturação da Agricultura Familiar, ampliando sua base produtiva, permitindo maior acessibilidade ao mercado – como está claro no objetivo geral do **PRONAF**, é inserida para fazer a mediação socioeconômica na agricultura familiar. Por outro lado, a ação do setor agroindustrial passa a se interessar diretamente pelo volume financeiro disponibilizado pelo Estado, passando a explorar essas novas oportunidades de crescimento econômico. Nesse sentido, há dificuldades quanto à implantação de políticas estruturantes na agricultura em decorrência do mercado possuir caráter imperfeito e estar sob o comando das bases agroindustriais que, por sua vez, está sob o comando da classe burguesa do capital financeiro.

O **PRONAF**, através de suas particularidades possui certo poder, no sentido de promover avanços a uma parcela significativa de agricultores familiares e permitir algumas alterações estruturais na agricultura; possui, em sua essência, a continuidade da luta de classes na agricultura; isso se torna claro se analisarmos o fato de, no período anterior a 1996, a agricultura familiar não possuir um programa de financiamento agrícola, nos moldes do **PRONAF**, para financiar suas atividades. A partir de 1996, os agricultores familiares passaram a receber do Estado determinada parcela de recursos financeiros distribuídos àqueles produtores que fizessem jus ao recebimento do crédito.

A participação da Agricultura Familiar na financeirização da agricultura, no que diz respeito ao acesso ao **PRONAF**, não significa nenhuma inclusão voluntária oferecida pela classe burguesa, através de medidas políticas legais, elaboradas por repartições das esferas públicas do legislativo deste país, que resolveu enquadrá-los a fim de promover o chamado “novo modelo de desenvolvimento agrícola”. O **PRONAF** representa um projeto com potencialidade para resolver questões importantes, em particular com possibilidade de criar novas fontes de renda para os agricultores familiares, desde que seja ampliado o mercado, além de melhorar o sistema de moradia dos agricultores e sua infra-estrutura produtiva.

O **PRONAF** não pode ser interpretado como um modelo de amplo significado quanto à ocorrência de um passo significativo e planejado, de promover uma emancipação política dos agricultores familiares, para com isso implantar um novo modelo de agricultura, contra-hegemônico em relação às determinações do Modo de Produção Capitalista.

É inegável que o **PRONAF** tem importância fundamental no desenvolvimento de uma parcela de agricultores familiares com maior índice de modernização e capitalização assim como daqueles produtores que possuem potencial significativo para serem inseridos no mercado financeiro, promovendo o desenvolvimento agroindustrial.

Durante algumas entrevistas, com pessoas de diferentes esferas, que compõem os setores de mediação e decisões políticas da agricultura, obtivemos respostas unânimes, no que diz respeito ao papel incrementador de tecnologias e aumento de infra-estrutura produtiva, possibilitando avanços para determinada parcela de agricultores.

Existem pontos questionáveis, porém, em relação à condução do **PRONAF**, na tentativa de gerar desenvolvimento no espaço agrário, não apenas em caráter distributivo dos recursos financeiros, mas quanto ao papel político que o programa representa para a agricultura, as repostas obtidas denotam a contradição existente entre caráter ideológico que o **PRONAF** apresenta em sua essência, em estar disponibilizando novas ferramentas para inclusão social dos agricultores familiares, e à ação estratégica da indústria capitalista e sistema financeiro; isso representa um dos pontos que impedem uma possível alteração estrutural do espaço agrário.

Há nesse processo, um emaranhamento contraditório inerente ao **PRONAF** que não pode ser desconsiderado, pois a relação entre Estado, produtores rurais, agente financeiro e complexo agroindustrial capitalista é necessária. Mas é necessário também estarmos atentos ao trabalho dos mediadores desempenhado por essas esferas, afinal, elas afetam diretamente a classe dos produtores rurais, tendo em vista a conjuntura agrícola altamente dependente do crédito financeiro. As medidas atribuídas afetarão diretamente no potencial de alteração estrutural na agricultura.

É importante que os agentes representativos da agricultura familiar tenham clareza das contradições existentes, pois a permanência evolutiva do **PRONAF** dependerá das políticas de ação que a base singular da Agricultura Familiar aplicará nesse universo de proprietários, condições essas de conhecimento do público envolvido, que as esferas superiores da superestrutura nem sempre conseguem ter.

Para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares, é necessário uma visão mais ampla do mercado, tendo maior clareza dos pontos de saturação

que o mercado apresenta em relação à produção de mercadorias, permitindo melhorar a otimização dos investimentos financeiros evitando prejuízos a esses produtores rurais. Isso requer o rompimento de barreiras que foram construídas pela complexidade do modo de produção capitalista que age no mercado “imperfeito”.

Marcos Antonio de Oliveira, pesquisador do **DESER** (Curitiba, Paraná), quando interrogado sobre o papel do **PRONAF** na agricultura familiar e o que poderia ser feito para promover uma durabilidade futura para o programa, no sentido de implantar políticas públicas de proteção a agricultura familiar, ele respondeu que esse é o ponto fundante e central do **PRONAF**; na atualidade, representa a verdadeira alegria das casas agropecuárias e cooperativas e alegria muito maior das Bunges, Cargil e outras.

Isso se dá em decorrência de haver na atualidade certo controle do espaço econômico que é ocupado pela iniciativa privada no mercado, onde poucas empresas dominam, tendo o controle dos preços dos insumos utilizados pela agricultura familiar e, conseqüentemente, havendo certo controle na taxa de lucro dos agricultores familiares, sob o domínio do capital monopolista.

Afirmou, ainda, que essa questão, inclusive, já foi pauta de recente reunião tratada no **DESER** de Curitiba com os representantes do próprio Ministério da Fazenda; eles próprios falaram que o **PRONAF** não mudou muita coisa na Agricultura. Continua sendo a grande alegria das casas agropecuárias, em que o Estado injeta recursos financeiros na economia, e tem servido mais para dar continuidade ao pacote tecnológico da revolução verde.

Questionado a respeito (do item 1.2.4) de sua Tese (2008<sup>39</sup>), ao afirmar a falência do **PRONAF** em decorrência da agricultura familiar não sobreviver com sobras de recursos, pois apenas para um pequeno público a sobra está ocorrendo, o pesquisador afirmou que existem alguns estudos localizados que ajudam a compreender essa questão. O **MDA** desenvolveu um projeto chamado redes de agricultores de referência, cujo objetivo era fazer um levantamento socioeconômico do que se produzia e o que não se produzia nas propriedades rurais do Sul brasileiro. Esse projeto envolveu 1.014 estabelecimentos e a conclusão a que se chegou foi de que, aproximadamente, 70% desses estabelecimentos agropecuários pesquisados ainda existiam em decorrência dos recursos do **PRONAF**; caso contrário, grande parte já haviam deixado de existir. Portanto:

---

<sup>39</sup> Para saber mais a respeito, consultar: As Bases Filosóficas e Epistemológicas de Alguns Projetos de Educação do Campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. Tese de Doutorado defendida no curso de Pós-Graduação em educação, Linha de Pesquisa: Mudanças no Mundo do Trabalho e Educação, da Universidade Federal do Paraná (Curitiba 2008).

Ocorre que a divulgação dos dados preliminares do Censo Agropecuário 2005/06 demonstra a falência do **PRONAF** e das políticas das tentativas da troca de solução da questão agrária pela questão do desenvolvimento: queda no número de propriedades diretamente ligadas à produção agrícola, o esvaziamento dos pequenos municípios, além da concentração fundiária e precarização das condições de vida dos trabalhadores. De toda forma, a lógica da tentativa de transformação de todos os agricultores em empresários, no mundo capitalista onde, nem todos, mas uma ínfima parte da população pode se converter e se manter como empresária, parece fadada ao fracasso. (Oliveira. 2008.p, 117)

Embora a análise do autor contenha elementos verdadeiros, tendo em vista que os dados da pesquisa de campo da presente dissertação também demonstraram o baixo percentual da composição financeira oriunda das atividades agrícolas assim como a tendência ao esvaziamento populacional do campo, os efeitos da política de crédito do **PRONAF**, no recorte geográfico do município de Flor da Serra do Sul (cap. III), assim como seu histórico de participação no processo de financeirização da agricultura apresentado no presente capítulo IV, demonstraram que houve avanços na luta de classes no campo e será necessária a criação de alternativas para enfrentar o mercado capitalista.

É importante considerar que o **PRONAF**, embora possua contradições em suas especificidades, é um programa teoricamente social, por atender a demanda por financiamento da categoria agricultura familiar, mas mantendo o comando econômico em posse da classe burguesa. O programa apresenta em seu histórico como na sua essência alguns elementos progressistas de formação e desenvolvimento das forças produtivas na agricultura alterando significativamente e contribuindo qualitativamente para a melhoria da vida de muitos agricultores familiares, conforme foi demonstrado no Cap.III, logo, não se pode afirmar que o **PRONAF** esteja em situação de falência.

#### 4.4 O POTENCIAL DE EXPANSÃO DO PRONAF E SEU PODER POLÍTICO EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR<sup>40</sup>

Durante as entrevistas com os mediadores do **PRONAF**, foram discutidas possíveis tendências em relação a alguns ajustes que ocorreram no decorrer de seu desenvolvimento.

---

<sup>40</sup> De acordo com os dados do **MDA** (2010), no período de 2000 a 2009 a Região Sul do Brasil oficializou um montante financeiro de R\$ 27.802.090.339,81 com 5.676.466 contratos. A Região Norte totalizou R\$ 4.859.813.947,02 com 702.989 contratos. A Região Centro Oeste totalizou 3.958.330.434,58 com 481.578 contratos. A Região Nordeste totalizou R\$ 11.381.374.966,59 com 4.711.167. A Região Sudeste totalizou R\$ 11.926.885.629,12 com 2.069.346 contratos.

Denardi (2009), ao ser interrogado em relação às mudanças de regras de enquadramento que o Programa sofreu desde a sua criação, afirma que desde a sua criação, no ano de 1996, o **PRONAF** tem sofrido praticamente todos os anos algum tipo de mudança; essas mudanças, segundo Denardi, foram ditadas pelas necessidades sentidas ao longo do processo de sua implantação.

As análises são elaboradas pelos órgãos governamentais além de Institutos de Pesquisa e Universidades. As mudanças ocorrem também em decorrência das reivindicações que os movimentos sociais, a exemplo da **CONTAG** e **FETRAF**, essa pauta, normalmente acontecem entre os meses fevereiro a maio de cada ano.

José Sidnei Gonçalves (Instituto de Economia Agrícola - SP), ao se referir ao sistema de enquadramento que o **PRONAF** utiliza para definir as propriedades, quem fazem jus ou não ao crédito, pelo fato de estar havendo aumento da renda bruta dos agricultores, para fins de enquadramento, para que mais produtores com nível econômico superior passem a consumir os recursos do Programa. Gonçalves afirma: “na verdade, o **PRONAF**, ao ampliar sua abrangência numa reprodução do abecedário (**PRONAF A, PRONAF B... PRONAF N**), contribui para a perda de seu foco estrutural”. Segundo o pesquisador, metodologicamente fazendo uma leitura, isso acaba retirando da condição de familiar a consistência enquanto conceito para ser cada vez mais um conteúdo nada específico, devido ao fato de ser encontrável em muitas realidades, que, muitas vezes, apresentam enormes distâncias econômicas e sociais.

O conceito de propriedade, no sentido do tamanho territorial, não possui mais vinculação em termos de enquadramento. O autor faz um questionamento no sentido de entender “quem é maior? Uma propriedade de 1000 hectares em Presidente Prudente ocupada com rebanho extensivo ou uma propriedade de 10 hectares de estufas de flores e frutas em Campinas?” Essa interrogação expõe o fato de que a segunda propriedade pode ser “10 vezes” superior economicamente à primeira; a única semelhança é que são consideradas familiares.

O **PRONAF** não está inserido apenas na propriedade de 1000 hectares, localizada ilustrativamente pelo pesquisador em Presidente Prudente, mas também na de 10 hectares, localizada em Campinas. Seguindo a lógica desse pensamento, o autor argumenta que o **PRONAF**, ao mesmo tempo em que está inserido na agricultura de subsistência do agreste nordestino, também está inserido na realidade dos granjeiros catarinenses e paranaenses, assim, não há uma característica unificadora nos casos citados, a não ser por serem administrados por suas famílias.

Analisando a visão do autor, há uma tendência de enquadramento de produtores com maior índice de capitalização, ao invés de inserir, cada vez mais, os de menores índices de capitalização, seria esse um dos motivos da perda do foco estrutural, afirmado por Gonçalves.

A análise de uma das respostas à entrevista com Gonçalves – demonstra ter consistência. Devido a falta de unificação das diferentes realidades socioeconômicas, envolvendo a agricultura familiar no acesso ao crédito do **PRONAF**, acaba retirando a força política do Programa em clamar por avanços e ampliação da fatia do mercado de que a agricultura familiar precisa para operar e fortalecer sua capacidade financeira. Afinal, a realidade e os interesses desses proprietários em diferentes escalas socioeconômicas, utilizam o **PRONAF**, com tendência à concentração nas camadas superiores, não são os mesmos, assim como seus resultados são distintos.

Nesse sentido, Gonçalves afirma que: “A questão da propriedade é uma questão inerente ao capital, logo, não se configura como uma questão de classe”. Segundo esse ponto de vista, a manutenção da luta de classes no campo, tido pelos Movimentos Sociais como um fator de essência mantido pela conquista do **PRONAF**, pode estar comprometida, já que a ampliação do seu sistema de enquadramento permite que, dentro de uma mesma classe geral (“Os proprietários rurais”), discutam e disputem os recursos financeiros para investimentos de um mesmo programa, inserido tanto nas propriedades de maior poder econômico no Sul do Brasil, quanto de menor poder econômico no sertão nordestino.

Em relação à tendência de haver uma agricultura com o volume de crédito concentrado nas parcelas com maior capacidade financeira, na visão do autor, “ampliam-se às contradições interna ao **PRONAF** renunciando seu fim”. Afirma que isso ocorre, **“porque sua vertente social se mostra merecedora de outra crítica, qual seja o fato de que não faz sentido realizar políticas sociais a juros, mesmo subsidiados. Também não faz sentido às renegociações das dívidas da chamada agricultura patronal”**.

Para José Sidnei Gonçalves, o principal pecado original existente na política do **PRONAF**, é o fato de já ter nascido como um apêndice do Sistema Nacional de Crédito Rural (**SNCR**), institucionalizado durante a década de 1960, dificultando, dessa maneira, uma reação estruturante na base produtiva da agricultura familiar; afinal, se o programa possui a ligação histórica da política do **SNCR**, preserva a essência conservadora das políticas públicas adotadas na agricultura brasileira.

O processo de expansão do **PRONAF**, em regiões importantes que ainda não utilizam com maior intensidade os recursos do Programa, a exemplo da região Centro Oeste do Brasil, há uma possível concentração do valor do Programa a ser liberado para essas

regiões, também foi assunto levantado durante as entrevistas com os mediadores das políticas públicas para a agricultura, tendo em vista as constantes mudanças no seu sistema de enquadramento. A seguir, através da análise de documentos oficiais emitidos pelo Banco Central do Brasil, ao longo do desenvolvimento do **PRONAF**, mostramos parte de suas alterações.

Quadro VII - Alterações no sistema de funcionamento do **PRONAF**

Conteúdo específico	Resolução 3.559 (28.03.2008)	<b>MCR 508 15.07.2009</b> ; <b>MCR 510 06.11.2009</b> ; 511 (10.12.2009)
1º - Seção 2 Beneficiários, letra C e D Inciso VI: Agricultor Familiar que:	Tenham obtido renda familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da <b>DAP</b> acima de R\$ <u>4.000,00</u> e até R\$ 110.000,00, incluída a renda proveniente atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família excluídos os benefícios sociais e os proventos beneficiários decorrentes de atividades rurais.	Tenham obtido renda familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da <b>DAP</b> de até R\$ <u>6.000,00</u> e até R\$ 110.000,00, incluída a renda proveniente atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família excluídos os benefícios sociais e os proventos beneficiários decorrentes de atividades rurais. 511 (10.12.2009).
2º - Seção 4 - <b>PRONAF</b> Custeio Letra D sequência 2.	Taxa efetiva de juros de 5,5% a.a para uma ou mais operações que, somadas, atinjam valor acima de R\$ 20.000,00 até R\$ <u>30.000,00</u> por mutuário em cada safra.	Taxa efetiva de juros de 5,5% a.a para uma ou mais operações que, somadas, atinjam valor acima de R\$ 20.000,00 até R\$ <u>40.000,00</u> por mutuário em cada safra. 511 (10.12.2009).
3º - Seção 6 <b>PRONAF</b> Agroindústria, Letra A inciso II.	Cooperativas, associações, constituídas de agricultores familiares enquadrados no <b>PRONAF</b> , observado que a pessoa jurídica deve comprovar ao emitente da <b>DAP</b> que, no mínimo <u>90%</u> de seus participantes ativos são agricultores familiares e demonstrar no projeto técnico que mais de <u>70%</u> da matéria prima a beneficiar ou industrializar são de produção própria ou de associados /participantes.	Cooperativas, associações, constituídas de agricultores familiares enquadrados no <b>PRONAF</b> , observado que devem comprovar ao emitente da <b>DAP</b> que, no mínimo <u>70%</u> de seus participantes ativos são <b>AF</b> e demonstrar no projeto técnico que mais de <u>55%</u> da matéria prima a beneficiar ou industrializar são de produção própria 511 (10.12.2009).
4º - Seção 7 - <b>PRONAF</b> Floresta, Letra C, inciso II, quanto ao limite por beneficiário.	No caso de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte ( <b>FNO</b> ), Nordeste ( <b>FNE</b> ) e do Centro-Oeste ( <b>FCO</b> ), destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais: até R\$ <u>10.000,00</u> .	No caso de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte ( <b>FNO</b> ), Nordeste ( <b>FNE</b> ) e do Centro-Oeste ( <b>FCO</b> ), destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais: até R\$ <u>14.000,00</u> . ( <b>MCR 508 15.07.2009</b> ).
5º - Seção 11 - <b>PRONAF</b> Custeio e Comercialização de Agroindústrias familiares, letra C, incisos II - III -IV e V.	Pessoa física (contrato coletivo) ou pessoa jurídica: de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, observado o limite individual de R\$ 5.000,00 por sócio, não podendo ultrapassar R\$ 2.000.000,00.	Pessoa física (contrato individual) de R\$ 5.000,00. Pessoa física (contrato coletivo): <u>R\$ 50.000,00</u> observado o limite individual de R\$ 5.000,00. Associações R\$ 2.000.000,00. <u>Cooperativas R\$ 5.000.000,00. Cooperativa Central R\$ 10.000.000,00</u> sempre observando o limite individual de R\$ 5.000,00 por sócio. 511 (10.12.2009).

Conteúdo específico	Resolução 3.559 (28.03.2008)	<b>MCR 508 15.07.2009; MCR 510 06.11.2009; 511 (10.12.2009)</b>
6º - Seção 12 - <b>PRONAF</b> Cotas Partes Letras A, Incisos I e II.	Cooperativas que tenham 90% de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares. Que tenham patrimônio líquido mínimo de R\$ 50.000,00 e no máximo R\$ <u>3.000.000,00</u> . Individual R\$ 5.000,00.	Cooperativas que tenham 70% de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares. Que tenham patrimônio líquido mínimo de R\$ 50.000,00 e no máximo R\$ <u>70.000.000,00</u> . Individual R\$ 5.000,00, por Cooperativa R\$ <u>5.000.000,00</u> . ( <b>MCR 508 15.07.2009</b> ).
7º - Seção 13 - Microcrédito Letra C.	Limite por beneficiário R\$ 1.500,00, independente do número de operações.	Limite por beneficiário R\$ 2000,00, independente do número de operações. <b>MCR 508 15.07.2009</b>
8º - Seção 17 - crédito do <b>PRONAF</b> para beneficiários do <b>PNCF</b> e <b>PNRA</b> . Seqüência 3; letra A.	O limite de crédito quando a assistência técnica for garantida pelo <b>INCRA</b> ou Unidade Técnica Estadual ou Regional ( <b>UTE/UTR</b> ) do crédito fundiário, de forma gratuita durante os primeiros 4 anos é de até R\$ <u>16.500,00</u> , por beneficiário, em até 2 operações de acordo com o projeto técnico, sendo que a segunda deverá apresentar laudo técnico de capacidade de pagamento.	Para assentamento no âmbito do <b>PNRA</b> , no mínimo 3 operações de acordo com o projeto técnico, de valor máximo de R\$ <u>7.500,00</u> por operação , não podendo o valor do conjunto das operações ultrapassar <u>R\$ 20.000,00</u> por beneficiário exceto se o projeto técnico comprovar capacidade econômica poderá ser elevado a R\$ <u>21.500,00</u> . <b>MCR 510 06.11.2009</b>

Fonte: Banco Central do Brasil/ **MDA**.

É importante discutir esse ponto, por se tratar de um programa teoricamente criado para fortalecer a agricultura familiar e produzido significativos avanços em suas particularidades. Interroga-se sobre a possibilidade de o Programa correr certo risco, no sentido de passar a dividir seu foco de ação, com categorias superiores do espaço agrário.

Embora exista a Lei<sup>41</sup> que estabelece as diretrizes da agricultura familiar, que garante o direito de o agricultor familiar a financiar o crédito do **PRONAF**, é importante enfatizar que há certa reciprocidade na relação entre o agricultor e agente financeiro. Toda Agência Financeira tem metas alcançar e, normalmente, é mais fácil alcançar essas metas com um público de maior capitalização, que comprará os produtos financeiros que a agência possui a disposição e não o produtor descapitalizado, que necessita de crédito para reestruturar seu sistema produtivo.

Chama a atenção para o primeiro item do quadro VI, referente à seção dos beneficiários, em que a resolução número 3.559, datada de 28.03.2008, estabelece renda para enquadramento no grupo B do **PRONAF** de R\$ 4.000,00 até R\$ 110.000,00. Já para o **MCR** 511, datado de 10.12.2009, esse valor se altera para R\$ 6.000,00 e no máximo R\$ 110.000,00; de forma semelhante, no segundo item do mesmo quadro, ficando evidente nesse caso que essas mudanças abrem mais espaço para o enquadramento de mutuários com maiores índices de renda.

No terceiro item do mesmo quadro, mostra outra alteração importante que facilita a concentração do crédito do **PRONAF**. Na seção 6, de ambos os documentos analisados (resolução 3.559 e **MCR** número 511), que define as regras de enquadramento ao **PRONAF** Agroindústria, a resolução número 3.559 determinava que era necessário a cooperativa ou associação possuir 90% de seus sócios integrantes aptos ao enquadramento no **PRONAF**; já no **MCR** número 511, esse percentual é rebaixado para 70%.

Nos itens 5 e 6 do quadro comparativo das alterações do **PRONAF**, há significativas alterações tanto no aumento quantitativo do valor financiável quanto a ampliação de possibilidades para as cooperativas que possuem, em seu quadro, associados aptos ao **PRONAF**, dando mais oportunidades de financiamento de infra estrutura produtiva.

---

<sup>41</sup> Para entendimento da normatização da agricultura familiar, verificar o conteúdo da lei 11.326, de 24 de julho de 2006, sancionada pelo presidente da República Luis Inácio Lula da Silva.

O item 8 do quadro exposto representa um ponto interessante para discutir sobre uma possível concentração do crédito rural nas parcelas de mutuários com maior índice de capitalização. Esse item trata da seção 17<sup>42</sup> dos documentos oficiais do **BACEN** (Resolução 3.559, do dia 28/03/2008 e **MCR** 510, do dia 06/11/2009), destinados aos beneficiários do **PNCF** (Programa Nacional de Crédito Fundiário) e o **PNRA** (Programa Nacional de Reforma Agrária). De acordo com a resolução 3.559, o limite financiável para cada beneficiário era de R\$ 16.500,00, podendo ocorrer em até duas operações, sendo que a segunda o projeto técnico deveria comprovar poder de pagamento. No entanto, o **MCR** número 510 altera as regras para esses beneficiários, ou seja, para os beneficiários do **PNRA** ficou estabelecido que o valor máximo permitido para financiamento por mutuário é valor total de R\$ 20.000,00 e as operações deverão ocorrer em no mínimo, 3 operações com valor máximo de R\$ 7.500,00, para os beneficiários do **PNCF**, o valor máximo estabelecido também é de R\$ 20.000,00. Ambos os beneficiários poderão financiar até R\$ 21.500,00 por beneficiário, desde que o projeto técnico contemple poder de pagamento.

O confronto entre os anos de 2008/2009 dos documentos citados indica aumento do valor financiável para os beneficiários do **PNRA** e **PNCF** de até R\$ 5.000,00, porém deverá ser considerado o fato de no primeiro caso o montante de R\$ 16.500,00 poderia ser feito “em apenas 1 operação e no máximo 2”, já o segundo “no mínimo 3 vezes”, entendemos que de certa forma houve restrição do crédito em decorrência da burocratização, embora o valor líquido tenha aumentado.

O fato de haver intensificação das possibilidades de financiamento para os diversos setores agroindustriais ligados à agricultura, no caso das cooperativas que possuem como sócios os próprios agricultores familiares, não significa que essa expansão representa problema; pelo contrário, o investimento ocorrido em decorrência da ampliação das linhas de financiamento gera crescimento econômico e pode beneficiar parte dos agricultores familiares inseridos na dinâmica econômica do mercado. O grande ponto de interrogação é quanto ao futuro funcional do programa. O **PRONAF** poderá tornar-se uma política pública com cada vez mais volume financeiro disponível, porém com menos beneficiários, e estes devidamente selecionados pelo sistema financeiro de acordo com a capacidade de pagamento?

---

<sup>42</sup> Para verificar as regras de enquadramento, ver quadro II, Capítulo II.

A liberação de recursos financeiros e o endividamento proporcional são medidas importantes que precisam ser administradas para evitar uma generalização de inadimplência da agricultura familiar. Talvez seja o endividamento e problemas de poder de pagamento as possíveis explicações para a diminuição do montante financeiro por mutuário dos enquadrados da seção 17 apontado no texto anterior. Segundo Lannoy (2009), à medida que se aumenta significativamente o valor dos recursos financeiros para a agricultura, automaticamente, amplia-se o problema da inadimplência. Para o Superintendente:

O crédito tem o poder de esconder a realidade; é sempre uma tentação para o agricultor. De fato, sempre digo para o pessoal do Sistema Cresol: facilitou o crédito, escreva que vai haver uma fase com um ciclo econômico em crise lá na frente e o crédito alimenta esse ciclo. (Dados de entrevista com Christophe de Lannoy, Outubro de 2009)

O fato de o índice de inadimplência aumentar de acordo com a disponibilidade e liberação do crédito mostra que o modelo produtivo adotado pela agricultura familiar possui fragilidades quanto à geração de lucro. A obtenção de recursos financeiros via financiamento, pode ampliar seu sistema produtivo além de melhorar seu poder de pagamento para as instituições financeiras.

Um fator importante que o produtor precisa tomar cuidado é em relação à manutenção limpa de seu nome no sistema financeiro, ou seja, o controle de suas contas. Embora se sabe que existe o endividamento estrutural e isso é normal. Com base no **PRONAF** eu diria que é melhor ter o **PRONAF** com endividamento do que não ter. O endividamento do Sistema Cresol, por exemplo, é administrável, pois procuramos ter muito controle dos recursos disponibilizados em regiões em que o problema começa a ficar crítico, muitas vezes é preciso, inclusive, fazer o corte desse recurso. Mas, muitas vezes, cortar o recurso não resolve o problema, que pode ser estrutural naquela região. O que temos visto, e que nos preocupa, é essa oferta em demasia de recursos que temos, pois agricultor possui sonhos a realizar e possui expectativas de que o crédito possa resolver essas questões de sua vida. Nós sabemos que crédito em demasia é suicídio. Portanto, nós temos discutido programas de assistência técnica, no sentido de diversificar a produção dos agricultores familiares de nosso alcance, eu entendo isso como básico para garantirmos a base produtiva da agricultura familiar, principalmente em se tratando de crédito, o fator inadimplência do sistema Cresol possui variação, em algumas regiões chega a 5%, no entanto, em outras regiões, esse índice não passa de 1%, tendo uma média de 2% a 2,5%. (Dados de entrevista com Vanderlei Ziger, Dezembro de 2009)

Assim como a inclusão dos agricultores familiares no sistema financeiro, enfrentando um grande problema na época – ou seja, a falta de identidade financeira diante das instituições financeiras – posteriormente superada diante da leitura histórica do **PRONAF** – o equilíbrio na relação financiamento/inadimplência dos agricultores familiares precisa de planejamento na base produtiva para evitar perdas no poder político para que o programa continue incluindo pessoas no acesso a recursos para investimento e melhoramento de seu nível de vida, evitando que se aprofunde a tendência concentradora dos recursos do **PRONAF**.

Denardi (2009), ao ser questionado sobre as mudanças das regras de enquadramento do **PRONAF**, argumentou que quem coordena o diálogo entre os setores que discutem a necessidade de mudanças no enquadramento do **PRONAF**, no sentido de legalizar as mudanças necessárias do programa, é o Ministério da Fazenda em conjunto com os próprios representantes dos movimentos e entidades sociais que representam a agricultura familiar; e, entre as mudanças importantes ocorridas destaca-se a inclusão de centenas de milhares de agricultores no sistema tendo a grande inclusão ocorrido principalmente na região nordestina, “o Nordeste tem aproximadamente metade dos agricultores familiares do País”.

O representante do Governo do Paraná destaca que “houve um crescimento pra baixo no sentido de aumentar o espectro para um público que, até então, nunca tinha tido acesso a crédito algum”.

Por outro lado, de acordo com Denardi, houve a absorção do público que já tinha algum tipo de acesso ao crédito “Proger Rural”, que passaram a se enquadrar no **PRONAF**; esses produtores pertencem ao grupo de agricultores que possuem maior estruturação produtiva e que já se encontram integrados ao mercado; esse grupo, segundo Denardi, “é um grupo importante que produz bastante, tem necessidade por crédito, e precisa fazer integração de tecnologias”.

O **PRONAF** Mais Alimentos foi criado em 2008, de acordo com Denardi, justamente para o público de agricultores com forte integração ao mercado; com limite de até R\$ 100.000,00, esses produtores: “conseguem dar uma resposta muito rápida na produção de alimentos em um curto prazo, devido a esse alto potencial produtivo que possuem”.

Por exemplo, na avaliação de 2008, houve um repique da inflação principalmente causada pela alta dos preços dos alimentos; no entanto, o Governo chegou à conclusão de que precisava estimular rapidamente a produção de alimentos, para que o preço dos alimentos não impactasse o nível de inflação. Acabou que, na sequência veio a crise internacional e os preços caíram; nesse sentido, o **PRONAF** Mais Alimentos, que foi desenhado com a finalidade de estimular a produção de alimentos, acabou tendo um outro papel que foi de estimular os investimentos produtivos num período de crise, tanto é que, em 2008, grande parte das máquinas (tratores e outros equipamentos), mais de 50% deles foram financiados pelo **PRONAF** Mais Alimentos, então, ele acabou tendo um efeito anticrise pelo lado da indústria, evitando desemprego de milhares de trabalhadores. (Dados de entrevista com Reni Antonio Denardi, Dezembro de 2009)

O **PRONAF**, de acordo com Denardi, sofreu, ao longo de sua existência, ampliação de sua área de abrangência, surgindo uma série de linhas especiais: o **PRONAF** Mulher, Agroecologia e Jovem. O fato de ter sido simplificado o enquadramento em grupos, segundo o delegado, possui o objetivo de facilitar o entendimento burocrático do Programa.

Portanto, sobre esse questionamento, Denardi afirma que as mudanças que normalmente ocorrem, em nenhum momento possuem o objetivo de excluir pessoas, pelo contrário, o objetivo é incluir e criar oportunidade para aqueles produtores que precisam de crédito. O exemplo disso é que no tempo de existência do Programa, o número de beneficiários praticamente dobrou, saltando de 900.000 contratos para mais de 1.700.000; em relação ao número de beneficiários, praticamente dobrou e, em termos de valores, multiplicou-se por 6.

Quanto a um possível limite de expansão, Denardi afirma que estaria ligado ao limite da própria agricultura familiar; segundo ele “hoje, 50% dos agricultores familiares tem acesso ao crédito do **PRONAF**”, no Estado do Paraná, acredita que até um pouco acima de 50% desses agricultores, devido ao fato de possuir uma boa infraestrutura agrícola já montada, a própria capilaridade financeira existente no Estado, o desenvolvimento do Cooperativismo de crédito e o fato de que grande parte dos municípios possuem uma Agência do Banco do Brasil ou uma Agência de Cooperativa de Crédito. Isso facilita maior “universalização” do **PRONAF**.

É evidente, no Paraná, por exemplo, são praticamente 320.000 estabelecimentos familiares, que são administrados por pessoas que não vivem da agricultura efetivamente. Podemos citar o exemplo do pessoal que vive da previdência social. Esse é um público que não tem mais interesse em acessar crédito mais ousado, afinal não possui

mais interesse em grandes projetos para os meios de produção. Outro contingente de agricultores familiares que possuem situação problemática ao acessar o crédito são as pessoas que não possuem o imóvel em sua posse, são ainda os chamados posseiros. No Paraná, por baixo, são mais de 60.000 estabelecimentos que se encontram nessa situação. Muitos não têm registro ou não foi feito o inventário. Então, como é que vamos financiar se o "cara" não tem registro de imóvel? Principalmente para a modalidade de investimento, isso é impossível; para resolver isso, seria preciso uma reformulação fundiária. E tem outro contingente que são os chamados minifundistas, que são estabelecimentos muito pequenos até, muitas vezes, imprópria para exploração agrícola e, portanto, esses estabelecimentos não vivem da agricultura, seus moradores prestam serviços como assalariados na comunidade em geral. E tem muitos que não têm crédito porque são inadimplentes; são pessoas que acessaram o crédito, não pagaram e tem a cultura de que o crédito da agricultura não é para ser pago, então, pegou crédito e não pagou, não tem mais crédito. Isso é assim no mundo inteiro, no Brasil não poderia ser diferente. (Dados de entrevista com Reni Antonio Denardi, Dezembro de 2009)

Em contrapartida, Marcos Antonio de Oliveira (Pesquisador do **DESER** de Curitiba), em entrevista no dia 02/10/2009, afirma não ter dúvidas de que teremos uma agricultura com mais dinheiro com menor número de beneficiários, com as categorias superiores economicamente ocupando o maior espaço. Sobre essa tendência, Oliveira afirmaque:

É o que afirmam nos bastidores, os próprios operadores da política do **PRONAF**, um deles chegou a me dizer em Brasília em 2006 não saber o que fazer, devido ao fato de ter chegado a mais de 1 milhão de contratos, limite básico dos agricultores familiares com capacidade de pagamento. (Dados de entrevista com Marcos Antonio de Oliveira DESER 2009)

Para Marcos Antonio de Oliveira, uma das alternativas viáveis, na tentativa de proporcionar uma durabilidade futura para o **PRONAF** assim como ampliar seu universo de expansão da agricultura familiar, direciona-se para a lógica de criar espaço de mercado. Afirma, ainda, que uma opção ser ampliada pelo governo federal diz respeito ao aumento dos recursos investidos sobre a lei aprovada na compra de alimentos para a merenda escolar; essa lei garante que 30% da merenda escolar sejam produtos da agricultura familiar. Portanto, para Oliveira, se o governo investisse de 3 a 5 bilhões em recursos para esse direcionamento, criaria uma outra dinâmica econômica para o programa, essa alternativa evitaria, por exemplo, a estratégia de se fazer

mudanças nas regras de enquadramento, com o objetivo de direcionar um público com maior poder de pagamento para compor os mutuários do **PRONAF**, “que seria uma estratégia de planejamento, ou para subsidiar a logística para entregar nos grandes centros consumidores, pois o grande problema é logística, e o Estado teria que ser mais reformista pra pensar esse tipo de estratégia”.

Christophe de Lannoy questiona o modelo de enquadramento do **PRONAF**, afirmando que essa normativa que parece facilitar os trabalhos, conforme afirmou Denardi, ao mesmo tempo contribui para a concentração do crédito em determinada faixa econômica da agricultura. Segundo Lannoy, isso favorece principalmente aqueles produtores com tendência a aumentar rapidamente sua produção, citando a atividade leiteira como exemplo: “você pode ter logo produtores com 15 – 20 - 30 mil litros mensais”, e esses produtores, em sua visão, serão aqueles que irão concentrar dívidas, e o Programa vai ao encontro dessa concentração. Em sua visão, a eliminação das faixas enquadrativas, **onde à medida que se aumenta o valor do crédito concedido diminui-se a taxa de juros**, pode representar a vantagem por facilitar um investimento mais ousado na agricultura familiar; por outro lado, “favorece muito a concentração da produção dentro da agricultura familiar. Isso demonstra como a política pública acaba favorecendo aquilo que se tenta combater, que é justamente a concentração da produção”.

Em relação à tendência de haver, no perfil do **PRONAF**, uma política com mais dinheiro e menos contratos envolvidos, Lannoy é enfático no sentido de que “a tendência é fazer enquadramento de pessoas com maior capacidade de endividamento, mais do que de pagamento”; de cita o caso do **PRONAF B**, afirmando que, essa modalidade sempre teve dificuldades para operar, afirmando que, na atualidade, existem 1.200 municípios no Brasil com crédito bloqueado devido ao fator inadimplência do **PRONAF B**, ou seja, o próprio sistema financeiro financiou essas propriedades sem comprometimento com a inadimplência.

Quando se financia e ninguém se compromete com a inadimplência, sempre o Tesouro Nacional acaba pagando. Então, o problema é esse: o pequeno não quer pegar de medo da dívida, ele sabe de sua fragilidade, ele pega o dinheiro e depois enfrenta dificuldades em saldar esse financiamento, e quando se força isso, força também a inadimplência, porque o pequeno geralmente vai utilizar o dinheiro no dia a dia. Se for liberado dinheiro para ele, ele não vai investir em processo de produção apenas, ele vai cobrir suas necessidades pessoais, muitas vezes, devido às falhas da própria política pública,

tendo problemas com saúde, transporte, educação. Mas não considero essa prática como imoral, esse desvirtuamento é baseado na falta de amparo de suas dimensões da vida, e o crédito passou a ser uma opção fácil de conseguir um empréstimo em longo prazo e resolver seus problemas financeiros imediatos. (Dados de entrevista com Christophe de Lannoy Outubro de 2009)

Segundo Lannoy, existem dois pontos que precisam de esclarecimento. O primeiro diz respeito à dificuldade existente em intermediar o acesso ao crédito na organização da estrutura de base das propriedades que se encontram desestruturadas em relação ao mercado. Segundo, a estrutura burocrática das instituições financeiras.

Analisando o depoimento de Lannoy, verificamos a existência de uma contradição existente entre os agricultores familiares e as instituições financeiras que fazem a gestão dos recursos financeiros do **PRONAF**, destinado à agricultura familiar. Segundo ele, “é difícil atingir os mais pobres, primeiro pela estrutura bancária; e segundo, quando atinge normalmente não ocorre o desenvolvimento”, isso porque a estrutura bancária exige poder de pagamento dos mutuários, porém, ao mesmo tempo em que essa parcela de agricultores consegue acesso ao crédito, eles precisam utilizar parte dos recursos que seriam utilizados na formação de sua estrutura produtiva, no suprimento de suas “necessidades imediatas”. Esse é um problema estrutural que a agricultura familiar enfrenta.

Nosso grande desafio, hoje, na pequena propriedade do Sudoeste do Paraná, é a construção do mercado; nós devemos ter organização econômica capaz de trabalhar a questão social e ambiental e também o econômico. Nós não devemos fugir do mercado, devemos enfrentá-lo, devemos gerar crescimento. É uma dimensão que precisa e deve ser trabalhada. Já avançamos muito até já regulamentamos o cooperativismo em que, há alguns anos, nem isso existia. Quando nós resolvemos criar o Sistema Cresol, nós tínhamos duas opções; ou era Cooperativa Rural ou Mútua, e a regra era de que onde já existia Cooperativa Rural não poderia existir outra. Essa era a normativa do **Banco Central**, nós entramos como uma experiência opcional, devido ao fato da existência de um funcionário do **Banco Central** que pensou assim; “se nós colocarmos como Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar é uma nova categoria, vocês não competem com o rural”. (Dados de entrevista com Christophe de Lannoy, Outubro de 2009)

O aprofundamento das organizações financeiras do cooperativismo de crédito, que acabou intensificando a capilaridade do próprio sistema, foi crucial para universalizar o desenvolvimento econômico no espaço rural, construído na medida em

que a demanda por financiamentos passou a crescer constantemente a partir de meados da década de 1990. O desenvolvimento econômico gerado pelo **PRONAF** assim como a institucionalização dessas Cooperativas em ação no sistema financeiro, não ficando apenas o Banco do Brasil como intermediador e repassador dos recursos públicos para a agricultura foi como passo importante para a agricultura do Sudoeste do Paraná, pois foi através do cooperativismo de crédito que se inseriu identidade financeira própria do agricultor familiar em relação às instituições financeiras.

A consolidação do respaldo econômico do agricultor familiar versus instituição financeira é extremamente importante na convivência socioeconômica, no momento de adquirir crédito para investimento; tal fato está claro diante da análise do discurso dos próprios agentes financeiros das cooperativas de crédito, bancos e **MDA**, quando afirmam: “o sistema financeiro precisa de liquidez econômica, quem não paga não tem crédito”. O caminho a ser percorrido em relação ao desenvolvimento de um espaço econômico e político da agricultura familiar foi iniciado com o acesso ao crédito. Agora o momento é outro, ou seja, é preciso fazer que o Estado tanto nas esferas local, estaduais e federais possa implantar políticas que qualifiquem a estrutura econômica proporcionada pelo **PRONAF**. O enfrentamento e a conquista de mercado é uma alternativa viável para aumentar o espaço econômico ocupado pela agricultura familiar.

O processo de criação de novos mercados, gerando novas oportunidades econômicas, na tentativa de aumentar a taxa de lucro dos produtores rurais, na visão dos mediadores, o **PRONAF**, apresentou avanços significativos em relação à conquista de novos mercados, proporcionado pela dinâmica econômica do programa.

Temos que entender que nossa organização que construímos até a atualidade tem muito mais possibilidade de intervir nos processos econômicos do que o período anterior à chegada do **PRONAF**. Pode até ser que alguns movimentos sociais acabaram perdendo parte de seu vigor político, mas a realidade está aí, podemos pensar nas marcas de produtos que a agricultura familiar possui, e que estão no mercado, isso significa um avanço importante. Eu considero o desenvolvimento econômico como um fator importante, porque é através dele que se permite criar um ambiente político e social mais favorável nas próprias organizações de base. Precisamos de gente com capacidade de erguer a cabeça, de ter autonomia, que deixe de ter posição submissa, deixando de se fazer de vítima ou aquela imagem de eterno coitadinho. Muitos pensam que as possibilidades econômicas já se esgotaram, não reconhecendo, muitas vezes, as possibilidades que a própria realidade proporcional. (Dados de entrevista com Christophe de Lannoy, Outubro de 2009)

Ziger (2009), em relação a essa tendência concentradora do **PRONAF**, interpreta as mudanças no sistema de enquadramento como um fator positivo que é próprio do desenvolvimento do programa, e exemplifica o fato da possibilidade de um produtor familiar financiar até R\$ 50.000,00 na modalidade de custeio, permitindo mais possibilidades de “projetos mais estruturantes”, acreditando que a própria ampliação da capacidade do agricultor familiar buscar um montante maior de crédito permite a ampliação de sua demanda; por sua vez, a própria dinâmica econômica da agricultura contemporânea gera maior segurança na operação desse crédito ao agricultor.

Ao mesmo tempo, admite certa preocupação em relação a esse questionamento, devido ao fato de existir essa possibilidade de haver enquadramento cada vez maior de um público com maior estruturação e isso consumir grande parte do crédito destinado a financiar os investimentos da agricultura familiar. Admite também existir essa possibilidade através de mudanças no sistema de enquadramento do **PRONAF**, que possa do público de menor capacidade econômica a oportunidade de crédito. Portanto, esse será o risco que parte dos agricultores familiares correrá caso essas mudanças não contemplem a garantia de acesso ao crédito.

Ziger (2009) afirma existir, na atualidade, uma grande oferta de crédito e, no momento, essa possível tendência de concentração dos recursos do **PRONAF** não se confirma; o maior problema, nesse momento, é o excesso de crédito, devido ao modelo produtivo adotado pelos agricultores, muitas vezes, não consegue gerar retorno e capacidade de pagamento.

Adotar políticas estruturantes na Agricultura Familiar, requer investimento planejado em sua base. O acesso ao crédito (**PRONAF**) foi uma importante etapa conquistada, permitiu acesso a financeirização da agricultura, colocando uma parcela significativa de propriedades rurais do país, que no passado encontravam-se isolados do sistema financeiro, dentro do circuito da economia.

Para tornar o **PRONAF** uma política ainda mais abrangente será necessária algumas medidas pontuais aplicadas àquela parcela de produtores que, economicamente, não tem poder de pagamento e não oferece ao agente financeiro a segurança necessária, nem o estabelecimento de laços futuros e aprofundamento de negociação dos produtos oferecidos pelas agências financeiras. Mesmo que medidas criteriosas sejam aplicadas, tudo indica que parte dos estabelecimentos agropecuários continuarão sem crédito mesmo com a ação do **PRONAF**.

Em relação ao processo de ampliação do **PRONAF**, em sua área de abrangência e sobre a determinação de um possível limite, Gonçalves responde:

Não faz mais sentido ampliar o **PRONAF** no sentido de abarcar, pois isso significaria amplificar a perda de foco já detectada nesse programa. Há intransponíveis limites fiscais para que o **PRONAF** seja um instrumento de crédito ainda mais abrangente. Há que se pensar nos limites de suas fontes de recursos, no subsídio embutido na “equalização de juros” que compromete cada vez mais o Orçamento Geral da União (**OGU**). Em suma, o **PRONAF**, se não está no seu teto, está bem próximo dele. (Dados de entrevista com José Sidnei Gonçalves, Dezembro de 2009)

José Sidnei Gonçalves afirma que o problema da exclusão ao crédito está na própria base da exclusão produtiva, ou seja:

Pensada como atividade econômica; a exclusão financeira consiste no mais perverso ingrediente que contribui para a exclusão social. E como o capitalismo ainda é capitalismo, a exclusão produtiva lhe é inerente. Mas como nunca se viveu todo o arsenal de maldades decorrentes das contradições da expansão capitalista, o pior dos mundos seria a ocorrência da irradiação, no município, de um avassalador movimento de capital agroindustrial como o canavieiro, que passa por cima de tudo, que estiver na sua frente. Há que se pensar em outras políticas estruturais, que levem à inclusão dos excluídos do crédito. Mas não são as políticas que aí estão. (Dados de entrevista com José Sidnei Gonçalves, Dezembro de 2009)

As entrevistas realizadas em várias esferas apontam que o **PRONAF** possui vários pontos preocupantes que precisam ser discutidos. O aprofundamento dessas contradições resultará, caso não sejam aplicadas medidas adequadas, em perdas ainda maiores de seu foco estrutural já detectado, segundo Gonçalves. Será necessário implantar medidas estratégicas e oportunas no sentido de utilizar o potencial ocioso da própria agricultura familiar, ou seja, criando novos mercados para comercializar as mercadorias que podem ser geradas por esse capital ocioso.

A agricultura familiar precisa de maior acompanhamento técnico, na tentativa de ampliar o poderio tecnológico de seu sistema produtivo, para que se torne capaz de produzir mercadorias de alta qualidade, assim, haverá melhor aproveitamento dos investimentos do **PRONAF**.

Alguns produtores rurais entrevistados registraram críticas quanto à incompatibilidade existente entre o objetivo geral do **PRONAF**, estabelecido pelas esferas federais do Estado, e a ação do governo local (Prefeitura) que vivencia a realidade cotidiana dos agricultores familiares. Na maioria das vezes, não se discute e nem há interesse em discutir as particularidades dos diferentes territórios existentes, ou seja, não se leva em consideração as potencialidades e deficiências existentes na realidade da própria agricultura familiar do município.

O problema não é mais se existe crédito ou não. Fazer empréstimo através do **PRONAF** se tornou muito fácil hoje em dia, mas o que eu me preocupo é que apenas estamos trocando seis por meia dúzia. Não se tem preocupação em aumentar a renda do agricultor; muitos de meus vizinhos inclusive estão endividados, pois o milho sendo uma cultura bastante cultivada pelos agricultores familiares da comunidade, devido ao terreno acidentado, é uma cultura bastante problemática como dizem; com milho não se paga conta, pois o custo de produção é alto e o preço do produto normalmente é baixo. Precisamos aumentar as opções de mercado. Veja só a gravidade do problema: ao invés de discutir novas alternativas para aumentar a renda financeira dos agricultores, parece que foi aprovado recentemente um projeto de implantação de uma malharia na comunidade para utilizar a mão de obra dos filhos dos agricultores familiares. Então, o único trabalho de avanços na comercialização foi feito pela **COOPAFI** e Cresol, mas não foi dado sequência. Então, não estou dizendo que **PRONAF** não foi bom. Foi excelente. Veja através dele pude construir minha casinha, comprei umas vaquinhas e está melhorando minha vida; sou aposentado e tenho uma renda mensal, mas mesmo assim vejo problemas em relação ao **PRONAF**. (Dados de entrevista com agricultor familiar, de Flor da Serra do Sul/PR 2009/2010)

O direcionamento de políticas públicas, em âmbito local, em contradição com as políticas públicas conservadoras que o Brasil adotou ao longo de sua história, é uma das maneiras de tentar viabilizar determinado desenvolvimento estrutural da agricultura familiar.

Em entrevista com José Sidnei Gonçalves, foi elaborada uma questão no sentido de saber do pesquisador se o **PRONAF** pode ser considerado uma política pública de cunho “vertical”, ou seja, aquela que leva em consideração as potencialidades específicas, seu capital ocioso e que considera as especificidades e irregularidades socioeconômicas de cada local.

Sua resposta aponta para o fato de que existe, na atualidade, uma linha de ação governamental que trabalha no processo de pensar políticas territoriais para tentar focar

essa questão. No entanto, praticamente todo o esforço está direcionado para o **PRONAF**, que acaba consumindo “a esmagadora maioria dos recursos”. Segundo o autor, não se fazem políticas sociais a juro, logo, é uma questão de prioridade, mas afirma que realmente apenas políticas territoriais de cunho vertical podem permitir avanços específicos para cada realidade.

Segundo Carneiro (1997), o **PRONAF** possui diretrizes baseadas em experiências européias, em especial, na realidade francesa, elegendo, a partir da realidade européia, a categoria agricultura familiar como forma de produção. A partir do pós-guerra, aplicaram um modelo de reestruturação dos processos tecnológicos dos proprietários do meio rural. Sua “função Social” para os idealizadores do **PRONAF**, foi um modelo de desenvolvimento econômico, baseado na produtividade e consequentemente, na maior rentabilidade, contribuindo dessa maneira para que o agricultor familiar tenha maior poder de competitividade no mercado, gerando avanços na qualidade de vida da população rural, porém:

Quando se trata de importar modelos adotados em outros países, é importante lembrar as especificidades das conjunturas e os contextos históricos de cada realidade. No caso da França, a política sustentada na modernização da agricultura familiar foi implementada quando o chamado “Estado-previdência” se afirmava (Servolin, 1989; Abramovay, 1992). Nessa conjuntura foi possível investir somas consideráveis em políticas sociais que garantiam as transformações desejáveis no campo. Assim, implementou-se uma política orçamentária que contemplava, por exemplo, um sistema de prestações sociais destinadas a financiar a proteção social do agricultor, semelhante ao sistema de seguridade social dos assalariados. Além disso, outras fontes de financiamento, a fundo perdido, foram colocadas à disposição do produtor médio com o objetivo de garantir a sua reprodução social e, ao mesmo tempo, manter certo controle sobre os mercados francês e europeu (Alphander et al., 1988). Naquela conjuntura de pós-guerra, a ação do Estado brasileiro orientou-se para a modernização econômica e tecnológica da grande produção, consolidando os negócios da empresa capitalista no Campo com políticas de subsídios, como por exemplo, a de crédito agrícola. (Carneiro 1997.p, 72)

Ao contrário do Brasil, conforme afirmou Carneiro (1997), na realidade francesa, o Estado implantou todo um processo de reestruturação das propriedades agrícolas, investindo altos valores em políticas sociais em seu espaço agrário. No Brasil, o **PRONAF**, que é considerado o melhor instrumento de política pública para a agricultura familiar já existente no País, foi implantado durante a década de 90,

justamente no período em que houve grande desestruturação da base estatal, ocorrendo altos índices de privatizações de importantes pontos estratégicos da economia do país.

## CONCLUSÃO DO IV CAPÍTULO

Dizia Marx (1985) que o trabalhador deve apresentar “luta política” no sentido conseguir avanços quanto ao aumento de seu salário. As bases políticas do acesso ao crédito do **PRONAF**, na agricultura familiar, de acordo com seu histórico de formação e existência, demonstram que as articulações políticas dos movimentos que as representam foram fundamentais para que ocorresse o novo direcionamento do foco de investimentos.

Foi o desenvolvimento econômico que intensificou o fluxo de demanda por crédito para a agricultura familiar. Portanto, é correto afirmar que o processo de criação e desenvolvimento do **PRONAF** foi fruto das lutas de classes no campo, mas, ao mesmo tempo, é preciso considerar que seu intenso desenvolvimento, principalmente a partir do ano de 2000, ocorreu em decorrência do aprofundamento das relações econômicas entre a indústria produtora de mercadorias e a agricultura familiar consumidora.

A luta política existente em seu processo embrionário foi substituída pelo interesse econômico, pela geração de novas oportunidades de acumulação capitalista. É importante argumentar que, na essência do **PRONAF**, há a luta política dos trabalhadores. É preciso concentrar esforços para que o acesso à financeirização da agricultura por parte da agricultura familiar gere aumento de emprego e renda com manutenção do poder político. E uma das alternativas é a profissionalização das propriedades rurais enquadráveis na política de crédito do **PRONAF** para que os estabelecimentos agropecuários produzam mercadorias de boa qualidade, com participação crescente no mercado. Apenas com o apoderamento econômico dos agricultores familiares é que as forças políticas serão ampliadas, apoderamento esse que o **PRONAF** não está proporcionando de forma significativa, mas apenas para uma parcela de agricultores mais desenvolvidos na integração com o mercado.

Em decorrência do **PRONAF**, foi possível desenvolver a base de acesso ao desenvolvimento econômico. Podemos afirmar isso devido ao fato de o cooperativismo de crédito ter surgido no mesmo período da criação do programa e foi fundamental para socializar os recursos financeiros para o maior número possível de mutuários que, em

fase anterior eram vítima da resistência por parte das instituições financeiras a exemplo do Banco do Brasil, que era um dos poucos agentes financiador da agricultura. Portanto, a relação do agricultor com o cooperativismo de crédito foi importante na criação da identidade econômica dos agricultores familiares.

É mister considerar o processo na sua totalidade, pois o **PRONAF** possui contradições em suas particularidades; é preciso buscar alternativas para resolver problemas que ainda não foram resolvidos. Apesar de existirem algumas tendências perigosas em relação à perda do foco estrutural do **PRONAF** (concentração, limite de mutuários de acordo com o poder de pagamento), não é viável apostar num viés pessimista, afinal, o programa apresenta potencial de expansão e estruturação das bases produtivas da agricultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para proceder a esta análise, empreendemos um estudo sobre a crise financeira durante a década de 1980 assim como a falta de crédito para financiar a agricultura familiar. Para Delgado (1985), com o **SNCR** (1960), tenta-se adquirir certa generalidade na política de crédito e o público preferencial era o agricultor modernizado ou modernizável, que se encontrava inserido nas relações econômicas com o **CAI**. No decorrer do desenvolvimento histórico da agricultura, percebeu-se, através da política de crédito do **PRONAF**, que a agricultura familiar também apresentava potencial para modernizar-se e se integrar no mercado econômico. Esse fato não é uma interpretação recente, pelo contrário, Delgado (1985) já afirmava que, para que houvesse reforma no sistema de financiamento agrícola, era preciso expandir o crédito para outra clientela específica, ou seja, de pequenos agricultores socialmente organizados.

Essa inserção no sistema financeiro, de uma nova clientela, conforme afirmou Delgado (1985), aconteceu, a partir da década de 1990, com participação importante do cooperativismo de Crédito, aumentando a capilaridade dos recursos do **PRONAF** na agricultura familiar. Com a ação do cooperativismo de crédito, diminui a dependência dos agricultores em relação às instituições financeiras que tinham resistência em financiar uma categoria sem poder de pagamento. Portanto, o cooperativismo de crédito representou um importante sistema de organização social.

As entrevistas com os mediadores das políticas públicas para a agricultura permitiram constatar que houve no decorrer do desenvolvimento do **PRONAF** um novo posicionamento por parte dos movimentos sociais do campo. O posicionamento de oposição às políticas do Estado foram substituídas pelo processo de negociação, na tentativa de obter vantagens.

Esse processo de ação política dos trabalhadores acabou gerando demanda econômica; isso fez com que a agricultura familiar ganhasse representação política no Congresso Nacional. Para que isso acontecesse, os agricultores familiares precisaram lutar contra a resistência por parte das instituições financeiras do próprio Estado que não tinham interesse em liberar financiamento para uma categoria desprovida de poder econômico. Por isso, a luta dos trabalhadores em relação ao **PRONAF** deve ser considerada como fator importante.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o **PRONAF**, de um modo geral, de acordo com Gonçalves (2009), já perdeu seu foco estrutural em virtude da existência de uma luta heterogênea, ou seja, uma disputa de vários sub-segmentos com interesses diferentes, fazendo com que haja enfraquecimento da luta de classe no sentido geral dos agricultores.

A finalidade da criação da política de crédito do **PRONAF** consistiu em melhorar a estrutura produtiva da agricultura familiar, aumentando a competitividade na produção de mercadorias para o mercado, afinal ele surgiu para resolver esses problemas considerados importantes e responsáveis por frear o desenvolvimento da agricultura familiar.

Com base na pesquisa de campo, foi possível compreender que, com a presença do **PRONAF** na agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul, ocorreram avanços significativos na realidade das famílias que se beneficiaram dos recursos do programa. Ficou constatado que a maior parte dos recursos financeiros do **PRONAF** investimento foi direcionada para a atividade leiteira. A natureza do investimento é variada, houve compra de animais com maior valor genético, compra de máquinas e equipamentos, investimentos no melhoramento de pastagens, embora este último item seja menos comum. Nesse sentido, houve resultado positivo, se compararmos os índices de produtividade de leite no município baseado em dados do **IBGE** (2009), em que média de produtividade saltou de 2,97 litros diários por vaca para 6,91 litros no ano de 2008. Nas comunidades pesquisadas, esse índice fica, em média, entre 6,98 litros e 9,5 litros diários por vaca.

Não apenas a produtividade individual teve evolução, a quantidade de leite produzido no município mais que dobrou entre 1996 a 2008. Segundo **IBGE** (2009), em 1996 o município de Flor da Serra do Sul produziu 4.792.000 litros de leite; em 2008, atingiu 9.758.000 litros.

Portanto, a modalidade do **PRONAF** investimento tem apresentado os melhores resultados em termos de estruturação dos meios produtivos na agricultura. Embora constatado que as propriedades rurais se encontram com estrutura produtiva ainda precária, necessitando de maior acompanhamento técnico e administrativo, os investimentos do programa foram fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, além do investimento na base produtiva, fator muito elogiado pelos agricultores que é a construção de moradias no meio rural.

No entanto, o **PRONAF** não tem alterado a tendência de saída da população do campo rumo à cidade, principalmente os filhos dos agricultores familiares. A pesquisa de campo demonstrou que mais de 70% dos filhos dos agricultores que saíram da propriedade foram morar e trabalhar em diversas regiões do Brasil. Dos que ainda permanecem no meio

rural, boa parte tem grandes chances de deixar a propriedade devido a faixa etária dessas pessoas abrirem essa possibilidade, ou seja, 70,46% possuem idade entre 15 a 30 anos. Apesar disso, há uma tendência de alguns jovens do meio rural permanecerem no campo por convicção, pelo fato de projetarem viabilidade econômica na produção agropecuária e boa qualidade de vida, difícil de conseguir fora da propriedade.

Os dados da pesquisa de campo (2009/2010) demonstram que a questão do fluxo populacional da relação campo e cidade vão além do acesso ao crédito ou formação de renda. Se analisarmos os dados dos gráficos XXII/XXIV e da tabela XV, constataremos que a permanência dos filhos dos agricultores familiares na agricultura depende de outros fatores além da viabilidade econômica das atividades desenvolvidas na propriedade rural; muitas vezes o sonho de mudar o próprio estilo de vida pode determinar a saída do campo rumo à cidade, mesmo que a propriedade possua boa renda.

Isso não significa afirmar que o **PRONAF** não teve a participação importante no fluxo populacional campo/cidade. Fica evidente que o programa facilitou a vida dos agricultores já inseridos na produção agrícola, porém não pode ser considerado como fator generalizado de diminuição do êxodo rural pelo fato de que para algumas propriedades analisadas no capítulo III, o **PRONAF** foi decisivo para a continuidade de parte da população jovem no meio rural, no entanto, a grande maioria continua deslocando-se para outros lugares em busca de outras formas de emprego e renda.

A presença da política de crédito do **PRONAF**, na dinâmica da agricultura familiar, abriu novas possibilidades de viabilização econômica, mas esta não está relacionada aos recursos direcionados ao plantio de soja e milho do **PRONAF** custeio. Conforme demonstramos, no capítulo III, a renda per capita proveniente somente dessas atividades agrícolas produtora de grãos apresentou índices baixos, de R\$ 542,65 para a comunidade de Rio Verde, R\$ 135,00 para Pedra Lisa e R\$ 126,16 para Altaneira. A produção de leite, por sua vez, é uma atividade importante, que estabelece rendimento fixo nas propriedades rurais, mas há falta de planejamento quanto aos investimentos, falta de acompanhamento técnico e baixa produtividade; isso faz com que haja baixa taxa de lucro na atividade. O quadro IV do capítulo III mostra que, das 57 famílias que produzem leite, 12 (21%) apenas possuem média de produtividade acima de 10 litros diários por vaca.

A questão da renda, uma das contradições vivida pela agricultura familiar, faz parte de uma questão estrutural, que é inerente ao Modo de Produção Capitalista, pois as atividades agropecuárias desenvolvidas apresentam limitações da taxa de lucro.

A modalidade **PRONAF** custeio, que consome a maior parte dos recursos do programa, aproximadamente 80%, por sua vez, apresenta uma dinâmica que aprofunda ainda mais a questão da taxa de lucro das atividades agropecuárias. Por favorecer o planejamento e a exploração capitalista por parte do comércio (cooperativas e casas agropecuárias), justamente por apresentar regularidade quanto ao período de liberação dos recursos. Essa regularidade, de certa forma, facilita o planejamento econômico das empresas que comercializam as mercadorias consumidas pelos agricultores familiares.

Esse aspecto regular de liberação dos recursos para o custeio agrícola poderia ser substituído por um instrumento de liquidez financeira de forma imediata, na tentativa de aumentar as possibilidades de negociação para fins de diminuição do custo de produção. O Estado disponibilizaria recursos financeiros para o custeio agrícola não em forma de pacote agrícola pré-determinado, mas como moeda corrente em período não pré-fixado.

Nesse sentido, os agricultores teriam a possibilidade de negociar os insumos agrícolas em períodos indefinidos, o que conseqüentemente permitiria adquirir esses insumos necessários para o cultivo de culturas anuais por valores unitários inferiores ao que normalmente adquirem com a regularidade de liberação do **PRONAF**, ou seja, as empresas vendedoras de insumos teriam mais dificuldades em traçar suas estratégias comerciais, ao contrário do que ocorre, isto é, os recursos do **PRONAF** custeio são disponibilizados para os agricultores normalmente entre os meses de Outubro e Novembro. Isso facilita a negociação antecipada das empresas para garantir certo volume de vendas, com cobrança de juros, pois a maioria dos agricultores familiares apenas terão poder de pagamento nos meses de outubro e novembro de cada ano.

A pesquisa de campo (2009/2010) mostrou que nas propriedades rurais, há uma enorme dificuldade de acesso ao mercado, exceto no que refere as culturas tradicionais produzidas. Apesar do **PRONAF** ter contribuído para algumas propriedades rurais melhorarem a estrutura produtiva, a grande maioria encontra-se com estrutura produtiva ainda deficiente.

Uma das alternativas apontadas, durante as entrevistas, pelos mediadores da política de crédito do **PRONAF** e por agricultores, na tentativa de melhorar o aproveitamento dos recursos do **PRONAF**, é, justamente ocupar espaço no mercado para aumentar a taxa de lucro e o poder político dos trabalhadores, na tentativa de desenvolver estruturalmente a agricultura. Para que isso acontecer, é necessária a profissionalização dos trabalhadores do campo, o desenvolvimento tecnológico precisa avançar mais para abrir possibilidades de produzir mercadorias de alta qualidade, com maior diversidade, sendo mais competitivo.

É preciso considerar que a agricultura familiar já tem desenvolvido uma série de marcas de alimentos próprios que circulam junto ao mercado consumidor, mas, na base empírica pesquisada, não encontramos indícios dessa produção de alimentos de forma regulamentada, apenas encontramos produtos tradicionais existentes na maioria dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar tais como soja, milho, suínos, leite e fumo. Os dados de campo demonstraram a existência de baixa remuneração financeira para as famílias, assegurando certo nível de renda nas famílias a renda proveniente de atividades não agrícola.

Não estamos afirmando que esse processo “pluriativo” na agricultura familiar seja algo negativo para o desenvolvimento da base produtiva da agricultura, pelo contrário, é importante e faz com que haja elevação da renda financeira da agricultura familiar, aumentando a qualidade de vida das pessoas no campo; afinal, possuem mais dinheiro para consumir suprindo suas necessidades. Porém, o aumento da taxa de lucro gerado pelas atividades agropecuárias poderia aumentar ainda mais o poderio econômico dos agricultores familiares.

Portanto, a produção e a industrialização de alimentos de boa qualidade é uma opção para novas oportunidades de participação no mercado para a agricultura familiar. Essa produção, a princípio, poderia ser para atender o mercado local, para, depois, estender as possibilidades de atender outros centros consumidores fora do raio local. Os órgãos do Estado poderiam viabilizar e intensificar o estudo econômico com o objetivo de determinar o nível de demanda dos principais alimentos consumidos pela população urbana das cidades da região para que pudéssemos desenvolver potencial para atender essa demanda, para, depois, intensificar projetos de pesquisa visando à profissionalização dos trabalhadores do campo.

Através das entrevistas da pesquisa de campo, ficou demonstrado que não há trabalho envolvendo os agricultores em relação à exploração de novos mercados. Houve alguns trabalhos em relação a novos mercados que apenas foram iniciados pelo Sistema **CRESOL** e **COOPAFI**, mas não foi dado continuidade. Ora, se o modelo de agricultura tradicional identificado na pesquisa de campo, não está contribuindo para o aumento da renda dos agricultores familiares, é necessário desenvolver outro modelo, com medidas adequadas para aproveitar as potencialidades produtivas regionais que se encontram ocultas diante da exploração atual do mercado econômico.

Portanto, o **PRONAF**, apesar de não ter nascido de nenhuma organização que pensa estruturalmente a agricultura no Brasil, conforme afirma Oliveira (2009), a pesquisa de campo mostrou que o programa é importante para os agricultores familiares administrarem as

propriedades. “Sem ele não conseguiria mais viver, representa o capital de giro que preciso para administrar minha propriedade” (Produtor rural de Flor da Serra do Sul, Janeiro de 2010).

É sabido que existem alguns problemas que a financeirização da agricultura familiar não conseguiu superar; é preciso investir em outras políticas públicas. A falta de assistência técnica é um dos gargalos enfrentados pela agricultura familiar, conforme demonstramos no capítulo III, ou seja, um número significativo de famílias não costuma receber visita técnica, sendo que a maior parcela recebe assistência técnica da iniciativa privada, cujo maior interesse é vender mercadorias para os agricultores familiares.

A política de crédito do **PRONAF** está em ação na agricultura familiar; está, a cada ano, desenvolvendo-se e aprofundando-se tornando-se mais abrangente, porém, existem algumas tendências próprias do sistema financeiro que são inerentes ao Modo de Produção Capitalista, um ponto que ficou claro nas entrevistas com os mediadores das políticas públicas para a agricultura, conteúdo este presente no capítulo IV desta pesquisa. O **PRONAF** pode não ter claro um limite financeiro, mas possui limites de abrangência quanto aos agricultores familiares com poder de pagamento. A política de crédito do programa não vai atingir todas as pessoas que necessitam de crédito, esse fato ficou demonstrado no quadro VI, quando tratamos de um comparativo da evolução das regras dos manuais de crédito rural envolvendo o **PRONAF**, ou seja, há uma tendência de haver um programa com mais dinheiro com menor número de mutuários.

Nesse sentido, a organização social dos agricultores familiares será fundamental para manter o direito de adquirir financiamentos assim como inserir pessoas que se encontram fora do sistema financeiro e que necessitam dele para melhorar sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2 Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ADDAD, Fernando. **Sindicalismo, Cooperativismo e Socialismo** In: Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, 1 ed, São Paulo, Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/>. Acesso em 21 Out. 2009.

Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt). Acesso em 17 Nov. 2009.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e Agricultura Familiar**: uma leitura do Pronaf. Estudos Sociedade e Agricultura. Brasília, p. 70 – 82. Abr, 1997.

Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conab>. Acesso em 12 Maio. 2010.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA (2009)

COUTINHO, Luciano. **O Desempenho da Indústria sob a Real**> In: MERCADANTE, Aloizio (ORG). O Brasil Pós – Real. A Política Econômica em Debate. Campinas: Unicamp/IE,1998.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no pós guerra**: um estudo da Reflexão agrária. Estudos Avançados, São Paulo, v,15, n,43, 2001.

DENARDI, Reni Antonio. Entrevista concedida a Fernando Rodrigo Farias. Francisco Beltrão/PR, 04 Nov. 2009.

GERMER, C.M. **A Irrelevância Prática da Agricultura Familiar para o Emprego Agrícola**. Reforma Agrária. V. 31. Curitiba 2002. (Artigo).

GONÇALVES, José Sidnei. **Agricultura sob a Égide do Capital Financeiro**: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. In: Informações Econômicas. São Paulo, v,35, n.4, abr. 2005-A, p.7-36. Disponível em:

Gonçalves, José Sidnei. Entrevista concedida a Fernando Rodrigo Farias (on line), São Paulo, 10 Dez. 2009.

GONÇALVES, José Sidnei; FONSECA, Maria da Graça Derengowski. **Financiamento do Investimento da Agroindústria e Agropecuária**: Análise de dois Planos Governamentais Recentes. In: Informações Econômicas. São Paulo, v, 25, n.6, jun.1995, p. 1-17. Disponível em: <HTTP://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações>.

GONÇALVES, José Sidnei; FONSECA, Maria da Graça Derengowski. **Política de Desenvolvimento Agroindustrial e Crédito Estatal de Investimento:** análise do programa nacional de desenvolvimento agroindustrial PNDA. In: Agricultura em São Paulo. São Paulo, v, 43, n.3, Mar.1995, p. 117 – 166. Disponível em: [HTTP://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações](http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações).

GONÇALVES, José Sidnei; MOREIRA, Sueli Alves. **Modernização da Produção Agropecuária Brasileira e o Velho Dilema da Superação da Agricultura Itinerante.** In: Informações Econômicas. São Paulo, v, 28, n.4, abr.1998. Disponível em: [HTTP://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações](http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações).

GONÇALVES, José Sidnei; SOUZA, Sueli Alves Moreira; FERREIRA, Célia R .R. P T. **Financiamento da Produção Agropecuária e Uso de Fertilizantes no Brasil, período 1950-2006.** In: Informações econômicas. São Paulo, v, 38,n,9, Set, 2008, p. 14 – 21. Disponível em: [HTTP://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações](http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações).

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo Rural Brasileiro.** 2 Ed. Campinas: Unicamp – IE, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo Rural Brasileiro.** Revista nova economia. Belo Horizonte, v,7, n.1, p.43-91. Maio. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José; Grossi, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. **O que é Realmente de Novo no Rural Brasileiro.** Cadernos de ciências & tecnologia, Brasília, v, 19, n, 1, p.37 -67. Jan/Abr. 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 3 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HELFAND, Esteven M; RESENDE, Gervásio Castro de. **A agricultura Brasileira nos anos 1990:** o impacto das reformas políticas In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P.R. da (ORG.) Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001. P. 248 – 301.

<http://lavourasa.com.br>. Acesso em 27 Jan. 2010.

[HTTP://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações](http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> . Acesso em 15 Dez. 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb>. Acesso em 22 Jan. 2010.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** São Paulo: Abril Cultural, 1986.

Kuenzer, Acácia zeneida. **Desafios Teórico- Metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola,** FRIGOTTO, Gaudêncio (ORG.) Educação e Crise do Trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. P. 55 – 75.

LANNOY, Cristophe Gabriel. Entrevista concedida a Fernando Rodrigo Farias. Francisco Beltrão/PR, 16 Out. 2009.

LOPES, Fernando. **Disputa acirrada pela Copebrás**: em ano de crise, produção dá sinais de elevação. Valor Econômico, 11 Nov.2009, p. B12.

MAMIGONIAN, Armen. **Ciclos Econômicos e Organização do Espaço**. In: Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico. São Paulo, 2005, p. 88 – 91. Livre Doc.. Livre Docência: FFLCH-USP.

Manual de Crédito Rural, n, 481, Brasília, Julh. 2009. (Bacen).

Manual de Crédito Rural, n, 510, Dez. 2009. (Bacen).

Manual de Crédito Rural, n, 511, Dez. 2009. (Bacen).

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Série os pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. O Capital: **Crítica da Economia Política**. São Paulo: Victor Cívica, 1985.

MARX, Karl. O Capital: **Crítica da Economia Política**.São Paulo: Victor Cívica, 1983.

MATEI, Lauro. **Pronaf 10 anos Mapa da Produção Acadêmica**. Nead Estudos, Brasília MDA 2006.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2000.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2001.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2002.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2003.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2004.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2005.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2006.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2007.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2008.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Sem Terra, Assentados, Agricultores Familiares**: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Colección grupo de trabajo, clacso, Buenos Aires, 384 p, 2001. (P. 103 – 128).

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia Econômica do Setor Agroalimentar Brasileiro**: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990 – 2007). São Paulo, 2009. 245 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.

MELO, Fernando Homem. **Liberalização Comercial e Agricultura Familiar no Brasi**, Rede Brasileira pela Integração dos Povos (ORG.) Comércio internacional segurança alimentar e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Copyright, 2001. P. 7 – 44.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em 10 Março. 2010.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>. Acesso em 27 Jan. 2010.

OLIBONI, Noveraldo. Entrevista concedida a Fernando Rodrigo Farias. Francisco Beltrão/PR, 04 Nov. 2009.

OLIVEIRA, Marcos Antonio. **As Bases Filosóficas e Epistemológicas de alguns Projetos de Educação do Campo**: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. Curitiba, 2008. 468 p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Fernando Rodrigo Farias. Curitiba/PR, 02 Out. 2009.

PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco. **Crise Agrícola e Políticas Públicas**: novos elementos para discussão. In: Agricultura em São Paulo. São Paulo, 1998, p. 17-38. <HTTP://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações>.

RANGEL, Ignácio. **Ciclo Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RANGEL, Ignácio. **Economia Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto volume I e II, 2005.

Resolução, n, 3.559, São Paulo, Mar. 2008. (Bacen).

SANTIAGO, Maura Maria; SILVA, Valquiria da. **A política de Crédito Rural Brasileira e o Endividamento do Setor Agrícola**: antecedentes e desdobramentos reentes. In: Agricultura em São Paulo. São Paulo 1999, p.47-69. Disponível em: <HTTP://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações>.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Porto Alegre, v, 18, n, 51, p. 99 – 101. Fev.2003.

Secretaria Estadual de Abastecimento. Disponível em: <http://www.seab.pr.gov.br/>. Acesso em 12 Maio.2010.

SOARES, Paulo de Tarso. **Questionando o Questionamento aos Clássicos do Marxismo sobre a Agricultura**. In: Worskshop teórico economia política da agricultura. São Paulo, Dez. 1998.

VANDRESEN, Vilmar. Entrevista concedida a Fernando Rodrigo Farias. Francisco Beltrão/PR, 19 Out. 2009.

ZIGER, Vanderlei. Entrevista concedida a Fernando Rodrigo Farias. Francisco Beltrão/PR, 07 Dez. 2009.

Anexo 1 - Questionário e respostas das entrevistas da Pesquisa de campo (2009/2010), realizado na comunidade de Altaneira Flor da Serra do Sul Pr.

Área (ha)	Uso do Solo (ha)	Atividade principall	Pessoas que residem na propriedade por faixa etária escolaridade	Pessoas que saíram da propriedade / idade, função, local/ganho escolaridade	Contratação de Mão de obra de e para terceiro	Infra-estrutura maquinaria	Receitas da família e origem da receita.
33	8-milho 7-soja 6-fumo 5-pastagem 7-reserva + moradia.	1-Fumo (40.000 pés) 2-leite 5000 l/mes. 3-milho 800 sc/ano 4-soja (20 % da colheita dos 7 ha arrendados.	Casal de 70 e 80 anos primário incompleto. Casal ele 49 e 44 anos pri-mário.Filho de 15 anos	Filha de 22 anos mora em Beltrão trabalha na codimentos Camila ganha 700,00. Faz adminis-tração na Unipar		Gol 10.000;Ordenhadeira 2000,00; Resfriador 7.000,00; Junta de boi 2000; plantadeira 700; pulverizador TA 1500 motor elétrico 500	Taxa de lucro fumo 2009 sobraram 23.000. 2000 leite 02 aposentadorias 20% de 7 ha de soja.
18	6- fumo e milho 3-pastagem 5-mata nativa 3-capoeira 1 sede	1-fumo 38.000 pés 2-leite 1000 l/mes. 3-milho 300 sacas anuais.	Casal de 43 e 37 anos 1 grau incompleto. Filho de 10 anos.			Gol 25.000,00; Junta de boi 2000,00; Carroça 1000,00; Plantadeira 700; Pulverizador 1000,00; Trilhadeira 300; Casa mista; Galpão de fumo 8x30	400 da renda do leite Taxa de lucro do fumo 24.000 (em 2009). 450,00 renda de aluguel de casa na cidade.
8	2-soja 1-refloresta-mento de pinus. 5-pastagem /reserva/moradia.	1-leite 500 litros mensais. 2-soja 100 sacas por ano.	Casal 30 a 40 anos primário incompleto. Filha de 14 anos (estuda), filha com 5 anos (estuda).			Moto cg 125 valor de 4.000. Casa mista 10x8	150,00 da renda do leite. Bolsa família 112,00.
128	25-soja milho 38-mata nativa 3-eucalipto e pinus 69-pastagem/ moradia	1-gado de corte total de 150 cabeças, comercia-liza + ou-50 por ano. 2- soja 300 sacas por ano; 3-milho 750 sacas por ano.	Mulher 56 anos primário incompleto. Filhos de 24 e 26 anos 2 grau, filho de 12 anos (estuda)	Filha saiu com 18 anos é advogada trabalha em são Leopoldo. Filha saiu com 26 anos é professora de história em Flor da Serra do Sul. Filho 24 anos está indo a Floria-nopolis para trabalhar em restaurante.	Paga 450,00 + alimentação básica + 10% para colheita da soja e milho a um caseiro. Horas máquinas para plantar e pulverizar 18 anuais.	Santana 1985 1.8 4.000 Astra 2002 1.8 25.000 Caminhão 1985 1130 40.000 F4000 1988 35.000 Moto titan 125 2001 3.000 Moto bis 2.500 Possui telefone. Casas 9x12 e 5x6 de alvenaria. Galpões 10x10 e 8x40	Pensão do pai falecido 450,00 Taxa de lucro da soja /milho/gado de corte.

28	17-soja 7-reflorestamen-to pinus e euca-lipto/moradia. 4 - milho	1-soja 1400 sacas por ano. 2-leite 6000 litros mensais	Casal 47 e 45 anos primário incompleto. Filho 19 anos 2 grau	Filha 23 anos trabalha de secretária da prefeitura e ganha 500,00.		Trator 95.000;Trator 18.000 Plantadeira 36000 Pulverizador 3000 Ordenhadeira 2000 Resfriador 6.000 Motor eletric.1000;Arado500 Grade 1.500;Moto 6000 Casa mista 120 m2 Chiqueiro de alvenaria 18x9 Estábulo 120 m2.	1.500 da renda do leite. Taxa de lucro dos + ou- 1400 sacas de soja colhidas anualmente.
12	8-fumo 2-pastagem 2- reserva e moradia	1 Fumo 30.000 pés. 2 Leite 800 litros mensais.	Casal de 29 anos 1 grau incompleto. Casal de aposentados 62 e 60 anos primário incompleto.	02 filhos agricultores. 02 filhos moram na cidade.		Escort 8000; Corsa 26.000 Ordenhadeira 2000 Resfriador 6000 Casa mista 7x9 Galpão de fumo 4x28; Junta de bois 3000	300 da renda do leite Taxa de lucro fumo (13.000 em 2009) 02 APOSENTADORIAS 900,00 MENSAL.
12	6 fumo e milho 2-pastagem 1 reflorestamento 0,5 moradia 2,5 reserva	1-fumo 60000 pés. 2- leite 1000 litros/mês 3 Milho consumo das vacas.	Casal de 52 anos 1 grau incompleto. Filho 28 anos 2 grau	Filho 24 anos tem uma oficina de carro em FSS. Seu irmão de 28 anos também irá trabalhar na oficina.		Fusca 4000; Junta de boi 3000 Carroça 1000;Trilhadeira 500 Motor elétrico 1500; FORAGEIRA [ 1000; Ordenhadeira 2000 Resfriador 6000; Casa mista;Galpão de fumo	300 da renda do leite. Taxa de lucro do fumo (15.000 em 2009)
12	2 milho 2 pastagem 8 reserva e moradia	1 leite 400 litros mensais.	Casal de 31 e 33 anos primário incompleto. Filhos de 10, 07 e 02 anos			Fusca 1979 3000 Casa de madeira em péssimas condições.	100 da renda do leite 148,00 do bolsa família.
14	12-soja 2 moradia e pastagem nativa	1arrendament o 300 sacas de milho anuais fixo.	Casal de 60 e 56 anos 1 grau incompleto.	Filho saiu com 16 anos tem 29 anos trabalha e são bento do sul é gerente de firma ganha 2000. Filha saiu com 20 tem 36 trabalha na Condor em são Bento do Sul. Filha trabalha no núcleo de educação em FCO Beltrão.		Gol 1997 valor 12.000 Caso de alvenaria (em ótimas condições) de 10x11.	02 aposentadorias 300 sacas de milho por ano como valor fixo de renda dos 12 ha de terra que arrenda a um vizinho.

21	10 fumo e milho; 3 pasta-gem nativa 3 pastagem cultivada; 5 reserva e moradia	1 fumo 30000 pés 2 milho para silagem utilizado na atividade leiteira.	Casal de 37 e 35 anos primário incompleto. Filho de 10 e 2 anos. Mulher de 64 anos primário incompleto.			Gol 15.000; Ordenhadeira 2.000; Resfriador 8.000 Motor Eletr. 1.500; Junta de bois 3.000; Pulverizador 1.000; Carroça 1.000; Casa de madeira 6x10, Galpão de fumo Estábulo 8x4	750 da renda do leite Taxa de lucro do fumo (18.000,00 em 2009). 1 APOSENTADORIA 450,00.
18	10 soja e milho 2,5 pastagem nativa 2,5 pastagem cultivada 3 reserva e moradia	1 leite 3.500 litros por mês. 2 soja 200 sacas anuais 2 milho consumo próprio.	Casal 47 e 42 anos primário incompleto. Filha 10 anos	Filha saiu com 18 anos, faz faculdade de Letras em Guarapuava PR.		Corsa 16.000; Moto 2.300; Ordenhadeira 2.000; Resfriador 7.000; Pulverizador 1.400; Junta de bois 3000; Casa de alvenaria; Chiqueiro de alvenaria 7x45 Galpão 10x12	1.500 da renda do leite Taxa de lucro da soja + ou-200 sc por ano.
23	8 soja e milho; 1,5 pastagem cultivada 0,5 pastagem nativa; 2,5 mata nativa 4 reflorestamento 6,5 capoeiras	1 soja 200 sacas por ano. 2 leite 1000 litros/mês.	Casal 48 a 50 anos 1 grau incompleto. Filho 21 anos 2 grau.	Filha 19 anos, trabalha em malharia 450,00, faz geografia na Unioeste; Filho saiu com 17 anos tem 29, São Paulo, trabalha em restaurante 1.800, 2 grau incompleto, é casado e tem 1 filha. Filho de 21 anos, mora na propriedade, trabalha como estiva da cooperativa em Flor da S. do Sul 600,00.	Compra 10 hs máquinas para plantar e pulverizar. 12 % para colheita e frete da soja. + ou-200 sc/ano. Vende sua Mão de obra trabalhando na camiloti, no reflorestamento o ganha 500,00 por mês.	Clio 2002 1.5 16.000 Resfriador 7.000 Motor elétrico 1.500 Casa de alvenaria 11x7 Estábulo Chiqueiro	500 renda do leite Taxa de lucro das 200 sc anuais de soja. Salário do proprietário de 500,00. Salário de seu filho na alfa de 600,00.
13	5 milho e feijão 3 reserva 5 pastagem moradia	1 leite 1000 litros/mês. 2 milho consumo	Casal de 60 e 64 anos ele analfabeto, ela primário incompleto. Filho 33 anos primário incompleto Nora 26 anos primário incompleto	Filha saiu com 26 anos foi para São Paulo e trabalha em casa de família. Filho saiu com 20 anos, trabalha na segurança do Banco do Brasil em Cascavel		Brasília 3.000; Junta de bois 3.000; Plantadeira 700; Trilha-deira 500; Carroça 1.000; Ordenhadeira 2.000; Resfriador 6.000 Ensiladeira 1.500; Casa de madeira 7x 9; Galpão 4x9; Chiqueiro 15x 5; Esterqueira Tem telefone.	350 da renda do leite 02 aposentadorias 900,00.

11	6 cana, milho e fumo 3 reserva 2 pastagem e moradia	1 –cachaça 30.000 l/ano. 2 fumo 30000 pés/ano 3 milho para consumo	Casal 63 e 55 anos primário incompleto. Filho e esposa 29 e 27 anos 1 grau incompleto Filha 24 anos Filho do casal novo 5 anos.	Filho saiu com 17 anos trabalha na cidade de costu- reira. Filha saiu com 22 anos e trabalha em pa- daria. Filho casou e trabalha na agricultura em ou- tra comunidade do município. Filha casou e trabalha na agricultura. Filha trabalha na agricultura.		Junta de bois 3.000 Plantadeira TA 700 Pulverizador TA 1.500 Casa de madeira 8x12 e 5x6 Galpão de fumo 42x8 e 20x8. Paiol 7x5 Tem telefone.	Taxa de lucro da indústria de cachaça (8.000 em 2009), 30.000 L em 2009 Taxa de lucro de 72.000 pés de fumo (150,00 em 2009).
17	8 fumo 5 reflorestamento 4 reserva/moradia/pastagem	1 fumo 20000 pés 2 leite 1000 litros/mês.	Casal de 52 e 45 anos primário incompleto. Filho de 13 anos (estuda). Irmã do casal 45 anos primário incom- pleto seu filho de 10 anos estuda).	Filho saiu com 20 anos tem 21, trabalha em Jaraguá do Sul ganha 600,00 possui 2 grau.	Paga 40,00 por hora para preparar o solo para o plântio de pasto (Emater).	Junta de bois 3.000 Trilhadeira 1.000 Plantadeira TA 700 Pulverizador TA 700 Resfriador 300L 1.000 Ordenhadeira 02 conj 2.000 Casa de alvenaria incompleta; Galpão de fumo; Estufa 4x30	Taxa de lucro fumo (9.000 em 2009) 350 da renda do leite
27	12 soja e milho 7,5 mata nativa 5 capoeira/moradia 2,5 pastagem nativa	1 soja 250 sacas anuais 2 milho 180 sacas por ano.	Casal 59 e 50 anos primário incompleto. Filho 29 anos 1 grau incompleto.	1Filho saiu com 15 anos foi para RJ, depois para SP, foi para Jaraguá, era dono de restaurante vendeu e comprou outro em Jaraguá. 1Filha saiu com 17 anos foi para Jaraguá do Sul trabalha na Malween ganha 1.000,00.	Compra 20 horas por na para plantar e pulverizar.	Moto titan 125 2002 2.500 Plantadeira TA 200 Junta de bois 3.000 Casa mista 7x10 Galpão de madeira 6x8 Chiqueiro de madeira	Taxa de lucro de 250 sacas de soja anualmente. Taxa de lucro de 180 sacas de milho colhidos anualmente. Salário da esposa funcionária pública 465,00.
17	9 milho 4 pastagem cultivada 4 reserva/moradia	1 leite 2100 litros/mês. 2 milho 900 sacas milho.	Casal de 46 e 40 anos primário incompleto. Filho 15 anos estuda.	Filha saiu com 20 anos tem 23 casou e mora em Foz do Iguaçu é dona de casa.	Seu marido é pedreiro/vend e sua Mao de obra	Chevete 1986 4.500 Moto titan 125 2003 3.500 Junta de bois 3.000 Casa de madeira Tem telefone.	+ ou-5.000,00 por ano da venda da Mao de obra de seu marido como pedreiro. 700/mês da renda do leite. Taxa de lucro dos 350 sacas de soja que colhe anualmente.

16	17 soja 3 pastagem cultivada	1-integração de suínos palmali 510 cabeças (terminador) 2-Leite 2000 litros mensais. 3 -soja 600 sacas anuais 4- milho 150 sacas anuais.	Casal 49 e 40 anos primário incompleto. Filho de 17 anos estuda em Colégio agrícola. Filho de 15 anos estuda em colégio agrícola.	Filha saiu com 15 anos foi fazer 2 grau em Floripa, está se formando em sistemas de Informação na Unipar. Trabalha em uma floricultura ganha 650,00.	12 % da colheita e frete da colheita da soja, + ou-600 sc por ano. horas máquinas para plantar e pulverizar 17 ha de culturas anuais.	Trator 1984 32.000 Pulverizador Patio 2002 15.000 Ordenhadeira 2.000 Resfriador 6.000 Casa de alvenaria 11x9 Chiqueirão 50x 10 Estábulo 8x5 Tem telefone	1.800 mensais da renda da integração de suínos. 550 da renda do leite. Taxa de lucro da cultura da soja + ou-600 sc anuais. Taxa de lucro da cultura do milho + ou-150 sacas por ano.
----	---------------------------------	---	---	--	---	--	--

Quanto ao uso do PRONAF	O que representa o PRONAF em sua propriedade	Quanto a sucessão familiar na agricultura	Planos de investimentos.	Assistência técnica	Problemas do PRONAF
Faz custeio todos os anos desde 2000. Já fez pronaf investimento para comprar um resfriador e novilhas	O pronaf é muito bom, principalmente o investimento, o custeio é mais complicado por causa do preço e o tempo.	Minha filha já saiu , a outra tem 15 anos e provavelmente vai sair também.	Já encaminhou um projeto de investimento para plantar pinus, já plantou 4 ha. Comprar um trator pequeno para facilitar as atividades.	Souza cruz	
Faz pronaf custeio desde 2003. Fez recentemente um pronaf investimento de 6.000,00 para comprar 4 novilhas. Pretende fazer outro para financiar uma ordenhadeira e um tanque de expansão.	O pronaf é muito bom, juro barato e prazo longo, se não fosse o pronaf seria difícil ficar na agricultura. Melhorou 100% dá pra se dizer.	Minha filha é pequena ainda, mas na minha família todos os meus irmãos trabalham na agricultura.	Investir na atividade leiteira, financiar uma ordenhadeira e um tanque de expansão e mais algumas vacas. Arrumar alguns pedaços de terra para plantar pastagem tem muita pedra.	alfa	
Custeio Fez uma vez apenas (em 2008), não fez mais porque resolveu plantar por conta, compra a prazo nas firmas a 1,5 a 2% de juros ao mês. Fez recentemente um pronaf investimento para comprar 03 vacas.	Tenho medo de dívida. Farei pronaf custeio se for plantar soja pois milho é muito arriscado.	Meus filhos são pequenos, e são meninas ainda, dificilmente ficarão se olhar pelos filhos de meus vizinhos que saíram quase todos.	Sem planos nenhum.	Não recebem	
Sempre fiz o Pronaf C. Estou encaminhando um pronaf mais alimentos para comprar um trator e um pulverizador para se tornar mais independente em algumas atividades.	O pronaf é muito bom permite a aquisição de infraestrutura de forma fácil. Juro barato e prazo longo.	Sim eu vou ficar administrando minhas irmãs todas saíram e foram para a cidade, meu irmão está indo para Floripa trabalhar em restaurante, dificilmente vai ficar.	Comprar um trator e um pulverizador. Fazer alguns trabalhos de destoque de pastagem nativa para transformar em lavoura, fazer terraços em uma área de 12 ha.	nao	Tem gente que pega o pronaf mas não planta e requer o proagro e fica torcendo que dê seca.
Sempre fiz o pronaf custeio , pego normalmente 10.000. fiz um pronaf mais alimentos e comprei um trator traçado de 69.000 em 10 anos para pagar com juro de 2% 3 de carência prestação anual de 7.000. fiz também um	O pronaf para minha propriedade foi na verdade a saída que encontramos para permanecer na agricultura e viver com quali-	Sim meu filho de 19 anos vai ficar, por isso que fizemos esse investimento de um trator novo e uma plantadeira nova. Se for para ficar é preciso investir no mundo de hoje senão estamos fora do mercado.	O trator e a plantadeira foram parte dos planos de investimento. Pretendemos melhorar a genética das vacas leiteiras,	Planasa, Alfa, Ensoagro. Mas a ensoagro por exemplo comprei tudo paguei e o	*

<p>pronaf investimento para comprar uma plantadeira de 18.000 prestação de 3.000, 8 anos para pagar com 3 de carência, mas não pretendo utilizar a carência.</p>	<p>dade, antes o juro era alto, não tinha crédito para tantas coisas como tem hoje com o pronaf. Existem alguns problemas que acredito ser interessante resolver. Eu acho que o fiscal deveria fazer uma fiscalização individual nas propriedades para evitar sacanagens e endividamento.</p>		<p>melhorar as instalações das vacas também com recurso do pronaf, mas primeiro queremos pagar uma boa parte do investimento que foi feito.</p>	<p>técnico nunca mais veio. A gente só tem valor quando compra as mercadorias, precisava de uma assistência mais próxima.</p>	
<p>Fizemos algumas vezes, mas paramos devido a alta burocracia.</p>	<p>Trabalham com fumo e leite e são aposentados. Nesse momento não pretendem fazer investimento, e utilizar o pronaf.</p>	<p>Sim minha filha e meu genro já estão aqui e vão ficar.</p>	<p>Aumentar 04 vacas. E comprar calcário. Obs. essa propriedade não apresenta sinais de progresso em termos de investimento. Pois o casal novo que administra a propriedade, não se mostram entusiasmado em investir na atividade agropecuária.</p>	<p>Souza cruz</p>	
<p>Faço pronaf investimento desde 2000. Já fiz 02 pronaf investimento para comprar vacas e um forrageiro e outro para reformar o estábulo.</p>	<p>O pronaf é muito bom. Com o pronaf investimento me possibilitou aumentar a infraestrutura de produção.</p>	<p>Olha um dos meus filhos tem uma mecânica na cidade e o outro vai se juntar com ele nas atividades, quer montar uma borracharia.</p>	<p>Reformar a casa. Está praticamente aprovada junto a caixa econômica. Investimento em hora máquina para retirar pedras em uma área.</p>	<p>Souza cruz</p>	
<p>Faço pronaf custeio, fazia o pronafinho desde 1999. Em 2007 e 2008 deu uma seca, o proagro não veio, o banco me disse que o proagro demora 1 a 5 anos para ser aprovado, ai tive que fazer um empréstimo pessoal para quitar a dívida, ai não pude mais pagar e não pude mais fazer. Obs essa propriedade visivelmente possui sérios</p>	<p>Quando fazíamos o pronaf era bom, sobrava dinheiro para comprar outras coisas, as vezes faltava também.</p>	<p>Seu filhos são pequenos. Porém segundo o produtor sua mãe que mora com ele possui 11 filhos, destes 03 estão na agricultura o outros 8 trabalham e moram na cidade.</p>	<p>Não vai investir, disse que vai viver a vida.</p>	<p>Nunca veio ninguém</p>	

problemas de conhecimento e visão de investimento, segundo seus vizinhos, o produtor pegou o pronaf custeio , não plantou, não investiu, tentou ganhar o proagro, mas burocraticamente não foi possível pois não havia nota para comprovar o investimento.					
O pronaf custeio Fez durante 10 anos. Agora na safra de 2009 arrendou as terras. Fez um pronaf investimento em 2004 de 4000,00 com 5 anos para pagar, construiu uma cerca. Vai pegar outro pronaf investimento de 2.000,00 para reformar o banheiro da casa.	O pronaf para a agricultura é a melhor coisa, quando fazia 02 anos ganhei proagro, devido a seca, colhi 40 sacas de soja por alqueire apenas, se não tivesse o proagro tinha me ferado.	Não saiu todo mundo só sobrou eu e a esposa que estamos aposentados.	Me aposentei e agora quero viver a vida, tenho 12 ha de terra plana um luxo arrendo para um vizinho gente boa, você conhece o Pompermaier. Quero comprar um carro novo isso com certeza.	Não	Meu vizinho ficou rico com o proagro, colheu 3000 sacas de milho e ganhou proagro, os filhos trabalham com carteira assinada em SC e ele utiliza o nome deles para o proagro, ele pegou 25.000,00 colheu 3.000 sacas de milho e ganhou 100% de proagro, ele espalha o produto em nome de várias pessoas para não aparecer, ele até comprou um comércio ai no vilarejo esse ano, eu acho muito errado essas coisas, o que é certo é certo.
Faço um custeio de 2.800 no último anos, faço desde 2000. Fiz recentemente um pronaf investimento e comprei uma ordenhadeira.	O pronaf é uma boa, é uma segurança caso precise de crédito.	Acho que não, eu por exemplo tinha 7 irmão apenas 02 ficaram na agricultura, os jovens não ficam eu vejo por nossa comunidade, quase não tem jovem.	Melhorar o gado leiteiro apenas.	Souza cruz	
Faço o pronafinho desde 1999. Mas sempre falta para plantar, não financia toda a lavoura. Fiz um pronaf investimento de 2000,00 para construir um chiqueiro mas acabei com os porcos.	O pronaf é bom juro barato.	Não uma filha já saiu e a outra vai também com certeza.	Talvez um sistema de irrigação para 5 ha na pastagem das vacas. "mas ai a gente precisa trabalhar, e minha vida na roça dura mais 10 a 15 anos até me aposentar". Obs nem presta comentar sobre um cidadão desses delete por favor.	Alfa	O pessoal da cidade faziam pronafinho em nome dos colonos, agora com a mudança de lei com a exigência do mapa mudou um pouco, aqui tinha bodegueiro que colecionava pronafinho.
Não fazem e nunca fizeram o pronaf custeio. Fizeram apenas um pronaf investimento para comprar um resfriador.	A família tem medo de dívidas, devido a alguns fatos ocorridos de membros da família por ter perdido os bens para o banco.	O rapaz de 21 anos vai ficar para cuidar dos pais, mas trabalha com carteira assinada na cooperativa Alfa, ganha 600,00	Não pretendem investir pois querem diminuir a atividade leiteira para trabalhar com lavoura, acham mais cômodo.	Alfa	
Sempre pegou pronaf custeio desde 2003, pega 2.700,00. Tem encaminhado um projeto para pagar a sua ordenhadeira que	O pronaf investimento é bom juro barato e prazo longo. O pronaf	Sim um de meus filho está trabalhando na lavoura.	Fazer uma casa nova. Poderia ter feito, não fez devido ao fato de as regras estabe-	Emater e prefeitura.	

comprou com seu dinheiro, quer financiar também um tanque de expansão, uma ensiladeira.	custeio o problema é o custo de produção que varia muito de ano para ano.		lecidas na construção não ser de seu agrado.		
Nunca fez	Nunca fez	Sim um de meus filhos vai ficar tem a família dele e está trabalhando.	Acabar com o fumo e trabalhar só com cachaça.	Souza cruz	
Sempre fazia custeio desde de 2000. Em 2008 parei de fazer custeio devido ao fato de plantar pouco, e a terra não ter sido feito inventário, quer plantar fumo e trabalhar com leite.Fez pronaf investimento par a comprar uma ordenhadeira (4.000,00). Está encaminhando um pronaf investimento para construir uma casa.	O pronaf é bom de fazer, se dá um contra tempo os prazos são longos.	É difícil meu filho já saiu, meu filho de 10 anos e meu sobrinho de 10 anos querem fazer colégio agrícola, pois para o pequeno agricultor é complicado permanecer.	Fazer um pronaf investimento para reformar a casa terminar de fazer como é que queira definir, melhorar o plantel das vacas. Fazer um investimento para comprar umas 7 a 8 vacas, com isso diminuir o fumo.	Souza cruz	Os caras levam até na terra do vizinho para ganhar proagro, os cara pegam o pronaf não plantam um vizinho grande ganhou 70% de proagro e colheu pra caramba e um coitado ganhou 50% apenas que perdeu tudo.
Fazem pronafinho desde 2002, agora pegam pronaf custeio de 7.000. fizeram um pronaf investimento para construir um glapão , pegaram 4.000 em 4 anos para pagar.	O pronaf é tudo bom, tem juro barato, e segurança se der seca.	Se melhorar a agricultura pode ser que meu filho fique, mas caso contrário sairá.	Sem planos de nvestimento em meios de produção ou infraestrutura, somente pretente comprar calcário. Obs aparentemente a propriedade está na lista a permanecer como está, com tendencia a decair.	Não	
Fazem todos os anos o pronaf custeio 8.000,00. Já encaminharam um projeto de pronaf habitação para constrir uma casa nova.	O pronaf é bom juro barato.	Meu filho tem 15 anos, não acredito mas vamos aguardar.	Construir uma casa nova.Contruir um estábulo novo.Arrumar a propriedade de modo geral, organizar algumas coisas.	Alfa	
Fazem o pronaf custeio desde 2000, entre 11 a 12 000,00. Foi feito um pronaf investimento para constuir um chiqueiro valor de 16.000 5 a 6% ao ano com prestações de 3.000 . Outro de 36.000 para comprar um trator e uma grade com 8 anos de prazo com 2 de carência, prestação anual de 5.000.	Representa muita coisa.	Não a família incentiva os filhos a saírem da agricultura. Querem que eles estudem e trabalhem.	Sem planos novos, apenas manter o que tem.	Alfa, insuagro só quando querem vender alguma coisa.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2009/2010); Organizado pelo autor.

## DEPOIMENTOS

### Problemas do PRONAF.

\* Eu por exemplo queria financiar uma área de eucalipto, o banco não financiou, para outro cara o banco liberou 4.000,00 e o cara nem plantou. Segundo o produtor muitas pessoas fazem rolos com vacas de leite financiam as vacas no valor de 2.000,00 e compram por 500,00. O fiscal veio 03 vezes na mesma lavoura para enquadrar o proagro (BB de Palma Sola). Uma lavoura de 10 alqueires com produtividade de 380 sacas por alqueires, o cara ganhou 70% de proagro. Tem cara que todo ano anhá proagro para camuflar troca de banco todo o ano. Tem um cara que colheu 250 sacas por alqueire, financiou 7.000,00 e ganhou 7.150,00 de volta. Segundo o produtor o fiscal nunca veio na hora da colheita, o fiscal só olha de longe da estrada. Vendi umas 04 novilhas pequenas por 100,00 cada, o cara pegou meu bloco dali 1 ano e foi no banco e financiou as mesmas novilhas por 6.000,00 o banco não tem noção. Tem também motorista de ônibus que não planta e tem 03 a 04 pronafinhos. Tem um caso que o cara pegou 2.500 e só tinha 900 na hora de pagar, o avalista completou a diferença e foi liberado automaticamente os 2.500 outra vez, esse ano os 2.500 de dívida novamente o cara plantou apenas 1 ha esse será um inadimplente com certeza. A fiscalização é ineficiente dos agentes financeiros. Tem um cara que teve que vender 2,5 alqueires de terra por motivos de pegar financiamento e não investir e não poder pagar depois.

Anexo 1 - Questionário e respostas das entrevistas da Pesquisa de campo (2009/2010), realizado na comunidade de Rio Verde Flor da Serra do Sul PR.

<b>Área (ha)</b>	<b>Divisão da produção (ha)</b>	<b>Atividade principal</b>	<b>Pessoas que residem na propriedade por faixa etária/escolaridade</b>	<b>Pessoas que saíram da propriedade / idade/função, local e ganho/escolaridade</b>	<b>Infraestrutura/machinery</b>	<b>Receitas da família e origem da receita.</b>	<b>Assistência técnica</b>
12	14-soja 2,5-milho 2,4 - pastagem	1-Soja-750 sacas/ano 2- leite 1500 litros mês 3-caminhão/frete, 10.000,00 / ano de RB.	Casal 50-60 anos, 1 g rau incompleto Filha 17 anos, cursando 2 grau.	Filha 28 anos trabalha em malharia da cidade ganha 450,00, faz faculdade na unipar. Filha 26 anos é pedagoga, professora em MT. Filha é casada dona de casa mora em marmeleiro.	1 caminhão 1986 valor de mercado 35.000,00 1 ordenhadeira valor 1.500,00 1 resfriador valor 7.000,00	Aproximadamente 550,00 mensal do leite, + 10.000,00 anual da renda do frete do caminhão+ mais sobra da lavoura.	Sim da cooperativa alfa
13,7	4-milho 3,7- eucalipto 3,5-reserva legal 2,5- pastagem	1-aviário de 100 m 2- 1.500 litros de leite	Casal-40- 60 anos primário incompleto;Filho e nora 20 a 30 anos filho 2 grau, nora 1 grau incompleto;Neto 4 anos.	Filha 33 anos mora na agricultura em Francisco Beltrão. Filha 25 anos mora na agricultura em Flor da Serra do sul.	1 aviário de 100 metros automático avaliado em 150.000,00. 1 versailles 1998 valor de 18.000,00 1 carreta agrícola valor de 10.000,00 1 trilhadeira valor de 500,00 1 motor elétrico valor 1.500,00 1 plantadeira tração animal valor de 550,00.	2.000 a 2.500,00 a cada 30 a 40 dias oriundos do aviário. 700,00 da atividade leiteira.	Sadia do aviário

16	4,5-milho e feijão 3,2-reserva legal 8,3-eucalipto e pastagem	1 - aviário de 75 m	Casal 60 a 80 anos primário incompleto Filho 34 anos primário incompleto.	Filho 52 anos trabalho como guarda de banco em palma sola Sc. Filho 46 anos trabalha em fábrica de móveis em Bento Gonçalves RS . Filho 49 anos trabalha na Renault em Bento Gonçalves RS. Filho trabalha em estofaria em Bento Gonçalves Rs. Filha trabalha em estofaria em Bento Gonçalves Rs. Filho trabalha em são Paulo em uma empresa de geometria e balanceamento. Filha é costureira em Bento Gonçalves Rs. Filha trabalha em uma padaria em bento Gonçalves. Filha é babá em Santo Ângelo RS. Filha dona de casa em Santo Ângelo RS. Filha é vendedora de loja em Jaraguá do Sul, SC.	Fiat Uno 1994 valor 10.000,00 Equipamentos de aviário.	3.000 a 3.600 a cada 30 ou 40 dias oriundo do aviário. 02 aposentadorias no valor total de 900,00	Sadia aviário
25	7,3 -soja e milho 6-reserva legal 3,7-eucalipto 8- de inverno e verão.	1-leite 3.000 litros/mês 2- milho/consumo/vacas	Casal 30 a 40 anos primário incompleto. Casal de aposentado 80 a 90 anos analfabetos. 03 filhos de 0 a 10 anos.		1 gol 5.000,00. 1moto 1.800,00. 1 ordenhadeira 2000,00; Resfriador 7.000,00	1.500,00 da renda do leite. 02 salários de aposentadoria. 2.500,00 de sua mão de obra na carga e descarga.	Vendedor de ração
4,8	2- milho 0,5-pastagem 2,3-reserva legal	Não planta	Casal 60 a 80 anos analfabetos. Filho 32 anos primário incompleto. Nora 28 primário incompleto. Neta de 07 anos.		Casa precária sem saneamento básico.	02 aposentadorias valor total de 900,00. Salário de seu filho na camilotti 800,00.	Não recebe
14,6	4,8-soja; 7- pastagem de inverno e verão 0,6-reserva e moradia	1-leite 2000 litros/mês 2-soja 200 sacas	Casal 45 a 50 anos primário incompleto.	Filha trabalha em Itajai em uma panificadora. Filha trabalha em uma lavanderia em Itajaí. Três filhas casaram com agricultores. Grau de escolaridade das filhas 5 com primário incompleto. 1 está cursando curso superior a distância.	1 fusca 3.000,00; ordenhadeira 2.000,00;Resfriador, 3.000,00.	900,00 da atividade leiteira. + sobra de lavoura aproximadamente 80 sacas de soja por ano.	Não recebe, mas sente falta de assistência para o gado leiteiro.
24,2	15,8-soja 4,5 –reserva legal 3,9-pastagem /moradia.	1-soja 700 sacas 2- gado de corte 8 a 10 bois por ano.	Casal 40 a 50 anos esposa primário completo, esposo 3 grau completo.Filho 16 anos está estudando.Filha 22 anos 2 graus completo		Fiat Uno 20.000,0; Fusca 2.500,00. Carroça 1.000,00 Junta de boi valor de 3.000,00.	Professor 20 horas .+ ou- 250 sc/ano soja. + ou - 6.000,00 Gado.	Alfa

12	6 –milho e soja 2,5-reserva legal 3,5-pastagem e moradia.	1-soja 250 sacas/ ano	Casal de 35 a 55 anos 1 grau incompleto	Filho trabalha na lavoura no município do Verê. Filho trabalha na Tauros em São Leopoldo RS.	Plantadeira manual.	Sobra da lavoura.	Alfa
12	6-soja 4-pastagem 2-moradia e reserva	1-leite 400 litros/mês.	Casal 50 a 60 anos primário incompleto. Filha de 24 anos primeiro grau incompleto, neto de 8 anos.	Filho trabalha como caseiro em um aviário em Flor da Serra do Sul. Filho trabalha na UPL Alfa de Palma Sola SC.Filha trabalha em uma fábrica de doces em Flor da Serra do sul.Filho trabalha na lavoura em passo Fundo Rs.	Nada	Aposentadoria da esposa 450,00 + renda da lavoura de soja aproximadamente 60 sacas de soja por ano.	Não recebe – arrenda a terra
8,5	5-milho 3,5-pastagem e moradia	1-Leite 500 a 1.500 litros/mês. 2- milho 400 sacas/ano	Casal de 50 a 60 anos, primário incompleto	Filha trabalha de peão de fazenda no MT; Filha trabalha de peão na fazenda no MT; Filho trabalha em uma fazenda no Mt.	1-Corcel 1977 valor de 20.000,00	450,00 mensal da atividade leiteira. 1 aposentadoria de 450,00	Não recebe
12,5	21,6-milho e soja 2,4-pastagem	1-Leite 3000 a 3.500 L/mês 2- soja 1000 sacas anuais 3-milho-200 sacas anuais	Casal 30 a 40 anos, ele 1 grau completo, ela 3 grau completo, pós graduação em pedagogia a distância. Filha 5 anos.		1-Gol 26.000,00; 2-Moto 3.500,00; 3-Trator80.000,00; 4-Pulverizador 5.000,00; Ensiladeira 2.000,00;Distribuidor de uréia valor de 1.500,00.	1.500,00 leite, lucro de 1000 sc soja. salários da atividade de sua esposa (professora),Aproximadamente 2.500,00 de venda de sua Mao de obra.	Alfa/
24,2	18,4-soja 3,4 – milho	1-soja 900 sacas anuais 2 milho 300 sacas anuais	Casal 60 a 75 anos ele analfabeto, ela primário incompleto. Filho especial 50 anos analfabeto.	Três (3)filhos trabalham em fazenda no Mt.1 filha mora em Francisco Beltrão trabalha de diarista, seu marido é caminhoneiro.	Gole 25 mil;Trator Ford 25mil;Plantadeira 5.000,00	Taxa de lucro dos 700 sacas de soja. 02 aposentadorias.	alfa
41	29-soja 8 0-reserva legal 4-pastagem e moradia.	1-soja 1.500 sacas anuais 2 Leite 3.800 litros/mês	Casal de 60 a 75 anos ambos com primário incompleto. Filho e nora 20 a 40 anos ambos primário incompleto. Criança de 4 anos.	Filho é dono de uma mecânica de Moto em Flor da serra do Sul	Colheitadeira 70.000,00; Trator 30.000,00; Palio 31.000,00; Fusca 5.000,00; Ordehnadeira 2.000,00; Plantadeira 30.000,00; Pulverizador 5.000,00.	1.500,00 da renda do leite. 02 aposentadorias valor total de 900,00. Taxa de lucro da soja. Renda da venda da Mao de obra com a colheitadeira.	*
33	13 soja (arrendada) 3-pastagem cultivada 17-reserva legal/moradia/pastagem natural	1-leite 6000 litros mensais 2 - % do arrendamento	Casal de 40 a 50 anos primário incompleto.	Filha casou e mora em Mato Grosso trabalha em Supermercado. Filha casou e mora em Flor da Serra do Sul possui uma lojinha.	F1000 1984 valor de 20.000,00. Ordehnadeira 02 conjuntos valor de 2.000,00. Tanque de expansão valor de 8.000,00.	2.500,00 da renda do leite. 500,00 da venda de sua Mao de obra. 160 sacas de soja como renda de 13 ha que arrenda.	Empresa privada, pois se diz com conhecimento técnico suficiente para manejar sua lavoura.

31,8	42,2-soja 5,18- pastagem/moradia/reserva	1-soja 3000 sacas/ano 2-leite 1200 litros mensais	Casal de 40 a 50 anos Ele primeiro grau incompleto, ela 3 grau (enfermeira). Casal de filhos de 6 e 13 anos.		Colheitadeira 140.000,00; F1000 20.000,00. Trator 55.000,00. Plantadeira 35.000,00. Pulverizador 18.000,00.	450,00 da renda do leite. 2salário de sua esposa enfermeira. +ou-500 sacas de soja oriundo do serviço da colheitadeira. Taxa de lucro da lavoura de soja colhe bruto aprox 3000 sacas.	Alfa e Emater.
19	20,5 - soja e milho 5,7-pastagem e moradia	1-suíno iniciador/ 40 matrizes 650 leitões anuais. 2-soja 350 sacas anuais 3- milho 1000 sacas anuais.	Proprietário de 47 anos primário incompleto.		Saveiro 10.000,00. Moto 2.800,00. Trator 80.000,00. Pulverizador 3.000,00.	Vende 650 leitões/ano 02 aposentadorias de seus pais. Valor total de 900,00. Taxa de lucro dos 360 sacas de soja que colhe anualmente.	Alfa /emater
24	8-milho plantado pelo arrendatário 2,5-milho 13,5-moradia/ pastagem e reserva legal	1-milho 300 sacas anuais.	Casal de 60 a 75 anos ambos com primário incompleto.	Possuem 4 filhos, Filha casou com agricultor e é professora. Filho casou e é agricultor. Filho trabalha em fábrica de motor em Joinvile ganha 1.000,00.		2 Salários de aposentadoria 400,00 da renda do leite.	Alfa
21,8	10-pastagem de inverno e verão 0,5-milho consumo/ vacas 1,7 reserva	1-leite 4000 a 4500 litros/mês.	Casal de 40 a 50 anos ambos com 1 grau incompleto. Filha de 15 anos está estudando.	Filha de 20 anos casou e mora em Joivile Sc.	Corcel II 6.000,00. Trator 25.000,00. Ordeneira valor 2.000,00. Tanque expansão valor 7.000,00.	1200,00 da renda do leite. 800,00 venda da Mao de obra. 120 sacas de soja oriundo dos 9,6 Ha de lavoura que arrenda.	Não
17	9,6-soja 3,6 pastagem natural 3,8 reserva legal	1-soja 300 sc/ano 2-leite-1900 a 2000 litros/mês.	Casal de 40 a 50 anos com 1 grau incompleto. Filho de 07 meses; filho de 9 anos; avó das crianças de 70 anos.	Filho de 24 anos trabalha no frigorífico da Sadia em Francisco Beltrão e faz geografia.	Trator 25.000,00. Gol 15.000,00. Celta 16.000,00. Ordeneira 2.000,00. Resfriador valor de 1.500,00.	800,00 leite; colhe 300 sc/ano de soja; 1 Salário de aposentadoria; 0,5 salário de aluguel de uma casa em flor da serra do sul.	Alfa
24,2	6,3-soja 4,5 soja arrendado 1- Milho consumo	1 –soja 350 sc/ano entre terra própria e arrendada para seu filho sem cobrança de renda;2-milho 50 sacas	Casal de 60 a 75 anos, ele primário incompleto, ela nunca foi na escola mas sabe ler e fazer contas.	Filho trabalha no setor Contábil/financeiro da Baser Cresol.Filho trabalha na Cresol marmeleiro.Filha trabalha em fazenda no MT.	Nada, sinais de abandono.	02 Salários de aposentadorias. Colhe 345 sc/ano aproximadamente.	Alfa

14,5	9,6-pastagem de inverno e verão 2-reserva legal 1,9-pastagem natural e moradia	1-leite 2000 litros mensais. 2- soja-150 sacas anuais	Casal de 60 a 70 anos primário incompleto. Sobrinha de 12 anos	Filha casou e trabalha de diarista na vila; Filha casou e possui um bar na vila; Filho mora na mesma propriedade e trabalha na Cooperativa Alfa como terceirizado (freteiro).	Trator 15.000,00. Gol 13.000,00. Distribuidor de esterco 5.000,00. Pulverizador 1.500,00.	1000,00 da renda do leite. 02 aposentadorias valor total de 900,00.	**
19,2	11-milho 4-capoeira 4,2 - pastagem	1-suínos (ciclo completo), 13 matrizes 2- milho , 900 sacas para consumo. 3-LEITE 1500 l/mes	Casal de 40 a 50 anos com primário incompleto, Filho de 20 anos 2 grau. Filha de 13 anos.		Trator 15.000,00; Gol 6.000,00; Pulverizador valor de 2.000,00.	650,00 leite; Taxa de lucro dos 250 suínos que comercializa anualmente.	Alfa
14,5	5-milho 5-pastagem de inverno e verão 4,5- reserva/moradia	1-leite 8000 l/mes 2-milho 400 sacas /consumo próprio.	Casal de 40 a 55 anos ambos com primário incompleto. Filha de 18 anos.	A filha de 18 anos vai casar com outro agricultor irá sair da propriedade.	Corcel 4.000,00. Moto 3.500,00; Ordenhadeira 2.000,00; Resfriador 7.000,00.	2000,00 da renda do leite.	
36,3	17-soja 3- milho 16,3-reserva moradia,pastagem natural	1-soja 500 sc/ano 2-milho 300 sacas anuais.	Casal de 60 a 73 anos ambos com primário incompleto; Filha especial 32 anos analfabeta; Marido da filha especial 25 anos analfabeta.	Filha casada com outro agricultor da comunidade. Filho é agricultor mas mora na cidade de Marmeleiro.	Gol 12.000,00; Trator 80.000,00; Trator 18.000,00; Plantadeira 20.000,00.	Colhe 300 sc/ano, soja 500 sc/an0; 02 Salários de Aposentadoria.	
12	7-soja 5-reserva moradia e pastagem	1- Soja 600 sacas anuais.	Casal de 72 a nos	Possui 9 filho. Todos saíram da propriedade e moram na cidade.		02 aposentadorias. 17% da renda de 7 ha de soja	

Quanto ao uso do PRONAF	O que representa o PRONAF em sua propriedade	Quanto à sucessão familiar na agricultura	Planos de investimentos.	Problemas do PRONAF
Utilizo desde 2000. Pronaf custeio 9.000,00. Já financiei pelo pronaf investimento 17.000,00 para pagar em 8 anos.	Significa muita coisa, dinheiro disponível, juro barato e prazo longo.	Não tenho apenas filhas e saíram quase todas tem apenas uma filha de 16 anos mas provavelmente irá sair com certeza.	Minha intenção é ir embora da propriedade, ir para o Mt puxar frete com o caminhão. Se resolver ficar vou financiar uma casa pelo PRONAF.	Esse produtor financiou 17.000,00 em vacas, mas financiou as próprias vacas utilizou o recurso para pagar outras dívidas para aproveitar o prazo de 8 anos para pagar
O PRONAF é uma mão na roda, não conseguiria viver sem ele, para nós pequenos agricultores é tudo o que precisávamos, poderia ter mais acesso para comprar trator usado por exemplo não apenas novo. Faço o pronaf custeio 9.400 para 6 ha, gasto 6.000 na lavoura, o restante uso no aviário. Fiz um financiamento para fazer uma casa ao meu filho. Fiz um pronaf investimento 8000, para comprar um exaustor para o aviário automático.	Sem ele não conseguiria viver, representa meu capital de giro que preciso para administrar minha propriedade.	Sim meu filho rapaz que é casado, as filhas saíram, mas moram na agricultura também.	Comprar um trator com equipamentos, para se tornar independente, manter o que tenho na avicultura. Mais não consigo pro falta de Mao de obra.	
Nunca usei	Não utiliza pois acho complicado pagar o juro ao banco	Sim. meu filho pois temos um aviário de 75 m. outros 12 filhos saíram . moram na cidade RS.	Vender uma propriedade de 16,5 há que tenho em SC, teminar de plantar eucalipto até chegara 20.000 pés, já tem plantado 15.600. quero montar uma pequena serraria, além de reformar as benfeitorias.	
Utilizo o Pronaf custeio rotativo (C), 5.350,00 sempre falta para plantar os 7 ha. Fiz um pronaf investimento para comprar calcário e construir um estábulo (1500, com prestações a cada 6 meses). Financio o custeio para milho faço silagem e pago o financiamento com o leite.	Muito bom o juro é barato. Se não pegar pronaf não tem como plantar.	Não. É filho único e quer sair da agricultura.	Sair da propriedade e morar na cidade, para receber uma quantidade financeira fixa.	

Nunca financiou no banco, nunca teve conta em banco antes, exceto agora para receber a aposentadoria.	Nem sabe que existe.	Acredita que sim pois mora em uma propriedade sob o reflorestamento da camilotti e seu filho trabalha no próprio reflorestamento da firma, é tem apenas 1 filho. Em casa, outra filha foi morar na cidade.	Sem planos, apenas continuar vivo. Viver com a aposentadoria.	
Fiz uma vez o pronafinho, mas não gostou devido a burocracia exigida pelo banco.	Não utiliza, compra tudo no dinheiro.	Não tem 03 filhas, 02 delas casaram com agricultores e 1 mora na cidade.	Não vai investir, pretende vender e comprar uma propriedade mais próxima da cidade, mas não quer morar na cidade.	
Comecei a usar em 2005, antes não financiava, plantava por conta, "fui burro em não utilizar antes" Pois é uma opção de recurso muito boa para nós pequenos agricultores.	Faço o pronaf custeio 21.000,00, sendo que 2000 fica para seu avalista que não financia. "o pronafinho não desenvolve a agricultura por ser um valor muito baixo, eles pegam o recurso plantam mal, gastam o dinheiro em outras coisas e ficam com a dívida".	Seus filhos são pequenos, mas vai incentivar para isso aconteça.	Investir na atividade leiteira também. Fazer uma viário.	
Utilizo desde 1998 pronaf custeio, pego 5.000,00, mas sempre falta dinheiro para plantar os 6 há que planto, ai preciso comprar nas empresas, mas se não plantar bem não consigo pagar o financiamento.	O pronaf é bom , se não tivesse isso como é que iria plantar?	Não meus filhos já estão se virando 1 está na agricultura outro na cidade.	Não pretendo investir muito, trabalhar até me aposentar, ou seja até que tiver pronafinho (risos).	
Fez uma vez o pronafinho e não conseguiu saldar no banco.	Nada para ele pois arrenda a terra.	Não todos já saíram.	Sem planos de investimento. Continuar vivendo até me aposentar.	
Fiz até 2008 o pronafinho, depois não fiz mais, e não pretendo mais fazer, pois sai pouco dinheiro. Já fiz 1 pronaf investimento para comprar adubo de aviário.	Acha bom o pronaf.	Não todos os seus filhos já saíram da propriedade. Até que ele conseguir continuar morando na propriedade vai ficar.	Talvez faça um investimento para fazer uma casa pelo pronaf habitação. É aposentado e sua esposa está prestes a se aposentar também, arrenda a área da terra mecanizável ao seu vizinho.	

<p>Faz pronaf custeio , utiliza a 7 anos, já fez na última safra pronaf investimento para comprar calcário, adubo de aviário, ordenhadeira, fósforo para a lavoura. “depois que o Lula ganhou, é que começou surgir mais investimentos, veio o seguro agrícola que é importante. Antes nós estávamos meio abandonado, não tinha crédito e lidar com o banco era muito complicado”.</p>		<p>Não se sabe minha filha é pequena.</p>	<p>Comprar maquinários plantadeira nova, arrumar alguns pedaços de terra para se tornar mecanizado, melhorar o plantel das vacas. Uma parte disso vou financiar pelo PRONAF. Melhorar a infraestrutura leiteira, fazer uma esterqueira para utilizar o adubo na lavoura. Isso é uma questão que precisamos melhorar, a gente joga fora o adubo dos animais e depois financia com o pronaf o adubo de aviário.</p>	
<p>Utilizo pronaf custeio fazem 7 anos. Fiz pronaf investimento para comprar calcário, adubo de aviário.</p>	<p>O pronaf é muito bom, possibilita comprar um monte de coisa com juro barato e prazo longo. Sem contar com o seguro, que a gente pode plantar com segurança. Não que precisa relaxar mas estamos vivendo a melhor fase, temos acesso a um monte de coisas crédito com seguro é essencial na agricultura.</p>	<p>Sim meu filho mais novo trabalha comigo, tem a propriedade dele, mas mora no mesmo terreiro. Com certeza ele irá ficar até porque já está bem estruturado para isso.</p>	<p>Sem planos de investimento, estamos aposentados, vou continuar plantando e manter o que tenho em boas condições.</p>	<p>Segundo o produtor, seu vizinho possui uma dívida de 200.000,00, sendo que ele comprou terra não pagou o banco. Agora ele fez um contrato de soja mas vai plantar feijão.</p>
<p>Utilizamos o pronaf custeio desde 1997, mas o recurso é sempre insuficiente, mas o restante pegamos na cooperativa a juros de 1,5 a 25 ao mês. Fizemos também o pronaf investimento para comprar maquinas e equipamentos.</p>	<p>O pronaf é muito bom tem juro barato deu uma melhora. Antigamente lá por 1980 o problema era os grandes que plantavam para receber proagro, por isso que o governo cortou. Na época do FHC quando trocou o cruzeiro pelo real quase quebramos, quebrou muita gente. Mas sem o pronaf seria difícil plantar e sobreviver na agricultura, se referindo a sua propriedade. Pois fizemos para comprar ordenhadeira, praticamente todos os equipamentos e máquinas agrícolas na propriedade, foram comprados com o pronaf investimento.</p>	<p>Sim meu filho que mora na mesma área, está e continuará administrando, o outro meu filho possui uma mecânica em Flor da Serra do Sul.</p>	<p>Por enquanto quero evitar dívidas pelo passado turbulento que vivi, até agora não vivi a vida. Os anos 80 foram os piores anos que vivi, no governo Sarney com inflação de 80%, teve gente que vendeu a terra, trator tudo o que tinham para colocar o dinheiro na poupança, pois rendia pra caramba, mas quem tinha dívidas também se lascou. Vendi um trator para comprar terra, financiei outro 100% isso em 1985, mas nesse ano deu seca de 19 ha colhi 500 sacas de milho apenas, e em 1986 deu uma pedreira danada perdi toda a soja. O período melhor exceto na atualidade foi no governo militar essa época nós conseguimos crescer. Mas o segundo mandato do Lula está melhor do que essas épocas ai. O problema é que ele trata vagabundos.</p>	<p>*</p>

<p>Utilizo desde de 2000, depois de 2003 fui obrigado a pegar o proger devido a minha renda ser superior ao enquadramento do pronaf. Mas agora posso pegar o pronaf novamente, pois posso pagar até 30.000 para custeio e antes era só 6.000,00.</p>	<p>O pronaf é excelente para quem investe em uma atividade que gera retorno, eu, por exemplo, financiei vacas e pretendo financiar mais algumas.</p>	<p>Não .</p>	<p>Aumentar o plantel de vacas para no máximo 20 a 25 vacas, para chegar a uma produção diária de 300 L. Comprar um terreno na cidade prevendo o futuro, pois quando ficar mais velho iremos morar lá.</p>	
<p>Nunca fez não se enquadra. Já fez pronaf investimento para compra de máquinas.</p>	<p>Pretende parar de financiar no banco, e pegar nas firmas que cobram 1,2 a 1,5% ao mês. Pois o pacote financeiro exigido pelo banco é grande.</p>	<p>Não sabe pois os filhos são pequenos.</p>	<p>Aumentar o tamanho da casa, melhorar a estrutura de garagem das máquinas, pagar algumas dívidas de compra de máquinas que tem, e diminuir o trabalho terceirizado que faço.</p>	
<p>Utiliza o pronaf custeio (pronaf D), a 5 anos, também faz pronaf investimento para compra de calcário e adubo quando precisa.</p>	<p>O pronaf é muito bom, antes dele plantava por conta, agora está melhor tem seguro, já cheguei a perder 35 a 40% da lavoura. Antes do pronaf não se tinha segurança.</p>	<p>Não tem filhos.</p>	<p>Fazer uma casa pelo pronaf habitação.</p>	
<p>Faz o pronaf D custeio. Já utilizou o pronaf investimento para comprar ordenhadeira, tanque de expansão e reforma de trator.</p>	<p>O pronaf é ótimo, imagine comprei uma ordenhadeira e tanque de expansão de 12000,00 em 8 anos para pagar. Reformei meu trator com 13.000 em 9 anos para pagar com juros de 0,3% ao ano. com prazo longo e juro barato no investimento, seguro no custeio. Antes do pronaf era por conta, não se fazia nada, não tinha nem pra comprar um par de chuteiras, fazia apenas para a comida. Com certeza com o Lula vivemos o melhor momento.</p>	<p>Não minha filha já saiu e a mais nova com certeza irá embora também.</p>	<p>Construir uma casa pelo pronaf habitação e melhorar o plantel de minhas vacas com inseminação.</p>	
<p>Sempre fiz pronafinho desde 1998, agora pego o pronaf custeio 7.600,00. Nunca fez investimento pois segundo ele o recurso do custeio sobra para comprar outras coisas.</p>	<p>O pronaf é bom juro baixo, sempre sobra dinheiro do orçamento, gasto em outras coisas, não gosto da burocracia, fico nervoso em fazer fila para financiar. Sempre plantava por conta, mas desde que surgiu o pronaf sempre fiz. É bom e barato.</p>	<p>Termos que ver pois meu filho mais velho já saiu. Vamos ver os mais novos.</p>	<p>Fazer uma casa nova por conta, pois essa do pronaf habitação tem padrão definido, quero fazer do meu jeito.</p>	

Sempre pegava o pronafinho fazem 12 anos, agora pego o pronaf custeio (8.000,00)	O pronaf é bom o juro é barato e tem proagro.	Não meus filhos já estão na cidade.	Ir morar na cidade e continuar plantando as terras mecanizadas. Somos aposentados.	
Fazia alguns anos mas agora não faço mais, me aposentei.	Mas acha bom o pronaf	Olha acredito que meu filho vá ficar, pois minhas filha casaram e saíram. Meu filho tem até vacas em conjunto comigo, mas eu vou trabalhar até morrer.	Diminuir as vacas e o serviço, pois estamos aposentados.	
Utilizo o pronaf custeio fazem 10 anos (15.000,00), já fez pronaf investimento para comprar vacas e motor elétrico. Pretende encaminhar um projeto para comprar calcário.	O pronaf é muito bom se pegar e aplicar. Antes do pronaf se plantava de qualquer jeito, ai notamos que quem financiava se dava bem, ai começamos a financiar, meu pai tinha medo de dívida. Antes do pronaf quando a gente queria comprar alguma coisa, tinha que pensar, pois não tinha renda, mas com o pronaf isso mudou.	Meu filho tem 20 anos e possivelmente que vá ficar, tenho 02 terrenos em Francisco Beltrão um para cada filho, meu filho não gosta de estudar.	Recuperar as terras, melhorar as pastagens, melhorar a infra estrutura do estábulo das vacas. Obs visivelmente nota-se uma situação precária na questão das instalações do gado leiteiro, sua moradia também apresenta sinais de deterioração.	
Fazia o pronafinho, mas esse ano me cortaram pois deu 3 anos o proagro.	pronaf é bom , mas acho que vou mais financiar para não me esquentar a cabeça com dívidas, quando dá seca que o bicho pega, e ano i passado ganhei o proagro mas ganhei uma mixaria. Pelo fato de trabalhar com a atividade leiteira, ele acha que tem condições de fazer investimentos por conta. Tem medo de dívida e se sente pressionado com dívida.	Não minhas filhas saíram, mas casaram com agricultores.	Melhorar a infraestrutura das vacas. Construir nos 02 terrenos que tem na cidade de flor da serra do sul.	
Utiliza desde 1998 o pronafinho. A partir de 2005 passou a se enquadrar no pronaf D custeio até 20.000,00. Já utilizou o pronaf investimento para comprar calcário e adubo de aviário e um trator.	Muito bom imagine peguei calcário e adubo em 5 anos para pagar, e o custeio também juro barato e com seguro	Sim meu filho tem lavoura perto da minha, ele organiza para mim também. Mas ele mora na cidade.	Pagar as máquinas que compraram com o pronaf investimento	

Fonte: Pesquisa de Campo (2009/2010); Organizado pelo autor.

## **Depoimentos :**

### **Assistência Técnica:**

\* Recebe mas considera fraca a assistência. “eu, por exemplo, precisava de uma assistência para melhorar o sistema de produção, pois caso queira investir precisa ser compatível com a realidade, é muito bom ouvir os técnicos, mas a maioria deles nunca plantou um pé de batata. Uma vez a Emater vinha agora não vem mais. No município precisava ter mais veterinários e agrônomos para conversar com os produtores. mas aqui nunca vai existir, pois são manipulados pelo prefeito, eles determinam onde devem ir e onde não devem ir. Recebo da cooperativa, mas tem um técnico apenas e eles só querem vender e comprar”.

\*\* Sim a Emater, mas é muito difícil chamar, mas o veterinário não passa regularmente nas casas, para desenvolver, não tenho um bom relacionamento com a Emater devido ao fato de ser Contrário político, nem me convidam para palestras de gado leiteiro que trabalho, tinham um trator Por exemplo e deram para uma associação falida, só porque os dirigentes dessa outra associação são adversários políticos.

### **Problemas do PRONAF:**

\* Pretendo comprar mais 5 vacas, comprar é modo de dizer pois vou encaminhar o projeto das minhas próprias vacas, só vou arrumar uma nota, com 8 anos de prazo para pagar a 25 de juros ao ano, vou financiar uns 10.000,00 para pagar conta. Uma vez a gente tinha que comprar apenas dos vendedores credenciados, agora não precisa mais. A cresol de marmeleiro por exemplo está com altos pepinos, eles financiaram um monte de vacas e agora fizeram uma fiscalização essas vacas não existem, e o pessoal não tem como pagar essa dívida, ou seja, fizeram um cambalacho. Outro problema do pronaf com juro barato, é quando o produto cai muito, meu vizinho por exemplo na época gastou 2000 sacas de milho para comprar umas vacas, mas hoje gasta mais de 5000 sacas. O maior erro é do banco, se eu for no banco hoje eu financio até 50.000 e sai rápido, na maioria das vezes o banco não tem conhecimento dos custos na agricultura, por exemplo minha área de 33 ha, eles vão lá e fazem as contas e dizem que tem capacidade de colher 900 sacas de soja dá tanto e pode liberar tanto de financiamento. Um vizinho meu é avalista de um cara que pegou o pronaf e não pagou o avalista está se encomodando e o devedor está livre. No banco é só levar o cadastro, o banco deveria antes de liberar fazer um estudo econômico da propriedade, eu por exemplo era avalista de 03 vizinhos meus sendo que meu capital não teria capacidade de avalizar nem apenas um deles. Acho também que o problema do pronaf investimento é a carência, pois esses anos estão correndo juro, o que acontece é que as pessoas não conseguem pagar a parcela, o grande problema é o preço baixo dos produtos, 2005 e 2006 com a seca, eu por exemplo em 2004 sobrou pra comprar o carro, já em 2005 e 2006 faltou dinheiro.

### **O que representa o PRONAF em sua Propriedade?**

\* O pronaf é uma Mão na roda, quando se quer comprar algum equipamento e fazer investimentos, a gente sabe que tem recurso com juro baixo e prazo longo. Depois de 2000 vivemos a melhor fase na agricultura, apesar dos problemas de clima, a partir de 2000 conseguimos dar uma melhorada, a gente consegue por exemplo comprar calcário em 4 anos para pagar e antes não existia. Antes de 2000 era complicado, nem rancho se fazia, máquina caindo aos pedaços, e não tinha como arrumar. Hoje não tem crédito para comprar uma nova se for necessário e com vários anos para pagar, com certeza o pronaf representa muita coisa boa para minha propriedade. Compramos em 03 famílias um trator pelo pronaf trator solidário, prestação de 7.000,00 dividido em três famílias, 10 anos de prazo com juros de 2% ao ano.

Anexo 1 - Questionário e respostas das entrevistas da Pesquisa de campo (2009/2010), realizado na comunidade de Pedra Lisa Flor da Serra do Sul Pr.

Área (ha)	Uso do Solo (ha)	Atividade principal	Pessoas que residem na propriedade por faixa etária escolaridade	Pessoas que saíram da propriedade / idade/função, local e ganho escolaridade	Contratação de Mão de obra de e para terceiro	Infra-estrutura maquinaria	Receitas da família e origem da receita.
12	4 – MILHO E FEIJÃO 3,6 reserva moradia 4- pastagem	1 leite 2000 litros/mês 2 milho 350 Saca/ano	Casal ele 70 anos, ela 64, ele analfabeto, ela primário incompleto	Filha saiu com 19 anos tem 42 foi para São Paulo trabalhar de Domestica, atualmente casou e mora na agri-cultura km 18.Filho 40 anos sempre trabalhou na agricultura. Filha saiu com 18 anos tem 36 foi para São Paulo trabalhou de doméstica, hoje é proprietária de 500 ha no MT plantam soja e milho.Filho saiu com 15 tem 30 foi para MG traba-lhar em Churras-caria. Atualmente é gerente de churrascaria em SP.Filho saiu com 18 tem 24, trabalhou em Fco Beltrão em fábrica de panela, foi para Sorriso MT trabalhar em fazenda, ai foi para SP e trabalha em churra-scaria ganha 900,00.	Paga 20 dias por ano, para colheita manual de milho, paga 25,00 por dia/trabalhador.	Trilhadeira 500 Motor elétrico 1000 Carroça 500 Plantadeira TA 700	300 renda do leite 02 aposentadorias 900,00
19,3	2,5 reserva legal 4,8 potreiro 2- pastagem cultivada 2 – milho para consumo 3,3 – reflorestamento (já tem 6.000 pés de eucalipto plantado.	1- Leite 1.500 litros/mês.	Casal de 76 e 71 anos primário incompleto. Filho solteiro 42 anos 2 grau. Filha solteira 35 anos primeiro grau incom-pleto filho da filha 7 anos. Obs a filha de 35 trabalhava em uma casa em SP mas voltou.	Filho saiu com 18 anos tem 27, foi para São Paulo, trabalha em uma churrascaria é gerente ganha 4.500,00.Filho saiu com 31 tem 38 anos trabalha na mesma churrascaria do irmão é passador ganha 1.500,00.	Contrata trabalhadores manuais para serviços gerais 30 dias por ano paga 30,00 por Dia trabalhador.	Fusca 1979 3.000; Ordenhadeira 2.000; Resfriador 1.500; Carroça 500; Forrageiro 1.000.	700 da renda do leite 02 aposen-tadorias.
11	2,2 – reserva legal 2 Milho 6,8 pastagem	1 leite 4000 litros/mês. 2 milho 500 sacas/ ano	Casal de 37 e 34 anos, filhos de 7 e 13 anos.		10 a 15 horas máquinas para formar pastagens 40,00 a hora emater.	Gol 7.500 Ordenha 2.000;Resfriador 1.500; Plantadeira 540; Corcel 1977, Casa mista	2.000 leite 500 scas de milho sobra para vender anualmente + ou – 100 sacas.

15	3 reserva legal 3,5 pastagem 3 potreiro 5 culturas anuais 0,5 – sede	02 Aposentadoria. Obs- a sua área quem administra e utiliza as pastagens é seu filho da propriedade 03, sem cobrança de renda.	Casal 69 e 70 anos primário incompleto	Filha Mora na agricultura na mesma comunidade. Filho mora na linha gaucha tem aviário. Filho saiu com 14 anos tem 47 trabalhou no comércio, no Bamerindus em Beltrão, atualmente trabalha em Santo Antonio do Sudoeste em uma incubadoura.			02 aposentadorias 900,00
24,2	14 milho 5 pastagem cultivada 2 potreiro 5 reflorestamento eucalipto. 6 reserva legal	1 suínos integração sadia (criador) 160 matrizes UPL. 2 leite 3.600 litros/mês 3 milho 1800 sacas/ano 4 trigo 300 sacas/ano.	Casal 53 e 50 anos primário. Filho de 26 2 grau . Filho de 30 está fazendo agronomia na Unoesc São José do Cedro.	Filha casou e mora na cidade, seu marido é comerciante. Obs o filho agrônomo vai sair para trabalhar quando se formar agrônomo (está no último período).	12 % para colheita e frete de + ou – 1800 sc de milho e 300 de trigo. Vende algu-mas horas para puxar esterco.com a má-quina para seus vizi-nhos. 5 a 6 hs por ano.	Trator 60.000,00. Pulverizador 600,00. Gobi Grade niveladora Carreta Agrí-cola; Lance Distribuidor de dejetos Gol 16.000, Gol 15.000, Moto 4.000, Casa Barracao.	Taxa de lucro da integração suínos iniciador (160 matrizes). 1.200 da renda do leite. Taxa de lucro da colheita de + ou – 1800 sacas de milho anualmente.
24,2	9,7 – milho 9,7 – potreiro 4,8 – reserva legal/sede	1 suínos (ciclo completo) 25.000 kg/ano. 2 leite 1500 litros/mês 3 milho /consumo .	Casal 50 e 40 anos ele primário completo, ela 2 grau. Filho de 12 anos.	Filha tem 21 anos, trabalha de secretária da camara de vereadores de FSS, ganha 825,00, faz geografia na Unioeste. Filha passou no vestibular da Unioeste.	Compra 8 horas máquinas por ano, distribuidor de esterco.	Fiat Uno 7.000, Motor eletr. 1.000; carroça Trilhadeira; ordenadeira 2000; Tanque 6.000; Casa Chiqueiro	450 da renda do leite Taxa de lucro de 25.000 kg de suínos que vende anualmente.
21	5 – reserva legal 11- milho 5 pastagem/potreiro/ sede	1 milho 1200 sacas/ano 2 leite 2.600 Litros/mês 3 suínos (iniciador) 500 leitões/ano.	Casal 43 e 33 ambos primário incompleto. Filhos de 9 e 13 anos.		Compra 10 hs/ano para plantar, 12% para frete e colheita de + ou – 1200 sacas de milho que colhe/ano.	Chevete 1989 4.000 Resfriador ; Motor elétrico Telefone.	1.200 leite +/- 1200 sacas de milho colhido anualmente. 500 leitões de 20 matrizes
11	6 milho 1,5 pastagem cultivada 3,5 reserva potreiro/sede	1 milho 200 sc/ano 2 leite 1.200 sc/ano (50%) em parceria com a sogra.	Casal 40 e 38 anos primário Filho de 9 anos estuda	Filha de 17 anos trabalha e mora em FSS Fortaleza móveis ganha 450,00 está concluindo o 2 grau.	Trocam dias.	Plantadeira TA 500; Junta de boi; grade; Arado; Carroça	200 da renda do leite 123 ,00 bolsa família.
29,8	3 milho e pastagem. 7 reserva legal/sede. 19,8 pastagem cultivada inverno e verão.	1 leite 7.000 litros/mês 2 suínos integração palmali total 250 suínos a cada 120 dias; 3 contrabando do Paraguai traiais.	Casal 56 e 53 anos primeiro grau. Filho 30 anos 2 grau.	Filho 20 anos faz administração na Unioeste. Filha casou e mora na agricultura. Filha 27 anos agricultora.	Compra 10 horas para plantio de pasto e distribuição de esterco.	F1000 24.000,00 Gol16.000; Ordenha 2000; Tanque 6000 Casa ótimo estado.Chiqueiro 42 x 8; Silo 18 T	3.000 da renda do leite Taxa de lucro da integração de suínos 250 suínos cada 120 dias.

15		1 leite 2.500 litros mês.	Casal 71 e 79 anos primário incompleto.	02 filhas moram na cidade , uma trabalha na fábrica de móveis, outra de doméstica.			
14,5	3 reserva legal;8- milho 2 pastagem 8- fumo 0,5 sede	1 fumo 30.000 pés 2 leite 2000 litros/mês 3 milho 500 sacas/ano	Casal 25 e 35 anos primário. Pai viúvo 72 anos analfabeto.			Gol 2006 Ordenha Resfriador Casa de alvenaria.	Taxa de lucro de: fumo 18.000 Pés; 650 leite; 500 sc milho
60,5	35 – milho 5 pastagem cultivada 12 reserva legal	1 milho 4.500 sacas 2 leite 5000 litros/mês	Casal 43 a 36 anos ambos primário incompleto. Filhos 18 e 20 anos 2 grau.			Trator 275 Pulverizador 2000 L; semeadeira Ordenha; Resfriador; Gol 2003; Casa de alvenaria.	1000 do leite colhe 3000 sc/ano de milho; 450,00 salário de sua esposa que trabalha na malharia em FSS.
7,2	2 milho; 1,5 reserva; 0,5 sede 3,2 pastagem.	1 leite 1000 litros/mês 2 milho 200 sacas/ano para consumo próprio.	Casal 45 e 55 anos. Primário incompleto.	02 filhos trabalham na Alfa de Palma Sola SC primeiro grau incompleto.		Carroça; Trilhadeira Casa de madeira.	400 da renda do leite.
14,5	2 milho 2 fumo	Atualmente não cultiva nada. Tinha 7 vacas, plantava 15.000 pés d fumo parou. Vive de uma renda de doença de coluna que recebe a anos 450,00 e a renda dos 3 ha . Quer vender tudo e ir embora.	Casal de 52 e 54 anos primário incompleto. nora 25 primário incompleto. Criada de 13 anos	Filho de 33 anos trabalha em fábrica de móveis da cidade e ganha 600,00.		Fusca 1978 2.500;Moto 4.000; Casa de extramamente precária,	Taxa de lucro do fumo 1000 pés/ano. 100 sc/ano. Salário do filho que trabalha na cidade de 600,00.
12	5 fumo e milho 3 pastagem 2 potreiro 2 reserva	1 leite 2000 litros/mês 2 fumo 35.000 pés 3 milho para consumo.	Casal de 35 e 37 anos pri-mario incom-pleto.Filho de 3 anos, de 6 anos . filha de 13 anos.		10 hs por ano (trator da associação 30,00/hora).	Del rei 5.000 Ordenha Resfriador Galpão de fumo Casa.	Taxa de lucro de: fumo 15.000,00 pés. 450 leite. 123,00 da bolsa família.
7,3	8 fumo 2,5 milho 3 pastagem 2 reserva	1 fumo 50.000 pés 2 leite 800 litros/mês.	Casal de 30 e 40 anos primário incompleto. Filha de 2 anos e filho de 14 anos.		Troca de dias na colheita do fumo.	Fusca 2.000 Ordenha Resfriador Pulverizador Casa de alvenaria . Galpão de fumo 24 x 8	Taxa de lucro do fumo ( 11.000 em 2009). 400 da renda do leite.

10	4,8 fumo 2 milho	1 fumo 45.000 pés 2 milho 200 sacas/ano.	Casal 43 e 38 anos primário incompleto. Filha de 15 anos estuda.	Filha casada mora em maravilha trabalha na Aurora.tem 2 grau.		Gol 2009 27.000 Casa de madeira em boas condições. Galpão de fumo 8x32 ; 6 x 12 .	Taxa de lucro do fumo ( 23.000,00 em 2009). Taxa de lucro de 200 sacas de milho colhida anualmente.
12	7 milho 2,5 pastagem	1 leite 5600 litros/mês	Casal de 30 a 50 anos primário incompleto. Filha de 11 anos estuda.			Fusca 4.000,00 Ordenhadeira Motor elétrico Forrageiro Resfriador Pulverizador Trilhadeira carroça	2.000,00 da renda do leite
23	12 milho 14,5 pastagem 6 reflorestamento 17.000 pinus, 5.000 eucalipto.	1 leite 2000 litros/mês 2 milho 800 sc/ano 3 suínos ciclo completo 70/ano consome no mercado; 4 bovino corte 40 cabeças no total consome no mercado.	casal 28 e 43 anos primário incompleto. São agre-gados. Filho de 8 anos e 6 meses.			Trilhadeira Motor elétrico Pulverizador costal	450,00 de salário 15% de + ou – 2000 litros/mês.
1,5 ha só para morar.	Planta produtos de necessidade básica, para consumo da família.		Casal de 50 e 60 anos. Ele primário incompleto Ela analfabeta.			Nada.	não tem animais, não planta, apenas um pouco para sobreviver. vizinhos dizem que ele vive sustentado de seu filho que trabalha com maçonaria, e viajam vários países da Europa
6	2,5 milho 1,5 pastagem	1 leite 1000 litros/mês	Viúvo de 54 anos primário; Filho 36 anos é técnico em agropecuária mora na propriedade Nora 26 anos cidade 1 grau Filho 28 anos trabalha na cidade, 2 grau	Um filho e a nora moram na propriedade mas trabalham na cidade em malharia ganham 1 salário mínimo cada.	Compra 4 horas anuais para plantar pasto. Paga 40,00 a hora Emater.	Palio 1999 Carroça Arado de boi Ordenhadeira Resfriador Casa de madeira em péssimas condições.	400,00 da renda do leite 900,00 do salário de 02 pessoas que trabalham na cidade.

26,6	6 milho 3 pastagem cultivada 4 pastagem natural	1 milho 400 sacas/ano 2 leite 560 litros/mês	Casal 43 e 46 anos primário completo. Irmãos do casal, 01 com 66 anos, 01 de 56 anos é especial. Filho de 10 anos (estuda).	Filha de 18 anos, mora na cidade trabalha em malharia como costureira ganha 490,00, no final de semana vem para casa. Segundo sua mãe essa filha conseguiu uma vaga na Universidade pelo Enem mas ela não quis enfrentar a vida em outra cidade, ficaram muito sentido dessa situação.		Trilhadeira Descascador de arroz Pulverizador TA Motor forrageiro.	02 aposentadorias dos irmãos que um é especial e o outro é posentado. 250,00 da renda do leite Taxa de lucro de 400 sacas de milho que colhem anualmente.
10,6	3 milho consumo 3 pastagem	1 leite 1300 litros/mês	Proprietário de 43 anos primário.	Solteiro não tem família.		Casa em condições precárias Galpão de fumo desativado Resfriador Ordenhadeira Carroça	500,00 da renda do leite Obs já chegou a plantar 30 ha de milho manualmente, agora não planta quase nada. Está fadada a deterioração, o pai do proprietário que mora em outra propriedade tem problemas com dívidas.
7	4 fumo	1 fumo 17.000 pés	Casal de 30 a 50 anos. Pri-mario incom-pleto.Filhos de 06 anos e 20 anos estudam		Troca dias.	Brasília 1979 Equipamentos manuais.	Taxa de lucro do fumo (7.000,00 em 2009). Bolsa família de 80,00
17	2 milho 7 pastagem	1 leite 1.400 litros/mês	Casal com faixa etária de 40 a 50 anos, primeiro grau incompleto.A esposa mora e trabalha sozinha na propriedade, o marido e o filho moram cidade.	Filho 2 grau completo, trabalha em uma casa de construção na cidade e tem uma banda de música. Marido trabalha como pedreiro.	Marido pedreiro. Compram 20 horas por ano para formar pastagem.	Ordenha; Resfriador; Carroça; Pulverizador Galpão de fumo. Casa de alvenaria.	450,00 da renda do leite. Salário do marido como pedreiro /carpinteiro. Não revelado.
13,5	4 area propicia para culturas anuais. 1,5 potreiro 8 reserva e capoeirão	Parou de plantar fumo por motivos de saúde, a esposa é aposentada e ele recebe auxilio doença.	Casal ele 58, ela 57 anos, primário incompleto.	Filho saiu com 18, tem 33 anos trabalha em São Leopoldo RS em uma fábrica de prensado ganha 600,00.Filha tem 31 anos mora em FSS tem uma lojinha de 1,99. Seu marido é funcionário público. Filha mora em FCo Beltrão saiu com 15 anos é dona d casa. Filho 21 anos, saiu e trabalha em Palma Sola na UPL Alfa). 500,00.		Santana 86 valor 5000 Carroça Trilhadeira Casa de 6x10 de madeira.	01 aposentadoria. Parou de plantar fumo, por motivos de saúde. Daqui a um ano se aposenta.

17,5	8 mata nativa 2 milho 7,5 pastagem natural e cultivada.	1 leite 1000 litros.mês 2 milho 200 sacas/ consumo próprio.	Casal ele 56, ela 50 anos primário incompleto. Filha de 10 anos estuda.	Filho saiu com 15 tem 31 anos, trabalha em marmoraria ganha 500,00. Filha saiu com 16 tem 30, doméstica em Fco Beltrão. Filha saiu com 16 cuida de idosos em Renas-cença. Filha saiu com 15 tem 18 cuida de idosos ganha 500,00.		Fusca 1985 3.000 Carroça Arrado Casa de madeira. Em condições precárias.	450,00 da renda do leite. Bolsa família 123,00.
9,6	2 milho 4 potreiro e pastagem 3,6 mata nativa	1 leite 1.500 litros/mês	Casal ele 41 primário, ela 40 anos.Filho de 17 anos 2 grau Filha de 12 anos estuda		nao	Fusca 1986 Resfriador Trilhadeira Motor elétrico	450,00 leite 28 sc/ano milho arrendar 1 ha para plântio de fumo a um vizinho.
4,8	2 fumo 1 milho 2 pastagem 1 mata nativa	1 fumo 22.000 pés 2 milho 100 sc para consumo.	Casal ele 53, ela 57 anos. Ele primário incompleto, ela analfabeta.	Filha saiu com 14 anos tem 31 casada ;dona de casa.Filha saiu com 17 tem 29 trabalha em malharia ganha 500,00. Filha saiu com 20 tem 24 casada e trabalha de diarista ganha 30,00 por dia. Filha saiu com 18 tem 21 trabalha de diarista nas casas 15,00 por meio dia.Filha saiu com 15, tem 19 traba-lha de doméstica, ganha 550,00. Obs todas as filhas possuem grau de escolaridade primeiro grau.	Troca de dia com seus vizinhos. "é a única maneira de se ajudar".	Carroça Junta de boi. Casa de madeira sem saneamento básico, em condições precárias.	Taxa de lucro do fumo ( 8.000,00 em 2009). 01 aposentadoria 450,00.
4,8	2 culturas anuais 0,3 reflorestamento/ma ta 2,5 potreiro/moradia	1 leite 1000 litros/mÊS 2 milho 70 sacas/ano para consumo.	Casal ele 46 anos, ela 40 anos. Primário incompleto. Filho 22 anos 2 grau.	Filha casou e mora na Cidade. É dona de casa.	Seu marido trabalha como pedreiro.	Trilhadeira Motor elétrico Casa de madeira sem saneamento básico em condições precárias.	540,00 da renda do leite/mês. 3.000,00/ano da renda da venda de Mao de obra do proprie-tário como carpinteiro.
24,2	4 milho 2 pastagem	1 milho 400 sacas/ano 2 leite 1.500 litros/mês.	Casal de aposentados. Casal novo de 35 a 40 anos. Filha de 14 anos.				540,00 leite. 2 após. INSS
19	9 milho 3 pastagem 6 mata /potreiro/moradia	1 suínos Integrado Bonetti (iniciador) 1000 leitões por ano. 2 milho 900 sacas/ano. 3 leite 1.200 litros/mês	Casal ele 43 anos ela 25.Ele primário incompleto, ela 1 grau.			Chevete 1986 4.000 Carreta agríc 6.000 Carroça Chiqueiro Casa madeira	340,00 leite. 1000 leitões vendidos por ano.
48	10 milho 20 soja	1 soja 900 sacas/ano 2 milho 1000 sacas/ano 3 suínos (ciclo completo) 4 matrizes.	Pai viúve 74 anos;Filho e nora de 35 a 40 anos. Filho 36 anos.			Toyota 15.000 Trator; Casa mista. Barracão	Lucro de 1000 sc/ano milho; 900 sc/ano soja. 450,00 INSS

9,6	2 milho 1,5 reserva 3 pastagem 3 reflorest. 4.000 eucalipto.	1 leite 800 litros/mês 2 fumo 25.000 pés.	Casal ele 35 , ela 29 anos, primário incompleto. Filhos 7 e 9 anos (estudam).		Troca de dias	Resfriador Casa mista Equipamentos manuais.	450,00 da renda do leite. Taxa de lucro do fumo (6.000,00 em 2009).
18	7 fumo e milho 2 pastagem 9 potreiro e reserva	1 fumo 15.000 pés 2 leite 1.200 litros/mês 3 milho 400 sacas/ano consumo na propriedade	Casal ele 37 ela 32 anos 1 grau incompleto. Mulher aposentada de 77 anos Filha 8 anos. Filha de 9 anos (estudam).		diarista 15 dias por ano, recebe 30,00 por dia.Na colheita do fumo contrata 10 dias por ano, paga 30,00 /dia.	Motor elétrico Trilhadeira Arado Carroça Junta de boi Casa mista 7x9 Galpao de fumo 8x 16 Resfriador.	lucro de: fumo 7.000,00 600,00 leite 01aposta-doria.
9	3 fumo e milho 4 pastagem	1 leite 2.400 litros/mês 2 fumo 15.000 pés.	Casal ele 53 anos, ela 52 primário incompleto. Filho de 16 Filha de 12 (estudam).	Filho saiu com 17 anos tem 29 foi para SP na cidade de Franca, tem uma loja de roupa, está mais ou menos apenas sobrevivendo. Filho saiu com 20 tem 27 foi para SP trabalha em Restaurante ganha 1.200,00. Filho saiu com 19, tem 21 anos trabalha em restaurante em SP ganha 900,00.	Contrata 50 dias por ano para colher fumo paga 30,00 por dia.	Del rei 1987 3.000 Resfriador Casa mista em razoáveis condições.	800,00 da renda do leite. Taxa de lucro do fumo (1.000,00 em 2009). Bolsa família de 80,00.
77	15 soja e milho 5 potreiro 57 Mata Nativa/ sede	1 suínos Integração Sadia Iniciador 100 matrizes 2000 leitões /ano. 2 soja 700 sacas/ano 3 milho 800 sacas/ano.	02 irmas de faixa etária 40 a 50 anos.	Irmão é casado mora em Manfrinópolis sua esposa é professora, ele trabalha na propriedade.		Trator 60.000. Plantadeira. Batedor Chiqueiro. para leitões Corsa 20.000,00; Strada 2008 30.000. alojamento	lucro de 2000 leitões/ano; + ou – 700 sacas de milho/ano. + ou – 800 sacas soja /ano.
22	2 milho 2 reflorestamento eucalipto 2.000 pés. 5 pastagem	1 leite 2.500 litros/mês.	Casal ele 46 ela 42 primário incompleto.	As 03 filhas saíram e moram em Campo Ere fazem 3 grau Unioeste e Cesul).		Santana Ordenha Resfriador Trilhadeira Moto	1.300,00 da renda do leite.

Quanto ao uso do PRONAF	O que representa o PRONAF em sua propriedade	Quanto à sucessão familiar na agricultura	Planos de investimentos.	Sobre assistência técnica	Problemas do PRONAF	Quanto ao uso do PRONAF	O que representa o PRONAF em sua propriedade
Fiz pronaf custeio por 5 anos, agora resolveu parar de financiar pois está aposentado, e trabalha em parceria com seu filho, que trabalham com leite. Nunca fez pronaf investimento.	O pronaf para mim o que era para dar já deu.	De 06 filhos, 1 está administrando a propriedade. Os outros saíram todos.	Somente manter o que tem, não pretende investir muita coisa. Talvez comprar um carro.	Não recebe assistência apenas visita do vendedor	*	Iniciei em 1998 , parei de pegar em 2006, briguei com o gerente do BB, pois não ganhei proagro, o laudo deu zero, colhi 30 sacas de milho, mas lá no BB tive que pagar 50% do financiamento. Agora encaminhei outro através do sindicato. Fiz um investimento de vacas por duas vezes, 600,00 anual aquele grupal. Mas agora vendi as vacas mas estou pagando o investimento.	É uma coisa boa para o pequeno produtor, o juro é quase nada, o problema é a burocracia do diabo para entrar naquele banco.
Sempre acessaram o pronaf custeio Pronaf D desde 2000. Já fizeram pronaf investimento para comprar ordenhadeira, 07 vacas, e um resfriador valor total de 15.100,00 para pagar em 5 anos. Obs em 2008 tinham 22 vacas, morreram 6 no ano. Financiou mais 4.000,00 para repor parte do prejuízo.	Sem o pronaf seria difícil. Não precisa guardar dinheiro para investir, pois tem a s linhas de crédito, e o próprio investimento paga o valor emprestado. Já o custeio é mais complicado, pois o milho por exemplo tem preço baixo e insumos caros.	Sim meu filho e minha filha que são solteiros estão administrando a propriedade e pretendem continuar.	Investir mais em vaca de leite, até chegar a 15 a 20 vacas. Reflorestar 8.000 pés de eucalipto.	Não recebem assistência		Utilizo o pronaf custeio desde 2000, anualmente pego 8.000,00. Já fizemos o investimento compraram 3 vacas em 2008 valor de 5.000,00. Pretendemos pagar esse primeiro para depois pensar em investir novamente.	É bom não cobra muito juro, ante se plantava o que podia, as vezes nem conseguia plantar toda a lavoura.
Sempre fez pronaf custeio para plantar 2 ha. Já fizeram pronaf investimento para comprar 03 vacas, ordenhadeira valor total de 8.300. para pagamento em 5 anos, parcela semestral de 830,00. Fizeram também um investimento para construir	o pronaf é muito bom facilitou nossa vida na questao do investimento. E o pronaf custeio também é bom em 2008 por exemplo deu seca e o proagro cubriu os 6.000,00 e ainda sobrou 800,00. Esses	Olha meus filhos são pequenos, vou investir para eles ficarem, mas acho complicado a juventude ficar na agricultura.	Reformar a casa. Comprar 03 ou 04 vacas para chegar a um plantel de 20 vacas. Reformar a cerca.	Não recebem assistência		Pronaf custeio desde 2000. Em 2009 pegaram 7.000,00 para plantar milho e fumo. Fizeram um investimento para comprar uma ordenhadeira e um resfriador mais 02 vacas com parcelas de 1.200,00 ao ano. pretende fazer um pronaf investimento de	Sem o pronaf não tem como viver. A cas por exemplo peguei 8.000,00 no Sicoob pagamento mensal de 315,00 com o juro. A casa custou 15.000,00, mas 5.000,00 era afundo perdido, ficando apenas uma parte para se paga

uma estrebaria valor de 10.000,00 em 8 anos de prazo, parcela anual de 1.200,00	investimentos que em ai, se investir na propriedade não tem coisa melhor.					10.000,00 a 12.000,00 para pagar dívidas pessoais, pois tem 02 anos de carência.	do próprio bolso.
Desde 2000 fazia o pronaf custeio, mas devido a burocracia não pretende mais acessar o custeio. Pretende fazer um investimento para comprar vacas, reformar a cerca e reforma de sua casa.	é muito bom principalmente o investimento, essa reforma da casa por exemplo que pretendo fazer é uma coisa muito boa que antes não existia.	Meu filho mora perto e tem uma propriedade, e ele vai administrar a dele e a minha.	Reformar a casa.	Não		Pronaf custeio desde 1998. Atualmente + ou – 6.000,00 por ano. “com esse dinheiro planto o milho e com a sobra invisto no fumo.	Bom pretendo continuar acessando. Não gosto de lutar com banco, o bom era não ter dívida, mas o juro é barato temos que usar.
Fizeram pronafinho desde 2003, agora acessam o pronaf custeio com valor de 10.000,00 para cada filho (02) o pai faz um contrato de arrendamento. Utilizaram o pronaf investimento para comprar ordenhadeira, resfriador e 06 vacas valor total de 18.000,00, com 8 anos para pagar.	Sim com certeza o pronafinho foi importante. O custeio tem um ano para pagar. E o próprio investimento, como seria pegar 18.000,00 se não fosse o pronaf?	Sim um de meus filhos que tem 26 anos, vai ficar até vai construir a casa dele. Mas o outro filho de 30 anos está se formando Engenheiro Agrônomo e pretende sair para atuar na área.	Manter a estrutura produtiva, que é razoável para aumentar mais seria preciso mais Mão de obra , e não tem.	Assistência do Fiscal do banco devido ao pronaf, e de vendedores de produtos. Possui assistência próprio seu filho é agrônomo.	Faz uns 3 anos, tinha casos na comunidade onde financiavam e não plantavam, e para o fiscal do banco mostravam a roça do vizinho, agora apertou um pouco a coisa. A gente sabe de casos onde 2 caras mostravam a mesma área para o fiscal mas para banco diferente,mas não era a área de nenhum deles, era do vizinho.	Pronafinho desde 2000, atualmente o pronaf custeio tomam + ou – 5.500,00. Já fizeram investimento de 10.200,00 em (2006), para comprar 5 vacas, com 5 anos de prazo pagamento semestral 1000,00 cada prestação.	O pronaf é muito bom, se previne da estiagem e o endividamento, tem prazo e o juro é baixo. Mas o produtor acha que antes do pronaf na base do troca x troca as coisas eram mais fáceis, era 2 sacas de milho por 1 saca de uréia, ou 2,5 saca de milho 1 saca de adubo.
Antes no pronaf é que a gente se dava bem, o custo de produção era menor.	Se não existisse o pronaf a gente faria a lavoura do mesmo jeito, mas lógico sem ele seria pior, o seguro agrícola acredito ser a coisa mais importante do pronaf para a pequena agricultura.	Eu acho que daqui 10 anos não vai ter muita gente na agricultura. O leite por exemplo se chegar dar uma crise quero ver como ficará a pequena propriedade. Minhas filhas por exemplo uma já saiu e faz faculdade na Unioeste. A Outra acabou de passar também portanto está	pretende fazer investimentos, em uma ordenhadeira e tanque de expansão, depois vai terminar de construir a casa. passarei a investir na área do leite. Vou melhorar a pastagem PIS vou aumentar em 7 ha a pastagem vou plantar grama tifton, maurícia, mantega, braquiária. As vacas vou aumentar mais 6		**	Não faz pronafinho devido a terra estar em nome de pessoa jurídica. Nunca fez investimento para investir na propriedade.	

		saindo também. O outro filho é pequeno ainda. Mas como posso incentivar meus filhos a ficarem na agricultura? Primeiro vamos ver se vamos ter renda para que isso aconteça.	vacas, minha intenção é chegara a 3.000 litros por m6es de leite.				
Utilizei o pronafinho desde 1998. A partir de 2008 acessa o pronaf custeio (7.500,00). Nunca utilizei o PRONAF investimento.	Na minha propriedade é bom pelo juro barato.	Nossos filhos vão estudar, vamos colocar no colégio agrícola ai vamos ver o que vai dar.	Fazer uma casa através do pronaf habitação.	Emater		Não financia	
O pronaf custeio fizemos desde 1999 (pronaf C). a partir de 2008 não fizeram mais, resolveram plantar por conta, fazem compra na agropecuária da cidade e fazem parcelado para pagar com o leite. acessaram pronaf investimento, para fazer uma casa.	Eu acho uma coisa boa, paramos de acessar o custeio não porque ele é ruim voltaremos a fazer talvez. Fizemos uma casa através do sindicato com dinheiro do pronaf, Gastamos no total 17.000,00 desse total 8.000,00 a fundo perdido, demos um cheque calção de 1.800,00 mas esse dinheiro voltou tudo em material de construção. Portanto essa casa custou do nosso bolso + ou – 6.000,00.	Minha filha posso dizer que odeia roça portanto já saiu. Meu filho até que gosta de roça, quero ver se coloco ele no colégio agrícola.	Fazer uma estrebaria equipada com ordenhadeira, para facilitar o trabalho. Um chiqueiro para criar porcos para o próprio consumo. As vacas pretende mante-las somente trabalhar com melhoramento genético, pois a propriedade não comporta mais vacas.	Não		Não financia	

<p>Acessam o pronaf custeio desde 2000. Pegamos normalmente 3.700,00, já chegamos a pegar 10.000,00. Em 2009 plantamos 3 ha. Fizemos um chiqueiro em 7 anos para pagar 2.800,00 prestação anual.</p>	<p>Sem ele estaria mais difícil, pois a questão do capital de giro, com o pronaf podemos investir. O suíno por exemplo que financiei o chiqueiro para fazer integração, acaba sendo uma excelente estratégia para adubação das pastagens das vacas.</p>	<p>Sim um de meus filhos está aqui e com certeza vai tocar a estrutura que tem.</p>	<p>Pretende financiar 3 a 4 novilhas no pronaf mais alimentos com o objetivo de fazer inseminação para melhorar o plantel. Pretende financiar mais 20 m2 de chiqueiro no pronaf mais alimentos.</p>	<p>Emater e Alfa. Segundo o produtor veio na comunidade um veterinário de Pato Branco, ministrando uma palestra sobre manejo de vacas, porém o cara criticou o uso de sal comum que dá problemas de retenção de placenta por exemplo e que não se dá para vacas de raça, mas aí os caras das agropecuárias podaram o cara, e o cara nunca mais veio.</p>	<p>Tem um cara aí na cidade que tem comércio, financia com contratos frios, e depois pede proagro ainda, mas na verdade esse cara nem planta faz de conta.</p>	<p>Fazia o pronafinho desde 1998, mas parei em 2006 pois devido a burocracia ser grande e a terra que moro não ter sido feito o inventário, está em nome de 11 irmãos quando faço preciso coletar a assinatura dos 11 irmãos aí fica complicado.</p>	<p>Mas o pronaf para o pequeno é bom, eu infelizmente não posso acessar, mas poderia ser muito grande a ajuda em minha propriedade.</p>
<p>Faz o pronaf custeio 4.000,00 por ano</p>	<p>Acha bom o pronaf.</p>	<p>Meu filho está trabalhando.</p>	<p>Fazer uma casa nova.</p>	<p>Não recebe. Mas seu genro é iseminador.</p>		<p>Não podem acessar devido ao terra estar como herança. "só deus sabe o será de nós no futuro".</p>	<p>Nunca zcessaram.</p>
<p>Faz pronaf custeio</p>	<p>Acha bom, juro barato.</p>	<p>Sim eu acredito que sim agora comprei um trator novo, vou plantar mais lavoura. Um de meus filhos trabalhava em uma fábrica de móveis, mas agora resolveu voltar para trabalhar.</p>	<p>Por enquanto pagar os investimentos que foram feitos.</p>	<p>Emater, empresas privadas,</p>		<p>Acessamos desde 1998 pronaf D. atualmente o pronaf custeio. Fizemos pronaf investimento para comprar ordenhadeira e resfriador e vacas.</p>	<p>O pronaf é bom, antes dele era tudo meio no grito, havia o sistema de troca troca para plantar mas em comparar com o PRONAF. Obs seu pai já fez investimento para construir chiqueiro mas se endividou, pagou faz 02 anos, estava na justiça inclusive.</p>

Desde 1999 utilizo o pronafinho, agora acesso o pronaf custeio. Antes era mais complicado tinha que plantar por conta. Já fez pronaf investimento para comprar um motor elétrico e uma ensiladeira.	É bom ajuda os colonos, pois o juro é barato.	Olha se vai desse jeito vai sobrar poucos na agricultura, ainda meu marido é teimoso e não quer investir. Meus filhos quase todos já saíram, somente o mais novo que é casado está em casa, trabalha com o diarista, mas logo vai se ajeitar, final de ano quero ver se compro uma moto para ele.	Investir em vacas, comprar uma ordenhadeira para facilitar nossa vida qu ainda não tenho, quero chegar a um plantel de 12 a 15 vacas.	Sim emater e alfa.		Nunca fez para ele, fazia para um cara da cidade pois planta fumo e pega os insumos direto na fumageira.	
Planos de investimentos.	Sobre assistência técnica	Problemas do PRONAF	Trabalhava com leite tinha 7 vacas . As vacas: “vendi tudo até os tarros eu vendi só para se encomodar”. Não pretende investir em nada, espera a aposentadoria.	Não		Fazem o pronaf custeio desde 2001. Depois dessa data resolveram não fazer mais, pois mudaram para a atividade leiteira. Fizeram um pronaf investimento para comprar 17 vacas em 4 anos para pagar.	O pronafinho é uma coisa boa, o problema é seca quando não dá nada é muito arriscado. Por isso que paramos. O investimento é bom
Pensam em melhorar a genética das vacas e aumentar o plantel para 10 vacas..	Associação Amproflor		Arrumar algumas partes para se tornar mecanizada.reformar a casa, inclusive já entramos com o projeto no sindicato.	Não		Fez pronafinho por 5 vezes. Pegava para plantar milho. Nunca fez investimento, não irá mais acessar pronaf por problemas de saúde não poderá mais trabalhar na roça. Até deu baixa no banco. “se tivesse que plantar, teria que mudar para milho mas não compesa”, obs ele trabalhava com fumo e parou pois ficou doente.	

Construir uma casa nova. Comprar um carro par ir para a cidade e na igreja. Jamais vai ir para a cidade, considera a vida na agricultura muito boa, pois fome não se passa. Com fumo vai trabalhar até se aposentar depois vai parar e plantar apenas milho para consumo na propriedade.	fumageira		Gostaria de trabalhar com suínos, mas o mercado está complicado. O restante é manter as atividades de fumo e leite.	Emater		Sempre acessou o pronaf, fazem 5 anos que parou, devido a seca de 2005/2006 achou melhor não mais financiar.	Acha o pronaf bom devido ao juro barato.
Fazer uma estrebaria nova. Aumentar o plantel de vacas para 10 a 11. Reformar a casa.	Não somente do vendedor		Continuar com o fumo, manter a quantidade.Fazer uma casa, já se escreveram no pronaf habitação.	Não		Iniciaram em 1999, pararam em 2007 devido a seca tornar o investimento bastante arriscado.Nuca fizeram o pronaf investimento.	Não acham importante para a propriedade.
Nada sem planos nenhum.	Não		Investir mais em vaca de leite. Pretende investir entre 15.000,00 e 20.000,00 em vacas de leite até chegar 30 dias. Uma casa nova no futuro.	Fumageira		Iniciou com o pronafinho em 1999 e parou de fazer em 2005 por motivos de seca. Pois durante 3 anos 2002/2003/2004, ai teve que vender 6.050 m2 para pagar dívidas do pronafinho, pois não ganhou proagro. Nunca acessou o pronaf investimento.	Se puder não fazer não vou fazer. Acho ruim porque qualquer contratempo que der no meio a gente se quebra.
Aumentar as vacas, para chegar em 15 vacas boas, comprar uma ordenhadeira.	Integradora de suínos.		Quer fazer chiqueiro de 8x30 e aviário 150m para se tornar independente para vender no mercado, pois falta suínos, tem dificuldades para comprar, os que tem são integrados e os que não são integrados pararam de criar.	As vezes quando chama a Emater vem dar assistência.		Acessaram o pronafinho em 1999, depois pararam (medo de dívida).	Acha bom o pronaf investimento. Pretende fazer um investimento para construir uma estrebaria.

Comprar os implementos que faltam (pulverizador de qualidade, plantadeira mais moderna.	Não		Somente aluga a casa para morar.	Não		Utilizaram o pronaf custeio por 8 anos. Utilizaram o pronaf investimento para comprar um pulverizador Tração Animal.	Sim o pronaf é muito bom, juro barato.
Aumentar as vacas de leite, chegar a 10 cabeças para compensar uma ordenhadeira, e melhorar as condições de trabalho. Pois o leite é juma renda mensal e a lavoura não se sabe pois pode vir uma seca e levar tudo.	Somente da fumageira. Seria bom mas não recebo, a Emater vinha uma vez mas nunca mais apareceram aqui.		Possui um espaço muito pequeno 1,3 ha.	Não		Acessam o pronaf investimento desde 2004 atualmente 5.000,00. Fizeram um pronaf investimento para construir um chiqueiro de 40 x 6 valor total de 18.000,00 em 5 anos com prestação anual de 4.200,00.	Acha o pronaf muito bom.
Aumentar o plantel de vacas até chegar a 15. Comprar um carro.	Somente da fumageira		Aparentemente a casa se encontra em condições um pouco precária, propriedade sem muita organização e pouca estrutura produtiva montada. quer investir mais em vacas de leite, até chegar a umas 15 vacas.	Somente em emergência. (emater)		Fez o pronaf custeio em 2008 e 2009. Agora parou pois entregou para seus filhos administrarem a propriedade (se aposentou).	O pronaf é muito bom o juro é barato.
Melhorar o plantel de vacas até chegar a 15 vacas boas.	Somente da fumageira		Nada	Em caso de emergência (emater)		Fizeram o pronaf custeio em 2001/2002/2003. Pararam pois mudaram de atividade passaram a cultivar fumo. Fizeram um pronaf investimento para comprar 02 vacas e um motor elétrico.	Na época quando fiz o investimento me ajudou muito, queria comprar mais vacas, MS o problema é que não se sabe como ficará o mercado amanhã depois. Seria interessante comprar uma ordenhadeira.
Não pretendem investir por enquanto pois a terra está em nome de seu pai, não foi feito a divisão.	Alfa.		Essa propriedade tem moradia ruim. \ O proprietário possui planos para fazer uma casa nova e reformar os galpões.	Claf		Utilizamos o pronaf custeio desde 2004. Pronaf B.	Ajuda é bom. O custeio pretendo continuar utilizando. Pretendo financiar uma ordenhadeira e comprar mais vacas.

Reflorestar mais 4 ha de eucalipto.	Somente de vendedores.		Obs a moradia dessa propriedade, se encontra extremamente precária, casa com frestas no assoalho e nas paredes, instalações velhas e em péssimas condições de uso. O produtor não pretende investir em nada pois a terra é de seu pai precisa comprar dele que mora na cidade.	Somente a fumageira		Usei durante 4 anos o pronaf custeio a parei faz pouco tempo, fui avalista de um cidadão e a dívida ficou para mim a não posso mais acessar o crédito. "o cara tinha 50 ha mas ele dava a carta de anuência para seu filho, ai ele falou na justiça que o milho era do filho dele, e nesse período ele passou a terra no nome do filho dele era meu compadre no início era 4.000,00, hoje o oficial de justiça falou que está em 720 sacas de milho".	Não pode acessar tem problemas com a justiça.
			Pretendo fazer aquele com 2 anos de carência e 5 anos para pagar, pretendo comprar mais 8 – a 10 vacas já dando leite.	Não		Fizemos o pronaf custeio desde 2004, "fizemos o custeio por causa do seguro, só por isso, pois nós temos capital de giro para plantar por conta, ano passado ganhamos 4.000,00 de rebate, porém colhemos 50 sacas a menos apenas em relação a safra de 2007/2008."	Muito bom juro barato e segurança.
			Não tenho idéia de investir, pretendo vender a propriedade e ir para a cidade quando me aposentar daqui a 02 anos, pois minha esposa já é aposentada.	Não		O pronaf custeio Iniciou em 1999, parou em 2007. Parou devido a alta cobrança de taxas e alta burocracia e por nunca ter ganhado proagro. Nunca fez pronaf investimento.	Não faz mais, não acha interessante prefere plantar e investir com dinheiro próprio.

<b>Quanto à sucessão familiar na agricultura.</b>
Acho difícil, meu filho, por exemplo, s criou na roça e depois trabalhou nas firmas e agora não quer mais saber de roça. Se ele pudesse fazer tudo de máquina, se pudesse somente vender sem fazer esforço ele até ficaria na agricultura.
Penasmos em dar estudo aos nossos filhos, e que tenham uma profissão melhor. Qual pai que quer que seus filhos sofram? Minha filha está na 7ª série, mas a gente já pensa em um dia dar oportunidade a ela estudar.
Se eu tiver só essa terra, torço que não fique, pois do tipo que ta não tem como, vou tentar dar estudo para que arrume um emprego melhor.
Possivelmente não os jovens não ficam na agricultura em nossa comunidade.
Não sei minha filha é pequena.
É mini empresário dono de mercado.
Meu filho Não, inclusive já financiei um carro para ele trabalhar fora (é técnico agrícola), ele trabalhava na diplomata, e também cuidava de um aviário em fco Beltrão, só está aqui devido ao falecimento da mãe dele, vai ficar um pouco aqui.
Muito difícil, pois a terra nem é nossa, inclusive já compramos um terreno na cidade para nossos filhos marrarem lá e trabalhar também.
É solteiro.
Tenho 02 filhas pequenas ,mas possivelmente não ficarão.
Meu filho trabalha em uma empresa de materiais de construção é músico. Mas pretende dar baixa da carteira na empresa e trabalhar com leite e continuar na música.
Todos os filhos já saíram.
Saíram todos e acho que para a roça não voltam mais.
Meu filho pensa em sair da agricultura, mas trabalhar em malharia ele não quer e é a única opção que tem na cidade. No entanto eu falei para ele se for para se dar bem saia, e se ficar precisa investir.
Não todos os meus filhos saíram, tem futuro nenhum voltar, se tivesse mais áreas para colocar vacas de leite, tudo bem mas com pouca área e ainda dobrada não tem jeito.
Sim meu filho vai ficar, pois já trabalhou em malharia, foi funcionário público e não deu certo e não gostou.
Eu fiquei, mas daqui para frente vamos ver se meus filhos ficarão, são pequenos ainda.
Os filhos são pequenos ainda. Vamos ver.
Sim meus 02 filhos ficaram na agricultura, estão trabalhando.
Meus filhos são pequenos, mas minha idéia é que eles não ficam, pois aqui a vida é muito sofrida, minha filha é pequena e já diz que quer ser professora.
Acho difícil eles ficarem, nós queremos que eles estudem e arrumem um bom emprego, o estudo queremos ver se conseguimos dar.
Acho difícil temos pouca área e nem posso investir devido a problemas com a justiça.
Sim nós ficamos ( as duas irmãs são solteiras).
Não minhas filhas já saíram e moram na cidade.

FONTE: Pesquisa de Campo (2009/2010); Organizado pelo autor.

## DEPOIMENTOS

\* Tem um cara que mora na cidade trabalha tem um gado, chiqueiro, um supermercado, esse cara fez 11 pronafinho, ele fazia contrato de arrendamento frio e utilizava esse dinheiro e a maioria desses caras que ele utilizava, nunca plantaram um palmo de terra. Tem gente que trabalha na prefeitura que faz pronaf. O pronaf se fosse investido somente na agricultura seria bom. Meu pai, por exemplo, para pegar o pronaf precisa plantar até dia 15/11 o milho senão não ganha depois o proagro, não sei. Fui para Curitiba e um cara me disse “esse prédio é de seu prefeito, ele tem prédio em Beltrão em Curitiba, fazenda em Guarapuava. Tem um cara aqui na comunidade que fez pronaf PoR 5 anos e quando o fiscal vinha vistoriar, ele mostrava a terra do meu irmão, esse ano com a mudança de regras ele teve que pedir para meu irmão para medir a terra. O fiscal descobriu depois, e todos os anos ele ganhava proagro. Então quando o povo é do bolo deles eles facilita, para os colonos eles exigem uma burocracia imensa

\*\* O problema do pronaf custeio é o baixo valor das mercadorias produzidas pelos agricultores, se pega mais dinheiro fica complicado pagar, e se pega menos é difícil plantar, pois falta dinheiro para comprar os insumos. Eu por exemplo sempre pegava 8.000,00 e plantava 11 hectares, em 2002 e 2003 eu utilizava 50% de recursos próprios e o restante pagava outros bicos ou construía. Em 2008 por exemplo, gastei tudo e faltou 2.000,00. Em 2009 acredito que vai sobrar um pouco, pois vou diminuir a área em 40%. O motivo dessa diminuição é o baixo preço do suíno, e passarei a investir na área do leite. Vou melhorar a pastagem PIS vou aumentar em 7 ha a pastagem vou plantar grama tifton, maurícia, mantega, braquiária. As vacas vou aumentar mais 6 vacas, minha

intenção é chegara a 3.000 litros por m6es de leite. Outro problema do pronaf é a falta de fiscalização, aqui na comunidade teve casos em que 02 irmãos plantaram milho no mesmo dia área encostadas, deu seca um deles ganhou o proagro o outro não ganhou, mas era banco diferente. Então o problema do pronaf custeio é em relação ao preço das mercadorias, em 2000 por exemplo eu vendi o milho a 16,00, o suíno estava 2,00 a 2,10, e o salário estava 200,00, então hoje o milho teria que estar 30,00 para compensar se comparado com o ano 2000. O pronaf não me complicou devido ao seguro. Mas teve alguns caso que os caras pegaram o pronaf em uma família (pai e filhos) e não plantaram um pé de milho e tiveram a sorte de dar uma seca e ganharam o seguro, isso além de fazerem o rolo. Escreva ai esse ano se não der seca a inadimplência será grande, pois os caras não plantam lógico. Mas a maioria das pessoas vão dizer que está bom, mas o que mais me preocupa, é a previsão de se fazer dinheiro no futuro. Quem tem digamos 20 alqueires por exemplo e plantar soja, esse eu acredito que vai permanecer crescendo. Pois a suinocultura que eu trabalho por exemplo, hoje o suíno está 2,10, mas o problema é o preço do farelo e o núcleo, com as 10 matrizes gastaria 1000 a 1.200 sacas de milho, se não fosse a seca eu colheria essa quantia, mas colhi 800 vou precisar comprar 800 sacas, e o preço do milho que pago é 21,00, a seca que aconteceu em 2005/2006 e 2008 arrasou com nossa vida, acabou desequilibrando as contas e o capital de giro que havia formado ao longo de alguns anos. Outro problema do suíno é que tem poucos compradores, então ficar pulando de galho em galho é complicado, daqui a pouco não se consegue mais vender. De 6 compradores e que eu vendia tem 1 no mercado, vendo para a Bonetti de Fco Beltrão.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)